

CONFIDENCIAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES PLANEJAMENTO E OPERAÇÃO
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

INFORME N.º 388/85/DT

DATA : 25 OUT 85

ASSUNTO : 25

ORIGEM :

AVA :

REFE :

DIFUS :

DIFUS :

ANEXO :

MOVIMENTO NEGRO EM BRASÍLIA: MEMÓRIAS DA DITADURA



1. Realizou-se às 13h20min do dia 17 OUT 85, em frente à Embaixada da África Sul, ato público em repúdio ao regime de segregação racial o "a" cerca de 60 (sessenta) pessoas participaram do evento sob a liderança de [REDACTED] - Funcionário do Banco Central e militante do Movimento Negro Unificado (MNU).

2. Vários líderes estiveram presentes ao referido ato, em seus discursos, o Brasil mantém com a África as relações diplomáticas que

3. Vale ressaltar [REDACTED] - Presidente da [REDACTED] res, seção/DF (CUT/DF) e Associação dos Vigilantes do DF, o Brasil não tem nenhum motivo para manter relações com a África do Sul, achando que o Brasil dever

xx-02/05





UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

NARA MENEZES SANTOS

**MOVIMENTO NEGRO EM BRASÍLIA:
MEMÓRIAS DA DITADURA**

Brasília – DF
2019

NARA MENEZES SANTOS

**MOVIMENTO NEGRO EM BRASÍLIA:
MEMÓRIAS DA DITADURA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania. Linha de pesquisa: Direitos Humanos, História, Memória, Políticas Públicas, e Cidadania

Orientadora: Prof^a Dr^a Vanessa Maria de Castro

Brasília – DF

2019

NARA MENEZES SANTOS

MOVIMENTO NEGRO EM BRASÍLIA: MEMÓRIAS DA DITADURA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania. Linha de pesquisa: Direitos Humanos, História, Memória, Políticas Públicas, e Cidadania
Aprovada em 14 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Vanessa Maria de Castro (Orientadora)

Profa. Dra. Eneá de Stutz e Almeida (Examinadora Externa)

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento (Examinador Interno)

Prof. Dr. Wellington Lourenço de Almeida (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Nenhuma pesquisa se faz a partir de uma pessoa só; nenhum conhecimento se constrói numa redoma. É esta, para mim, a parte mais gratificante deste trabalho. Apesar de o registro ser em meu nome, faço questão de dizer que há um rol de pessoas que se fazem presentes ao longo das próximas páginas. Dos eventuais erros, assumo inteira responsabilidade; os acertos, porém, faço questão de creditar também a cada uma das pessoas que aqui estão:

Aos que estiveram ao meu lado desde o princípio: painho e mainha, que me trouxeram a este mundo e desde então vêm sendo fonte inesgotável de amor e compreensão. Que sempre apoiaram os caminhos que escolhi, inclusive o de fazer pesquisa em direitos humanos num país que tão pouco valoriza as ciências humanas e a matéria-vida.

Aos meus irmãos, Pedro e Marina, com quem aprendi que quando falamos de gente, não existe matemática certa; divisão acaba virando soma. Se durante a vida inteira dividimos um quarto, compartilhamos risadas, piadas, histórias: um universo inteiro pra três.

A Edson Cardoso, Graça Santos, Jacira da Silva e Maria Luiza Junior, pelas horas de conversa; por compartilharem comigo suas histórias, relatos e percepções. Por suas lutas no enfrentamento ao racismo, pela construção de uma sociedade melhor. A Vera Lúcia Araújo, pelos motivos já citados, e também por me sugerir caminhos para a construção desta pesquisa.

A Vanessa Maria de Castro, pela orientação deste trabalho, pelos redirecionamentos pelos quais a pesquisa passou até aqui. Por ensinar sobre ciência, pesquisa e docência. Pelas leituras de várias versões e pelos questionamentos que me fizeram refletir.

A Deborah Aquino, pelo caminhar de mãos dadas, figurativa e literalmente. Por acolher cada crise acadêmica e me encher de coragem. Por abrir mão do descanso em suas férias para me auxiliar nas transcrições das entrevistas, por fazer revisões do texto e eventuais traduções, por toda a disponibilidade para me ajudar. Por acreditar em mim e incentivar meus voos.

Ao meu bonde mais certo: Amanda Leite, Amanda Trivelli, Amanda Vital, Camilla Castro, Dayanna Rosa, Diana Covêllo, Fernanda Muro, Hadla Camargo, Julia Pereira, Juliana Lopes, Mariana Portela, Regina Luisi. Pela amizade

adolescente que encontra suas formas de se fazer presente em meio às tentativas de conciliar tantas rotinas diferentes.

Às mulheres com quem aprendi que não existe conhecimento neutro, e que podemos ocupar e disputar cada lugar em que pusermos nossos pés. Camilla Castro, Carolina Freire, Diana Covêllo, Heloisa Adegas, Juliana Lopes, Juliana Veras, Juliana Vieira, Ladyane Souza, Mariana Barbosa e Regina Luisi. Di, obrigada pela formatação e pelas milhares de dúvidas tiradas sobre ABNT. Lady, obrigada pelo cuidado com a minha saúde mental durante esse processo, por ouvir meus desabafos. Lu, obrigada pela disponibilidade para as leituras críticas e revisões das minhas escritas. Ju Lopes, além de tudo isso, obrigada pelas sugestões bibliográficas, por incentivar esta pesquisa, ouvir sobre ela, refletir em conjunto.

Às funcionárias, estagiários, egressos, discentes e docentes do PPGDH, pela construção de uma academia mais humana. Por tudo o que compartilhamos, agradeço especialmente a Caio Catarcione, Karen Rosaboni e Rislá Miranda. Pela coragem e força de falar de direitos humanos em espaços pouco receptivos e por ser fonte de inspiração, agradeço a Isaac Falcão (*in memoriam*).

Aos professores Wanderson Flor do Nascimento e Eneá Stutz e Almeida por aceitarem participar da banca de defesa e pelos comentários fundamentais que fizeram na banca de qualificação a respeito do que era ainda um projeto que se consolida neste trabalho. Por apostarem na sala de aula como um espaço acolhedor, de troca e reflexão. Vocês são verdadeiras referências como professores e pesquisadores para mim.

Às Promotoras Legais Populares do Distrito Federal, por alargarem meus horizontes, compartilhando suas histórias. Por transformarem os sentidos de ser mulher. Por me apresentarem a extensão como um novo modo de estar na Universidade. Por viverem comigo uma trajetória potente e inspiradora de educação e construção de conhecimentos: a coletividade.

Ao Arquivo Público do Distrito Federal, a quem agradeço em nome de Rita Rocha, pela disponibilidade em auxiliar a consulta ao acervo, pelo trabalho fundamental de gestão da memória de nossa sociedade.

Ao Grupo de Pesquisa em Justiça de Transição da UnB, por pensarem sobre caminhos possíveis para a ruptura com a tradição autoritária que vigora neste

país. Por meio da professora Eneá, coordenadora do grupo, agradeço a cada um que contribuiu em nossos encontros.

Aos funcionários da UnB, que tornam possível o funcionamento desta universidade mesmo num momento em que seu trabalho torna-se cada vez menos reconhecido e a terceirização os coloca em uma situação ainda mais precarizada.

À Capes, pelo financiamento de parte do meu percurso no mestrado, bem como pelo apoio à pesquisa. Sem investimento público não existiria ciência neste nosso país.

Provavelmente Dorvi não virá mais. Ele que tinha um trato de viver fincado nessa fala desejo:

*— A gente combinamos de não morrer.
— Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel.*

Conceição Evaristo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Excerto de matéria de O Globo	53
Figura 2 – Edson Cardoso.....	58
Figura 3 – Jacira da Silva	59
Figura 4 – Graça Santos.....	59
Figura 5 – Maria Luiza Junior	60
Figura 6 – Classificação Hierárquica Descendente.....	63
Figura 7 – Panfleto com a programação da Jornada do Negro pela Assembleia Constituinte de 1985.....	81
Figura 8 – Panfleto com a programação da Jornada do Negro pela Assembleia Constituinte de 1985.....	82
Figura 9 – Panfleto de Edson Cardoso como candidato a Deputado Constituinte.....	83
Figura 10 – Informe SSP sobre atividade cultural do MNU em 10/05/1982 .	85
Figura 11 – Informe SSP sobre manifestação de 15/08/1985.....	88
Figura 12 – Informe SSP sobre manifestação de 17/10/1985.....	88
Figura 13 – Informe SSP sobre manifestação de 22/08/1986.....	89
Figura 14 – Editorial do boletim Raça	91
Figura 15 – 400 palavras/expressões mais utilizadas nas entrevistas, a partir do software Iramuteq (considerando verbos, substantivos e adjetivos).....	217
Figura 16 – Palavras que apareceram no mínimo 30 vezes nas entrevistas, representadas em função de sua proximidade e coocorrência, a partir do software Iramuteq.....	218
Figura 17 – Carta de princípios do Movimento Negro Unificado e Histórico do MNU	219
Figura 18 – Carta de princípios do Movimento Negro Unificado e Histórico do MNU	220
Figura 19 – Informe SSP sobre atividade cultural do MNU em 10/05/1982	221
Figura 20 – Informe SSP sobre atividade cultural do MNU em 10/05/1982	222
Figura 21 – Informe SSP sobre manifestação de 15/08/1985.....	223
Figura 22 – Informe SSP sobre manifestação de 15/08/1985.....	224
Figura 23 – Informe SSP sobre manifestação de 15/08/1985.....	225
Figura 24 – Informe SSP sobre manifestação de 15/08/1985.....	226

Figura 25 – Informe SSP sobre manifestação de 17/10/1985	227
Figura 26 – Informe SSP sobre manifestação de 17/10/1985	228
Figura 27 – Informe SSP sobre manifestação de 22/08/1986	229
Figura 28 – Informe SSP sobre manifestação de 22/08/1986	230
Figura 29 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	231
Figura 30 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	232
Figura 31 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	233
Figura 32 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	234
Figura 33 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	235
Figura 34 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	236
Figura 35 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	237
Figura 36 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	238
Figura 37 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	239
Figura 38 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	240
Figura 39 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	241
Figura 40 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte	242
Figura 41 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF	243
Figura 42 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF	244
Figura 43 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF	245
Figura 44 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF	246
Figura 45 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF	247
Figura 46 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF	248

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEAB	Centro de Estudos Afro Brasileiros
CEV Rubens Paiva	Comissão da Verdade do Estado de São Paulo
CEV-Rio	Comissão da Verdade do Rio
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CNV	Comissão Nacional da Verdade
Cojira	Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial
CS	Convergência Socialista
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
FNB	Frente Negra Brasileira
Fundo SSP	Fundo da Secretaria de Segurança Pública
ICBA	Instituto Cultural Brasil-Alemanha
MNU	Movimento Negro Unificado
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
Sinba	Sociedade de Intercâmbio Brasil-África
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UnB	Universidade de Brasília

RESUMO

Esta pesquisa foi construída a partir da identificação do apagamento histórico da resistência da população negra no período da ditadura militar. Com base no marco teórico de genocídio e epistemicídio referenciado em Achille Mbembe, Ana Flauzina e Sueli Carneiro, falo de como esse apagamento não é acidental, mas é ativamente promovido pela branquitude para perpetuar-se no poder e ocultar a agência da população negra na construção da história nacional. Desde a justiça de transição, proponho uma reflexão sobre o que é considerado como Estado de exceção e que violências são compatíveis com a democracia. Utilizando a abordagem metodológica da história oral, apresento os olhares de quatro participantes de movimentos negros em Brasília sobre a militância e o período da ditadura de 1964. O software Iramuteq permitiu que se realizasse uma classificação hierárquica descendente (CHD) originada na análise lexical das entrevistas transcritas. A discussão sobre as entrevistas foi realizada segundo a organização das classes indicadas pela CHD, que apontou os seguintes eixos: família, estudos, questão racial, movimentos e imprensa. A pesquisa apontou que as conversas sobre família estão permeadas pelo assunto “morte”, evidenciando o genocídio que perpassa as experiências familiares de pessoas negras. Os estudos são um duplo lugar onde as violências acontecem mas também onde essas pessoas encontram formas de compreender a origem das violências e organizam caminhos para a resistência. Falar sobre a questão racial e as organizações em movimentos implica falar sobre luta e confronto, numa manifestação da agência dessas pessoas em se opor às estruturas racistas do Estado. A imprensa do período demonstra um interdito sobre questões raciais, exceto em coberturas pontuais de manifestações públicas. Perpetuar narrativas sobre ditadura que não falem na violência de Estado direcionada a pessoas negras e no papel desses grupos enquanto sujeitos históricos perpetua o genocídio, bem como o epistemicídio.

Palavras-chave: justiça de transição; raça; epistemicídio; história oral; ditadura militar;

ABSTRACT

This research was built from the identification of the historical muffling of the black population's resistance during the times of Military dictatorship. Based on the genocide and epistemicide's theoretical framework and referenced on Achille Mbembe, Ana Flauzina and Sueli Carneiro, I hereby defend that such suppression is no accident, but actively promoted by the Whiteness in order to maintain itself on a position of power and conceal the acting of the black population on constructing National history. Starting from transitional justice, I come up with a consideration about what is taken in as Exception State and which violences are compatible with democracy. By using Oral's History methodological approach, I present the looks of four Black Movement partakers in Brasília about militancy and 1964's period of dictatorship. The software Iramuteq allowed it to be made a descending hierarquical classification (DHC) originated on the lexical analysis of the transcribed interviews. The discussion about the interviews was accomplished based on the grouping of classes indicated by DHC, which pointed the following axes: family, studies, racial matter, movements and press. Research pointed out that the conversations about family are impregnated with the subject "death", highlighting the genocide that runs through the experiences of black people. Studies are a double spot where both, violences happen but also where those people found ways to understand the origin of these violences and arrange ways to resistance. To talk about racial matter and movement organizations implies to talk about fight and confrontation, in a manifest of the acting of those people in opposing themselves to the racist structures created by the State. The press, those days, shows a banning of racial matters, except when covering isolated public manifests. Perpetuate narratives related to dictatorship that don't talk about State violence directed to black people and their role as historical subjects also perpetuates the genocide, as the epistemicide.

Key words: transitional justice; race; epistemicide; oral history; military dictatorship.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. O APAGAMENTO DA MILITÂNCIA NEGRA DA HISTÓRIA NACIONAL: Uma história contada pela branquitude	22
2.1 Modernidade e colonialidade	23
2.2 Genocídio e epistemicídio	26
3. A DITADURA DE 1964 COMO RUPTURA DEMOCRÁTICA	35
3.1 Origens e pilares da Justiça de Transição	39
3.2 Democracia e Estado de Exceção	41
3.3 História Oral como resgate das memórias	46
4. MOVIMENTOS NEGROS EM BRASÍLIA A PARTIR DE QUATRO OLHARES ..	50
4.1 Um diálogo com militantes negros em Brasília	57
4.2 Família	63
4.3 Estudos	68
4.4 Questão racial	72
4.5 Movimentos	74
4.6 Imprensa	84
5. CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	101
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM EDSON CARDOSO....	103
APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM JACIRA DA SILVA....	122
APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM MARIA LUIZA JÚNIOR	
165	
APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM GRAÇA SANTOS	204
APÊNDICE F – NUVEM DE PALAVRAS	217
APÊNDICE G – ANÁLISE DE SIMILITUDE	218
ANEXO A – Carta de princípios do Movimento Negro Unificado e Histórico do MNU	219
ANEXO B – Informe SSP sobre atividade cultural do MNU em 10/05/1982	221
ANEXO C – Informe SSP sobre manifestação de 15/08/1985.....	223

ANEXO D – Informe SSP sobre manifestação de 17/10/1985.....	227
ANEXO E – Informe SSP sobre manifestação de 22/08/1986.....	229
ANEXO F – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte.....	231
ANEXO G – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF.....	243

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem origem, dentre outras coisas, no meu interesse em pensar sobre uma sociedade que respeite os direitos humanos. Interesse que me levou a estagiar na Assessoria de Comunicação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹, em 2014, e a refletir sobre essa importante experiência para a transição brasileira.

A partir de diálogos em diversos espaços sobre justiça de transição e construção de direitos humanos pelos movimentos sociais², surgiu um incômodo perante a ausência do debate sobre a discriminação à população negra e especificamente aos movimentos negros no período da ditadura civil-militar no Brasil. Essa lacuna vem de muito antes da experiência da CNV em si, permeia toda a construção dita oficial sobre a história nacional. Se, com este trabalho, conseguir evidenciar a ausência do debate sobre racismo em relação ao período delimitado do estudo, já me considero mais que satisfeita.

Localizar meu estudo no Distrito Federal não é uma escolha por mera conveniência geográfica, mas também uma forma de descentralizar o foco dos estudos que privilegiam os acontecimentos dentro do eixo Rio-São Paulo. É uma escolha por demonstrar que mesmo numa Brasília de história tão recente, durante um período da ditadura houve mobilização e resistência social.

Falar sobre raça não implica tratar exclusivamente sobre pessoas negras – embora a branquitude³ insista em não se ver racializada – portanto por mais que o

¹ Ainda na introdução, explico o que foi a Comissão Nacional da Verdade e a sua importância no debate acerca do período da ditadura civil-militar brasileira de 1964 a 1985. Mais informações podem ser obtidas no portal da CNV: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>.

² Segundo Joaquín Herrera Flores, “os direitos humanos seriam os resultados sempre provisórios da lutas sociais pela dignidade. Entenda-se por dignidade não o simples acesso aos bens, mas que tal acesso seja igualitário e não esteja hierarquizado “a priori” por processos de divisão do fazer que coloquem alguns, na hora de ter acesso aos bens, em posições privilegiadas, e outros em situação de opressão e subordinação. Mas, cuidado! Falar de dignidade humana não implica fazê-lo a partir de um conceito ideal ou abstrato. A dignidade é um fim material. Trata-se de um objetivo que se concretiza no acesso igualitário e generalizado aos bens que fazem com que a vida seja “digna” de ser vivida.” (HERRERA FLORES, 2009, p. 31)

³ Não foi possível neste estudo trazer um desenvolvimento conceitual aprofundado sobre branquitude, então me baseio na definição de Lourenço Cardoso (2014), em sua tese “O branco ante a rebeldia do desejo – um estudo sobre a branquitude no Brasil”, em que conceitua branquitude como a “pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não-brancos, dessa forma, significa ser

foco deste trabalho esteja nas narrativas de pessoas negras sobre a construção de seus movimentos sociais, especialmente o MNU-DF, trata-se também de uma pesquisa sobre o apagamento dessas histórias. Apagamento que não é involuntário; embora estrutural, é operado diariamente pela branquitude que insiste em expressar suas experiências de mundo como universais.

Quando se fala da oposição ao regime militar, lembra-se das organizações e movimentos que eram compostos pela parcela branca da população, e como se a resistência girasse em torno apenas dos ideais de luta de classes pregados pela esquerda brasileira.

A repressão do Estado não agia somente sobre aqueles que confrontavam as ideias políticas defendidas pelo regime, mas havia também uma perseguição direcionada àqueles que não atendessem à imagem de “bons cidadãos”. Rogério dos Santos (2017) aborda que durante o período houve um aumento da perseguição dirigida aos homossexuais, não pela posição política à qual se vinculavam, mas por sua orientação sexual ou identidade de gênero.

De forma similar, a população negra também era perseguida independente de sua vinculação ideológica. Segundo Thula Pires (2018), a demanda de produzir um olhar racializado sobre as violências impetradas pelo regime militar existe para

[...] que se conheça atores políticos combativos e historicamente ignorados. Produz a racialização do não branco e do branco, tomado como padrão para identificação do que é luta por democracia e resistência. Oferece mais elementos para a compreensão das condições estruturais que viabilizam o florescimento e consolidação de regimes autoritários. Reposiciona o que se entende por violência e os contornos possíveis da liberdade. (PIRES, 2018, p. 1076).

Como Lélia Gonzalez e Hasenbalg (1982) argumentam,

O golpe militar de 1964 procurou estabelecer uma “nova ordem” na sociedade brasileira já que, de acordo com aqueles que o desencadearam, “o caos, a corrupção e o comunismo” ameaçavam o país. Tratou-se, então, do estabelecimento de mudanças na economia mediante a criação do que foi chamado um novo modelo econômico em substituição ao anterior. Mas para que isso se desse, os militares determinaram que seria necessário impor a “*pacificação*” da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse

menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, a expressão do ser, e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais. Ser branco significa mais do que ocupar os espaços de poder. Significa a própria geografia existencial do poder.” (CARDOSO, L., 2014, p. 17)

termo, pacificação, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê “pacificação”, entenda-se *repressão*. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 11, grifo nosso)

Esse período de repressão, como ela situa, foi colocado como sendo na verdade uma “pacificação” da sociedade civil a fim de realizar mudanças no rumo da economia do país. A autora demarca como o que é visto por uma parcela da sociedade como pacificação, para outra significa repressão. Não à toa, o período é tido como um marco da violência de Estado na história recente do país, tendo em vista a grande desinformação sobre as atividades do Governo devido ao tratamento de arquivos como sigilosos e, mais ainda, pelo número de mortos e desaparecidos políticos por responsabilidade do regime ditatorial.

A Comissão Nacional da Verdade, órgão de Estado que funcionou entre maio de 2012 e dezembro de 2014, foi instituída com o intuito de efetivar o direito à memória e à verdade histórica (BRASIL, 2011) referentes ao período de 1946 (fim do período autoritário do Estado Novo) a 1988 - data de promulgação da Constituição Federal vigente. Seu Relatório Final é considerado como a obra que esquematizou de forma mais abrangente os acontecimentos referentes à ditadura de 1964.

Observa-se que dentre as mais de três mil páginas do Relatório Final da CNV, há apenas um parágrafo que se refere à questão racial, no volume específico para textos temáticos, dentre os quais encontra-se “A resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos”:

Em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU) é criado na Bahia⁴, dando maior ênfase e profundidade às discussões sobre o preconceito racial no Brasil. Periodicamente eram realizados congressos pelo país inteiro, onde se discutia um novo *modus operandi* na luta contra o racismo. Entre as propostas do movimento, tínhamos a reavaliação da História da África e suas interlocuções com o Brasil. A população negra convivia cotidianamente com as violações de direitos humanos institucionalizadas pelo regime militar. A agenda do MNU era composta por atividades políticas, sociais e culturais, incentivando sistematicamente a inserção do negro na vida política das cidades. Em busca da identidade negra, eram pautas que entravam em conflito com a ideia de “democracia racial” pregada pelas propagandas ufanistas da ditadura militar. (BRASIL, 2014, p. 394-395)

⁴ Como será apresentado no terceiro capítulo a partir de várias referências bibliográficas e falas dos entrevistados, na verdade o MNU foi lançado num ato público em São Paulo, em 7 de julho de 1978.

Anteriores à produção do Relatório, porém, já havia estudos de referência a respeito da perseguição aos movimentos e à população negra em geral no período da ditadura. Podemos salientar os estudos de Lélia Gonzalez e Hasenbalg (1982), na obra Lugar de Negro; Clóvis Moura (1983) em Brasil: Raízes do protesto negro; Petrônio Domingues (2007) sobre o histórico dos movimentos negros brasileiros. Posteriormente à divulgação do encerramento dos trabalhos da CNV, a questão racial esteve presente nos relatórios das comissões da verdade dos estados do Rio de Janeiro – CEV-Rio – (RIO DE JANEIRO, 2015) e de São Paulo – CEV-Rubens Paiva – (SÃO PAULO, 2015), que dedicaram um capítulo exclusivo para tratar do assunto.

É fundamental registrar o contexto social em que esta dissertação está sendo produzida: estamos diante de um governo que foi democraticamente eleito em outubro de 2018 e tomou posse em janeiro de 2019, porém num cenário em que a democracia como um valor social já se encontra esgarçada e desvalorizada. O presidente Jair Messias Bolsonaro demonstra total desprezo pelos direitos humanos e, especialmente, pelo Estado Democrático de Direito. Por outro lado, utiliza o argumento de que foi democraticamente eleito para legitimar seu poder. Vale registrar que próximo à data de 55 anos do golpe de Estado de 1964 em que os militares usurparam o poder, o então Presidente sugere às Forças Armadas que haja comemorações à data do golpe⁵.

Diante disso, ressalto a importância histórica da Comissão Nacional da Verdade, que, junto à Comissão de Anistia, foi uma das principais experiências de concretização da justiça de transição que já tivemos. Representa uma expressão do Estado de que reconhece sua responsabilidade pelas violações de direitos humanos praticadas por seus agentes, em obediência à estrutura que foi estabelecida pelos governos militares.

Isso posto, passo então a refutar esse lugar de suposta neutralidade que muitos atribuem à ciência. Talvez seja esse o mais valioso aprendizado que obtive no mestrado em direitos humanos: qualquer conhecimento está sempre orientado

⁵ O porta-voz da Presidência da República, em entrevista coletiva, relatou que Jair Bolsonaro determinou que o Ministério da Defesa faça comemorações ao 31 de março de 1964, segundo matéria do G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>>.

pelo olhar de quem o produz, não existe visão de mundo asséptica em nenhuma área da ciência. Como bem sintetiza Djamila Ribeiro (2017) em *O que é lugar de fala*, o conhecimento nunca se constitui a partir de uma universalidade, ele parte sempre da localização de quem o produz e a partir de onde se vê o mundo (e o fenômeno que se pretende analisar). O que se afirma como ciência universal e não localizada é geralmente a ciência produzida pelo academicismo branco, europeu e masculino, porém “ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais” (RIBEIRO, 2017, p. 31).

Localizo o objetivo da produção desta pesquisa como a minha tentativa enquanto mulher branca de relatar, a partir do diálogo com militantes negros, suas narrativas a respeito da articulação dos movimentos durante a ditadura civil-militar em Brasília. Para atender esse objetivo, busco refletir sobre a relação entre democracia e ditadura para a população negra brasileira. Em seguida, pretendo conhecer os processos pessoais e coletivos de meus interlocutores até ingressarem na militância, a constituição dos movimentos e a importância que as pessoas com quem dialoguei atribuem à imprensa.

Foi utilizada a história oral como abordagem metodológica para orientar as entrevistas que compõem a pesquisa, a partir de roteiros semi-estruturados adotados para dialogar com as quatro pessoas que aceitaram participar da pesquisa. Posteriormente, uma análise lexical da transcrição das entrevistas permitiu ordenar as unidades de análise que seriam trabalhadas, com auxílio do software Iramuteq.

Registro que, inicialmente, o foco desta pesquisa se daria justamente na relação dos movimentos com a imprensa, porém após o trabalho de campo de diálogo com meus interlocutores, fui surpreendida com o fato de que essas histórias tinham muito a me contar além da relação com a mídia. A partir dessa percepção, decidi trilhar na escrita o caminho que as conversas com Graça Santos, Jacira da Silva, Maria Luiza Junior e Edson Cardoso me apontavam.

Os referencio nominalmente nesta pesquisa pois, diante da possibilidade que lhes ofereci de realizarem seus relatos anonimamente, todos recusaram. São sujeitos históricos e que assim preferem ser representados.

A dissertação foi estruturada em três capítulos, ao longo dos quais apresento resultados do trabalho de campo em diálogo com a fundamentação teórica e metodológica. No primeiro capítulo, *O apagamento da militância negra da história nacional: uma história contada pela branquitude*, desenvolvo mais profundamente o porquê desta pesquisa existir e os marcos teóricos que me auxiliam na compreensão deste apagamento da história da militância negra. A partir do marco temporal da modernidade e da colonialidade, abordo os conceitos de genocídio e epistemicídio.

Já no segundo capítulo, *A ditadura de 1964 como ruptura democrática*, utilizo o marco da Justiça de Transição para compreender o momento histórico focalizado na pesquisa, além de tratar das disputas existentes sobre o conceito de Estado de exceção. Por último, o capítulo apresenta a escolha da metodologia de História Oral como uma opção pautada no direito à memória.

O terceiro capítulo, *Movimentos negros em Brasília*, após apresentar uma breve contextualização histórica a respeito das articulações dos movimentos no país, é onde desenvolvo mais profundamente os diálogos com os interlocutores que me auxiliaram no estudo, tratando de questões referentes à mobilização principalmente do CEAB, Centro de Estudos Afro Brasileiros, e do MNU-DF, Movimento Negro Unificado no Distrito Federal.

Gostaria de registrar um importante aprendizado que obtive com Maíra Brito e uma das participantes de sua pesquisa de dissertação: este trabalho não tem a intenção de dar voz a nenhum dos entrevistados. Como me disse Jacira da Silva “sempre tivemos voz, ela precisa é ser ouvida!”. Reitero que todos eles têm as suas próprias vozes que, inclusive, têm alcance muito maior do que a escrita acadêmica. Meu papel é tentar reverberar essas vozes, ecoar essas falas tão potentes.

Peço desculpas pela extensão de algumas das notas de rodapé, mas foram adotadas como forma de minimamente tangenciar assuntos que não são centrais para a pesquisa (mas que mereciam espaço por serem relevantes), sem que o ritmo do texto fosse interrompido.

2. O APAGAMENTO DA MILITÂNCIA NEGRA DA HISTÓRIA NACIONAL: Uma história contada pela branquitude

Um dos principais fatores que originaram esta pesquisa foi o fato de que as narrativas oficiais⁶ sobre o período da ditadura não costumam mencionar a participação da militância negra na história nacional (ou o fazem muito superficialmente). Essa constatação, na verdade, poderia ser ampliada a toda a história do Brasil, visto que o único momento em que se fala sobre a contribuição da população negra na construção deste país é quando se refere ao período da escravidão. E até mesmo quando se aborda o período colonial escravocrata, reforçam-se estereótipos racistas em que pessoas negras eram vistas única e exclusivamente como força de trabalho.

O branqueamento explicado por Maria Aparecida Silva Bento (2002) trata, entre tantas vertentes, da exclusão das contribuições intelectuais e culturais trazidas por essa parcela da população. Um aporte importante a respeito das contribuições culturais e intelectuais dos negros para a construção da sociedade brasileira é fornecido por Lélia Gonzalez (1984) no artigo *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*, no qual aponta o papel da “mãe preta”, a mucama ou babá que não só cuida (das crianças brancas de seus senhores e patrões e das crianças de sua família e comunidade); a mãe preta é quem assume “a função materna [que] diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente” (GONZALEZ, 1984, p. 235).

Personalidades negras que se destacam têm suas histórias embranquecidas, como é o caso de Machado de Assis. Os quilombos são tratados como uma exemplificação da insubordinação destes “seres não-domesticados”, “rebeldes”; não se fala de sua expressiva força de resistência e menos ainda de seu papel como forma de organização social.⁷ Edson Cardoso, em nossa conversa,

⁶ Utilizo o termo “narrativas oficiais” aqui para designar as fontes consideradas confiáveis a respeito da história nacional, como livros didáticos, relatórios das comissões da verdade e matérias da grande imprensa.

⁷ Essa realidade começa a mudar, lentamente, a partir da criação da lei 10.639/2003, que diz respeito à obrigatoriedade do “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do

reforça como não se pode apagar as contribuições feitas pela população negra e, especialmente, pelos africanos da diáspora que para cá vieram:

A África é parte do que somos, definitiva. Independe da vontade dessas pessoas, ninguém pode decidir sobre isso mais, isso não é matéria de governo que se iluda achando que vai mudar. Não tem como alterar isso. E quem sonha com isso, quem pretende idealmente isso aí vai quebrar a cara, por que ela é parte do que somos, não tem como tirar isso, é da nossa formação, é do Brasil que somos. **A África é parte do que somos.** Tá achando o quê, que milhões de pessoas migraram, milhões de pessoas sofreram, isso é assim, isso evapora no ar? Não evapora no ar, isso tá entranhado na cultura, no que somos, na terra, nas coisas, nas cidades... (Edson Cardoso, informação verbal)⁸

Não há neutralidade na escolha de quais histórias sobre o país serão contadas, quais são os heróis nacionais, quais são as datas históricas relevantes, quem foram os participantes de tais eventos e de que forma atuaram. Todas essas escolhas são feitas para estabelecer e constantemente reafirmar a supremacia branca. Como explica Sueli Carneiro (2005),

a essência do racismo, enquanto pseudo-ciência, foi buscar legitimar, no plano das idéias, uma prática, e uma política, sobre os povos não-brancos e de produção de privilégios simbólicos e/ou materiais para a supremacia branca que o engendrou. (CARNEIRO, 2005, p. 29)

Neste capítulo, pretendo tratar das bases teóricas que auxiliam a compreensão das origens e continuidades dessa parte da história que geralmente é apagada quando está sendo contada pela branquitude.

2.1 Modernidade e colonialidade

A Era Moderna⁹ surgiu a partir do empreendimento das Grandes Navegações, ou seja, da invasão europeia dos continentes americano e africano,

povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” (BRASIL, 2015). Vale lembrar que essa lei surge para tentar alterar a realidade do apagamento, a partir de reivindicações históricas do movimento negro, constando inclusive na carta de princípios do MNU, em 1978. (Anexo A)

⁸ CARDOSO, Edson. **Edson Cardoso:** entrevista. [janeiro, 2019]. Entrevistado por: Nara Menezes Santos. Brasília, 2019.

⁹ Observo aqui que sendo este um estudo que não se pretende universal, limito-me a abordar do ponto de vista brasileiro a relação entre Europa, América e África, tendo em vista quão plurais são as histórias compreendidas nessas relações que seria uma pretensão inviável abarcar a relação

num empreendimento colonial que se baseou na dominação dos povos. Segundo Achille Mbembe (2017, p. 22), “o desenraizamento geográfico e cultural e, em seguida, a deslocação voluntária ou a implantação forçada de populações inteiras em vastos territórios [...] foram acontecimentos decisivos da nossa chegada à modernidade”. A compreensão da modernidade exige que se tenha em conta esse momento inicial como um intenso fluxo migratório forçado que configurou novas acepções de mundo, visto que

o vasto movimento de repovoamento do mundo inaugurado na orla dos Tempos Modernos firmou-se pela maciça <<tomada de terras>> (a colonização), a uma escala e com técnicas jamais conhecidas na história da humanidade. Longe de levar a uma globalização da democracia, a corrida para as terras novas desembocou numa nova lei (nomos) da terra, cuja principal característica é a de tornar guerra e raça dois sacramentos privilegiados da história. (MBEMBE, 2017, p. 13-14).

A racialização dos territórios foi a ferramenta lógica encontrada para justificar um controle tal dos corpos, em que a humanidade passou a ser dividida entre povos brancos e não-brancos, equivalente à distinção entre seres considerados humanos ou não-humanos, como “uma maneira de estabelecer e de afirmar o poder” (MBEMBE, 2018). Como explica Paul Gilroy (2001), incluir essa parte da história nas narrativas oficiais resulta em que

A história e a cultura expressivas da diáspora africana¹⁰, a prática da escravidão racial ou as narrativas de conquista imperial europeia podem exigir que todas as periodizações simples do moderno e do pós-moderno sejam drasticamente repensadas. (GILROY, 2001, p. 103).

Assumindo a proposta de Gilroy, falar sobre diáspora, escravidão racial e conquista imperial implica repensar as periodizações a partir das quais enxergamos a história. A desumanização de tão grande parcela da população mundial serviu aos

também com Ásia e Oceania, muito embora haja semelhança em alguns dos processos coloniais que países europeus também empreenderam por essas outras partes do globo.

¹⁰ A respeito da diáspora africana, Gilroy escreve “desejo sugerir que o conceito de diáspora pode em si fornecer uma imagem subutilizada com a qual explorar a relação fragmentária entre negros e judeus e as difíceis questões políticas para as quais ela desempenha o papel de anfitriã: o status da identidade étnica, o poder do nacionalismo cultural e a maneira pela qual as histórias sociais cuidadosamente preservadas do sofrimento etnocida podem funcionar para fornecer legitimação ética e política [...]. Durante as décadas de 1950 e 1960, ocorreria a apropriação do termo “diáspora” por historiadores da África e da escravidão racial no Novo Mundo. Existem outras idéias mais evasivas e míticas que vinculam as mentalidades desses povos diferentemente dispersados. A noção de um regresso ao ponto de origem é a primeira delas.” (GILROY, 2001, p. 387)

europeus para que utilizassem tanto a força de trabalho destes povos quanto as matérias oriundas de seus territórios, a partir das quais a civilização europeia se construiu. Foi a partir dos “subsídios raciais” que se deu a acumulação primitiva do capital, que sequer parou de ocorrer (MBEMBE, 2018).

A Era Moderna é afirmada pelo pensamento iluminista europeu enquanto Era de primazia da razão e tem, segundo os ideais celebrados pela Revolução Francesa, a liberdade como um de seus valores máximos. É essa mesma racionalidade que sustenta e coexiste com a subalternidade e a escravização de povos não-brancos. Paul Gilroy (2001) explica que se retira deles a humanidade para justificar que não sejam sujeitos desses mesmos valores propagados como ideais, cujo usufruto fica restrito aos europeus, porém

Como Douglass, Du Bois quis estabelecer que **a história dos negros no Novo Mundo, particularmente as experiências do tráfico escravo e da plantation, era uma parte legítima da história moral do Ocidente como um todo**. Não eram eventos únicos – episódios discretos na história de uma minoria – que poderiam ser apreendidos por seu impacto exclusivo sobre os negros em si mesmos, nem eram aberrações em relação ao espírito da cultura moderna que provavelmente teriam de ser superados pelo progresso inexorável rumo a uma utopia secular, racional. A existência permanente do racismo desmentiu estes dois veredictos e exige que **consideremos mais profundamente a relação de terror e subordinação racial como a própria natureza interna da modernidade**. (GILROY, 2001, p. 154, grifo nosso)

O que Gilroy traz no trecho acima é a importância de considerarmos como a história do Ocidente não pode ser pensada apenas a partir da experiência europeia, ignorando que esses mesmos países praticavam em outras partes do mundo – notadamente nos territórios que colonizavam – uma experiência de humanidade que não condiz com os ideais que pregavam em suas próprias terras.

Em solo europeu, lidando com pessoas brancas (seus semelhantes), faziam questão de proclamar liberdade, igualdade e fraternidade. Ao invadir territórios em outros continentes, porém, punham de lado tais ideais e despendiam outra forma de tratamento às populações locais. Por essa razão, Mbembe (2018) reitera que

permanecerá inacabada a crítica da modernidade enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o surgimento do princípio de raça e com a lenta transformação desse princípio em matriz privilegiada para as técnicas de dominação, no passado tanto quanto no presente. [...] **Por princípio de raça se deve entender, aliás, uma forma espectral da divisão e da diferença humana**, suscetível de ser mobilizada para fins de estigmatização, de exclusão e de segregação, **por meio das quais se**

busca isolar, eliminar e até mesmo destruir fisicamente determinado grupo humano. (MBEMBE, 2018, p. 106, grifo nosso)

Sueli Carneiro (2005) corrobora essa teorização a respeito do princípio de raça (ou racialidade), ao falar da produção do “Eu” europeu como superior que destina ao “Outro” racializado uma posição de inferioridade. Identifica que é na branquura que eles estabelecem a representação da normalidade, o pólo positivo da relação com a diferença de qualquer figura de “Outro” negativo.

Por abrigar uma lógica de separação entre indivíduos humanos e não-humanos, “o processo colonial é sempre construído em torno de um instinto genocida” (MBEMBE, 2017, p. 170), visto que, quando despidos de humanidade, tornam-se populações matáveis.

2.2 Genocídio e epistemicídio

Ana Flauzina (2014) traz uma importante reflexão acerca do genocídio, ao apresentar o histórico do conceito, bem como as disputas jurídicas em torno de sua criação e uso. Relata que o conceito foi desenvolvido em 1944 por Raphael Lemkin numa obra sobre a ocupação nazista na Europa¹¹, mas que o autor abordou suas diversas aplicações em fatos históricos como o “genocídio colonial espanhol” e a escravidão. O autor explica que

O termo não significa necessariamente assassinatos em massa embora possa significar isto. Mais frequentemente se refere a um **plano coordenado com alvo em destruir as bases essenciais da vida** de grupos nacionais para que esses grupos definham e morram como plantas que sofreram uma praga. O objetivo pode ser alcançado pela desintegração forçada de instituições políticas e sociais, da cultura das pessoas, de sua língua, seus sentimentos patrióticos e sua religião. Também pode ser alcançado com a varredura de todos os tipos de segurança pessoal, liberdade, saúde e dignidade. Quando esses meios falham, uma arma pode sempre ser utilizada como último recurso. O genocídio é direcionado contra um grupo nacional na forma de entidade e o ataque a indivíduos é apenas secundário à aniquilação do grupo nacional ao qual eles pertencem. (LEMKIN, 1945, p. 39, tradução e grifo nosso)¹²

¹¹ Ver mais em: LEMKIN, Raphael. *Axis rule in occupied Europe: Laws of occupation, analysis of government, proposals for redress*. The Lawbook Exchange, Ltd., 2005.

¹² No original “the term does not necessarily signify mass killings although it may mean that. More often it refers to a coordinated plan aimed at destruction of the essential foundations of the life of national groups so that these groups wither and die like plants that have suffered a blight. The end

É possível notar, a partir da definição proposta por Lemkin, que se tratava de uma noção integral de práticas que não dizia respeito apenas ao assassinato de um grupo, mas da destruição de seus modos de vida, de sua cultura e dignidade. Em relação ao cenário jurídico internacional, o conceito de genocídio foi abordado na Resolução 96 (I) da Organização das Nações Unidas, em 1946, como “negação do direito de existência de grupos humanos”, quando foi apontada a necessidade de sua punição, mas passou a ser mais difundido após a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, em 1948, em que foi definido que

entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como:

- a) Assassinato de membros do grupo;
 - b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo;
 - c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial;
 - d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
 - e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo.
- (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948)

Percebe-se então que a Convenção da ONU restringe em vez de alargar o entendimento proposto por Lemkin. O refreamento imposto se deve ao contexto em que se desenrolou a Convenção: havia um medo dos países signatários de que práticas como a colonização e as disputas desenvolvidas entre Estados Unidos e União Soviética pudessem ser abarcadas pelo conceito de genocídio e conseqüentemente, esses Estados fossem punidos. Por essa razão, decidiu-se por estabelecer então a noção de que genocídio referia-se exclusivamente à prática de extermínio em massa (FLAUZINA, 2014).

Para além das questões jurídicas em mobilizar o conceito de genocídio para outros conflitos além do Holocausto, a autora salienta a importância política de mobilizar esse conceito para chamar atenção à importância mundial de alguns eventos, pois

may be accomplished by the forced disintegration of political and social institutions, of the culture of the people, of their language, their national feelings and their religion. It may be accomplished by wiping out all basis of personal security, liberty, health and dignity. When these means fail the machine gun can always be utilized as a last resort. Genocide is directed against a national group as an entity and the attack on individuals is only secondary to the annihilation of the national group to which they belong.”

o Holocausto não é apenas um problema judaico contextualizado nos limites de um conflito europeu. Ao contrário, é percebido como uma tragédia humana. É um episódio que se baseia na noção de que as violações de grupos sociais não podem ser subsumidas nas justificativas de contextos históricos, devendo ser reconhecidas como danos aos seres humanos em geral. (FLAUZINA, 2014, p. 131)¹³

O ponto central da reflexão de Flauzina é chamar atenção ao fato de que a categoria de genocídio só é ativada e gera comoção mundial e sensação de responsabilidade geral quando o grupo vitimado é branco. Caso contrário, o acontecimento é visto como de impacto local e não são compreendidas as inter-relações entre as várias práticas genocidas praticadas pela supremacia branca contra populações negras ou indígenas, por exemplo.

Numa reflexão histórica, Flauzina (2006) aborda a pressão internacional para que a escravatura fosse abolida no Brasil, tendo em vista a necessidade do trabalho livre como forma de expansão do consumo. Com a abolição oficial¹⁴ em 1888, o projeto de dominação da população negra transformou-se para adaptar as práticas de extermínio direto, encarceramento em massa¹⁵ e embranquecimento forçado da população ao novo contexto social.

¹³ Lemkin (1945, p. 42) apresenta ideia similar ao afirmar que “The practices of genocide anywhere affect the vital interests of all civilized people. Its consequences can neither be isolated nor localized. Tolerating genocide is an admission of the principle that one national group has the right to attack another because of its supposed racial superiority. This principle invites an expansion of such practices beyond the borders of the offending state, and that means wars of aggression. The disease of criminality if left unchecked is contagious. Minorities of one sort or another exist in all countries, protected by the constitutional order of the state. If persecution of any minority by any country is tolerated anywhere, the very moral and legal foundations of constitutional government may be shaken.”

¹⁴ Falo em abolição oficial para enfatizar o que movimentos negros reiteram sempre que se discute a Lei Áurea: que o decreto de abolição não terminou com as práticas decorrentes da escravização e menos ainda realizou qualquer esforço para reparar as consequências dos quase quatro séculos de escravidão do país.

¹⁵ Juliana Borges (2018) aborda a questão do encarceramento ao explicar que “O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassados por esta estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial. Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Tanto o cárcere quanto o pós-encarceramento significam a morte social destes indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. Esta é uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país.” (BORGES, 2018, p. 12). É possível exemplificar essa prática ao constatar que dois anos após a abolição da escravatura, foi promulgado um novo Código Penal, adicionando à tipificação do crime de “vadiagem” a das práticas de “capoeiragem”, ambos artifícios criados para criminalizar tanto o desemprego massivo a que foram legados os ex-escravos quanto os modos de vida e manifestações culturais negras

Aliada ao encarceramento massivo da população negra, uma política de incentivo à imigração europeia é utilizada com o objetivo de promover um embranquecimento da população como outra forma de “melhorar” o perfil do brasileiro. Essa mestiçagem brasileira, que é utilizada como exemplificação da harmonia entre as raças, é na verdade a representação de dois movimentos de violência: os estupros praticados pelos homens brancos contra mulheres negras e indígenas e a migração europeia para “diluir o sangue negro” que corria nas veias da população brasileira (FLAUZINA, 2006).

Sueli Carneiro (2005) ainda chama atenção ao fato de que essa miscigenação forçada gera uma “hierarquia cromática e de fenótipos” para reforçar nos negros de pele mais clara a sensação de estarem mais próximos ao que seria o fenótipo ideal (branco). Tal fragmentação seria instrumentalizada para coibir a construção de uma identidade coletiva de pessoas negras com fenótipos diversos. Além disso, por mais que hoje se tente negar que essas relações hierarquizadas persistam, principalmente pelo que se proclama como caráter fundante da cultura brasileira, que seriam a miscigenação e a convivência harmônica,

Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem permanecido unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da "democracia racial". Uma "democracia" cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. (NASCIMENTO, 1978, p. 46)

A reflexão de Abdias do Nascimento é categórica em desconstruir o mito da democracia racial originária do lusotropicalismo de Gilberto Freyre ao constatar que nesta democracia entre as raças há apenas uma em posição de poder social. Às outras, é destinado o genocídio em suas diversas formas. Achille Mbembe (2018) explica esse processo genocida a partir da perspectiva de que a raça

consiste naquilo que se consolida odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como *semelhante a si mesmo*,

como a capoeira. (BRASIL, 1890). Ver mais sobre a criminalização dos modos de vida da população negra em: Flauzina (2006); FRANKLIN, Naila. Raça, gênero e criminologia (2017); DUARTE, Evandro. Criminologia e Racismo: Introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil. (1998).

mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total. [...] ela também é constituída no próprio ato de designação – o meio pelo qual certas formas de subvida são produzidas e institucionalizadas, a indiferença e o abandono justificados, a parte humana no outro violada, velada ou ocultada e certas formas de encarceramento e até mesmo de abate toleradas (MBEMBE, 2018, p. 27-70).

Tanto Sueli Carneiro (2005), quanto Flauzina (2006) e Mbembe (2017) servem-se da biopolítica de Foucault para explicar o fato de a política estar amplamente baseada no poder soberano sobre a vida e a morte, particularmente no direito de matar. Falam do poder de “fazer morrer e deixar viver”, que identifica no corpo negro o signo da morte, ou seja, “o racismo como fundamento da morte” (FLAUZINA, 2006) – são os corpos matáveis, enquanto

na branquitude se configura o vitalismo como signo que se consubstancia na maior expectativa de vida, nos menores índices de mortalidade e morbidade como consequência de seu acesso privilegiado aos bens socialmente construídos. (CARNEIRO, 2005, p. 78).

Segundo Sueli (2005), o biopoder se consolida a partir da cumplicidade entre a branquitude a respeito desse dispositivo que subalterniza ou elimina as populações racializadas.

Mbembe (2017) cunha o conceito de necropolítica a partir da biopolítica foucaultiana para desenvolver uma acepção focada na política de morte destinada às populações racializadas, marcadas com o signo da morte. O autor aborda a criação dos “mundos de morte”, os territórios em que os sujeitos são designados com a condição de mortos-vivos, de alvos constantes.

Os três autores entendem que essa morte provocada e justificada pela racialidade não se refere exclusivamente à interrupção da vida, mas de tornar esses corpos mais suscetíveis à morte e à aniquilação das formas de vida de seus povos. Podem ser destacadas como outras formas de genocídio a pauperização/exposição à pobreza, a falta de acesso à saúde, a esterilização forçada, a evasão/expulsão escolar e o impedimento da construção de uma identidade coletiva (FLAUZINA, 2006).

Impedir que pessoas negras se identifiquem enquanto grupo social é uma das formas de assegurar a subalternização, daí a importância do mito da democracia racial para a manutenção do status quo racista. Pensando no contexto

brasileiro, (mas tendo em vista que a análise pode ser estendida à situação dos povos africanos e em diáspora) deve-se levar em conta que

o genocídio está nas bases de um projeto de Estado assumido desde a abolição da escravatura, com o qual nunca se romperá efetivamente. A agenda genocida é recepcionada pelos sucessivos governos que assumiram a condução do país desde então, sem que se alterassem os termos desse pacto. Daí a grande dificuldade em se ter acesso ao projeto: ele não é episódico, mas estrutural. (FLAUZINA, 2006)

A estrutura genocida que alicerça o projeto de Estado que vem sendo construído desde os tempos de Brasil-Colônia está presente nos mais diversos espaços de nossa sociedade. Lélia Gonzalez e Hasenbalg (1982) abordam a divisão racial do espaço e as formas distintas que as forças policiais historicamente atuam: enquanto nos espaços majoritariamente brancos há uma função de proteger a propriedade, os espaços periféricos, de maioria negra, convivem com uma polícia de repressão e amedrontamento. “Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando em ordem e segurança sociais” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 15-16). A inquietação que surge a partir desse discurso de segurança, então, é: segurança para quem?

Sueli Carneiro (2005, p. 129) afirma que “a matéria punível é a própria racialidade negra. Então, os atos infracionais dos negros são a consequência esperada e promovida da substância do crime que é a negritude”. Sintetiza em uma frase as conclusões a que chegam pesquisas como a de Flauzina (2006), Franklin (2017) e tantas outras que se dedicam exaustivamente a remontar à construção da criminologia brasileira, identificando as formas por meio das quais o sistema penal foi moldado para que a população negra fosse vista como ameaça à segurança branca.

Como contraponto, as vidas negras sujeitadas ao risco constante e em última instância à morte física são a conquista última do desejo branco, a objetificação final, posto que

justamente no momento em que se encontra sem vida, é que o corpo se torna mais corpo, mais autônomo, mais auto referencial; se antes era um sujeito, um indivíduo, um ser, depois que a vida se vai, essas referências se resumem a um corpo, um objeto inanimado, um não-ser, uma res-extensa, um cadáver. (PESSANHA e FLOR DO NASCIMENTO, 2018, p. 152)

Maria Luiza Junior, entrevistada para a pesquisa, critica essa mesma ideia de objetificação que se promove em cima de corpos de pessoas assassinadas ao dizer que:

São 23 envolvidos na morte do Amarildo¹⁶ lá no Rio de Janeiro, até hoje não apareceu o corpo do Amarildo. Vinte e três! A gente vale menos? Só é corpo depois de morto. A gente é gente, ser humano! Antes de ser corpo, a gente é filho de alguém. (Maria Luiza Junior, informação verbal)¹⁷

Essa dimensão do genocídio retira o último fio de humanidade das pessoas negras. Não são mais tratadas como seres humanos, mas como corpos, objetos inanimados. Desvincula-se do pertencimento a uma família, a uma comunidade e a um povo.

Vale ressaltar que o genocídio que se opera com as populações negras e indígenas no Brasil é, na verdade, uma experiência compartilhada dos povos racializados, para além das fronteiras do que a Modernidade cunhou de Estados-nação. O povo negro em diáspora e as populações originárias da América e de outras partes do globo estão submetidos a esses regimes dos “mundos de morte”. Não à toa, Abdias do Nascimento (apud PIRES, 2015) relata a sensação de viver em exílio, deslocado de onde deveria ser seu local de pertença:

o que o Abdias diz nesse depoimento dele sobre o exílio, a primeira frase dele, a epígrafe da coisa é “Nasci no exílio”. Quer dizer ele diz ‘meu exílio não é só por causa desse regime. É o regime brasileiro... eu nasci no exílio. Eu nasci no exílio, sou um estrangeiro no meu próprio país’ e a repressão sobre a questão racial, sobre a pessoa do Abdias não foi só desse regime. Foi desde os anos 30. É o regime do Estado Novo, depois é a própria... as próprias forças democráticas de reconstituição do estado depois do Estado Novo, depois é... Enfim, sempre para a questão racial e para o negro que é um ativista desse assunto, assim, a repressão existe anterior a essa questão do regime de 64. (PIRES, 2015, p. 26)

Essa fala de Abdias sobre ser um exilado em seu próprio país condiz com o que Marcos Queiroz (2018) afirma ser uma experiência constitutiva dos negros da diáspora africana, ou seja, aqueles que foram forçadamente retirados de seu

¹⁶ Em 14 de julho de 2014, Amarildo Souza foi detido por policiais da UPP da Rocinha, onde foi visto pela última vez por sua mulher, e foi vítima de desaparecimento forçado por agente do Estado. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/amarildo-a-historia-do-pedreiro-desaparecido-apos-ser-detido-em-upp,7f0a8e609df20410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em 20 abr. 2019.

¹⁷ JUNIOR, Maria Luiza. **Maria Luiza Junior**: entrevista. [dezembro, 2018]. Entrevistado por: Nara Menezes Santos. Brasília, 2018.

contexto geográfico e cultural originário para que se constituísse o sistema colonial – fundador da modernidade. Aparece também numa entrevista concedida por Djamila Ribeiro, em que fala que “é muito difícil ser estrangeira no próprio país” (RIBEIRO, 2018).

É a partir dessa situação de exílio que “as lutas da diáspora africana são, sobretudo, lutas para se ser reconhecido como humano e sujeito de direitos para além das marcas raciais que imobilizam a percepção do ser a partir de ideias racializadas.” (QUEIROZ, 2017).

Para adentrar no epistemicídio como outra faceta perversa do genocídio, apresento a conceituação proposta por Sueli Carneiro (2005):

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

O epistemicídio é, ainda, uma forma de retirar a racionalidade e a sensibilidade do Outro inferiorizado, explica Sueli Carneiro (2005), são formas de retirar dele as características que o tornam humano - não só na dimensão individual, mas como povo. Dá-se pela negação do Outro racializado como sujeito na produção de conhecimento.

Há um esforço de ativamente remover da narrativa hegemônica sobre a história da humanidade as lutas por libertação das populações racializadas, como forma de reforçar que experiências universais de humanidade são aquelas vividas e protagonizadas por populações brancas. A autora tece uma crítica ao sistema educacional vigente como maior perpetuador do epistemicídio, visto que

o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos aniquilamentos ou subordinação da razão. Dinâmica e produção que tem se feito pelo rebaixamento da auto-estima que compromete a capacidade cognitiva e a confiança intelectual, pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, nos instrumentos pedagógicos ou nas relações sociais no

cotidiano escolar, pela deslegitimação dos saberes dos negros sobre si mesmos e sobre o mundo, pela desvalorização, ou negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano ao patrimônio cultural da humanidade, pela indução ou promoção do embranquecimento cultural, etc. A esses processos denominamos, nesta tese, de epistemicídio. (CARNEIRO, 2005, p. 324)

A desumanização das populações racializadas se dá por meio do epistemicídio tanto quando se negam seus saberes como formas de conhecimento igualmente válidas, bem como quando se apaga a agência dessas pessoas na história. Em análise sobre a queima dos arquivos da escravidão, Duarte e Scotti demonstram como o apagamento se dá de forma contínua na construção historiográfica nacional:

O lugar do negro na História brasileira insere-se em uma “estrutura de verdade” (ROSSI, 2010, p. 21) que propõe uma forma de narrar (AGUIAR, 2007) e de impedir outras narrativas. Na tradição negreira, não haverá espaço para pensar o negro como sujeito de sua história, porque ele está situado na natureza, no plano dos fenômenos, mas não das subjetividades. A demarcação desse espaço de negação somente é possível com uma ação contínua sobre as memórias coletivas, cotidianas e populares. [...] implica uma ação contínua para produzir o apagamento da memória. (DUARTE; SCOTTI, 2015, p. 82)

Por tal razão, entendo o apagamento das mobilizações de populações e movimentos negros durante a ditadura enquanto mais uma vertente do epistemicídio.

Em contraposição ao que foi apontado, a resistência ao epistemicídio se constrói a partir da “conquista da memória coletiva”, segundo Sueli Carneiro (2005, p. 278). Proponho-me a pensar a experiência de retomada e reverberação da memória, que permeará os próximos capítulos justamente pelo potencial de resistência atrelado a ela.

3. A DITADURA DE 1964 COMO RUPTURA DEMOCRÁTICA

A ditadura civil-militar instituída em 1964 com a retirada do presidente João Goulart do poder pelas Forças Armadas é considerada, segundo a historiografia nacional, como período de ruptura com a ordem democrática brasileira estabelecida após o fim do Estado Novo (1937-1945). Os argumentos centrais que embasam a ideia de ruptura democrática são a formalização de Atos Institucionais – dispositivo não previsto pela legislação brasileira, deposição do então presidente, a cassação massiva do mandato de políticos dos poderes Executivo e Legislativo, a ampla perseguição e desmobilização dos movimentos sociais por meio inclusive de prisões de seus membros e a investigação, em âmbito militar, de atividades consideradas subversivas (BRASIL, 2014; ARNS, 1985).

O período que se estendeu de 1964 a 1985 – quando foi retomada a eleição direta para Presidente da República – é ainda hoje o foco de inúmeros estudos nas mais diversas áreas do conhecimento, tanto por seu potencial explicativo a respeito do autoritarismo brasileiro, quanto por sua importância histórica para o país.

As comissões da verdade são um instrumento utilizado internacionalmente após períodos de graves conflitos nacionais em que há violações de direitos humanos, geralmente (mas não exclusivamente) praticados por agentes do Estado. Antes da instauração da Comissão Nacional da Verdade, pensando no contexto da América Latina, vários países já haviam realizado experiências similares, dentre eles a Argentina, Chile, Peru, Uruguai, Bolívia, El Salvador e Guatemala. Os quatro primeiros países citados inclusive tiveram suas comissões criadas devido a processos ditatoriais similares, visto que se enquadram no contexto regional das ditaduras do Cone Sul.

A Comissão Nacional da Verdade do Brasil iniciou seus trabalhos em maio de 2012, instituída pela Lei 12.528/2011, e foi encerrada em dezembro de 2014. Tinha a finalidade de “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” por meio dos seguintes objetivos:

- I – Esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º;
- II – Promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
- III – Identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos

mencionadas no caput do art. 1º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV – Encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V – Colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;

VI – Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e

VII – Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações. (BRASIL, 2011).

Apresento a legislação a partir da qual a CNV foi criada para demonstrar que seus objetivos traziam a explícita demanda de focar na investigação das graves violações de direitos humanos e nas estruturas relacionadas a essas práticas, além de assegurar a não-repetição. O fato de a Comissão Nacional da Verdade ser um órgão de finalidade inédita no contexto brasileiro suscita reflexões sobre o porquê de o momento da ditadura civil-militar de 1964 ter sido eleito o marco no referencial brasileiro ao tratar de violações praticadas pelo Estado. Flauzina (2006) indica uma interpretação possível, mesmo que tenha escrito cinco anos antes da promulgação da lei que originou a CNV:

De forma mais aberta, [a ditadura de 1964] foi a primeira vez que a truculência do aparato policial se posicionou incontestavelmente na direção dos corpos brancos, dentro de movimentos que se insurgiam contra a ditadura, construindo a imagem do “inimigo interno” a quem toda sorte de intervenção estaria legitimada. Não por acaso, portanto, os meios acadêmicos acabam elegendo esse momento como um marco da celebração da brutalidade policial, período em que se dá a sofisticação das técnicas de tortura, em que, enfim, o perfil da atividade de vigilância e repressão ostensiva adquire o caráter assassino de que nunca mais viria a se libertar [...]. Se é verdade que na vigência da ditadura militar as práticas do aparato policial são marcadas pela violência, esse não deve ser considerado como o momento de iniciação da polícia na pedagogia dos maus-tratos. O que põe em evidência esse período não é, obviamente, a qualidade das forças de coação, mas os alvos, a clientela que o sistema passa a atingir. As agências executivas da ditadura se beneficiam das técnicas e da truculência que já vinha, há muito, vitimizando a população negra. (FLAUZINA, 2006, p. 80-81).

No sentido da crítica feita por Flauzina, é importante resgatar as experiências da Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio) e da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (CEV Rubens Paiva). Dentre as várias experiências de comissões da verdade estaduais, municipais, sindicais e universitárias, são as duas

únicas de que se tem registro que dedicaram capítulos específicos para tratar das violações dirigidas ao movimento negro ou à população negra no geral.

Thula Pires, pesquisadora responsável pelo capítulo sobre ditadura militar e racismo no relatório da CEV-Rio, explica como falar sobre ditadura sem falar de raça é um reforço ao apagamento que se faz da história de pessoas negras como sujeitos políticos:

O fato do Regime Militar ter adotado o mito da democracia racial como um dos seus mecanismos ideológicos de controle, consubstanciado, entre outros na famigerada Lei de Segurança Nacional, faz com que o relato responsável do período passe necessariamente por essa lente, sob pena de serem reproduzidas as **falaciosas memórias incolores que reforçam os lugares de subalternidade e encobrem as agências de negros e negras** que, sempre a duras penas, determinam seus percursos políticos em primeira pessoa, com sangue, suor e gritos (de ordem e de dor). (PIRES, 2015, p. 4-5, grifo nosso)

O que a autora chama de memórias incolores é justamente uma manifestação do epistemicídio, em que a história oficial dos eventos nacionais é a história protagonizada pela população branca. Além do mais, Pires chama atenção ao mito da democracia racial como mecanismo de controle do regime.

não há como separar violência estrutural de violência própria do regime se todo aparato repressivo estava subordinado ao comando das Forças Armadas, além de evidenciar os episódios que marcaram a atuação do regime no combate específico dos movimentos de articulação negra e de combate ao racismo. **A luta antirracista foi – e assim o foi interpretada pelo regime militar – um movimento de contestação à ditadura. Colocava sob suspeita a versão de paraíso racial que os militares pretendiam vender** perante a comunidade internacional e, internamente, promoviam amplo processo de reflexão e contestação dos lugares sociais de subalternidade a que estava subsumida a população negra, os quais a ditadura militar perpetuou (PIRES, 2015, p. 68-69, grifo nosso)

Quando algum movimento social – que já era automaticamente visto com desconfiança pelas instituições repressoras – ousava questionar práticas do regime autoritário, era logo encarado como subversivo (KOSSLING, 2007). Entendia-se que as críticas teriam o intuito de abalar a estabilidade política e, portanto, provavelmente seriam forças aliadas à ameaça comunista que pairava sobre o país.

Outra temática contestada pela população negra e pelos movimentos era a violência policial, que motivou, segundo o estudo de Karin Kossling (2007), a elaboração pelos órgãos de controle e informação de um dossiê a partir de reportagens publicadas na imprensa com o assunto. A partir dessa investigação foi

possível identificar e reprimir alguns dos participantes das campanhas contrárias à violência, sob o argumento de que teriam o intuito de desmoralizar as autoridades.

Karin Kossling (2007) apresenta uma análise sobre a relação entre a Lei de Segurança Nacional e o mito da democracia racial, a partir da pesquisa que fez nos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP):

Os militares entendiam que dentre as estratégias para a “comunização” da sociedade brasileira realizada pelos ativistas “comunistas”, uma delas era chamar a atenção para os “antagonismos sociais” do Brasil. Dessa maneira, entendiam que os militantes afrodescendentes eram “cooptados” pelos comunistas, e classificavam a sua ação como própria de “comunistas”. No entanto, percebemos que a vigilância e a repressão desenvolvidas contra os movimentos negros também se devem a uma mentalidade que remonta a década de 1940, de que os movimentos **negros introduziam uma “falsa problemática” na “democracia racial” brasileira: o conflito e a desigualdade racial**. Essa questão se apresenta na própria legislação do regime militar: a Lei de Segurança Nacional, de 11/03/1967, em seu artigo n.33, no item VI assinalava como crime incitar publicamente “ao ódio ou à discriminação racial”. (KOSSLING, 2007, p. 41, grifo nosso)

O relatório da CEV Rubens Paiva ratifica essa informação, apresentando outros documentos produzidos pelas forças de segurança do regime que corroboram a análise de que, para o regime militar, contestar a democracia racial equivalia a incitar um antagonismo social equiparável à “subversão comunista”.

Esses documentos produzidos pelos departamentos de vigilância, somados aos depoimentos que apresentaremos no terceiro capítulo a respeito da objeção dos movimentos estudantis em lidar com a pauta racial demonstram que

a esquerda e a direita brasileiras foram geradas a partir da mesma matriz racial-cultural, tendo assim limitada a sua capacidade de conceber e compreender formas de opressão que estejam fora de sua experiência imediata. (HANCHARD, 2001, p. 126-127).

Isso posto, me proponho agora a questionar o uso que se faz do conceito de democracia em oposição ao de ditadura/Estado de exceção, para configurar que períodos históricos seriam pertencentes ao foco dos debates sobre Justiça de Transição.

3.1 Origens e pilares da Justiça de Transição

A justiça de transição surge como teoria basilar para os estudos sobre períodos autoritários – e sua superação – tanto no contexto latino-americano, no âmbito das comissões da verdade após as ditaduras do século XX, como também é acionada para tratar do apartheid na África do Sul e de regimes de exceção europeus (como a ditadura de Franco, na Espanha, e de Salazar, em Portugal).

Segundo a ONU (S/2004/616), justiça de transição representa o conjunto de mecanismos para uma sociedade recuperar-se de um legado de abusos provocados por agentes do Estado. Ruti Teitel (2003, p. 69, tradução nossa) fala sobre o conceito como sendo a própria concepção de justiça em períodos específicos: “Justiça de transição pode ser definida como a concepção de justiça associada a períodos de mudanças políticas, caracterizado pelas respostas legais para confrontar os crimes cometidos por regimes repressivos anteriores”¹⁸. É fundamental perceber que o conceito tem o intuito não só de enfrentar o passado autoritário como também de estabelecer a não-repetição (VAN ZYL, 2009). Os estudos da área sempre abordam o processo transicional calcado em quatro pilares centrais:

1. A busca irrestrita da **verdade** para esclarecer os crimes de direitos humanos e de direito humanitário internacional e assim construir a **memória** histórica contra as políticas de esquecimento; 2. A aplicação da **justiça** contra os responsáveis pelas violações aos direitos humanos e ao direito humanitário internacional, seja através dos tribunais nacionais, internacionais ou mistos; 3. Colocação em prática de medidas de **reparação**, tanto material quanto moral, para todas as vítimas de abusos de direitos humanos. [...] 4. A aplicação de **reformas institucionais** dentro das estruturas do Estado para transformá-lo em um órgão democrático dentro de um Estado de direito. (CUYA, 2012, p. 40, grifo nosso)

O primeiro pilar apresentado é referente à construção da memória histórica, “que ressignifique uma postura de valorização da vida, da igualdade e da liberdade, e que se insurja contra a repressão e o autoritarismo” (ALMEIDA, 2017, p. 160). O que se pretende é que durante a transição para um período democrático, as memórias referentes a períodos de exceção sejam reconstruídas pela sociedade

¹⁸ No original: “Transitional justice can be defined as the conception of justice associated with periods of political change, characterized by legal responses to confront the wrongdoings of repressive predecessor regimes”.

dando ênfase em como as práticas de violações a direitos humanos são inaceitáveis daí em diante.

O direito à verdade e à memória é entendido, portanto, como um processo que conjuga a discussão do período autoritário pelas narrativas de diversos atores que estiveram envolvidos no contexto das violações – seja como vítimas ou como perpetradores. Possibilita que essas narrativas sejam apresentadas e confrontadas, e que a população (principalmente as gerações mais novas que não vivenciaram os períodos traumáticos) possa compreender o passado de abusos e só então partir para a construção de uma sociedade fundada no respeito aos direitos humanos, como explicado a seguir:

[...] o direito à memória e à verdade vai além do processamento, da punição e da reparação. Sob o paradigma do Estado Constitucional, somente se pode efetivar tal direito por sua construção cultural, especialmente por meio da educação voltada aos direitos humanos, que leve em consideração as violações causadas pela ditadura. Novamente: **memória e verdade são construídas**. Não pelo esquecimento, não pela punição, mas, sim, pela cultura. (CALIL, 2012, p. 160, grifo nosso)

A construção de memória e verdade à qual Calil se refere é também parte do processo de construção de paz duradoura (VAN ZYL, 2009) do qual a justiça de transição não prescinde. Tais parâmetros são justificados por Silva Filho, que manifesta o entendimento de que o fim de um período autoritário não se dá apenas pela mudança dos mecanismos do Estado, mas depende da transformação da lógica do grupo social, de forma a incorporar uma identidade que repudie as violações aos direitos:

Uma coisa são as manobras políticas necessárias para que um país possa sair de uma situação de ditadura e autoritarismo institucional rumo a um regime democrático, com eleições diretas, secretas e periódicas, fim da censura, exercício da liberdade de expressão e associação, e uma Constituição garantidora; outra coisa é o estabelecimento de uma pauta transformadora da sociedade como fundamento mesmo da nova ordem constitucional, e que traz, na sua marca identitária, o repúdio aos crimes contra a humanidade e toda sorte de violações aos direitos humanos. (SILVA FILHO, 2015, p. 134)

O entendimento do autor toca na necessidade de repúdio a “toda sorte de violações”, apontando para a imprescindibilidade de atentar a outras violações que geralmente não estavam no âmago das críticas ao autoritarismo feitas por estudos transicionais. Com uma percepção similar, Ana Paula Duque traz um estudo sobre justiça de transição e gênero, onde alega que

A formulação de políticas públicas transicionais que buscam a memória e verdade, justiça e reparação para um sujeito neutro, não posicionado no mundo, é uma busca por uma memória e verdade, justiça e reparação para homens, formuladas por homens. (DUQUE, 2018, p. 14)

Acrescento: uma busca por memória e verdade para e por homens brancos, heterossexuais. Trazendo uma perspectiva de crítica feminista sobre justiça de transição, a autora fala que

é preciso reconhecer que as violências de gênero sofridas nos conflitos armados não estão descoladas de violências mais amplas ocorridas na sociedade em tempos ditos democráticos e de paz, ou seja, são dinâmicas sociais e políticas que antecedem e preexistem aos momentos reconhecidos como violentos. **A violência em períodos de conflito não constitui um fato isolado, é antes uma continuidade daquela já experienciada** por mulheres em períodos não conflituosos **e não uma exceção** a qualquer regra. (DUQUE, 2018, p. 34, grifo nosso)

Tal concepção orienta também a análise que faremos a seguir a respeito da violência de Estado praticada contra pessoas negras como uma continuidade e não uma exceção na história nacional. A autora apresenta a correlação entre a invisibilização das vítimas de violências raciais e de gênero ao dialogar com Flauzina e Freitas, apontando que

A inviabilidade de reconhecimento de trajetórias negras como trajetórias políticas, a invisibilidade da dimensão racial dos sofrimentos no sistema prisional e a ininteligibilidade das demandas e do sofrimento negro no debate público, seja no enquadramento enquanto vítima política da ditadura, seja ordinariamente, nas mortes, tratamentos ilegais e abusivos do sistema de justiça criminal e demais aparatos públicos, tem como pressuposto e como consequência a **naturalização da violência a corpos que não contam com a prerrogativa de serem reconhecidos como vítimas porque historicamente desprovidos de reconhecimento de humanidade** (DUQUE, 2018, p. 61, grifo nosso)

3.2 Democracia e Estado de Exceção

Após introduzir a perspectiva transicional e as críticas que a ela são feitas, ressalto que predomina entre a produção teórica da justiça de transição a ideia de que vivíamos em Estado Democrático e de não-violência por parte do Estado antes do golpe de 1964. Consequentemente, dissemina-se a ideia de que voltamos à democracia após ser promulgada a Constituição Federal de 1988 e termos um presidente eleito a partir do voto popular.

Essa visão é de um equívoco histórico profundo, pois nega a violação sistemática de direitos humanos praticada por agentes do Estado particularmente contra as populações negra e indígena do país desde o início do período colonial até os dias de hoje. Perde-se a potencialidade do conceito quanto ao seu uso para a construção de uma sociedade que não seja fundada na violência, ao entender que períodos de exceção caracterizam-se por rupturas com instâncias superiores de poder e com a garantia de direitos às elites brancas, enquanto a violação de direitos de uma parcela da população pode ser uma prática corrente em períodos de normalidade democrática. Ana Paula Duque explica de onde surge essa visão de quem são as vítimas da ditadura para a justiça de transição:

A Justiça de Transição opera em marcos masculinos, brancos e heteronormativos de inteligibilidade. Isso significa dizer que os termos chave para sua implementação tais como “crimes”, “vítima”, “violência política”, “graves violações”, “reparação”, “sujeito de direito” tomam como parâmetro e como critério de aplicação referências que espelham a vivência de sujeito identificados como homens brancos, heterossexuais e cisgêneros. São as suas experiências nos conflitos armados e ditaduras que criam a figura do militante e da vítima que pretensamente é universal, bem como são as suas expectativas que informam o critério de “justiça” a ser utilizado na transição para a democracia. (DUQUE, 2018, p. 110)

Os direitos humanos foram acionados como ferramenta argumentativa para pedir a proteção contra os ataques do Estado quando vidas brancas passaram a ser alvo de um tipo de violência que sempre se destinou a pessoas negras e indígenas, levando em conta que “do ponto de vista da materialização do terror, a ditadura bebe, inegavelmente, da fonte histórica do genocídio antinegro para se viabilizar enquanto empreendimento político” (FLAUZINA; FREITAS, 2017, p. 56).

Inclusive o lema “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” dos grupos que reivindicam o direito à memória e justiça é controverso pois dá a entender que a violência de Estado foi interrompida com o retorno ao Estado Democrático de Direito. Como se pede que “nunca mais aconteça” enquanto as violações praticadas por agentes do Estado contra cidadãos marginalizados continuam acontecendo?

Por que, então, clama-se o uso da justiça de transição para falar da ditadura de 1964 mas se apaga sua aplicabilidade para falar do período da escravidão? Ou ainda mais, por que certas categorias formuladas pela esquerda branca para auto-proteção não são ativadas para falar de pessoas negras?

de uma perspectiva que considere a dimensão racial da ditadura militar no Brasil, a condição de preso político converte-se em privilégio. Se, de um lado, há expansão da violência na direção das elites brancas politizadas, de outro, há um aprofundamento do terror de Estado que vigora patente na relação com a população negra durante esse período. Entretanto, enquanto um conjunto de alternativas e garantias estava disponível para os rotulados como 'prisioneiros políticos', articulando-se a gramática das convenções e tratados internacionais, o destino dos negros permaneceu indiferente a essas postulações" (FLAUZINA; FREITAS, 2017, p. 56)

O que se evidencia, como Edson Cardoso (2014) explica a seguir, é que a democracia se mostra como uma forma de governo compatível com a violação de direitos a populações não-brancas:

Aperfeiçoamos as instituições para atender responsabilidades do Estado, no que diz respeito a dimensões essenciais da cidadania e dos direitos humanos, mas excluimos sumariamente a população negra. Quando se trata de beneficiar negros, parece não haver possibilidade de o "aperfeiçoamento das instituições democráticas" assegurar a força da ordem legal. Ao contrário do que afirma Bobbio, **toda conciliação entre racismo e democracia é possível** e nós o temos comprovado com a experiência brasileira – mas não somente a brasileira. [...] **A correlação essencial, definida pelo racismo, entre branco e humano impede que se possam ver índios e negros como semelhantes.** E, como afirma Arendt, vivemos e fazemos política em comunidades humanas. [...] O fato é que as instituições culturais e educacionais, os meios de comunicação, os partidos não parecem inclinados a dar suporte a um **redimensionamento do humano** entre nós. (CARDOSO, E., 2014, p. 98-104, grifo nosso)

Produzir estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira que rompam com a continuidade das opressões conformadas pela colonialidade consiste necessariamente em reconhecer que as violações de direitos humanos perpetradas por agentes do Estado têm origem histórica nas opressões e nos "castigos" impetrados aos homens e mulheres negros escravizados – inclusive com práticas remanescentes do período colonial, como o "pau-de-arara" (SÃO PAULO, 2015).

Mais que isso, é entender que a violência praticada por agentes do Estado não surgiu no período compreendido como Estado de exceção, mas que esteve presente desde o início do período Moderno enquanto a branquitude colocou apenas a si no lugar de "humanidade" – e como sujeito a quem se destinam os direitos humanos – enquanto colocou negros e indígenas no lugar de mercadoria a partir da percepção do Outro, marginalizado, não-humano (MBEMBE, 2017; QUEIROZ, 2017). Violações dirigidas a estas populações não consistiriam, sob essa lógica, numa ruptura com a ordem democrática, visto que não foram entendidos como sujeitos detentores de direitos.

Mbembe (2017) ainda aprofunda a análise sobre a democracia, afirmando que ela se constitui a partir de uma “comunidade de semelhantes”, que conseqüentemente gera “círculos de separação”, designando aqueles que são sujeitos dos direitos assegurados pela democracia e aqueles que estão à mercê desses direitos.

Rumo ao cerne da problemática de considerar a democracia como o marco fundamentalmente pacífico de sociedade, Achille Mbembe relaciona a formação das sociedades democráticas modernas com a escravidão colonial

Foi como se a história das democracias modernas se reduzisse a uma história no interior das sociedades do Ocidente, e como se, fechadas sobre si mesmas e sobre o mundo, estas sociedades estivessem confinadas aos estreitos contornos do seu ambiente imediato. Ora, nunca tal aconteceu. O triunfo da democracia moderna no Ocidente coincide com o período da sua história no curso do qual esta região do mundo está empenhada num duplo movimento de consolidação interna e de expansão além-mar. A história da democracia moderna é, no fundo, uma história com duas faces e, até, com dois corpos – o corpo solar, por um lado, e o *corpo nocturno*, por outro. O império colonial e o Estado escravagista – e, mais especificamente, a plantação e a prisão – constituem os principais símbolos do seu corpo nocturno. [...] Lembrámos que a ordem democrática, a ordem da plantação e a ordem colonial mantiveram, durante muito tempo, relações geminadas. Estas relações estão longe de terem sido acidentais. **Democracia, plantação e império colonial fazem objectivamente parte de uma mesma matriz histórica. Este facto originário e estruturante é central a qualquer compreensão histórica da violência da ordem mundial contemporânea.** (MBEMBE, 2017, p. 42-43, grifo nosso)

O Brasil, bem como boa parte dos países latinoamericanos, tem de lidar com o fato de que a ausência da ruptura com o legado colonial-racista “impregnaram no seu tecido social e na sua cultura, práticas sociopolíticas que naturalizam as violências, o autoritarismo, a exclusão social e a negação dos direitos daqueles que não têm poder.” (DORNELLES, 2014, p. 325)

Mesmo após a redemocratização, há continuidade das práticas de violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado, (GONÇALVES, 2016; GRECO, 2015; CERQUEIRA, et al., 2017) não mais justificadas por divergências político-partidárias, mas que refletem a permanência do racismo estrutural da sociedade brasileira. Como ressalta Clóvis Moura (1983), o “preconceito de cor” é uma forma de impedir negras e negros de se autoafirmarem como cidadãos e, portanto, de usufruírem dos direitos humanos, inclusive pela constatação de que o sujeito negro “é dizimado nas rondas da polícia que mata antes de julgar, num genocídio permanente” (MOURA, 1983, p. 139).

Flauzina e Freitas (2017) aprofundam essa compreensão ao trazer o aspecto de que o sujeito negro violentado ou dizimado pela polícia nunca é visto como a exceção do sistema, ele é a regra do corpo que merece punição, que não tem direitos garantidos. Enquanto isso, a branquitude tem seus corpos blindados a ponto de que qualquer violência de Estado contra ela praticada atinge o patamar de violência política, de Estado de exceção, mas como explica Mbembe (2017, p. 33), “a brutalidade das democracias nunca foi senão abafada. Desde as suas origens, as democracias modernas mostraram tolerância perante uma certa violência política”. A violência contra pessoas negras, aceita durante a democracia, se explica do ponto de vista da não-humanidade desses corpos, como Flauzina explica:

A forma como nosso sistema penal incide sobre os corpos está condicionada pela corporalidade negra, na negação de sua humanidade. Esse é o fator central de sua dinâmica. Disciplinado na violência do extermínio de uma massa subumana é esse o trato que o aparato policial está preparado a dar a quem for direcionado. Em outras palavras, o racismo deu o tom e os limites à violência empreendida pelo sistema penal e este a carrega consigo na direção de toda a clientela a que se dirige. O que estamos querendo salientar é que para além da discricionariedade que diferencia do tratamento entre negros e brancos pelo aparato policial e as demais agências de criminalização, é o racismo que controla seu potencial de intervenção física. Daí toda sua agressividade. (FLAUZINA, 2006, p. 82)

A percepção que se tem da democracia enquanto forma de governo que respeita os direitos dos cidadãos, quando observada no contexto brasileiro, fica evidente quando confrontada ao sentido de “golpe” e ruptura com o Estado Democrático de Direito que se disputa para falar do processo de deposição da Presidenta Dilma Rousseff, retirada do cargo em 2016.

Se, juntamente com a prisão do ex-presidente Lula (processo sobre o qual há um alto grau de suspeição a respeito da parcialidade do judiciário¹⁹), esse é o marco para se falar de uma ruptura com a democracia, então estão sendo

¹⁹ O jornal The Intercept iniciou em junho de 2019 uma série de reportagens produzidas a partir do vazamento de conversas por aplicativos de mensagens entre o procurador Deltan Dallagnol (coordenador da força-tarefa da Operação Lava-Jato no Ministério Público Federal em Curitiba) e o então juiz Sergio Moro, que protagonizou as condenações ao ex-presidente e ocupa, no Governo Bolsonaro, cargo de Ministro da Justiça. Vários veículos jornalísticos brasileiros iniciaram parcerias com o Intercept para divulgação do material, como Veja e Folha de S.Paulo. Até o momento, não se pode dimensionar os impactos dessa série de reportagens, que segue publicando materiais inéditos, mas já levanta intensos debates sobre a parcialidade com que foi conduzida a Operação. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em 27 jun. 2019.

negligenciadas as violações de direitos humanos às quais pessoas não-brancas estão submetidas diariamente desde a fundação deste país. Se pessoas podem ser assassinadas diariamente pelo Estado brasileiro e não é isso que leva a um questionamento sobre a democracia do país, então isso quer dizer que

Existe uma forma inteligível de vitimização e aquilo que escapa a essa experiência é apagado, segue oculto da história oficial e impassível de reparação segundo os marcos dos mecanismos hegemônicos de implementação de justiça de transição. (DUQUE, 2018, p. 16).

3.3 História Oral como resgate das memórias

Para continuar a reflexão desde uma perspectiva crítica da justiça de transição, retomo a base conceitual que trata do direito à memória e à verdade. Esse pilar aponta a necessidade de se resgatar e preservar a história dos períodos autoritários, é o slogan que já apresentamos do “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

A imprensa é uma das ferramentas de registro histórico e de preservação da memória, escolhe o que se evidencia ou se apaga da historiografia. Segundo Enne (2007), os jornais são espaços privilegiados na produção de memória. Têm o poder de garantir visibilidade ou silenciar questões sociais, os personagens e as abordagens que serão divulgadas a respeito de determinado assunto. A mídia pode potencializar narrativas ou destiná-las ao esquecimento (FONSECA, 2015), visto que opera muitas vezes no sentido de fornecer imagens interpretativas a partir das quais se entende a realidade. Em vista disso, direciono parte dos meus questionamentos de pesquisa ao local que a imprensa ocupa na memória sobre um período de ditadura.

Necessariamente ligado ao passado e à história da memória, qualquer arquivo tem algo de fenda. É simultaneamente fluxo, abertura e separação, fissura e quebra, racha e disjunção, fenda e rasgão. Mas o arquivo é sobretudo uma matéria físsil cuja característica é, originariamente, ser feita de pedaços. Na verdade, não existem arquivos sem fissuras. Penetrar na matéria arquivística é revisitar esses vestígios. [...] no nosso caso, se tratou muitas vezes de criar memória, fixando obstinadamente sombras em vez de acontecimentos reais ou acontecimentos históricos submersos sobretudo na imposição da sombra. (MBEMBE, 2017, p. 228-229)

Mbembe chama atenção à necessidade de reforçar que a história e os arquivos não têm somente a função de lembrar como, frequentemente, falam também a partir do que se oculta. São as sombras impostas pelos não-ditos que constituem parte do que aqui se investiga. Se os arquivos apresentam fissuras, as pessoas são capazes de preenchê-las, embora sempre de forma parcial e fragmentada.

A escolha da metodologia aplicada a cada pesquisa não é uma escolha neutra e define boa parte do percurso e do tipo de resultados que serão encontrados. Minha escolha por utilizar a história oral como abordagem metodológica está baseada inclusive no marco teórico que venho utilizando. Entende-se aqui que

a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. (ALBERTI, 2013)

Levando em conta a conceituação apresentada, tomei a decisão de ouvir a narrativa de pessoas que foram importantes sujeitos históricos, mas que têm suas perspectivas apagadas da construção da história oficial do país. Especificamente no que diz respeito à forma como serão conduzidas as entrevistas, Verena Alberti (2013, p. 212) apresenta a utilização de “entrevista diretiva”, na qual é priorizado um diálogo em que ambas as partes falem, mas que a fala do entrevistado tenha maior peso, enquanto o entrevistador ouve e conduz a conversa.

Parte-se da compreensão de que há uma flexibilidade na condução para que o entrevistado possa se alongar em determinados pontos da conversa e ser mais sucinto em outros, inclusive por que a partir da forma como apresenta suas memórias é que podem surgir elementos surpresa, não previstos pelo entrevistador quando da preparação para a entrevista.

A abordagem metodológica foi escolhida pois opera como o resgate de memórias que se perdem, para utilizá-las como fonte de análise, das “lembranças que se apagavam e [...] feridas que permaneciam escondidas ou fechadas.” (FIORUCCI, 2010, p.10). A origem desta metodologia remonta ao fato de que “trata-se mesmo de construir uma história, nunca escrita, da opressão de massa, e mais ainda, talvez quando depois das bocas, abrem-se os arquivos, de reconstruir uma consciência, isto é, uma memória” (TREBITSCH, 1994, p. 39). A história oral permite

que se reconstitua a história a partir de versões diversas apresentadas na linguagem de cada ator envolvido e com sua carga ideológica própria (CAMARGO, 2013).

Rebate-se a ideia de que a memória não é confiável ao entender que a história também não é fruto de uma neutralidade e imparcialidade a que se pretendia sobre os preceitos da racionalidade moderna, visto que

É senso comum a ideia de que a memória seja suspeita, foco de distorções e esquecimentos, no entanto, não se pode apagar o fato de que muitas vezes é a história que se sobrepõe à memória, impondo sua visão e esmagando memórias locais. (FIORUCCI, 2010, p. 10)

O ponto-chave no que diz respeito ao uso das memórias produzidas pela história oral é que “o que realmente importa é que a memória não é um depósito passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significados.” (PORTELLI, 1979 apud THOMSOM, 2000, p. 53).

Ainda segundo Fiorucci (2010), as possíveis distorções a que estão sujeitas as memórias são um recurso à exploração das subjetividades contidas nas experiências. A abordagem metodológica específica que se pretende adotar é a de trajetórias de vida, que

podem ser consideradas como partes de uma história de vida, um determinado percurso, itinerário ou ciclo que vai ao encontro do interesse do profissional ou pesquisador. Nos processos investigativos, este percurso, geralmente, vem ao encontro da questão de pesquisa colocada, ou seja, da delimitação do problema. (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 88)

Como contraponto à história de vida, em que o objetivo é abarcar todo o percurso da vida dos entrevistados, a trajetória refere-se a um período determinado, e, portanto, foi compreendida como mais adequada aos interesses desta pesquisa. Com essa prerrogativa, entende-se que

as narrativas são traduções dos registros das experiências retidas, contêm a força da tradição e muitas vezes relatam o poder das transformações. (...) Narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades. São a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. São a História em construção. São memórias que falam. (DELGADO, 2003, p. 23)

Outro dos pilares da justiça de transição, como já explicado, é a reparação. Entende-se que os quatro pilares estão inter-relacionados, e é desta forma que falo também da reparação como matéria que permeia a escolha metodológica feita para esta pesquisa, visto que

A eleição das histórias a serem investigadas e resgatadas faz parte do processo de produção dessa história, e nesse sentido se traduz também numa reparação ao visibilizar, nomear e reconhecer trajetórias de luta e vitimização de sujeito subalternizados. (DUQUE, 2018, p. 17)

Fundamentada nas reflexões e percepções até então apresentadas, parto para falar do trabalho de campo realizado durante a pesquisa, como contribuição a esse processo de reconhecimento das trajetórias dos sujeitos geralmente ocultados ou subalternizados nas narrativas oficiais a que Duque se refere.

4. MOVIMENTOS NEGROS EM BRASÍLIA A PARTIR DE QUATRO OLHARES

Antes de iniciar o relato e a análise das entrevistas produzidas durante o trabalho de campo, pretendo contextualizar brevemente o cenário em que os movimentos negros de Brasília estavam inseridos e, conseqüentemente, de onde surgem as falas de Edson Cardoso, Graça Santos, Jacira Silva e Maria Luiza Junior.

A formação dos movimentos negros pelo país durante o período da ditadura militar tem origens plurais, inclusive no que diz respeito à sensibilização de seus membros para a questão racial. Há, porém, duas trajetórias que se repetem nas narrativas. Um dos caminhos era o de entrada de pessoas negras que iniciavam a militância no movimento estudantil e nas organizações de esquerda e se deparavam com o racismo nesses espaços.

Então começavam a se aproximar de outras pessoas negras que entendessem seus incômodos, como explicado por Hanchard (2001, p. 146) sobre a Convergência Socialista: “foi um campo de treinamento para vários intelectuais importantes do Movimento Negro Unificado, os quais, mais tarde, frustrados com as estratégias da Convergência, desligaram-se dela.” Edson Cardoso explica também essa dificuldade de estabelecer uma militância negra no contexto das organizações hegemônicas:

O que significa quando se afirma negro, que é organização política do negro? Você confronta toda a esquerda que diz que a identidade é uma dimensão secundária, que a organização deve se fazer com base na dimensão de classes, então você vai ter que peitar isso. E por um outro lado, você questiona a direita que nega inclusive o seu pertencimento, que você seja negro, que exista negros no Brasil, nega a escravidão, é capaz de negar tudo. Então você vai com uma perspectiva, é preciso compreender a ousadia de querer se organizar como negros numa sociedade que à direita e à esquerda, sempre rejeitou isso. (Edson Cardoso, informação verbal)

O não-lugar entre os posicionamentos políticos dos grupos de esquerda e direita é um forte marcador para que os movimentos negros surgidos durante a ditadura militar sentissem a necessidade de fortalecer uma militância desvinculada de outras organizações políticas. Isso não impede, porém, que os entrevistados identifiquem uma proximidade político-ideológica dos movimentos ao grupo de esquerda, como fizeram Edson, Luiza e Jacira ao longo de nossas conversas.

Os movimentos culturais eram a outra porta de entrada à militância, a exemplo dos bailes black, blocos afro (como o Ilê Aiyê) e espaços de religiosidades

de matriz africana que eram ponto de encontros entre pessoas negras que discutiam a questão racial abertamente ou cujas vivências eram perpassadas pelo tema mesmo sem um diálogo explícito a respeito (ALBERTI; PEREIRA, 2016), e, como explica Abdias do Nascimento,

Constituindo a fonte e a principal trincheira da resistência cultural do africano, e o ventre gerador da arte afro-brasileira, o candomblé teve de procurar refúgio em lugares ocultos, de difícil acesso, a fim de suavizar sua longa história de sofrimentos às mãos da polícia (NASCIMENTO, 1978, p. 103).

Como lugar de potência organizativa e foco de resistência dos africanos na diáspora, portanto, a perseguição aos espaços cuja matriz de pensamento não era eurocêntrica é uma constante na história do país. Perseguição essa que estará direcionada a quaisquer lugares em que pessoas negras estejam se organizando politicamente. Dentro dos grupos explicitamente políticos, por exemplo, Gilberto Leal conta que

Enquanto movimento organizado na Bahia, a gente trabalhava se reunindo, debatendo, e enfrentando uma luta de duas vertentes: tanto enfrentando a direita, opressora e reacionária, como também, dentro do campo da esquerda, aqueles que não admitiam a bandeira específica da luta racial, por dizerem que bastava uma luta em prol de uma sociedade justa para que essas questões da discriminação racial se resolvessem. E nós dizíamos que não, porque encontrávamos no convívio com os brancos, mesmo os de esquerda, muitas posturas também danosas à condição de respeito à cidadania negra, muitas posturas racistas. Entendíamos que nós éramos parceiros em comum numa bandeira mais geral, mas na bandeira específica ficava por nossa própria conta enfrentar (Gilberto Leal, informação verbal apud ALBERTI; PEREIRA, 2016, p. 246-247).

Nelson Inocêncio da Silva (2001) narra o aparecimento de inúmeras organizações negras durante os anos 1970 a partir desse contexto, influenciadas também pelo cenário internacional em que vários dos países africanos vivenciavam as lutas pela descolonização e pela leitura de autores inseridos nesse contexto como Frantz Fanon e Amílcar Cabral. Chegavam os ecos do movimento pan-africanista, de solidariedade entre africanos e negros diaspóricos, junto ao surgimento da Organização da Unidade Africana.

Além disso, a efervescência dos debates sobre o protesto negro nos Estados Unidos com figuras como Rosa Parks e Martin Luther King Jr e o movimento pelos direitos civis com sua ideia de não-violência; Malcolm X e a Nação do Islã/Muçulmanos Negros e a reivindicação de autogoverno do povo negro;

Stokeley Carmichael e Charles Hamilton e o movimento Black Power com a tendência à modernização política com inclusão dos marginalizados nos processos decisórios; Eldridge Clever e Angela Davis e os Panteras Negras, com sua estratégia de resistência às violências racistas praticadas pela polícia e por organizações de ultradireita; e ainda, no contexto africano, Steve Biko e o Movimento da Consciência Negra (DA SILVA, 2001).

Toda essa efervescência no cenário internacional provocou discussões sobre semelhanças entre as dinâmicas raciais nos países africanos, nas comunidades diaspóricas e no Brasil. Havia ainda a herança da Frente Negra Brasileira, organização política dos anos 1930 e que foi desmontada pelo Estado Novo, somando-se ao segundo momento de ataque, com o golpe de 1964

A 'revolução' de 1964 provocou a suspensão da maioria das atividades políticas alternativas, com exceção dos grupos e indivíduos que se engajaram na luta armada ou na contestação pública do regime militar, inicialmente presidido por Castelo Branco (Skidmore, 1988). O movimento negro não foi uma exceção e só voltou a surgir de maneira organizada e pública no início da década de 1970, como outros grupos de contestação. Ao voltar à tona, entretanto, o movimento negro assumiu um caráter que nunca tivera antes de 1970. (HANCHARD, 2001, p. 132)

A contrariedade do governo militar às discussões sobre raça eram tais que há, na obra de Abdias do Nascimento, excerto de uma matéria produzida pelo jornal O Globo, datando de 12 de fevereiro de 1969, em que se reproduz o trecho de um telegrama enviado pelo general Jaime Portela à Presidência da República, sugerindo a criação de uma Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar para investigar, dentre as atividades realizadas pelos "subversivos", que as discussões sobre a discriminação racial seriam uma forma de criar atritos e aumentar a insatisfação com o regime.

Figura 1 – Excerto de matéria de O Globo

O Globo, Rio, 12.2.1969, “Portela vê Imprensa a Serviço da Discriminação Racial para Conturbar.” Publicando telegrama procedente de Brasília, o jornal informa que o General Jaime Portela, em exposição de motivos ao Presidente da República sugerindo a criação da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, datada de 10.2.1969, refere-se a conclusões do Conselho de Segurança Nacional sobre ações subversivas e afirma: “No contexto das atividades desenvolvidas pelos esquerdistas, ressaltamos as seguintes: (item 9) – Campanha conduzida através da imprensa e da televisão em ligação com órgãos estrangeiros de imprensa e de estudos internacionais sobre discriminação racial, visando a criar novas áreas de atritos e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas.”⁹⁶

Fonte: NASCIMENTO, 1978, p. 79.

Apesar do contexto adverso do país, o cenário internacional ajudou a retomar a militância, então várias organizações de movimentos negros surgiram nos estados brasileiros inicialmente como grupos ou centros de estudos sobre a temática racial, como o Centro de Estudos Afro Brasileiros (CEAB, Brasília), o Centro de Cultura Negra (CCN, Maranhão), o Instituto de Pesquisa de Culturas Negras (IPCN, Rio de Janeiro) e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa, Pará).

Tais grupos foram se politizando com as leituras teóricas e discussões sobre os embates raciais nos âmbitos nacional e internacional. Houve ainda o surgimento de grupos como o Ilê Aiyê (Salvador), a Escola de Samba Quilombo (Rio de Janeiro), e a chegada dos eventos black e soul, que politizavam a cultura a partir de discussões raciais. Em Brasília, Edson Cardoso contextualiza que, sendo uma cidade de história recente, os pontos de cultura estavam intimamente relacionados às cidades de origem das pessoas, e assim era também com os centros de cultura negra:

Brasília tinha alguns pontos que eram chave. Seu Teodoro²⁰ em Sobradinho, ele era um homem negro que queria cultuar tradições do

²⁰ “O Bumba Meu Boi de Seu Teodoro foi criado em Sobradinho (DF) em 1963, pelo Saudoso Mestre Teodoro Freire e até hoje sob o comando do seu filho Guará Freire. Com base em seu valor histórico e artístico, o Boi de Seu Teodoro foi declarado Patrimônio Cultural de natureza imaterial, através de seu registro no Livro de Celebrações, âmbito do Distrito Federal, no ano de 2004”.

Maranhão. A ARUC²¹ estava num bairro, Cruzeiro, que concentrava um certo tipo de servidor que veio do Rio de Janeiro, aquele que não coube no Plano Piloto. Lá tinha uma escola de samba e a reprodução de práticas culturais do lugar de origem das pessoas; assim como tinha a casa do Ceará, enfim... não existe [à época] a identidade brasiliense, as pessoas estão carregando suas coisas. (Edson Cardoso, informação verbal)

O cenário nacional foi transformado quando, em 1978, houve o ato público de lançamento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, MUCDR, que mais tarde veio a se chamar Movimento Negro Unificado – MNU (GONZALEZ; HASENBALG, 1982; HANCHARD, 2001; ALBERTI; PEREIRA, 2016). Dois episódios são considerados marcos definitivos que impulsionaram a formação da entidade: a tortura e o assassinato de um taxista negro chamado Robson Luz pela polícia paulista e os quatro garotos que foram barrados do time de volêi do Clube de Regatas Tietê por serem negros. Milton Barbosa explica os dois acontecimentos:

Aconteceu que um rapaz, primo do Rafael Pinto, o Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, foi preso em uma feira, acusado de estar roubando frutas. Ele foi preso no 44º Distrito Policial de Guaianazes e foi torturado, vindo a falecer em consequência das torturas. Isso revoltou a população negra e saiu no jornal Folha de S. Paulo. Logo em seguida teve a discriminação de quatro garotos negros, que foram impedidos de treinar no time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê. Também nos deixou enraivecidos. Havia o João Bolquiam, um dos técnicos lá, que denunciou. Nós fizemos reuniões e resolvemos fazer uma grande manifestação. E a gente discutia que não havia um movimento para aglutinar as várias entidades (Milton Barbosa, informação verbal, apud ALBERTI; PEREIRA, 2016, p. 313-314)

Em *Orfeu e o poder*, Michael Hanchard (2001) faz uma análise do porquê desses dois atos de violência, em especial o assassinato de Robson da Luz, terem sido o estopim para a fundação de uma entidade unificada:

Disponível em: <<https://www.culturaspopularesdf.com.br/boi-do-seu-teodoro>>. Acesso em: 2 maio 2019.

²¹ “A Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro ou ARUC é um clube brasileiro, sediado em Cruzeiro, no Distrito Federal, com departamentos de esportes e carnaval. Fundada em 21 de outubro de 1961, é a maior vencedora dos desfiles de escola de samba do Distrito Federal, tendo conquistado 31 títulos, sendo octa-campeã consecutiva entre 1986 e 1993. O clube também mantém equipes de futebol, futsal, handebol e futebol de areia. Foi fundado com o nome Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro, formando a sigla ARUC. A palavra “cultural” foi adicionada ao nome mais tarde, porém o clube continuou utilizando a sigla anterior. [...]” Foi tombada como Bem Cultural Imaterial do Distrito Federal devido à sua preocupação de “preservar o samba de raiz, autêntica manifestação da Cultura popular.” Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/brasil-associacao-recreativa-cultural-unidos-do-cruzeiro-aruc#!/map=38329&loc=-15.7862990000002,-47.938168999999995,17>>. Acesso em: 2 maio 2019.

Esse não foi nem o primeiro nem o último ato de violência racial perpetrado pelo Estado contra os negros, mas foi visto pelos ativistas como um ato que justificava uma resposta. Os militantes de São Paulo e do Rio de Janeiro decidiram que um ato público seria a primeira tentativa real de recuperar o espaço público perdido durante a ditadura, além de um teste ao pretenso compromisso do Estado com a democracia e a harmonia racial. (HANCHARD, 2001, p. 149)

No dia 18 de junho houve uma reunião com diversas entidades para se discutir que tipo de mobilização seria organizada, e no dia 7 de julho houve o lançamento público do MUCDR com uma manifestação em frente ao Teatro Municipal de São Paulo. Em *Lugar de negro*, Lélia Gonzalez (1982) narra em detalhes as articulações feitas entre os grupos de movimentos negros para a criação do MUCDR. Apresenta a transcrição dos panfletos e comunicados iniciais, bem como os impasses e resistências dentre os membros mais relutantes com a ideia de uma manifestação em praça pública, pelo medo da repressão policial.

Sobre o ato público de lançamento, Edson Cardoso entende que diz muito à respeito do posicionamento do MNU como uma entidade de esquerda, mesmo com as disputas em torno da questão racial sendo escanteadas em outros movimentos de esquerda. Ele afirma que

com ou sem vínculo partidário, mas à esquerda, o MNU se define assim como entidade...é uma entidade que se lança num ato público, com um manifesto, isto era em plena ditadura, um ato político de rebeldia e de enfrentamento. [...] Não é num salão, não é com a presença do convidado... Não, nada disso, na rua! Nas escadarias do teatro, então isso é uma coisa do MNU, que é muito público, e com fatos da conjuntura, se agarrando à brutalidade policial que tava aí, sempre. (Edson Cardoso, informação verbal)

Não apenas esse posicionamento de fazer um ato público, em contato com o povo e não em locais fechados é o que define o MNU como entidade à esquerda, mas também a proximidade entre os ideais políticos, mesmo tecendo uma crítica fundamental à esquerda tradicional. Hanchard traz um ponto importante para a discussão, ao contar sobre as disputas que o MNU fez a respeito da anistia política e da violência de Estado:

Uma das primeiras investidas do MNU no debate nacional disse respeito à questão da anistia dos prisioneiros políticos, em novembro de 1978, em São Paulo. O MNU queria ampliar a categoria de 'prisioneiros políticos' para que ela incluísse os negros presos por crimes contra a propriedade (furtos, roubos, etc.), sob a alegação de que, embora parecessem atos individuais, esses 'crimes' eram, não obstante, respostas políticas a uma elite que recusava o emprego, a moradia e a educação à maioria de seus cidadãos. O MNU foi mais longe na condenação da anistia condicional, afirmando que

os negros, que já exibiam uma tendência maior do que os brancos a ser presos, eram desproporcionalmente mais submetidos a espancamentos e torturas, o que, a rigor, tornava sua situação análoga à dos presos políticos brancos. (HANCHARD, 2001, p. 150)²²

Eram essas provocações que conflitavam com as entidades de esquerda compostas por grupos raciais mistos ou majoritariamente brancos. Enquanto a situação política já se encaminhava para a reabertura e já havia algum espaço para a discussão sobre anistia, o movimento negro seguia sendo vetado pelas forças de segurança pública. Uma reunião do MNU que seria realizada em Salvador em novembro de 1978 chegou a ser proibida pela Polícia Federal segundo a prerrogativa de que feriria a Lei Afonso Arinos²³ (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 56). Apesar de a lei sequer ter aplicabilidade nesses casos, a proibição policial se fundamentava no fato de que

a camada dominante simplesmente considera qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa. E até mesmo se menciona que nessas ocasiões os negros estão tratando de impôr ao país uma suposta superioridade racial negra... Qualquer esforço por parte do afrobrasileiro esbarra nesse obstáculo. A ele não se permite esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país; isso significa, para as forças no poder, ameaça à segurança nacional, tentativa de desintegração da sociedade brasileira e da unidade nacional. [...] O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa de sua raça e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. (NASCIMENTO, 1978, p. 78-79)

Apesar dos impasses e percalços impostos pelo regime, a própria estruturação do Movimento Negro Unificado foi dando forças para que outras entidades de militância negra começassem a se organizar por todo o país. Há os relatos de Vanda Menezes, Mundinha Araújo e Magno Cruz (ALBERTI; PEREIRA, 2016) sobre os Encontros de Negros do Norte e Nordeste durante a década de

²² Ainda hoje, o debate ecoa, principalmente pelos militantes pelo desencarceramento, como explica Gabriele Nascimento, ativista do movimento abolicionista penal, ao explicar a concepção de que “todo preso é um preso político” pois entendem o encarceramento em massa como projeto político de subjugação das pessoas negras, que constituem a maioria da população carcerária brasileira. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2OlyycXwigA&t=309s>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

²³ A Lei Afonso Arinos (Lei 1390/51) foi a primeira lei promulgada no Brasil a proibir a discriminação racial, decretando que seria contravenção penal deixar de atender clientes em estabelecimentos comerciais, negar empregos e cargos públicos, recusar inscrição de alunos ou entrada em estabelecimentos públicos por motivos de “preconceito de cor ou de raça” (BRASIL, 1951).

1980, que fortaleceram as trocas entre os estados e ajudaram a disseminar estratégias que se mostravam acertadas, como a do CCN do Maranhão em atuar nas escolas e a dos blocos afro da Bahia, levantando discussões raciais a partir do aspecto cultural.

Nesse contexto dos encontros regionais do Norte e Nordeste, as mulheres negras surgiram com suas demandas a partir do incômodo tanto com os movimentos feministas, centrados nas pautas de mulheres brancas, quanto com os movimentos negros, centrados na figura dos homens negros. No eixo sudeste, intelectuais como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro também expunham a necessidade de interseccionalizar as questões de gênero e raça.

Durante a década de 1980, parte da militância negra começou a se agregar à formação dos partidos políticos pelo processo de reabertura política, e dos movimentos sindicais. As pautas raciais permeavam a posição desses sujeitos em quaisquer espaços políticos que estivessem disputando. Em uma pesquisa que aborda a participação dos movimentos negros na Assembleia Constituinte, Natalia Nérís Santos (SANTOS, 2015) apresenta como os militantes passaram a se organizar dentro dos partidos políticos, e assim influenciaram a construção de programas partidários como os do PDT, PT e PMDB. Alguns desses militantes inclusive chegaram a se candidatar para cargos eletivos nas eleições de 1988, dos quais Abdias do Nascimento e Carlos Alberto Caó chegaram a se eleger como deputados federais, e vários outros passaram a integrar a administração pública.

4.1 Um diálogo com militantes negros em Brasília

Pouco se tem registrado a respeito do contexto específico do Distrito Federal, então este estudo inicia o mapeamento do cenário local. Foram realizadas entrevistas com quatro integrantes de movimentos negros que militaram em Brasília à época da ditadura, mas antes de iniciar a fase das entrevistas propriamente ditas, surgiu uma necessidade de realizar uma pesquisa exploratória a partir do diálogo com uma militante com perfil próximo ao que havia sido traçado para os entrevistados, para que se pudesse perceber lacunas na construção do projeto e suprir a ausência de informações documentais robustas acerca do tema da pesquisa.

Relato, então, que em julho de 2018 conversei com Vera Lúcia Santana Araújo, que participou da Comissão do Negro do PT em Brasília, e contribuiu com algumas percepções sobre o tema do projeto, além de indicar pessoas que participavam da militância à época e facilitar o contato com alguns dos possíveis entrevistados.

Durante essa conversa surgiram vários nomes, dentre os quais estavam os quatro que concordaram em participar da pesquisa. A todos foi oferecida a opção de darem seus depoimentos de forma anônima, mas optaram por serem identificados, então irei apresentar Edson Cardoso, Jacira da Silva, Graça Santos e Maria Luiza Junior.

Edson Cardoso (figura 2), baiano, nascido em 1949, morou também no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, antes de vir para Brasília, nos anos 1980. É jornalista, mestre em Comunicação pela UnB e doutor em educação pela USP. Foi editor do *Raça & Classe*, jornal da Comissão do Negro do PT, do *jornal do MNU* e do *Irohin*. Escreve de poesia a artigos de opinião em jornais.

Figura 2 – Edson Cardoso



Fonte: Wilson Dias/Agência Brasil

Jacira da Silva (figura 3), 68 anos, nasceu no interior de Minas Gerais, mas veio para Brasília ainda na infância. Formou-se em Comunicação, trabalhou no Correio Braziliense, no Ministério da Educação, foi presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF e fundadora da Comissão dos Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira). Foi membro do CEAB e do MNU e hoje participa da Frente de Mulheres

Negras do Distrito Federal e Entorno. Tem um forte envolvimento com a luta pela democratização dos meios de comunicação e em defesa da comunicação pública.

Figura 3 – Jacira da Silva



Fonte: Amanda Barros/Festival Latinidades

Graça Santos (figura 4), piauiense, crescida em Goiânia, formou-se em psicologia na UnB. Trabalhou no Banco do Brasil e, após sua aposentadoria, abriu o primeiro salão afro do Distrito Federal, o Afro N'zinga, onde trabalha até hoje. Atuou em conselhos de direitos humanos e étnico-raciais e é hoje cidadã honorária de Brasília, reconhecida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Figura 4 – Graça Santos



Fonte: Arquivo Pessoal

Maria Luiza Junior (figura 5), mineira, 65 anos, veio para Brasília com a família nos anos 1970. Estudou Comunicação Social na UnB e é mestre em História pela USP. Trabalhou no Banco do Brasil e no Banco Central do Brasil. Participou da fundação do CEAB e do MNU-DF e esteve sempre envolvida com a militância racial.

Figura 5 – Maria Luiza Junior



Fonte: Nivaldo Brandão

Foram utilizados roteiros semiestruturados de condução do diálogo, baseados na abordagem metodológica da história oral²⁴. As entrevistas tiveram duração variada, entre 1h e pouco mais de 3 horas de conversa. Foram realizadas pessoalmente com Jacira e Luiza e por telefone com Graça e Edson devido a distâncias geográficas.

A transcrição das conversas encontra-se nos Apêndices B a E, após cada um dos entrevistados realizar a leitura do material integralmente e autorizar a divulgação, para que outras pessoas tenham a oportunidade de analisar essas

²⁴ Tomei como referência as experiências desenvolvidas no âmbito do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV (PHO-Cpdoc).

fontes de informações que não terão suas possibilidades de análise esgotadas neste trabalho.

Especificamente à entrevista de Edson Cardoso, somaram-se seus depoimentos presentes em sua própria tese, “Memória de Movimento Negro: um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo”, bem como na tese de Sueli Carneiro, “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser”. Tal escolha se deu para evitar que a entrevista se repetisse em temas sobre os quais ele já havia se manifestado, possibilitando um maior proveito em nossas conversas, além de que ele chegou em Brasília nos anos 1980 e sua militância se deu inicialmente na Comissão do Negro do PT, e só ao final dos anos 1980 é que iniciou um vínculo formal com o MNU.

Combinada a isso, foi utilizada a análise documental de elementos que foram apresentados ou indicados pelos próprios entrevistados, como matérias de jornais e dos resultados obtidos em uma consulta no Arquivo Público do Distrito Federal, especificamente no Fundo SSP (que contém os registros de documentos oficiais referentes ao período da ditadura militar), pela busca de palavras-chave como “negro”, “afrodescendente” e “movimento negro”. Os respectivos originais dos documentos exibidos se encontram sob a custódia do Arquivo Público do Distrito Federal. Visto que o foco do trabalho está nas narrativas dos interlocutores da pesquisa, os documentos encontrados só são utilizados na pesquisa como suporte para enriquecer alguns trechos das falas.

O primeiro método de tratamento das entrevistas se deu com a análise lexical realizada no software livre Iramuteq, que realiza cálculos estatísticos de bancos textuais, com foco na verificação de co-ocorrência de palavras em segmentos de texto (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006). O Iramuteq disponibiliza algumas ferramentas de análises dos dados, como Nuvem de Palavras (Apêndice B) e Análise de similitude (Apêndice C), que foram inseridas por disponibilizar um panorama mais visual do conteúdo do corpus, mesmo sendo menos produtivas em termos de possibilidade de análise. O foco deste trabalho, contudo, se deu na Classificação Hierárquica Descendente (CHD ou Método Reinert).

Esse método permite avaliar que palavras ou expressões costumam aparecer juntas em segmentos de texto específicos, demonstrando os principais contextos envolvidos nas menções mais frequentes. O texto é então dividido em

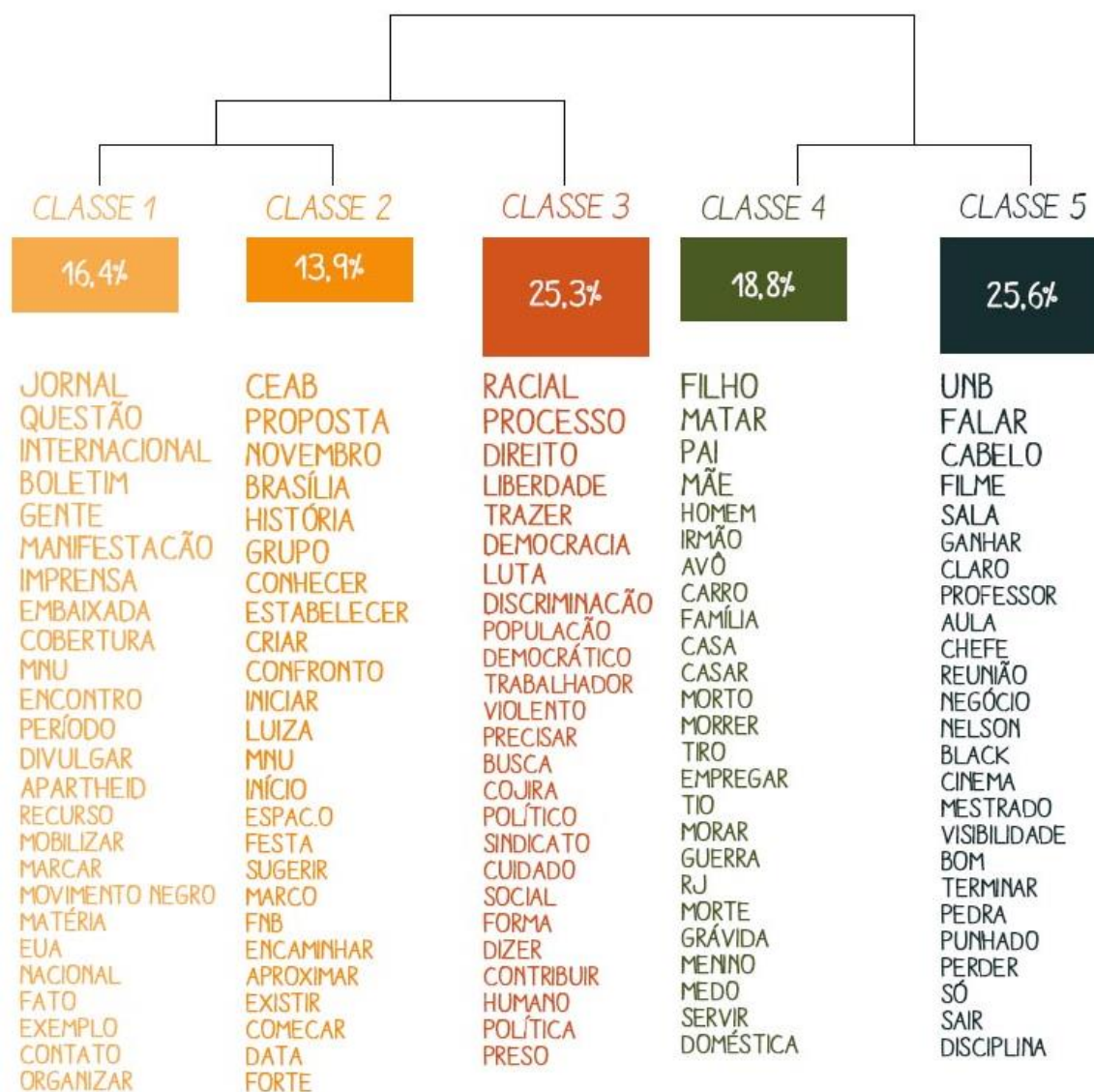
algumas classes lexicais principais, e demonstra-se a proporção de cada classe perante o total do corpus, bem como as 25 principais palavras de cada classe.

Com a CHD (Figura 6), apresentada logo abaixo, obtive os dados demonstrados a seguir, que forneceram a estrutura a partir da qual analisei as entrevistas e inclusive serviram como sugestão organizativa para nomear as seções deste capítulo. A ordem em que cada classe lexical é abordada foi reorganizada para uma melhor construção cronológica das histórias dos entrevistados. Assim sendo:

- Classe 1, referente à imprensa, tornou-se a seção 3.5
- Classe 2, referente aos movimentos, tornou-se a seção 3.4
- Classe 3, referente à questão racial, tornou-se a seção 3.3
- Classe 4, referente à família, tornou-se a seção 3.1
- Classe 5, referente aos estudos, tornou-se a seção 3.2

A figura exibida a seguir é uma demonstração visual dos dados produzidos pelo Iramuteq. Nela, é possível observar que família e estudos pertencem a um bloco discursivo, mais ligado às trajetórias pessoais, enquanto a questão racial, os movimentos e a imprensa pertencem a outro bloco, ligado à vida pública dos entrevistados. No entanto, ambos os blocos se entrecruzam, visto que o histórico pessoal, familiar e escolar também perpassam questões políticas e todos são atravessados por marcadores raciais que permeiam as vidas dos interlocutores da pesquisa. Pelo formato do roteiro de entrevista ter sido semiestruturado, nem todos os depoimentos versam sobre cada uma das classes acima indicadas, visto que cada conversa fluiu para caminhos diferentes.

Figura 6 – Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Autoria própria

4.2 Família

“Eu tenho a ousadia de dizer que na verdade essa militância começou com meu pai”. Foi assim que minha conversa com Maria Luiza Junior começou, quando perguntei sobre o que a fez iniciar na militância pela questão racial. Filha de um jornalista (que depois passou a ser dono de restaurante), era incentivada a ler

revistas como *Realidade*²⁵ e jornais como o *Correio da Manhã*²⁶, além de acompanhar com o pai os noticiários da rádio sobre os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos. “Isso vai construindo a gente, né”. Neta de uma rainha das festas de congada no interior de Minas Gerais, atribui o engajamento também ao fato de ter crescido numa comunidade majoritariamente negra, que a ajudou a formar seu senso de justiça e lhe trouxe referências importantes.

Edson Cardoso também tem no pai – operário gráfico – a figura de referência em relação à leitura, e de uma criação familiar em que os estudos eram considerados prioridade:

Meu pai era uma pessoa, para você ter uma idéia que lia dois jornais, meu pai comprava livros, havia uma estante com livros na minha casa. Então, se existe uma coisa que meu pai valorizava era a leitura e podemos dizer, lá em casa, que o hábito de leitura que temos vem do meu pai. (Edson Cardoso, informação verbal apud CARNEIRO, 2005, p. 166)

Esse ritual da leitura e da informação para Edson é tão importante que conta com orgulho como passou esse costume para suas filhas. O diferencial de sua experiência com a consciência racial, apesar de também vir desde a família, é que para ele se apresenta um incômodo, por ter um tom de pele mais claro no meio de irmãos e tios de pele mais escura:

Eu era visto por parentes como o branco da família. Só que a pronúncia não era assim branco. Era o brrrrrrranco, com uma ênfase no r, como que querendo salientar que não é bem branco no sentido dos outros mas enfim que era o branco da família. [...]por incrível que possa parecer, de todos os meus irmãos só eu faço militância com o tema racial, eu acho que essas coisas pesaram de algum modo naquilo que eu sou, naquilo que eu faço. (Edson Cardoso, informação verbal apud CARNEIRO, 2005, p. 161-162)

A estratégia genocida do Estado de diluir o “sangue negro” citado no primeiro capítulo é evidente na experiência de Edson, em que mesmo no contexto familiar, não há essa visão de identificação racial entre os membros devido ao branqueamento que lhes foi imposto.

Jacira Silva compartilhou outra realidade: a mãe era analfabeta e o pai só cursou até a segunda série do ensino fundamental, “mas tinham a sabedoria e a

²⁵ Considerada uma referência de revista com estilo inovador, mesclando o jornalismo investigativo em profundidade com jornalismo literário.

²⁶ O jornal foi fechado diversas vezes desde sua criação, em 1901, até seu encerramento, em 1974, pois se propôs a ser um jornal de oposição a qualquer Governo, em qualquer momento político.

leitura do mundo no qual eles sofriam”, me contou. Por algum tempo, evitou conversar com eles sobre seu envolvimento com a militância, desconversava quando lhe perguntavam onde ela iria, até que decidiu abrir o jogo e percebeu que na verdade a reticência dos pais quanto ao seu engajamento foi explicada com: “não vai, não, filha, é muito dolorido, essa história é muito dolorida”. Foi assim que Jacira entendeu que não era desconhecimento de seus pais, apenas queriam poupar-lhe do sofrimento ainda maior que lhe seria imposto ao decidir que, para além de lidar diariamente com o racismo, se envolveria com um movimento de luta.

Relatou ainda como, após entrar na militância, e também por ser a irmã mais velha, passou a se sentir na obrigação de levar o debate para dentro de casa, fazer com que seus irmãos se engajassem. Porém muitas das vezes, eles tentavam justificar como preconceito devido à classe social os racismos que sofriam, mesmo a família sendo de classe média.

Jacira conta das dificuldades que um de seus irmãos sente ainda hoje para fixar residência em bairros de classe média em Brasília, pois sente como se não pertencesse a nenhum deles. “Ele tá num processo existencial que ele tem que saber como ele tá. Do lado racial, ele tá começando a externar esse racial. Tá vindo esse racial, mas também tá vindo muito violento, como é, inicialmente.” Edson Cardoso também comenta esse processo de descoberta e aceitação de si como um processo existencial:

o fato de você assumir quem você é, que bonito que fica a pessoa em paz consigo mesma. Sabe aquela coisa do Sócrates “conhece-te a ti mesmo”, aquela pessoa que entra num processo de conhecer a si mesmo, e é um processo longo, é um pouco isso o meu testemunho. E conhecer a si mesmo, nossa, não existe aventura mais linda do que essa e tem gente que não quer fazer, foi doutrinado pra não fazer, tem medo de fazer. Não sabe a libertação que aguarda quem faz, mas tem que sentar na roda também, né, tem que olhar o outro e se identificar com o outro. (Edson Cardoso, informação verbal)

Ao pensar nas dinâmicas familiares e naquilo que queria construir pra si, Jacira tomou uma decisão: “vou ter que achar um parceiro negro”. Para ela, era inviável pensar em casar e formar família com alguém que não compartilhasse de suas percepções e inquietações quanto ao racismo que era tão presente em sua vida.

O irmão mais novo começou a ver os caminhos de Jacira, se aproximar, perguntar sobre as reuniões das quais ela participava, e então encontrou na música um caminho:

a imagem que eu tenho dele, dessa energia e dessa força dele enquanto jovem e negro era na escola de samba, ele era musicista e eu lembro ali na W3²⁷, foram os últimos desfiles na W3, e a mão dele sangrando de tocar o tambor, e ali ele tava dizendo da onde ele veio, quem era ele e como ele estava. (Jacira da Silva, informação verbal)²⁸

Atualmente, uma de suas irmãs, Jaciara, também participa de um movimento construído a partir da música, integra o Batalá, grupo de percussão feminina em Brasília. As lembranças sobre sua mãe também carregam um significado profundo:

Mamãe era mineira, guerreira, né? Sempre passou pra gente a dignidade, a honestidade, a verdade, ela nunca esmorecia, chorava sozinha. Mas perante a gente ela tava ali, leonina, né? A âncora da família. Mas também é isso que a gente não quer hoje, tudo aqui, nas nossas costas de mulher e guerreira. Peraí, nós somos guerreiras, mas não somos heroínas nem vamos dar a vida. Não, temos que viver, ter alegria e ter direito pra essa alegria. (Jacira da Silva, informação verbal)

A mãe como essa figura de abnegação, de quem faz tudo pelos filhos, pela família, que abre mão de seu lazer para proporcionar aos outros. Jacira trouxe em sua fala a gratidão por tudo o que sua mãe fez, mas demonstra a vontade de romper com esse papel, de devolver não só para sua vida, mas das mulheres negras como um todo, a humanidade que lhes era negada nesse movimento que não era um cuidado vivido em comunidade, mas abrir mão de si para cuidar dos outros.

É essa memória que ela traz ao se referir à dinâmica histórica entre famílias brancas e negras, inclusive com uma narrativa de quem consegue se enxergar nessa história, se colocar num lugar mesmo sem ter vivido aquilo, por que sabe que é a história de suas ascendentes que ela está contando:

eu fiquei na tua cozinha cozinhando pra você, pra sua família enquanto eu não tinha um prato de comida pra dar pro meu filho. Porque a minha mãe, a sua avó, a dele, tinha que botar ele lá escondido embaixo da pia pra ele

²⁷ A W3 é uma importante avenida de Brasília, por onde desfilavam alguns dos blocos de carnaval.

²⁸ SILVA, Jacira da. **Jacira da Silva**: entrevista. [dezembro, 2018]. Entrevistado por: Nara Menezes Santos. Brasília, 2018.

trabalhar junto e comer escondido um prato de comida. (Jacira da Silva, informação verbal)

Nas falas de Maria Luiza, igualmente vemos se entrelaçarem as memórias que ela traz sobre acontecimentos em sua família com casos que atingem a população negra. Enquanto fala sobre uma situação que passou recentemente com o neto ao precisar levá-lo a um posto de saúde em Salvador, lembra do menino Joel da Conceição Castro²⁹, vítima da violência policial. Evoca a sensação de que esse extermínio não é uma realidade distante, ele está sempre rondando a sua vida e de sua família, de seus filhos e netos. Edson, em referência à Marcha Zumbi dos Palmares, de 1995, constrói essa mesma relação:

Vixi, dá um medo, dá um medo que você não queira saber, do que vem por aí, botar na frente as mães que tiveram os filhos assassinados e olha eu vou lutar prá criar essas coisas de mãe de negro assassinado, você vai ver. Tá achando que vão matar as pessoas, que não são pessoas, que não têm família, que não têm perda? Que é isso? Meu irmão não morreu assassinado, morreu em um acidente e eu vi o que mudou na vida da minha mãe, da minha família. Imagina uma mãe que perde um filho assassinado, um trabalhador. (Edson Cardoso, informação verbal apud CARNEIRO, 2005, p. 186-187)

Luiza fala dessas mesmas violências pensando na dor das famílias que ficam, nas mães que perdem os filhos. No seu caso, a maternidade também entra em questão, ao refletir sobre como esses filhos também poderiam ser os seus

minha preocupação era manter esse meu filho, tanto que é uma coisa rara, ele tá com 41 anos, vivo. É o pai dos meus dois netos, um homem negro, passou por 'N' situações, mas, ele e os dois irmãos dele que vieram depois, todos vivos, que é uma coisa rara, as pessoas se espantam quando eu fico fazendo essa denúncia do genocídio, mas porque eu tenho compaixão das mães que investem amor, investem tempo, investem dinheiro, sonham que esse filho vai ser maior do que o que elas foram e aí vem um sacana e dá um tiro, mata essa pessoa. (Maria Luiza Junior, informação verbal)

Uma dor compartilhada, que faz lembrar das histórias contadas por Maíra de Deus Brito (2017) sobre as mães que perderam seus filhos assassinados e essa “dor que não cicatriza”, Luiza fala sobre como “antes de ser corpo, a gente é gente, filho de alguém. A mãe do Joel fala assim ‘tá doendo muito por que o meu ventre sente falta do filho que eu gestei’. Tem ideia de uma mãe pirar, e pira mesmo!”.

²⁹ Joel da Conceição Castro era uma criança de 10 anos que foi baleado pela polícia dentro de sua casa, quando se preparava para dormir, no Nordeste de Amaralina, bairro de Salvador. O caso aconteceu em 2010, e o inquérito foi arquivado em 2016.

Conta também a experiência de perder um tio-avô ainda criança, que foi internado num manicômio pois foi considerado louco quando, ao ouvir no rádio a notícia do golpe de Estado de 1964, decidiu esconder-se em um bueiro da fazenda onde morava. O pai de Maria Luiza o levou ao hospital psiquiátrico de Barbacena³⁰ e voltou para a cidade onde moravam, também no interior de Minas Gerais; pouco tempo depois recebeu um telegrama avisando que o tio não havia resistido ao tratamento à base de choques e falecido. Segundo Luiza, todas essas experiências é que a levaram a ser uma militante.

Não à toa, está demonstrado na Figura 6 que, na classe 4, que compreende as relações familiares, estão presentes entre as 25 principais palavras “matar”, “morrer”, “morto”, “tiro”, “guerra” e “medo”. Todas essas palavras demonstram como as experiências pessoais de famílias negras estão intimamente ligadas ao contexto de morte. É a expressão nítida desse genocídio em que o Estado é tanto causador ativo a partir da violência policial, da negligência na saúde pública, entre outros processos falados no primeiro capítulo, quanto cúmplice da violência entre civis, em que a segurança pública é sempre pensada para proteger corpos e endereços brancos.

4.3 Estudos

As memórias nos espaços de educação formal – especialmente escola e universidade (a primeira unidade da classe de estudos é UnB) – apresentam três marcas centrais. Primeiramente o conhecimento como um valor ensinado pelos pais. Em seguida, as experiências de discriminação praticadas por colegas e professores – não à toa a palavra “cabelo” aparece como unidade lexical importante: representa a discriminação, e, posteriormente, ressignificada como símbolo de resistência e orgulho. Há ainda as experiências de militância, com uma aproximação ao movimento estudantil, citada no início deste capítulo.

³⁰ Sobre o Hospital Colônia de Barbacena, ver mais no livro-reportagem de Daniela Arbex, *Holocausto Brasileiro*, publicado em 2013 pela Geração Editorial.

Jacira fala da importância do conhecimento, lembrando também de como foi ensinada a valorizar os conhecimentos vindos dos espaços não-formais de educação. Aborda o aprendizado transmitido entre as famílias negras, inclusive por conta dos processos de exclusão da educação formal:

Esse foi o legado do meu pai e minha mãe: conhecimento é algo que não te tiram. Você vai carregar, muitas das vezes você não tem a possibilidade de usá-lo, mas aí traz a nossa ancestralidade, a sabedoria. Você sabe que nossas famílias negras não sabiam escrever, mas eram as grandes costureiras, as grandes boleiras, as grandes doceiras, as grandes palestrantes, eram as lideranças, mas não dominavam essa educação ocidental. Mas não podem ser consideradas analfabetas porque elas tinham a sabedoria do viver que nos indicou o caminho. De que tudo é nosso, tudo nós podemos, desde que tenhamos princípio e respeito uns com os outros. (Jacira da Silva, informação verbal)

Ao mesmo tempo, lembra da escola como esse primeiro espaço de discriminação, desde os primeiros anos, e também da associação que os irmãos faziam do preconceito sofrido à classe social a que pertenciam, porém ela não aceitava essa explicação, visto que sua família era de classe média. Narra um episódio em que se cansou de nunca ser chamada para participar de atividades, apresentações, entre outros, então reagiu xingando a professora. Recorda que foi castigada pela mãe, mas diz não se arrepender pois foi assim que “eu comecei a reagir às sutis práticas racistas, mas eu não sabia dar nome a isso”.

Foi também na escola que Edson passou por uma experiência que considera marcante: quando, na adolescência, foi rejeitado afetivamente por uma garota de quem gostava, que falou “eu não namoro com você, não, por que você é preto” (CARNEIRO, 2005, p. 162). Para ele, esse momento foi quando ficou evidente que sua raça seria um impeditivo para determinados acessos e vivências.

Luiza também narra algumas experiências de racismo no ambiente da educação, principalmente durante a vida universitária, e conta dois episódios que marcaram sua memória. No primeiro semestre da faculdade, cursando a disciplina Estudo dos Problemas Brasileiros, disse que fez uma prova em que precisava responder à seguinte questão: Existe racismo no Brasil?. Entusiasmada, disse que fez um texto enorme em resposta, falando sobre o racismo. Porém foi chamada pelo professor da disciplina para que refizesse a prova se não quisesse ser reprovada.

A outra vivência que foi importante em sua trajetória aconteceu quando cursava a disciplina de Documentário. Escolheu como tema para o roteiro de um

trabalho o Massacre de Sharpeville³¹, que ocorreu na África do Sul. Ao apresentar sua proposta, disse que o professor brigou com ela, disse que ela não havia entendido e que documentários eram sobre a realidade, que ela não podia inventar acontecimentos. O professor rasgou seu roteiro e, daí em diante, a perseguiu por todo o semestre, chegando a humilhá-la publicamente em outros momentos, na frente da turma.

Apesar de toda a carga de preconceito e exclusão que Jacira também experienciou, ela entende que foi só durante a universidade que começou a conseguir nomear essas experiências, ao construir uma visão mais crítica:

Quando você tá na universidade é que vem aquela leitura de mundo, né? De você avaliar e perceber as contradições e os porquês do que geralmente você enquanto sujeito político vai começar a observar o que é que tá acontecendo ao redor e com você mesmo. Daí que vem aquela consciência racial aos poucos, ela vem chegando e eu 'não, mas eu não sou discriminada porque eu sou pobre, tem mais alguma coisa aí. **Eu sou discriminada porque eu sou negra.**' E aí é isso que eu denominei que é o clique da consciência racial. (Jacira da Silva, informação verbal)

Edson relata a Sueli Carneiro (2005) um processo diferente pois ainda no segundo grau começou a participar de um grupo de leituras vinculado à Ação Popular, em que teve contato com autores de esquerda e iniciaram também suas inquietações a respeito de questões sociais, inclusive de luta contra a ditadura militar. Nesse grupo de leituras, ele começa a se aproximar de outros jovens negros que foram fundamentais para que começasse a refletir sobre a questão racial. Vive um período de hiato em relação à educação formal entre o término do segundo grau e o início do ensino superior, mas não se afasta dos estudos, sempre mantendo uma alta carga de leituras.

Ao entrar na UFBA, cursando letras, Edson se envolve com o movimento estudantil mais do que com o movimento negro, em que alguns colegas que

³¹ O Massacre de Sharpeville aconteceu em 21 de março de 1960, na África do Sul, quando um protesto contra uma das leis do regime de apartheid foi fortemente reprimido pela polícia e terminou com 69 mortos e 186 feridos. Por conta desse massacre, o dia 21 de março foi estabelecido pela ONU como o Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/mama-africa/massacre-de-shaperville-69-mortos-e-186-feridos>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

estavam no Instituto Cultural Brasil Alemanha³² (ICBA) atuavam. Foi só quando veio morar em Brasília – depois de passar pelo Rio de Janeiro e Porto Alegre – que começou a participar efetivamente do movimento negro.

Tanto Luiza quanto Jacira lembram da proximidade com os poucos colegas negros que havia na faculdade como uma relação de parceria, era a possibilidade de se fortalecerem mutuamente. Para a primeira, a falta de espaço no movimento estudantil foi um impulso para buscar a militância negra:

a gente ia lá nas reuniões mas ninguém ouvia a gente e meio que a gente precisou mesmo criar o movimento negro com as nossas reivindicações específicas, foi preciso, foi necessário e continua sendo necessário. (Maria Luiza Junior, informação verbal)

A percepção de sentir-se sem voz é complementada em outro momento da conversa, quando Luiza fala da recusa do movimento estudantil em discutir sobre raça, inclusive trazendo a seguinte frase que costumava ouvir dos colegas: “Não, não tem nada que conversar sobre isso, vocês tão importando isso dos Estados Unidos, aqui é todo mundo legal, eu sou seu amigo”.

Mesmo com essa sensação de não pertencer, Luiza continuava participando das reuniões do movimento estudantil, e conta que chegaram a fazer almoços na casa de seus pais, então havia ali uma relação de proximidade. Inclusive, quando houve a invasão da UnB em 6 de junho de 1977³³ pelos militares, boa parte de seus colegas foi presa e ela crê que só conseguiu escapar pois alguém se compadeceu do fato de que estava grávida:

Sabe por que eu não fui presa? Por que eu estava grávida do meu primeiro filho, eu não falei que eu engravidei no meio do caminho? Eu estava grávida do meu primeiro filho e aí um cara chegou por trás de mim (eu era boba mesmo, eu não tinha percebido o movimento deles), eu tava lá, eu falava e eles [do movimento estudantil] não aceitavam e eu continuava lá, só ouvindo. Aí alguém chegou por trás de mim e falou assim, na hora que

³² Apesar do nome do Instituto parecer um pouco alheio à questão racial, a direção do ICBA era bastante receptiva às discussões sociais e se utilizava de uma certa liberdade que possuíam devido a questões diplomáticas para abrir espaço para que grupos se reunissem e fizessem discussões que a princípio seriam tolhidas pela censura do regime militar (ALBERTI e PEREIRA, 2016).

³³ Durante a ditadura militar, a Universidade de Brasília sofreu várias invasões militares para prender estudantes e professores, história que pode ser verificada no documentário Barra 68, de Vladimir Carvalho, no Relatório da Comissão de Memória e Verdade Anísio Teixeira, produzido pela UnB, e no próprio site da Universidade. Disponível em: <<https://www.unb.br/a-unb/historia/633-invasoes-historicas?menu=423>>. Acesso em 28 mar.2019.

começou a pinçar [policiais infiltrados detendo] os estudantes 'você saia daqui agora e não olhe pra trás'. Lá na UnB, aí eu saí, não olhei pra trás, (por que minha barriga já tava grande) aí um amigo meu, um colega, o Vanderlei Barroso, me deu o braço pra poder me levar lá, me levou pro ponto de ônibus, que a gente era pobre, né, me levou pro ponto de ônibus na L2, eu vim embora pra casa, que era casa do meu pai ainda, e aí o Vanderlei voltou e foi preso... (Maria Luiza Junior, informação verbal)

Nesse cenário de repressão policial, silenciamentos no movimento estudantil e discriminações no espaço acadêmico, os entrevistados não se furtaram de se inserir no debate a respeito da raça e do racismo. Luiza narra um episódio de como iniciou sua inserção no movimento:

apareceu o Edemir Carvalho, que hoje é professor universitário, e o Edemir tava colando um cartaz de uma Semana de Arte e Cultura Negra em Campinas, acho que foi em 1975 ou 1976, o movimento estudantil tava muito crescente, efervescente na UnB. **Eu participava do movimento estudantil mas não tinha voz.** Aí quando vi o Edemir, que é um homem negro, colando esse cartaz, eu perguntei pra ele como é que chegava lá. Na UnB eu tinha um professor de fotografia alemão, ele passou um exercício, aí quando eu disse a ele que eu ia lá nesse evento, aí ele pegou e me emprestou a máquina fotográfica do curso de comunicação pra que eu fosse nesse congresso em Campinas. Só que quando eu cheguei lá, o povo ficou achando que eu era agente da polícia. Por que ninguém me conhecia e como é que eu tava lá? E fotografando... (Maria Luiza Junior, informação verbal)

4.4 Questão racial

Esta seção é o principal momento em que, nas falas dos entrevistados, articulam-se suas experiências durante o período da ditadura militar e o pós-ditadura, chegando até o tempo presente. Algumas vezes, estabelecem comparativos entre os tempos históricos, mas no geral, estão denunciando a permanência dos problemas estruturais decorrentes do racismo que já contestavam a cerca de 40 anos atrás. Não à toa se entrelaçam as palavras direito, liberdade, luta, democracia, entre outras.

O combate à violência policial e ao genocídio da população negra são apontados como um dos principais eixos de atuação do movimento negro durante a ditadura militar, segundo Luiza. Ela conta que à época as entidades já denunciavam o genocídio, mas que eram desacreditadas pois ainda não havia o cálculo de determinados dados como se tem hoje, a respeito da mortalidade e da violência letal, como o Atlas da Violência vem produzindo. A necessidade de produção desses

dados é, portanto, demanda do movimento, que tinha suas posições constantemente deslegitimadas devido à falta de “respaldo científico”, como alegavam seus opositores.

Ao tratar do assunto, Luiza se emociona ao falar que “é uma imoralidade se matar tanta gente no Brasil, e matar em maioria pessoas negras, matar e ninguém falar nada”. Ao longo de nossa conversa, em diversos momentos ela trouxe a realidade do genocídio, como ao dizer que

não existe bala perdida na cabeça de ninguém! Bala perdida é tiro de sniper³⁴, o cara franco-atirador é o cara que tem mira, que tem competência pra segurar e dar na cabeça [...] eles sabem como matar”. (Maria Luiza Junior, informação verbal)

Não à toa, fala que o *modus operandi* da polícia é “terrorismo de Estado”. O movimento negro, para ela, foi um caminho para compreender melhor e ter formas de nomear a realidade do racismo, que já enxergava antes de ingressar na militância. De forma similar, Jacira se recorda dessa compreensão de mundo que elaboravam coletivamente nos movimentos:

Com o decorrer do que a gente elaborou muitos documentos do MNU, também denunciávamos que aqui tinha uma falsa democracia racial, que **aqui não existia democracia racial desde que o processo democrático do país não nos enxergava como sujeitos políticos**, que não poderia se chegar numa democracia plena se não nos enxergasse como descendentes africanos e a nossa contribuição no processo democrático e que muitos de nós durante o período da escravatura, a condição arbitrária e violenta em que os negros e negras africanos são retirados dos seu lugar, da mãe África e traz pra diáspora. Ali o MNU já vem denunciando e mostrando que aquilo ali foi um grande **genocídio**, foi uma violência onde o processo de construção de outras nações, principalmente na Europa e América do Norte, como essas nações foram construídas com a vida dos africanos e africanas. A maneira perversa e desumana que foram trazidas essas pessoas, porque elas não foram trazidas como pessoas, foram trazidas como mercadoria pra servir e construir o Brasil, no nosso caso. (Jacira da Silva, informação verbal, grifo nosso)

Luiza igualmente se refere à crítica que se fazia ao mito da democracia racial, ao passo em que a sociedade sempre se mostrou violenta, por isso afirma que

³⁴ O governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel autorizou que snipers em helicópteros façam disparos contra civis. Os efeitos dessa política podem ser conferidos em matérias como a publicada pela BBC Brasil “Tinha helicóptero atirando de cima: professores acalmam alunos com música durante operação que matou 8 no Rio”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48190478>>. Acesso em 18 mai. 2019.

o Brasil não podia continuar falando que era uma democracia racial oprimindo os negros e até matando, né. Não fala mais que é democracia racial mas chama o racismo de racismo cordial, que não faz mal a ninguém. Mas é um racismo letal, que mata. (Maria Luiza Junior, informação verbal)

Por conta da letalidade do racismo que se diz cordial, Jacira reitera que há uma falsa democracia racial, e que a democracia brasileira não poderá ser entendida como uma democracia plena enquanto a população negra for tratada como subcategoria ou como uma “coisa menor” nos termos de acesso a direitos, pois são o “alvo historicamente colocado”, em suas palavras. Chama atenção também ao fato de que no cenário de encarceramento em massa, as pessoas negras sempre foram presas e presos políticos do país, visto que esse encarceramento faz parte de um projeto de poder em que só as elites brancas têm direito à liberdade.

Edson Cardoso trata da necessidade de existência dos movimentos negros e de seu fortalecimento como entidades independentes, pois diz que era uma forma importante de se posicionarem enquanto sujeitos ativos na construção de suas próprias estratégias de militância

O negro é sujeito. O que é consciência Negra? É avisar os outros que você é sujeito de suas ações, isso que é o movimento negro. A militância negra não tava querendo ser reboque, assinar o manifesto dos outros, a gente tinha um modo de ver a realidade brasileira. [...] Tem um grande problema também que é uma recusa sistemática à questão racial. Eles já vinham dizendo que era secundário. Então é uma luta secundária, só que a gente não via dessa maneira. Não via nem vemos, então a gente tinha dificuldade de fazer essas associações que implicassem na subordinação do negro. [...] **A ideia de movimento negro é de um campo de sujeitos**, então você pode imaginar na sociedade brasileira o atrito que isso cria. Tem uma leitura própria da realidade brasileira e da história então só isso cria mil problemas. (Edson Cardoso, informação verbal)

Com essa articulação das pessoas negras se vendo enquanto sujeitos políticos, sentem a urgência de constituir um movimento em que se sentissem partícipes nas formas de atuação e decisões a respeito da militância.

4.5 Movimentos

Com os incômodos que já existiam entre várias pessoas negras que militavam em movimentos estudantis ou organizações de esquerda, a participação de Maria Luiza Junior na Semana de Arte e Cultura Negra em Campinas, em 1976,

foi um lampejo de possibilidade para que se organizasse em Brasília uma militância negra.

Com a repressão às organizações políticas imposta pelo regime militar, perceberam, também por experiências como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), no Rio de Janeiro, que formar uma organização cultural e de estudos era uma saída para articular a militância sem atrair tanto a atenção da repressão. Assim nasceu o Centro de Estudos Afro Brasileiros (CEAB) em Brasília, em 1978. Quando perguntei a Graça como foi sua inserção no movimento negro, ela lembra de Maria Luiza como seu elo com a militância:

Foi quando eu comecei no Banco do Brasil. Eu já trabalhava lá no Banco do Brasil e conheci Maria Luiza. Ela chegou uns anos depois de mim e nos tornamos amigas porque éramos 0.000001% de porcentagem de negros no Banco do Brasil, tô falando na década de 1970, né? Então eram muito poucos mesmo. E desse relacionamento, a Luiza que tinha mais esse debate, e foi quando ela me convidou pras reuniões que tavam começando, eu entrei em 1971 no banco e ela em 1974, 1975, não lembro... E em 1977 eu acho que ela conheceu e começou a debater o racismo com esse grupo que depois fundou o CEAB. (Graça Santos, informação verbal)³⁵

Houve uma ruptura dentro do CEAB entre um grupo cuja intenção era continuar com foco nos estudos e discussões internas sobre racismo, e outro grupo que pretendia uma militância de maior enfrentamento às estruturas de poder. Graça conta que alguns dos membros do CEAB eram envolvidos com políticos que estavam no poder e, portanto, se recusavam a tomar posições mais firmes:

Quando eu saio, saímos a Jacira, eu e Luiza, que fizemos parte desse primeiro momento do CEAB. Ele fez 40 anos, ano passado, mas ficou só mesmo nesse acompanhamento da questão racial, houve um racha lá dentro e tudo. Quando a gente sai do CEAB e vai pro MNU, a gente tem uma mudança de ação, porque o MNU era uma entidade de confronto. Ele denunciava o racismo, coisa que não era admitida. [...] Quando Luiza me chama eu já me interessei de vez sobre a questão, ficamos no CEAB uns anos e foi quando ela conheceu a proposta do MNU. A gente tava num embate sério dentro do CEAB, ele [o então presidente] queria levar mais pra essas questões, levar na maciez, e nós queríamos partir pro confronto e o MNU nos deu essa oportunidade. E aí saímos um grupo do CEAB e trouxemos uma sessão do MNU pro DF. (Graça Santos, informação verbal)

³⁵ SANTOS, Graça. **Graça Santos**: entrevista. [janeiro, 2019]. Entrevistado por: Nara Menezes Santos. Brasília, 2019.

Luiza explica a importância para ela de se inserir em uma entidade em que houvesse maior liberdade de enfrentamento pois entendia que a fala sempre foi seu mais importante instrumento de luta e combatividade:

Aquela música do Cazuza 'mostra a sua cara', a gente já vinha mostrando. Como é que é? Meu cartão de crédito é uma navalha, a música do Cazuza. O meu, por enquanto, é a minha língua. (risos) Nunca peguei em armas e acho que a gente não teria condição. Não teria não, não temos condição de pegar em armas, nós negros, por que a chacina já tá aí todo dia. **Todo dia tem chacina em algum lugar.** (Maria Luiza Junior, informação verbal, grifo nosso)

Levando em conta a violência à qual a população negra sempre esteve exposta no país, não fazia sentido para esses militantes partir para a luta armada da esquerda que teve que entrar na clandestinidade. Realizar um enfrentamento ao regime militar e ao racismo estrutural por meio de falas combativas e atos públicos de contestação era um caminho mais viável.

Tanto Graça quanto Jacira apontam Maria Luiza como uma das principais articuladoras desse movimento de criação do MNU-DF; não à toa, na Classificação Hierárquica Descendente, seu nome é uma das unidades lexicais mais utilizadas na categoria de movimentos. Esta se lembra de quando Vera Mara, militante do Rio de Janeiro, veio a Brasília e se conheceram, iniciando uma articulação entre a militância das duas cidades. Nesse período, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) estava produzindo um jornal próprio no Rio de Janeiro. Luiza conta que

o Amauri Mendes com o Yedo Ferreira vieram aqui em Brasília em 1977. Eles vieram aqui em Brasília e ficaram lá na rodoviária perguntando a toda pessoa negra quem era a Luiza do movimento negro aqui, que era eu. Aí por coincidência, por que eu não falei que a Vera Mara, que era lá do Rio, veio aqui em Brasília um tempo atrás e me conheceu? Por que as notícias corriam, acontecia uma coisa aqui e sabia lá não sei aonde... Era bem incipiente, mas acontecia, as pessoas sabiam. Isso foi em 1977. Aí eles vieram aqui atrás com uns jornais [do Sinba], aí eu já tinha alugado o apartamento que eu ia morar, que eu já tava grávida, não tinha mobiliado mas tinha uns colchonetes aí eu ofereci a eles pra ficarem lá na minha casa um bom tempo tentando vender [os jornais]. A gente fazia reuniões e trocava informações do que tava acontecendo. Quando teve o lançamento do MNU na escadaria, eu tava recém-parida, meu filho era bebê, então eu não pude ir ao movimento lá na escadaria, mas a gente ficou sabendo (Maria Luiza Junior, informação verbal).

Segundo os vários relatos apresentados por Alberti e Pereira (2016), Yedo Ferreira e Amauri Mendes foram dois dos principais articuladores do movimento de lançamento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, que depois

passou a ser Movimento Negro Unificado. Foi principalmente esse fluxo de informações entre militantes de Brasília e do Rio de Janeiro que fez com que o grupo que já estava insatisfeito no CEAB decidisse então formar a seção do MNU no DF em maio de 1981. Nas lembranças de Jacira, a criação da seção local do MNU tinha a intenção inicial de consolidar um movimento organizado nacionalmente e que fosse capaz de aglutinar várias entidades

Nós criamos o MNU-DF e reunimos algumas pessoas e criamos com a proposta de que ele era uma entidade negra que tinha uma proposta inicial de reunir todas as entidades que naquele período existiam, umas mais avançadas, outras iniciando, mas não deu pra reunir totalmente porque cada uma tinha uma característica de atuar politicamente, então uma era cultural, o MNU vinha com um compromisso político de mexer na estrutura que tava aqui e dizer para o governo do estado brasileiro que tinha racismo aqui, que a sociedade era racista e a gente tinha que combater esse racismo. (Jacira da Silva, informação verbal)

Graça e Maria Luiza têm recordações um pouco diferentes da percepção de Jacira como uma entidade aglutinadora, pois lembram que a criação do MNU se deu justamente para que um grupo que já estava insatisfeito com a forma de atuação do CEAB pudesse se desvincular e pensar uma militância mais combativa. Então, de acordo com Graça, a cisão se deu da seguinte forma:

Ele [o presidente do CEAB à época] tinha mesmo isso de impedir que fosse pra confronto esse debate. “Vamos questionar o racismo, mas nessa leveza.” E aí Luiza mesmo, desde jovem, ela foi muito ativa e queria partir pra briga e eu sempre analisava mais que ele não queria nenhum confronto. “vamos só estudar, promover um debate” mas sem aprofundamento, né. Quando a gente começou a questioná-lo, levantando a história do racismo, começou o conflito, principalmente de Luiza com ele. E foi aí que logo depois, uns dois anos, ela conhece a proposta do MNU. O MNU foi criado em 1978 e o início é muito efervescente. [...] Aí Luiza falou “lá é meu lugar” e passa pra gente toda essa proposta. “Nesse CEAB aqui a gente não vai conseguir lugar”. Então foi um grupo grande que saiu nessa época e entrou no MNU e a gente tem todo o conhecimento da carta de princípios, do estatuto, era uma organização bem estruturada e com todo esse, todos eram muito jovens, e que realmente combatia o racismo no Brasil. Primeiro denunciar a nível nacional e internacional, eram pessoas lá em São Paulo e no Rio que tinham contatos com o movimento dos Estados Unidos, da África pela independência, então era muito forte. (Graça Santos, informação verbal)

Essa parece ser uma percepção compartilhada sobre a separação dos grupos, que partiu de uma necessidade de se organizar de forma mais combativa, e o surgimento do MNU dessa forma “efervescente” a que Graça se refere mostra à parte dos militantes de Brasília a possibilidade de mudar o tom das atividades, como eles já estavam desejando e não viam espaço para isso no CEAB. Luiza conta que

a transição se deu fácil por que nós éramos jovens, a gente queria ação [...]. A gente era antenado com o movimento negro em todo lugar e o MNU tava avançando no Brasil todo, então quando pareceu que a gente ia ficar sem entidade, a gente pegou “não, vamos assumir MNU”. Aí pra essa reunião que era junto de um feriado de Semana Santa, minha família ficou com meu bebê e eu fui pra reunião nacional do MNU e já voltei de lá e convoquei todo mundo pra gente ser MNU, aí a gente virou MNU. (Maria Luiza Junior, informação verbal)

Então, com esse grupo que já estava mais interessado em uma ação mais intensa, se formou o MNU-DF. Esse apelo à ação não significa, porém, que a formação intelectual era secundarizada, muito pelo contrário. Luiza conta sobre a formação do pensamento que o MNU incentivava: muitos dos textos de referência que circulavam à época vinham dos movimentos civis dos Estados Unidos. Os textos eram trazidos de forma clandestina quando alguém viajava para fora do país, ou alguma banca de revistas dentro das universidades conseguia algumas versões e elas circulavam entre os militantes. Foi assim, inclusive, que ela conta que aprendeu inglês, “muito *by myself* por que precisava ler esses textos, né”.

Edson Cardoso também chama atenção à formação intelectual do MNU, não só no sentido de formação interna do movimento, mas também do perfil das pessoas que estavam inseridas nele:

O MNU tinha em geral alta escolaridade, não era uma entidade que predominasse a baixa escolaridade, não. Já nos anos 1970 tinha muita gente fazendo mestrado, muita gente saiu do MNU pra ser professor universitário, pra você ter uma ideia (Edson Cardoso, informação verbal)

A alta escolaridade dos participantes do movimento foi, para Jacira e tantas outras pessoas, uma forma de entrar em contato com uma reflexão política que elas não possuíam até então:

Politicamente eu não sabia o que tava acontecendo, mas uma movimentação estranha estava acontecendo em Brasília. Mais tarde que eu vim saber que estava ocorrendo o período de ditadura militar e que a UnB, por ser um espaço escolar onde tinham vários alunos e professores que contestavam aquele regime e lutavam pelo regime democrático no país, eles eram perseguidos e mortos e eram prisões e prisões. Foi mais tarde que eu vim perceber a dimensão desse período de ditadura no país. Com o MNU colado, junto, eu comecei a participar, mas aí veio primeiro a consciência racial. O que é que é ser negro, negra, quais os mecanismos de defesa, esse racismo sutil, bem subliminar que a gente chama. Eu tinha que entender aquilo e saber como eu me situava diante disso, as defesas que eu deveria ter, e politicamente então vem ao longo do processo, nos grupos de estudos do MNU, nos documentos que elaborávamos... (Jacira da Silva, informação verbal)

O despertar da consciência racial a que Jacira se refere é visto por Luiza como uma consequência do posicionamento da entidade em questionar a democracia racial no Brasil e expor que essa convivência harmônica entre as raças não passava de falácia. Tanto os textos lidos pelos militantes quanto os debates e eventos que realizavam eram formas de questionar tal falácia.

Outra situação da militância que evocam em suas falas é a questão da segurança num período de regime ditatorial. Jacira conta que tentavam fazer as reuniões em grupos não muito grandes e sempre destacavam alguém responsável pela segurança do local. Havia um cuidado especial com a equipe de segurança para organizar eventos culturais, pois aglomerações de pessoas negras eram sempre vistas como ameaça para a segurança pública. Além disso, tomavam cuidado com pessoas infiltradas e também em como eram arquivados os documentos produzidos nas reuniões.

Edson também se refere à cautela em verificar quem eram as pessoas novas que chegavam ao movimento e como elas haviam se informado das reuniões. Um clima de vigilância constante fazia com que sempre tentassem identificar pessoas que poderiam estar relacionadas às forças de segurança pública. Graça menciona ter recebido informações de que a polícia acompanhava as atividades e reuniões do movimento com pessoas infiltradas.

A respeito da integração com outros movimentos sociais, Graça lembra da relação que havia com os sindicatos dos professores e dos bancários, que eram os dois maiores do DF na época. Tentavam se inserir principalmente no âmbito do sindicato dos professores para conseguir levar o debate racial às escolas, porém havia um apoio desses sindicatos apenas no sentido de deixar que o movimento negro utilizasse seus espaços para reuniões, cursos e seminários, mas não havia uma união real que relacionasse as pautas. O movimento racial era sempre tratado como uma luta à parte. Jacira fala, a respeito da dificuldade de integração entre a militância negra e os outros movimentos de esquerda, que quando iniciou a circular nesses espaços,

diziam assim: que a nossa luta negra divide a luta de classes. Aí a gente veio pra dizer que não, que a nossa luta também faz parte da luta pela liberdade, pelos direitos básicos do ser humano, que eles sejam respeitados, pra que a população negra onde ela estiver também seja tratada e vista, considerada e valorizada como um ser humano e toda sua potencialidade. (Jacira da Silva, informação verbal)

Com a redemocratização, vários militantes decidiram dedicar-se à organização partidária, a partir do entendimento de que, estando num período de transição, havia uma oportunidade para tentar transformar a estrutura da política formal desde dentro. Outra parcela entendia que era necessário primeiro o fortalecimento da identidade negra coletiva de forma independente das organizações partidárias, caso contrário poderia haver uma secundarização das pautas raciais.

Assim, foi possível que houvesse disputas pela inserção das demandas do povo negro na Assembleia Constituinte, que ocorreu de 1987 a 1988 como momento histórico para a reestruturação do país após o fim do regime militar. Contou com uma forte mobilização de movimentos sociais, a exemplo do que foi a Jornada do Negro pela Assembleia Constituinte, realizada em novembro de 1985, e a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte³⁶, realizada em agosto de 1986.

³⁶ O documento redigido a partir da Convenção por Graça Santos, Maria Luiza Junior e Maria Lucia Junior, registrado em cartório, está disponível no Anexo F.

Figura 7 – Panfleto com a programação da Jornada do Negro pela Assembleia Constituinte de 1985

SEXTA-FEIRA (22/11/1985)

09.00 - MESA 7 - LUTA INTERNACIONAL CONTRA O RACISMO

JOÃO HERMANN NETO, Deputado Federal, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal;

MARCOS ANTONIO PEREIRA DA SILVA, Membro do Comitê Anti-Apartheid de Recife, PE;

JOSÉ IEDO, IPCN, Instituto de Pesquisa e Cultura Negra, Rio de Janeiro;

IVAIR AUGUSTO DOS SANTOS, Vice-Presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo;

ANTONIO DUARTE DOS SANTOS, Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo Moçambicano;

LOCAL: SALÃO NOBRE DA UNICAMP (AO LADO DO RESTAURANTE III)

14.00 - MESA 8 - MARGINALIZAÇÃO DO NEGRO

CARLOS HASENBALG, Sociólogo, IUPERJ;

FLORESTAN FERNANDES, Sociólogo, Professor da USP;

PAULO ROBERTO DOS SANTOS, Centro de Estudos Afro-asiáticos do Rio de Janeiro;

PETER LOUIS EISENBERG, Historiador, Professor da Universidade Estadual de Campinas;

DALMIR FRANCISCO, Jornalista, Professor da PUC/MG;

CLEBER MACIEL, Historiador, Professor da Universidade Federal do Espírito Santo, ES;

LOCAL: SALÃO NOBRE DA UNICAMP (AO LADO DO RESTAURANTE III)

19.00 - MESA 9 - CONSTITUINTE E DEMAIS REIVINDICAÇÕES DEMOCRÁTICAS

JOSÉ GENOINO NETO, Deputado Federal, PT-SP;

CLÓVIS MOURA, Historiador, Professor da USP;

HÉLIO SANTOS, Comissão de Estudos Constitucionais;

ELDER PACHECO, MNU-MG;

ESMERALDO TARQUINIO NETO, Vice-Prefeito de Santos, delegado Regional de Cultura e representou o Brasil no Festival Mundial da Juventude, em Moscou;

CARLOS ALBERTO MENEZES, Movimento Negro Unificado, Juazeiro, BA;

LOCAL: SALÃO VERMELHO DA PREFEITURA

SÁBADO (23/11/1985)

09.00 - MESA 10 - MULHER NEGRA

HELENA MACHADO, Arquiteta, Movimento Feminista e Sindical, RS;

DULCE CARDOSO, Comunicóloga, MNU, SP;

LELIA GONZALES, Socióloga, Conselho Nacional da Mulher;

ROBERT SLENES, Historiador, Professor da Universidade Estadual de Campinas, SP;

MARIA LUIZA JUNIOR, Movimento Negro Unificado e Feminista, DF;

LUZIA RANGEL MIRANDA, Movimento Negro Unificado, Rio de Janeiro, RJ;

LOCAL: SALÃO VERMELHO DA PREFEITURA

16.00 - ENCERRAMENTO

- Aprovação de Textos e Propostas dos Debates;
- Presença de Autoridades (Prof. Carlos Moura, Assessor de Assuntos Afro-Brasileiros do Ministério da Cultura do Prof. Hélio Santos, Membro da Comissão de Estudos Constitucionais, Esmeraldo Tarquinio Neto, Vice-Prefeito de Santos) e lideranças do movimento negro.
- Apresentações de Grupos de Dança e Músicas;
- Apresentação Especial da Corporação Musical dos Homens de Cor de Campinas, fundada em 1933;

LOCAL: CLUBE CULTURAL E RECREATIVO CAMPINAS

AUDITÓRIO DO COLÉGIO CULTO À CIÊNCIA
Rua Delfino Cintra, 615 (Esquina com Barão de Itapura);
CLUBE CULTURAL E RECREATIVO CAMPINAS
Rua Cerqueira, 66 - Vila Industrial
SALÃO VERMELHO DA PREFEITURA
Av. Anchieta, 200 - Centro
INFORMAÇÕES: Fone: (019) 21 39.1301 Ramal 2476

JORNADA DO NEGRO PELA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

19 A 23 DE NOVEMBRO / 85

Promoção: MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E IFCH - UNICAMP

O NEGRO NA CONSTITUINTE

Na abertura do processo de democratização do país, a comunidade negra, permanentemente marginalizada das decisões políticas, sente a necessidade de contribuir decisivamente para o avanço e consolidação da democracia brasileira, viabilizando suas próprias reivindicações.

Os negros, metade da população brasileira, têm ficado fora da história. Foram aliados de todos os debates e decisões importantes, por razões, primeiramente, ligadas à escravidão e suas sequelas, depois, devido a suas precárias condições de vida, originadas pelo desemprego, o não acesso à educação e histórico que impediram a criação e falta de um referencial cultural e histórico que impediram a sua organização.

Tal situação tem perpetuado no Brasil, uma rígida hierarquia social oriunda da divisão racial do trabalho, uma desigual distribuição da riqueza e, por isso mesmo uma partilha desigual do poder.

E por estas razões que conclamamos todos os democratas, os estudantes, os trabalhadores e do Brasil a cerrarem fileiras nesta "JORNADA DO NEGRO PELA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE", participando, discutindo, propondo formas de mudança, desmascarando e denunciando o racismo, superando-o concreta e corajosamente, de modo a abrir caminhos para uma democracia duradoura e por um Brasil melhor para todos os brasileiros.

Contamos com você e os seus. Até a Jornada.

Saudações fraternais.
Reginaldo Bispo e
Luiz B. L. Orlandi
Coordenadores

COLABORAÇÃO: FUNDAÇÃO FORD
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE CAMPINAS

Fonte: Arquivo Público do DF

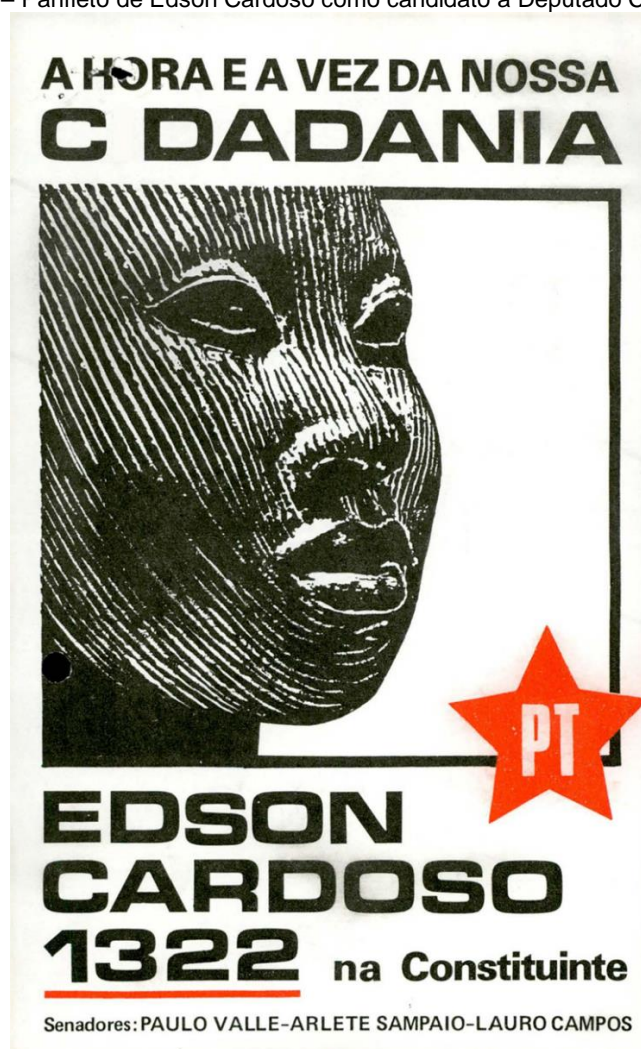
Figura 8 – Panfleto com a programação da Jornada do Negro pela Assembleia Constituinte de 1985

JORNADA DO NEGRO PELA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE	NELSON FERNANDES INOCÊNCIO, Movimento e Cultura Negra;	QUINTA-FEIRA (21/11/1985)
Programação	LOCAL: SALÃO NOBRE DA UNICAMP (AO LADO DO RESTAURANTE II)	09:00 - MESA 4 - CONDIÇÕES DE VIDA: SAÚDE, MORADIA, OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
TERÇA-FEIRA (19/11/1985)	10:00 - INÍCIO DE EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA - "O NEGRO EM CAMPINAS" E DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL NO LARGO DO ROSÁRIO	BENEDITA DA SILVA, Vereadora do PT RJ e Conselho Nacional da Mulher;
19:00 - ABERTURA	14:00 - MESA 2 - CULTURA NEGRA E EDUCAÇÃO	MARCOS ANTONIO CARDOSO, Militante do MNU-MG e Assessor da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, MG;
Homenagem a 5 importantes líderes do Movimento Negro das décadas de 20, 30 e 40 e com efetiva participação intelectual no registro da História do Negro no Brasil.	CARLOS BENEDITO RODRIGUES DA SILVA, Antropólogo, Professor da Universidade Federal do Maranhão;	ANTONIO CARLOS DA SILVA, Professor de Genética da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ;
HENRIQUE CUNHA, 78 anos, Editor do Jornal "Clarim da Alvorada" entre 1924 e 1937; participou na elaboração da Tese de Doutorado de Florestan Fernandes.	TEREZA SANTOS, Teatróloga, Assessora da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo;	MARGARIDA BARBOSA, Enfermeira, Membro da Comissão Executiva do MNU, Campinas - SP;
JOSÉ CORREIA LEITE, 86 anos, Editor do Jornal "Clarim da Alvorada"; participou das Teses de Doutorado de Florestan Fernandes e de Roger Bastide.	ANA CÉLIA DA SILVA, Educadora, Membro do Conselho de Entidades Negras da Bahia;	GERIVALDO NOGUEIRA, Militante do Movimento Negro e Popular, DF;
DR. FRANCISCO LUCRÉCIO, 75 anos, Secretário da Frente Negra Brasileira até seu fechamento por Getúlio Vargas em 1937; participou da Tese de Roger Bastide e de Florestan Fernandes.	DÉCIO FREITAS, Historiador, DF;	ALCIDES MAMIZUKA, Vereador do PT-Campinas e Membro da Assembléia do Povo;
DR. JOSÉ ALBERTO FERREIRA, 76 anos, Dirigente da Frente Negra Brasileira em Campinas; publicou muitas matérias sobre a causa negra nos jornais de Campinas.	ROQUE JOSÉ FERREIRA, Membro do Movimento Negro de Bauru, SP;	LOCAL: SALÃO NOBRE DA UNICAMP
RAUL JOVIANO DO AMARAL, 79 anos, Dirigente da Frente Negra até 1937, participou da Tese de Roger Bastide e de Florestan Fernandes.	ANTONIO OLÍMPIO SANT'ANA, Reverendo Metodista, Membro do Programa de Combate ao Racismo; Conselho Mundial de Igrejas e da Igreja Metodista de Piracicaba;	14:00 - MESA 5 - DESEMPREGO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL DO TRABALHO
Para a ABERTURA estão convidadas autoridades e personalidades de Campinas, do Estado de São Paulo e do Brasil bem como haverá uma exposição de fotografias e material do Movimento Negro nos anos 20, 30 e 40.	PETER HENRY FRY, Antropólogo, Professor da Universidade Estadual de Campinas;	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, Secretário do Trabalho e da Habitação do Estado do Rio de Janeiro; Jornalista e Deputado Federal;
LOCAL: SALÃO VERMELHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	CARLOS VOGT, Linguista, Professor da Universidade Estadual de Campinas;	PEDRO PEREIRA NASCIMENTO, Sindicalista de Osasco, SP, e Ativista da Pastoral Operária;
QUARTA-FEIRA (20/11/1985)	SIDNEY CHALHOUB, Historiador, Professor da Universidade Estadual de Campinas;	REGINALDO BISPO PEREIRA, Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado, Campinas - SP;
09:00 - MESA 1 - MENOR ABANDONADO	JORGE POUSADA, Economista, Educador, Movimento Negro de Minas Gerais;	JOSÉ BITTENCOURT, Sindicalista, Portuário e do Movimento Negro do Rio Grande do Sul;
(projeção de vídeo cassete "Menino, Menina, Menor" realizado pela Associação dos Ex-alunos da FUNABEM)	LOCAL: SALÃO NOBRE DA UNICAMP	LOCAL: SALÃO NOBRE DA UNICAMP
RAFAEL PINTO, Sociólogo, Ativista do Movimento Negro, Trabalho FENEMSP;	18:30 - ATO PÚBLICO COMEMORANDO O DIA DE ZUMBI "DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA"	19:00 - MESA 6 - DIREITO, VIOLAÇÕES E PRISÕES
CARLOS ALBERTO IVANIR, Pedagogo e Presidente da Associação dos Ex-alunos da FUNABEM-RJ;	LOCAL: LARGO DO ROSÁRIO	HÉLIO BICUDO, Jurista, Membro da Comissão de Justiça e Paz, SP;
HENRIQUE CUNHA JÚNIOR, Professor e Ativista do Movimento Negro;	19:30 - MESA 3 - CONSTITUINTE, O QUE É? O QUE A PRECEDE? COMO DEVE SER?	AMÂNDIO MALHEIROS, Delegado Regional de Polícia;
	BENEDITO CINTRA, Deputado Estadual, PC do B, SP;	MARÍLIA KRIKER BORGES, Advogada, Membro da Comissão de Apoio ao Preso, SP;
	ANTÔNIO LEITE, Diretório Regional do PDT, SP;	MARIA SOARES, Membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campinas - SP;
	ORLANDO ALVES DO NASCIMENTO, Militante do Movimento Negro de Belo Horizonte, MG;	MILTON BARBOSA, Movimento Negro Unificado, SP;
	VANDERLEI SEVERINO, Militante do MNU, DF;	PAULO SÉRGIO DE M.S. PINHEIRO, Sociólogo, Professor da Universidade Estadual de Campinas e Assessor Especial do Governo do Estado de São Paulo;
	RICARDO GALLETTA, Vereador PT, Campinas-SP;	LOCAL: SALÃO VERMELHO DA PREFEITURA
	L L: SALÃO VERMELHO DA PREFEITURA	

Fonte: Arquivo Público do DF

As mobilizações para pautar temas relevantes na discussão da Assembleia Constituinte foram travadas tanto por militantes organizados em partidos quanto pelos que seguiram participando de entidades de movimentos sociais. Edson Cardoso conta, em sua tese, sobre o processo de formação da Comissão do Negro do PT, da qual não só foi um dos principais articuladores como, inclusive, chegou a lançar-se candidato.

Figura 9 – Panfleto de Edson Cardoso como candidato a Deputado Constituinte



Fonte: Arquivo Público do DF

O período da redemocratização, com as articulações entre os movimentos e a estruturação dos partidos políticos foi um marco de reorganização da militância negra, entre rupturas e novas construções de coletividade.

4.6 Imprensa

Sobre a veiculação de informações na imprensa a respeito da questão racial, Maria Luiza lembra que não havia matérias que trouxessem reflexões a respeito, até por que “os donos da imprensa são todos brancos, nenhum deles faz uma abertura pra que pessoas negras tragam essas reivindicações” (Maria Luiza Junior). Os militantes do CEAB – e depois do MNU – tentavam aproveitar a proximidade que tinham com pessoas que trabalhavam nas redações, mas geralmente o máximo de espaço que conseguiam era a divulgação de atividades culturais.

A imprensa brasiliense, na concepção de Graça, mais do que a de outras cidades como São Paulo ou Rio de Janeiro, era extremamente submissa à interdição do assunto “racismo” imposta pela ditadura militar, “você discutir racismo pra eles tava no mesmo nível de ser comunista, uma contravenção, então a imprensa não colocava muito isso” (Graça Santos). Jacira traz uma contribuição importante por ser jornalista, e conta sua experiência dentro das redações:

A gente escolhe o curso de jornalismo com esse desejo, vontade e aspiração de que possa contribuir, enquanto mulher negra, profissional de comunicação, na luta das causas sociais. Quando a gente encontra o mundo profissional é a maior frustração. Porque primeiro quando eu encontro o editor, o veículo, pra você conseguir uma pauta que seja pra cobrir um ato político, uma reunião, nada... Era só na página policial que você via negro e negra. Que é o genocídio, o extermínio, é o lugar que tá ali colocado. É o bandido. Então enquanto profissional de comunicação, eu fui com tudo isso já próximo, também, com essa minha consciência racial, e aí pensei: poxa, vai ser bom demais. Recém-formada, já trabalhava em jornal, fiz muita revisão, e aí vou pra reportagem, maravilhoso, tudo de bom. Eu trazia essas informações e escrevia e era sempre questionada, com o pé atrás, “será que tem veracidade? Não...” (Jacira da Silva, informação verbal)

Com essa barreira colocada pelas chefias das redações e, principalmente, pelos donos dos jornais que não aceitavam a veiculação de pautas com um tom de crítica social (e, especialmente, racial), para os militantes era um esforço em vão tentar levar suas pautas para as redações. Como Jacira persistiu nesse espaço da atividade jornalística – inclusive hoje participa da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira) – ela ressalta que

a grande violência contra a população negra é a omissão na imprensa brasileira com espaço igual. Ouvir, falar, redigir nossos atos, início meio e fim. Por exemplo, a gente manda a pauta aí dizem ‘não, isso aqui não é assunto pra pauta’. (Jacira da Silva, informação verbal)

Num movimento inverso, Luiza conta que trabalhou por algum tempo fazendo o clipping³⁷ do Banco Central, então, como tinha acesso aos principais jornais do país, conseguia separar fragmentos de notícias que eram de interesse do movimento e levar para discussão, como casos de violência policial com motivação racista.

Percebendo a relutância e a dificuldade em pautar suas questões na grande imprensa, Jacira e Graça contam que quando conseguiam algum espaço na imprensa era para a divulgação das atividades consideradas culturais, como eventos e debates, mas que os meios de comunicação não percebiam o tom político que estava por trás dessas atividades. Documentos da Secretaria de Segurança Pública demonstram, porém, que as forças de segurança não só percebiam o tom político como monitoravam esse tipo de evento, a exemplo das imagens inseridas abaixo:

Figura 10 – Informe SSP sobre atividade cultural do MNU em 10/05/1982³⁸

CONFIDENCIAL	
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES DIVISÃO DE INFORMAÇÕES INFORME N.º 200/82/DI/CIPO/SEP/DF	
DATA	: 11 MAI 82
ASSUNTO	: MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO - MNU
ORIGEM	: DI/CIPO/SEP/DF
AVALIAÇÃO	: A-2
REFERÊNCIA	: .-. -
DIFUSÃO ANTERIOR	: .-. -
DIFUSÃO	: AG/SWI-CMP/11*RM-SI/VI/COMAR-2ªSEÇ/CONB-PM-2/PMDF-SI/
ANEXO	: 06 (Seis) cópias Xerográficas. / DSI/MRE - SR/DPF/DF.
<p>1. No dia 10 MAI 82, o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU), instalou no saguão da CULTURA INGLESA - Av. W-5-Sul, Q. 908, exposição de artes e desenhos de artistas negros. A abertura da exposição se deu às 20:00 horas, e às 20:40 hs teve início a exibição do filme CINCO VEZES FAVELA, produzido pelo Centro Popular de Cultura da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE em 1962, no RIO DE JANEIRO.</p> <p>2. Antes de ser dado início à projeção do filme, JACIRA DE Tal, representante do MNU em BRASÍLIA, convidou os presentes à participarem de reuniões promovidas pelo MNU todos os sábados às 15:00 horas, no Edifício ARNALDO VILLARES - 7º andar; desculpou-se por não ter sido possível a exibição do filme VIVÊNCIA, alegando que a ENBRASILME não havia atendido a solicitação de empréstimo.</p>	

Fonte: Arquivo público do DF

³⁷ Seleção de matérias e reportagens veiculadas nos meios de comunicação a respeito de um tema ou de interesse específico de uma empresa ou órgão.

³⁸ Documento completo no Anexo B.

Como estratégia de mobilização, porém, percebiam que o boca-a-boca era mais efetivo, “a gente achava que o debate tinha que ser por outro meio mesmo. Corpo a corpo, era procurar formar, debater um tema, pegar um livro, era em cima disso...” (Graça Santos, informação verbal).

A organização da Festa Azeviche, organizada pelo MNU próxima à comemoração do 20 de novembro, era uma forma de trazer um público negro e fazer uma sensibilização para possíveis interessados em entrar no movimento:

A gente inicia uma festa que foi a primeira festa negra de Brasília, chamada Azeviche, a partir dela a gente usa outras estratégias de se aproximar das pessoas pra envolver elas no debate. Porque o debate meio que afasta as pessoas. Ainda mais no Brasil, em que dizem que não existe racismo, né? Quem provocaria isso eram os militantes do MNU, que eram taxados como radicais, que queriam levantar uma coisa que nem existia no país, já que nós tínhamos essa democracia racial e era todo mundo pacífico e o MNU era provocador (ironia). Então através dessa festa onde tinha só música negra, a gente conseguia envolver outras pessoas e trazer pro nosso lado. (Graça Santos, informação verbal)

Sobre a festa, Edson lembra que era também uma forma de arrecadar fundos, já que o MNU era composto por voluntários e não tinha uma fonte fixa de arrecadação de verba:

a entidade fazia festas pra arrecadar recursos lá em Brasília. Essas festas tinham cartazes e mobilizavam muita gente do mundo negro. Graça era a grande organizadora, que era atividade de finanças. Como ela trabalhava em banco, ela era mais rigorosa nessa coisa de pegar contribuição, então o MNU-DF sempre foi organizado. (Edson Cardoso, informação verbal)

Não retiram o valor da imprensa, mas entendem que naquele momento em que os grandes meios eram a principal forma de veiculação de informações, e estavam nas mãos de empresários e profissionais majoritariamente brancos, a necessidade era de agir em outras frentes pra repercutir o que lhes interessava e atrair novos militantes. Além do mais, Jacira levanta a reflexão sobre o papel das manifestações culturais também como ferramenta política:

o MNU cai no Brasil, cara, vai pra rua, faz ato político, faz discussões, consegue agregar e tirar do local, do lugar de que a nossa voz e as nossas manifestações são só culturais. Como que a cultura não transforma? Como que a cultura não conscientiza? (Jacira da Silva, informação verbal)

Segundo Jacira, hoje em dia, a movimentação é outra, principalmente pela democratização das informações propiciada pela internet, em que é possível construir mais facilmente suas próprias iniciativas de comunicação. Maria Luiza

chama atenção para o outro lado da moeda: diz que quando havia menos visibilidade, os movimentos conseguiam elaborar suas estratégias e agir de forma mais discreta, sem despertar tanta “animosidade” quanto diz que existe hoje. Ela pontua que as redes sociais, ao mesmo tempo que facilitam a disseminação das elaborações da militância, também faz com que os racistas se sintam mais à vontade para expor seus discursos de ódio. Jacira também trata dessa questão do ódio mais explícito:

É tudo desigual e está chegando ao ponto do escancaramento desse ódio racial. Não estão medindo palavras, não estão medindo mais atos. Porque antes era hipocrisia, fascismo mascarado. Agora eu tô atrás da internet, tu não tá me vendo, eu digo o que eu quero e presencialmente eu parto também pra agressão. (Jacira da Silva, informação verbal)

Voltando ao período da ditadura, os jornais pouco tratavam da questão racial, exceto em momentos pontuais de ações diretas dos movimentos (como protestos públicos), tanto por receio de acusações de apologia à guerra psicológica adversa, quanto por estarem os próprios jornalistas ou donos dos jornais imersos na propagação da democracia racial. Maria Luiza Junior lembra que um dos momentos em que foram abordadas as ações diretas do movimento negro foi quando houve algumas manifestações em frente à Embaixada da África do Sul contra o regime de apartheid do país.

Há registro de pelo menos três dessas manifestações em documentos da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, que exibirei abaixo: uma realizada em 15 de agosto de 1985, outra em 17 de outubro de 1985 e a terceira em 22 de agosto de 1986.

Figura 11 – Informe SSP sobre manifestação de 15/08/1985³⁹

CONFIDENCIAL	
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES DIVISÃO DE INFORMAÇÕES INFORME Nº 255/85/DI/CIPO/SEP.....	
DATA	: 27 AGO 85
ASSUNTO	: ATO PÚBLICO EM FRENTE A EMBAIXADA DA ÁFRICA DO SUL
ORIGEM	: DI/CIPO/SEP
AVALIAÇÃO	: A / 1
REFERÊNCIA	: TLX Nº 00527/140/AC/85
DIFUSÃO ANTERIOR:	.-.-
DIFUSÃO	: AC/SNI
ANEXO	: 03(três) fotocópias de panfletos
<p>01. Realizou-se entre 12h e 13h40min do dia 15 AGO 85, em frente a Embaixada da ÁFRICA DO SUL, um ato público em protesto ao "APARTHEID", regime de segregação racial daquele país.</p> <p>02. O referido ato contou com cerca de 200 (duzentos) participantes e foi promovido pelas entidades abaixo relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CENTRO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (CEAB); - CENTRO DE TRADIÇÕES POPULARES; - COMISSÃO DO NEGRO DO PT; - MEMORIAL ZUMBI; - MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU); e, - GRUPO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA. 	

Fonte: Arquivo Público do DF

Figura 12 – Informe SSP sobre manifestação de 17/10/1985⁴⁰

CONFIDENCIAL	
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES DIVISÃO DE INFORMAÇÕES INFORME Nº 388/85/DI/CIPO/SEP/DF.....	
DATA	: 25 OUT 85
ASSUNTO	: <u>ATO PÚBLICO EM REPÚDIO AO APARTHEID</u>
ORIGEM	: DI/CIPO/SEP
AVALIAÇÃO	: A / 1
REFERÊNCIA	: -.-
DIFUSÃO ANTERIOR:	-.-
DIFUSÃO	: AC/SNI
ANEXO	: -.-
<p>1. Realizou-se, das 12h às 13h20min do dia 17 OUT 85, em frente à Embaixada da África do Sul, um ato público em repúdio ao regime de segregação racial o "apartheid". Cerca de 60 (sessenta) pessoas participaram do evento sob a coordenação de <u>JOSÉ CARLOS TACUMÃ</u> - Funcionário do Banco Central e militante do Movimento Negro Unificado (MNU).</p> <p>2. Vários líderes sindicais estiveram presentes ao referido ato, em seus discursos, criticaram as relações diplomáticas que o Brasil mantém com a África do Sul.</p>	

Fonte: Arquivo Público do DF

³⁹ Documento completo no Anexo C.

⁴⁰ Documento completo no Anexo D.

Figura 13 – Informe SSP sobre manifestação de 22/08/1986⁴¹

CONFIDENCIAL	
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES, PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES DIVISÃO DE INFORMAÇÕES INFORME Nº <u>387/86/DI/CIPO/SEP/DF</u>	
DATA	: 28 ago 86
ASSUNTO	: <u>MANIFESTAÇÃO EM FRENTE A EMBAIXADA DA ÁFRICA DO SUL</u>
ORIGEM	: DI/CIPO/SEP
AVALIAÇÃO	: A / 1
REFERÊNCIA	: -.-
DIFUSÃO ANTERIOR	: -.-
DIFUSÃO	: AC/SNI-CMP e 114RM-SI/VI COMAR-CNB-SI/SR/DPF/DF
ANEXO	: 03 (três) panfletos
<p>1. Sob a coordenação do MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU), COMISSÃO DO NEGRO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) e <u>CENTRO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (CEAB)</u>, realizou-se no dia 22 ago 86, das 12 às 16h 30min, em frente a Embaixada da ÁFRICA DO SUL, localizada no Setor de Embaixadas Sul, Avenida das Nações lote 06, uma manifestação contra a discriminação racial naquele país. Contou com a participação de cerca de 150 (cento e cinquenta) pessoas e foi dirigida por <u>ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA - "CAFÚ"</u>, professor do curso QUILOMBO DOS PALMARES e militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).</p>	

Fonte: Arquivo Público do DF

Flauzina (2006) afirma que o silêncio é uma ferramenta da propagação da democracia racial, em que não se fala abertamente sobre raça e nega-se a existência do racismo para naturalizar a supremacia branca e a subordinação negra.

Por outro lado, Maria Luiza Junior fala sobre como o desconhecimento da imprensa sobre as movimentações do movimento negro eram benéficas em certo sentido, pois ela percebe que isso os deixava com mais possibilidades de atuação, visto que não percebiam uma vigilância tão intensa:

Durante a ditadura de uma certa maneira a nossa força tava centrada que ninguém se importava com o que nós estávamos fazendo, ninguém noticiava, ninguém acreditava, como eu te contei do professor de documentário, eu trago uma coisa que aconteceu na África do Sul, ele desconhecia e se recusou a tornar aquilo aceitável, que eu fizesse um roteiro sobre aquilo. E tinha acabado de acontecer. Ninguém se incomodava com o que a gente tava fazendo então a gente tinha mais possibilidades. [...] Então a vantagem nossa era essa, e a gente fazia uma militância corpo a corpo, que era eu chamar um, chamar outro, a gente se reunia, era um espaço que a gente podia tá crescendo dentro dessa coisa. (Maria Luiza Junior, informação verbal)

⁴¹ Documento completo no Anexo V

Havia algumas iniciativas pontuais de jornais e boletins referentes aos movimentos negros, como a seção do *Versus*

“O periódico da Convergência [Socialista] veio a ser *Versus*, publicado de 1977 a 1979. Em consonância com a orientação ideológica do núcleo, os membros do núcleo socialista negro criaram sua própria seção dentro do *Versus*, intitulada ‘Afro-Latino América. [...] a Afro-Latino América refletiu a diversidade existente no movimento negro emergente, apresentando textos sobre o socialismo africano, a violência policial, diálogos entre negros e índios brasileiros, a opressão em três camadas das mulheres negras, literatura e muitos outros assuntos. Embora existissem alguns periódicos que eram uma produção direta do movimento negro, como a *Árvore de palavras* e o *Jornegro*, nenhum deles tinha a sofisticação editorial e a amplitude do *Versus*, nem estava diretamente ligado a uma formação política de oposição” (HANCHARD, 2001, p. 146-147)

Maria Luiza lembra da importância do *Versus*, por ser um veículo vinculado a essa organização trotskista que era a Convergência Socialista (CS). Nesse contexto, o *Versus* conseguia amplificar as discussões que estavam acontecendo dentro do movimento negro para um público de esquerda. Edson acrescenta à importância da CS que, por terem uma posição trotskista, tinha uma visão internacionalista do contexto sociopolítico. Dessa forma, dentro da organização os militantes negros conseguiam discutir sobre o cenário internacional, desde as lutas pelos direitos civis e as guerras de descolonização até os movimentos pan-africanistas.

Um importante registro que é trazido por Graça foi a experiência do boletim *Raça*, que era produzido localmente, pelo MNU-DF. Era uma forma de divulgarem acontecimentos, trazerem informações históricas, culturais, informar sobre as reuniões do MNU-DF e outros eventos importantes. Os demais entrevistados não comentaram sobre esse boletim, e Graça disse apenas que era uma forma que encontraram para difundir as percepções do movimento entre outras pessoas da sociedade. Pelas falas e silêncios sobre a existência de *Raça*, talvez não tenha sido uma experiência marcante para as memórias dos militantes. Foram encontradas cópias das três primeiras (e talvez únicas) edições do boletim nos documentos do Arquivo Público do DF. Reproduzo abaixo o editorial da primeira edição de *Raça*, de janeiro de 1982, que apresenta uma breve avaliação do primeiro ano do MNU-DF. As três edições do boletim estarão disponíveis na íntegra no Anexo G.

Figura 14 – Editorial do boletim Raça

RAÇA

EDITORIAL

Nestes oito meses de existência, o Movimento Negro Unificado do Distrito Federal vem tentando atuar cumprindo o seu programa de ação que visa a trabalhar em prol da união e da igualdade de direitos da raça negra na sociedade brasileira.

Como primeira promoção realizamos a projeção do filme "Compasso de espera", em 11 de julho e posteriormente, a "Noite de samba", em 28 de agosto. Internamente tivemos reuniões semanais, questionamentos sobre o que ocorreu no mundo em relação à raça negra e trocas e passagens de informações.

A nível de denúncias fizemos em jornais locais,

por ocasião da Conferência de 13 de Maio, na Federação do Comércio e o Manifesto em Defesa da Criança Negra.

Quanto à nossa presença, tivemos a preocupação de comparecer a lançamentos de livros dos historiadores Joel Rufino e Abdias Nascimento, seminários, palestras, debates em universidades, visitas às escolas de samba e outras comemorações referentes à situação do negro; estivemos, também, em promoções de demais setores da sociedade, tais como CUCA, Associações das Empregadas Domésticas e de Moradores, Grupo de Mulheres, etc.

Finalmente, no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, distribuímos panfletos, nos quais sumariamente mostramos o significado dessa data para a comunidade negra e a população em geral e também publicamos a matéria "Reavaliando a História Negra".

E, assim, findamos o ano de 1981, esperançosos quanto ao ano de 1982, iniciado com a edição desse boletim — RAÇA — que visa a ser um instrumento do nosso trabalho e dos demais grupos, isto é, dentre outras iniciativas que faremos força em concretizar, obviamente com ajuda e compreensão de todos.

Fonte: Arquivo Público do DF

5. CONCLUSÃO

Este trabalho procurou relatar as narrativas de militantes negros sobre a articulação de seus movimentos durante a ditadura civil-militar em Brasília. Partindo de reflexões sobre modernidade, colonialidade, genocídio e epistemicídio, busquei analisar as implicações do entendimento da ditadura de 1964 enquanto uma ruptura com a democracia. Destacou-se a percepção de que a solidez da democracia só é questionada quando o Estado passa a dirigir a pessoas brancas o mesmo tratamento ao qual pessoas negras são historicamente submetidas.

Uma das principais contribuições advindas desse trabalho foi o esforço inicial para mapear as histórias da militância negra no Distrito Federal durante o período da ditadura. Com o escopo limitado da pesquisa, é preciso ressaltar que pude conversar apenas com quatro pessoas, o que de forma alguma poderia representar toda a militância local do período.

Pude conhecer, a partir do diálogo com Graça Santos, Maria Luiza Junior, Jacira Silva e Edson Cardoso, seus processos pessoais e coletivos de ingresso na militância, formação do CEAB e do MNU-DF e também algumas de suas interpretações sobre a família, os estudos, a questão racial e como entendem o papel da imprensa.

A limitação da quantidade de entrevistados fez com que o perfil fosse pouco diverso, então um fator muito importante a se ter em vista é que, embora a partir de experiências diferentes, as quatro pessoas com quem conversei estavam em um contexto universitário ou de recém-formados quando iniciaram sua militância. Talvez esse tenha sido um fator determinante para que os discursos fossem construídos a partir de uma experiência específica dentro da mobilização racial, pouco pautados por questões culturais, afroreligiosas e quilombolas.

A despeito de três das quatro pessoas que entrevistei terem sido mulheres, as análises das conversas me mostraram que apenas em breves momentos a questão de gênero foi tangenciada nas entrevistas. Creio que a forma como os roteiros foram construídos e as entrevistas foram conduzidas abriu pouca margem para que os diálogos se aprofundassem nessa questão e, provavelmente, uma outra perspectiva poderia emergir dessa abordagem.

Vale indicar uma necessidade que surgiu a partir da pesquisa e que pode ser explorada futuramente em compreender a relação entre o CEAB e o MNU-DF com movimentos negros anteriores e também de aprofundar a forma com que se relacionavam com a militância de outros estados.

Após a tecitura das narrativas apresentadas ao longo do trabalho, é interessante analisar como as palavras luta e confronto são unidades lexicais importantes para as categorias da questão racial e dos movimentos, respectivamente. Trazem o sentido de que, para os interlocutores da pesquisa, falar sobre esses temas implica necessariamente em falar sobre luta e sobre confronto, ou seja, sobre posições que se contraponham à passividade.

Além de ser uma demonstração de agência do povo negro brasileiro em não aceitar as estruturas racistas que lhes são impostas, demonstra também o quanto essas agências se estruturam de forma coletiva, como demonstrado na nuvem de palavras (Apêndice B) e análise de similitude (Apêndice C), em que as duas unidades lexicais mais presentes no conjunto das entrevistas são “negro” e “gente”, em que a segunda é na maior parte das ocorrências referente à expressão “a gente”, que se refere à coletividade da qual todos eles se enxergam pertencentes, além de reivindicar a humanidade: gente é ser humano.

A expressão de unidades como “matar”, “morrer”, “morte” e “guerra” surgirem associadas a palavras relacionadas a graus de parentesco e familiaridade é mais uma evidência de quanto o genocídio está presente no cotidiano e nas relações mais íntimas de pessoas negras. O impacto da violência de Estado para essas pessoas não se dá de forma abstrata, mas concreta, se materializando cotidianamente em suas vidas. As memórias de meus interlocutores são, sobretudo, uma produção epistêmica sobre as relações raciais brasileiras.

Diante do contexto político de guinada autoritária que vivemos, é essencial ressaltar que as críticas que teço ao longo do trabalho não representam uma desconsideração da importância histórica da Comissão Nacional da Verdade e dos demais trabalhos relacionados à justiça de transição. Pretendo indicar, ainda mais do que a importância de tais iniciativas, a necessidade de fortalecê-las a partir de uma perspectiva crítica, que contribua ao aprofundamento das noções de proteção aos direitos humanos, memória, verdade e justiça.

No espectro político da branquitude, tanto esquerda quanto direita se recusavam (e muitas vezes seguem se recusando) a pensar sobre o racismo enquanto problema estrutural da sociedade brasileira, como uma forma de reafirmação do pacto narcísico da branquitude conceituado por Maria Aparecida Silva Bento (2002). A recusa a discutir o racismo e enfrentá-lo enquanto problema social é, no fundo, um modo de perpetuar o poder que a branquitude, enquanto grupo social, possui frente à população negra.

Foi possível ratificar a percepção de que os movimentos negros possuem um enorme potencial de reflexão a respeito da estrutura do autoritarismo de Estado brasileiro. Deveria ser impensável falar em violência de Estado sem citar aqueles que são as vítimas permanentes de tal violência. Enquanto a democracia for ativada como valor social apenas para questionar a violência dirigida a corpos brancos, permanecerá uma percepção de que certos corpos – de populações racializadas – seguem não sendo visto enquanto humanos.

A utopia⁴² de uma democracia íntegra constitui-se a partir das possibilidades de refazer o mundo a partir de uma destituição das desigualdades que não são parte inerente da humanidade, mas ativamente construídas por grupos que usufruem dos privilégios constituídos a partir de relações hierárquicas. Alimentamos, porém, a esperança de que se construa um novo modelo de democracia “em comum”, como situa Mbembe (2017), que represente um mundo verdadeiramente partilhado a partir da justiça e da reparação aos que foram excluídos dessa democracia.

⁴² Trago aqui a concepção de utopia a partir de uma fala de Eduardo Galeano, sobre “El derecho al delirio”, em que fala da utopia como horizonte rumo ao qual caminhamos, mesmo que se afaste a cada novo passo que damos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z3A9NybYZI8>>. Acesso em 10 jun. 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio De Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Pallas Editora, 2016. E-book.

ALMEIDA, Eneá de Stutz. Uma breve introdução à justiça de transição no Brasil. In: ALMEIDA, Eneá de Stutz (org.). **Justiça de transição no Brasil: apontamentos**. Curitiba: CRV, 2017.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. São Paulo: Vozes, 1985. (Projeto Brasil nunca mais).

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 5-58.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa**. Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Coleção Feminismos plurais).

BRASIL. **Código Penal de 1890**. Decreto de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20140714133137/http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 10 maio 2019.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951. Lei Afonso Arinos. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1951. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1390.htm>.

_____. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>.

BRITO, Maíra de Deus. **História de vida de mães que perderam seus filhos assassinados: “uma dor que não cicatriza”**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CALIL, M.L.G. O direito fundamental à memória e à verdade e a justiça de transição: pressupostos para a construção de uma cultura constitucional

democrática. In: Acesso Cidadania e Direitos Humanos (org.). **Justiça de transição para uma transição da justiça**. Porto Alegre: Ed. Promoarte, 2012.

CAMARGO, Aspásia. Apresentação da primeira edição: Quinze anos de história oral: documentação e metodologia. In: ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio De Janeiro: Editora FGV, 2013.

CARDOSO, Edson Lopes. **Memória de Movimento Negro**: um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARDOSO, Edson. **Edson Cardoso**: entrevista. [janeiro, 2019]. Entrevistado por: Nara Menezes Santos. Brasília, 2019.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERQUEIRA, Daniel. *et al.* **Atlas da Violência 2017**. Ipea, 2017. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>>.

CUYA, Esteban. Justiça de Transição. **Revista Acervo**, v. 24, n. 1, p. 37-78, 2012.

DA SILVA, Nelson Fernando Inocencio. **Consciência negra em cartaz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Historia oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. v.12, n. 23, 2007.

DORNELLES, J.R.W. Crimes de massa e continuidade do Estado de Exceção e o Estado Democrático de Direito no Brasil. In: TOSI, G. *et al.* (orgs.). **Justiça de transição**: direito à justiça, à memória e à verdade. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 323-341.

DUARTE, Evandro Piza; SCOTTI, Guilherme. A queima dos arquivos da escravidão e a memória dos juristas: os usos da história brasileira na (des)construção dos direitos dos negros. In: SOUSA JUNIOR, *et al.* (orgs.). **O direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição. Brasília: UnB, 2015. (O direito achado na rua, v. 7). p. 79-90.

DUQUE, Ana Paula del Vieira. **Gênero e justiça de transição no Brasil: A construção da figura da “vítima” no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.** 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ENNE, Ana Lucia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. **Revista Fronteiras-Estudos Midiáticos**, v. 6, n. 2, 2007.

FIORUCCI, Rodolfo. História oral, Memória, História. **Revista História em Reflexão**, UFGD – Dourados, v. 4, n. 8, jul/dez. 2010.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; FREITAS, Felipe da Silva. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 135. n 25. p. 47-71, set. 2017.

_____. As fronteiras raciais do genocídio. **Revista de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 119-146, jan./jun. 2014.

_____. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro.** 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FONSECA, Valéria de Castro. **Memória e acontecimento jornalístico: Comissão Nacional da Verdade.** 179 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência.** São Paulo: Editora 34, 2001.

GONÇALVES, Carmen Regina Abreu. **Comissão Nacional da Verdade: um acontecimento entre o passado e o futuro do Brasil.** 2016. 345 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2016.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10 n. Esp. p. 83-92, 2007.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. p. 223-224.

_____; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro.** Editora Marco Zero, 1982.

GRECO, Heloísa. Direito à memória, à verdade e à justiça: a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. In: SOUSA JUNIOR *et al.* (org.). **O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição.** Brasília: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7).

HANCHARD, Michael. **Orfeu e o poder: O Movimento Negro no Rio de Janeiro e em São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

JUNIOR, Maria Luiza. **Maria Luiza Junior**: entrevista. [dezembro, 2018]. Entrevistado por: Nara Menezes Santos. Brasília, 2018.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LEMKIN, Raphael. **Axis rule in occupied Europe: Laws of occupation, analysis of government, proposals for redress**. The Lawbook Exchange, Ltd., 2005.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. Global Editora, 1983.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 6, n. 2, p. 72-88, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio**, 1948. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/seguranca-publica/convenca....crime_genocidio.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

PESSANHA, E. A.; FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Necropolítica: estratégia de extermínio do corpo negro. **Odeere**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade - UESB, v. 3, p. 149-176, 2018.

PIRES, Thula. Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura militar e racismo no Rio de Janeiro. In: RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. Disponível em: <<http://www.cev-rio.org.br/site/arq/Pires-T-Colorindo-memorias-e-redefinindo-olhares-Ditadura-militar-e-racismo-no-Rio-de-Janeiro.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. In: **Rev. Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, 2018.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. Exílio e História: uma perspectiva do ofício do historiador a partir do Atlântico Negro. In: **Revista HOLOS**. v. 1, n. 34, 2018.

_____. **Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro**: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Espelho**. Entrevista concedida a Lázaro Ramos. GNT, 16 de abril de 2018. Programa de TV.

_____. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos plurais).

RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio**: Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

SANTOS, Graça. **Graça Santos**: entrevista. [janeiro, 2019]. Entrevistado por: Nara Menezes Santos. Brasília, 2019.

SANTOS, Natália Néris da Silva. **A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988)**: um estudo das demandas por direitos. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

SANTOS, Rogério Reis dos. **“Uma bicha atrevida pede a palavra”**: O Lampion da Esquina e a resistência de homossexuais durante a ditadura civil militar brasileira. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva: Relatório**. São Paulo: ALESP, 2015.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Marcos teóricos da justiça de transição e os processos transicionais na América Latina. In: SOUSA JUNIOR *et al.* (org.). **O direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição. Brasília: UnB, 2015. – (O direito achado na rua, v. 7).

SILVA, Jacira da. **Jacira da Silva**: entrevista. [dezembro, 2018]. Entrevistado por: Nara Menezes Santos. Brasília, 2018.

TEITEL, Ruti G. Transitional justice genealogy. **Harvard Human Rights Journal**, v. 16, 2003.

THOMSOM, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da H.O. In: FERREIRA, Marieta; FERNANDES, Tania; ALBERTI, Verena. **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes *et al.* **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Senhora _____ está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa da aluna Nara Menezes Santos, mestranda do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (UnB) e orientanda da professora Dr^a Vanessa Maria de Castro.

Nesta pesquisa, pretende-se investigar a relação entre os movimentos negros em Brasília e a imprensa durante o período da ditadura civil-militar de 1964. Um dos motivos para estudar o tema é o fato de que nas narrativas oficiais sobre a ditadura militar como registros históricos e livros didáticos, pouco se fala de como os movimentos negros se articularam para resistir à ditadura militar e pautar suas questões em um momento em que mobilizações sociais eram fortemente reprimidas no país.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com o debate sobre a articulação dos movimentos negros durante o período ditatorial e sua relação com a imprensa.

Para participar deste estudo a Senhora não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A Senhora terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, se a Senhora assim desejar. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, antes da publicação. Caso decida pelo sigilo, a Senhora não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, em Brasília, e a outra será fornecida à Senhora. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira 100 (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portadora do documento de Identidade _____ fui informada dos objetivos da

pesquisa da aluna Nara Menezes Santos, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Nome da Pesquisadora Responsável: Nara Menezes Santos

Endereço: Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania - Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, ICC Central, Bloco B, Mezanino, salas 357/308 Universidade de Brasília - Campus Darcy Ribeiro - Asa Norte, Brasília-DF⁴³

Fone: (61) 3107-6368

E-mail: naramenezessantos@gmail.com

⁴³ Esse era o endereço do PPGDH à época da aplicação das entrevistas, mas registra-se aqui que houve uma mudança de local para: Campus Universitário Darcy Ribeiro – UnB, Pavilhão Multiuso I - PMU I, Bloco C, 1º andar (ao lado do auditório do SintFUB), Asa Norte - CEP: 70910-900. Brasília-DF. O novo telefone de contato é (61) 3107-5935.

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM EDSON CARDOSO

Entrevistadora: Nara Menezes Santos

Entrevistado: Edson Cardoso

Data: 10/01/2019

Duração: 01h 31min 40seg

Nara: Eu queria entender não só a estrutura do movimento, mas também me situar sobre o contexto dos movimentos negros...

Edson: Eu quero que você compreenda que o movimento social não tem a forma do movimento sindical, que tem legislação, que tem modos de organização, que envolvia transferência de recursos obrigatória, que envolvia uma estrutura. O movimento social, no caso do MNU, o MNU ele era uma entidade de voluntários, entra pela área do inacreditável para as pessoas que fazem política dentro de certos moldes. Mas ele era uma entidade de voluntários, ou seja, as pessoas que se juntavam para fazer, em termos sociais, um trabalho de voluntarismo. Então ele não era um trabalho remunerado, não era financiado, ele não era um trabalho e o MNU estabelecia uma série de restrições, algumas bem tolas, mas bem compreensíveis na época, para aceitar ou não aceitar recurso. De governo jamais, por exemplo. Isso que acabou inclusive impedindo que a entidade percebesse certas mudanças de contexto. Ela se aferrou a certos dogmas, que ela não aceitava, por exemplo, o MNU não aceitava a forma de trabalhar das ONGs, o MNU não era uma ONG. Pra quem via de fora ele não era uma ONG, ele era uma entidade de movimento social.

Como era entendido na época como esse agrupamento voluntário por ideias, por que você se aglutinava em torno de ideias e é uma coisa difícil de as pessoas compreenderem hoje, mas era pelo que você acreditava e não porque ali passava a ser pra você fonte disso ou fonte daquilo. O normal inclusive era que ser do MNU significava em compromissos de sua parte com estar apoiando a entidade, inclusive do ponto de vista financeiro, do seu bolso, do seu salário. Era muito difícil ele funcionar em algum lugar em que as pessoas não estivessem se cotizando de algum modo, dentro dos limites das pessoas. Então o MNU tinha uma estrutura extremamente precária, ao mesmo tempo ele era forte do ponto de vista da convicção que unia as pessoas, isso é que é importante compreender no MNU. E

todas as nossas tentativas de recursos foram ou de montantes muito pequenos, eventuais, como já no final, recurso com seminário, alguma coisa assim, mas sempre com problemas internos, com desconfianças, sempre foi muito assim o MNU.

Numa entidade nacional, num país com dimensões continentais você entende os limites que isso causa pra ação política. Então na verdade o acesso aos documentos da entidade, se você não tem isso, é possível passar pra você, o acesso a estatutos, pode ser uma documentação importante pra você analisar, entendeu? Por que existem estatutos, eu não sou depositário de documentação do MNU, eu tenho documentos que são da minha coleção particular, aquilo que eu consegui com muita dificuldade guardar. E estou atrás de recursos para processar tudo isso. Nós temos documentos do MNU, mas esparsos, não sistematicamente organizados ou que foram recolhidos, não, eu acho que com o tempo se a instituição que a gente tá trabalhando der certo, e isso deve acontecer, mas agora, estatuto, isso aí é tranquilamente possível passar pra você, cópia disso, entendeu?

Eu acho melhor você trabalhar com a análise do estatuto, por exemplo; como a entidade se organizava. Isso tava escrito lá, existe uma descrição documental disso, que isso é uma fonte de referência pra uma pesquisa, tá lá. Eu acho que do ponto de vista formal, como a entidade formalmente estava organizada, é tranquilo passar pra você, isso é público. Tem muita gente que não tem documentos, mas tem livros contando história, então o MNU tem uma documentação razoável que dá pra você acompanhar, outras organizações eu não sei, mas no MNU, que tudo era escrito...

O MNU tinha em geral alta escolaridade, não era uma entidade que predominasse a baixa escolaridade, não. Já nos anos 1970 tinha muita gente fazendo mestrado, muita gente saiu do MNU pra ser professor universitário, pra você ter uma ideia. Em Minas, mesmo, nós temos 2 ou 3 casos que foram pra França, voltaram, fizeram concurso e são professores ainda na UFMG. São pessoas que compunham ainda o MNU nos anos 1970 em Belo Horizonte, então você tinha jovens que estudavam, tinha jovens que não estudavam, pessoas de periferia, então o MNU era muito desigual do ponto de vista da escolaridade, mas a juventude negra que cria o MNU ela é escolarizada, que é um detalhe importante na organização da entidade.

Não só aglutinado à esquerda preferencialmente, mas, com ou sem vínculo partidário, mas à esquerda, o MNU se define como uma entidade...é uma entidade que se lança num ato público, com um manifesto, isto era em plena ditadura, um ato político de rebeldia e de enfrentamento. Eu acho muito importante aquele depoimento da Lélia a que eu sempre me refiro, acho que me refiro a ele na minha tese, é quando ela diz que muita gente teria ido mais pra São Paulo pro ato de lançamento do MNU se não fosse o medo da repressão, por que a repressão ficou intimidando as pessoas, como ela intimidava. Dizendo que se as pessoas fossem, poderiam ser presas, então não foi tanta gente quanto poderia ter ido, o número poderia ter sido mais expressivo do que foi, mas considerando ser 1978, aquela multidão pra um ato seminal, ela é um ato, mas é típico de uma entidade à esquerda, aquilo era uma entidade à esquerda. Não é num salão, não é com a presença do convidado... Não, nada disso, na rua! Nas escadarias do teatro, então isso é uma coisa do MNU, que é muito público, e com fatos da conjuntura, se agarrando à brutalidade policial que tava aí, sempre, e tal...eu acho que recuperar esse contexto, não sei como você vai fazer isso sem ver o desenvolvimento do trabalho.

Eu acho que a caracterização dos anos 1970, aquele momento, é importante da perspectiva do negro! É importante pra compreender o grau de repressão, especialmente voltada pro segmento negro que existia no contexto. Nunca foi algo aceitável, a afirmação da identidade negra, que provocava revisão historiográfica, por que você sabe, você se apresentar como negro no campo da política obriga a uma leitura da história do Brasil que confronta imediatamente várias leituras, inclusive a da esquerda, isso é um grande problema, que dá um grande tema de um belo capítulo de uma dissertação, de uma tese.

O que significa quando se afirma negro, que é organização política do negro? Você confronta toda a esquerda que diz que a identidade é uma dimensão secundária, que a organização deve se fazer com base na dimensão de classes, então você vai ter que peitar isso. E por um outro lado, você questiona a direita que nega inclusive o seu pertencimento, que você seja negro, que exista negros no Brasil, nega a escravidão, é capaz de negar tudo. Então você vai com uma perspectiva, é preciso compreender a ousadia de querer se organizar como negros numa sociedade que à direita e à esquerda, sempre rejeitou isso.

Então você tem que colocar isso no contexto da descolonização dos países africanos, que o noticiário chegava para esta geração, e a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, o impacto disso pra mim, que ainda não foi estudado, o impacto no movimento editorial brasileiro. O que se passou a editar no Brasil por conta desses eventos internacionais era novidade, você não tinha aquele tipo de preocupação nas editoras, aí você tem várias editoras que podem, tanto Carlos Lacerda com a sua Nova Fronteira, por que ele vai à África, quanto a Civilização Brasileira, vai captar.

É importante acompanhar como os temas vão entrando, muito na oposição aos Estados Unidos. Muitas vezes as pessoas abrem para o negro por que isso pressionava os Estados Unidos de alguma maneira, ou por conta da independência dos países africanos, o imperialismo, ou internamente, muita gente da esquerda fica favorável à divulgação da luta pelos direitos civis por que isso demonstrava fragilidade dos Estados Unidos, interna. Uma sociedade que tinha guerra do Vietnã, e internamente tá vivendo um problema sério, além dos jovens que não querem ir à guerra, você tem os negros que não querem a subcidadania em hipótese alguma então esse tipo de coisa vai explodir naquilo que se edita no Brasil.

E isso que se edita em língua portuguesa vai ser acessado por essa geração que vai criar esse movimento negro contemporâneo. E isso é muito interessante da perspectiva de fonte, as pessoas estavam bebendo nessas fontes. Então quem sabia ler, daí é importância por exemplo da trajetória de algumas pessoas que chegam para o MNU, Hamilton Cardoso e outros de São Paulo que vêm da Versus, de uma perspectiva à esquerda, de confrontação, que incorporava as leituras internacionais obrigatoriamente, obrigatoriamente eram internacionalistas, não tem como ser trotskista e não ser internacionalista. Então esse pensamento já levou a uma valorização da presença do negro no mundo e aí tem vários caminhos que pode chegar, mas eu acho necessário você enfrentar de algum modo essa dimensão de como é que as coisas, o perfil das pessoas...

Tanto que os outros chamavam o MNU de mais intelectualizado e tal, o MNU produzia, nesse sentido né, a principal intelectual negra da minha geração era Luiza Bairos, ela reunia as condições do ativismo e reunia as condições do estudo e do pensamento original, intelectual, então ela vai trabalhar para organizar o Movimento Unificado. Mas antes dela tem uma outra mulher que era uma professora

universitária que é a Lélia [Gonzalez], que é uma intelectual. Pra você ter uma ideia, isso está no MNU, ao mesmo tempo você tinha o porteiro, que era alguém que morava numa periferia, e estava ali na mesma roda, então o MNU tinha uma mistura muito grande, mas o papel dos intelectuais era muito decisivo.

Negros que, sem espaço na sociedade brasileira, por que a sociedade brasileira não tinha nenhum espaço pra intelectual negro. Então tinha um pouco desse quadro. Essas coisas eram na verdade com um perfil muito de leitura, tinha um pouco disso, dá saudade até quando eu falo isso por que as coisas tão em tal ponto, é um momento muito grandioso de pessoas...e no movimento social, sempre tudo é com muita dificuldade, então é isso.

Não existe tradição na universidade de Brasília [sobre raça]. Embora na sociologia você tenha os trabalhos de São Paulo do Florestan e dos alunos dele, mas muito pouca tradição positiva pra diálogo com os movimentos negros nas universidades brasileiras. Inclusive tem gente que vira negrólogo, especialista em negro na academia, mas age absolutamente contra os interesses de movimento, inclusive quer substituir os intelectuais negros, isso é muito comum. Então todo pé atrás é bom, é bom ter cautela.

Você tem aí Jacira, tem Nelson Inocência, que era praticamente um garoto, 17, 18 anos, por aí... e tem Graça. Esses 3 de uma etapa do MNU, uma etapa mais antiga do MNU. Em cada estado, tem uma história diferenciada, em cada região, não é nunca a mesma história, em Minas é uma história, na Bahia é uma história, em São Paulo é outra história, sempre cada um é uma história. E Brasília é uma história, é um grupo, uma geração. Quando eu chego em 1980, isso tudo já existe em Brasília, só que eu venho de outra experiência política, não era a deles, minha experiência é outra. Eu fiz movimento estudantil, eu fui secundarista nos anos 1960, era mais velho do que eles, eu tinha outra experiência, na minha faculdade eu fui presidente de diretório, então eu tinha outra experiência... Quando eu cheguei aí, as coisas vão de outra maneira. Então essas coisas são diferenciadas.

Era uma atenção permanente, como agora, eu tô tendo essa conversa com você por telefone por que é uma origem acadêmica, mas ninguém está conversando por telefone, quem está no campo do fazer política, por que tá tudo monitorado, as pessoas estão evitando. Todo mundo já está tentando, com a eleição de Bolsonaro, protocolos de segurança. Todo mundo já está preocupado com segurança, pois era

assim, segurança passa a ser uma preocupação quando você tem um poder hostil ao que você faz e o que você significa, por que veja bem: que coisa cômica, um governo que diz que vai combater o politicamente correto. O que é o politicamente correto? É eu não aceitar que você me faça uma pergunta do tipo “Edson, quantos judeus cabem no cinzeiro de um fusca?” e eu não aceitar? Ou eu não aceitar que você me diga “Edson, qual a diferença entre o negro e o câncer?” e eu falar “não sei” e você falar “o câncer evoluiu”.

Então esse tipo de prática que era absolutamente normal e natural no Brasil, isso vai ser mudado a partir da ação do movimento social. E eles que querem continuar fazendo isso, querem continuar massacrando minorias. Minorias políticas, não demográficas. Massacrando minorias e preferindo os cadetes de Santa Catarina pra levar pra Brasília, quanto mais louros mais levava pra Brasília, que era o que a ditadura fazia aí, não suportam a ideia de que você faça uma leitura da história que não glorifique Duque de Caxias, você entende?

Então movimento negro é a última expressão que quem está no poder quer ouvir. Movimento de mulheres? Numa sociedade que faz o que está fazendo com mulher? Então esse tipo de prática vai ser toda controlada, então quem quiser fazer esse tipo de enfrentamento, terá que ter protocolos de segurança. Que a sua ação vai ser considerada perigosa para os interesses do Estado. Era assim na ditadura. É claro que a preocupação era constante, quem tá aqui na sala, quem são as pessoas, vamos identificar as pessoas, quem foi que disse a você que tava tendo reunião aqui? Então era assim, essas coisas eram normais, como já está rolando, em muitos lugares as pessoas já estão com protocolos.

Marielle não tinha protocolo de segurança. Ela sai da reunião e está monitorada, as pessoas estão esperando para matá-la. Mas ela não tinha protocolo, por que ela não imaginaria uma coisa dessas. Aí depois as pessoas sabem que isso pode acontecer, as pessoas estão preocupadas com isso. Lideranças, as pessoas que pensam, que falam, que agitam, as pessoas sabem que podem acontecer problemas. Então isso é uma coisa real. Na época, o que eu tô me referindo no meu testemunho, é a esse clima. Era esse o clima que você tava querendo fazer reunião sobre negros, com negros, revisando a história do Brasil. A nota dos militares, você chegou a ver Bruxas, espíritos e outros bichos? [livro de sua autoria]. Lá tem capítulos da minha dissertação na comunicação, e eu trato dos fatos em 1988.

Em 1988, já estava vivendo a Nova República, na comemoração do Centenário da Abolição vai dar conflito com o Comando Militar do Leste. Por que eles disseram que não aceitariam revisão historiográfica. O mesmo discurso de Bolsonaro hoje, se você vir a nota, é Bolsonaro falando, ele não mudou uma vírgula, o mesmo discurso. Eu analisei em detalhes a nota. Eles soltam uma nota, impedem que a manifestação calculada em mais de 10 mil pessoas passe em frente à estátua de Duque de Caxias pra chegar à estátua de Zumbi, eles bloqueiam, botam o exército na rua, numa tal quantidade que as pessoas pensaram que Sarney tinha sido derrubado em Brasília. Todo mundo achava que era um golpe de Estado tal a quantidade de soldados do exército que vão pro enfrentamento com a manifestação contra a comemoração oficial do Centenário da Abolição. Tanto que o título do capítulo é “Unidade nacional: somos todos brasileiros”. Que é o lema que tá aí hoje.

Quando você fala em questão racial o cara fala “não, nós estamos acima disso, onde nós estamos não vemos cor de pessoa”. Então é esse discurso, o mesmo discurso lá do passado. O mesmo, não tira uma vírgula, só que não existia a expressão do politicamente correto, por que eles resumem no politicamente correto as identidades, as questões de gênero, índios, negros, homossexuais, botam no politicamente correto. Por isso que estão combatendo o politicamente correto. É esse o momento que você vai escrever o seu trabalho, você vai voltar a um tempo em que era isso que vigia, é a isso que eu estou me referindo no meu depoimento.

N: E esse clima de vigilância era constante em Salvador e Brasília?

E: Em todo lugar... Brasília tinha suas características, Salvador tinha as suas características. Brasília sempre foi acentuado, na medida em que a presença de controle das coisas sempre é muito forte, mais evidente, mas é igual, o controle dos meios de comunicação... Quando eu fui pra Porto Alegre em 1977, eu deixei o diretório pra ir pra Porto Alegre, eu namorava com uma moça que era de esquerda também e todas as cartas que eu recebi dela eram abertas, em 1977. Correspondência já vinha aberta. Ela estava monitorada e eu monitorado no meu endereço, era assim, você recebia a correspondência aberta, você fechava a correspondência e ela era violada.

Eles tinham relações de pessoas, você veja, as redações, em seguida nós vamos ver os capítulos de quem insistia em dar notícia que desagrade o poder.

Agora tem a conversa de “como é que nós vamos estabelecer limites pra isso” né, por que eles não suportam o debate à luz do dia, a crítica, não suportam. O autoritarismo não suporta isso, ele é por natureza oposto a isso. O autoritarismo seja de esquerda ou de direita, ele não aceita isso. Não aceita discussão. É preciso estar atento a essas coisas. Mas protocolo de segurança está de volta, as pessoas já estão tomando as devidas precauções... É assim que tá rolando já no Brasil inteiro.

Agora cada realidade é específica, por exemplo, Brasília tinha alguns pontos que eram chave. Seu Teodoro em Sobradinho, ele era um homem negro que queria cultivar tradições do Maranhão. A ARUC estava num bairro, Cruzeiro, que concentrava um certo tipo de servidor que veio do Rio de Janeiro, aquele que não coube no Plano Piloto, lá tinha uma escola de samba e a reprodução de práticas culturais do lugar de origem das pessoas; assim como tinha a casa do Ceará, enfim... não existe a identidade brasiliense, as pessoas estão carregando suas coisas. Por exemplo, pra quem começou a fazer movimento negro existiam duas referências. Referência de dois lugares e que a identidade negra, mesmo que as pessoas não discursassem, ela era presente.

Eu me recordo que os primeiros 20 de novembro, quando a ideia ainda tava se firmando, não tinha ganhado a dimensão que ganhou pro Brasil inteiro, nós saímos um grupo pequeno pra comemorar lá em Seu Teodoro. Queríamos ficar perto de um lugar onde essa identidade era real, por que tudo era dispersão em Brasília. Salvador não é assim, a cidade é majoritariamente ocupada pela população negra. Aqui se segrega a maioria, é como na África do Sul. Tem uma maioria da população negra. Acho que não tem uma cidade tão africana no Brasil como Salvador é. Africana não no sentido de número de pessoas, mas das práticas culturais, do modo de ser, de falar, de andar, enfim...

Salvador é uma cidade com uma presença de África muito poderosa. Na cabeça das pessoas, na história de vida das pessoas, na memória das pessoas. Às vezes sem nem saber que se comporta como tal, mas Salvador é muito África, o jeito que somos nas ruas, que falamos, que os camelôs ofertam mercadorias nas ruas... Quem já esteve na África sabe muito bem. Quem já esteve em Angola, na África do Sul, fala “epa, já reconheço”. É claro que reconhece, já viu antes, o Brasil é África. É a propaganda ideológica que nega isso. E mais, tem uma coisa assim que é muito fundamental compreender. Independe da vontade dessas pessoas, ninguém

pode decidir sobre isso mais, isso não é matéria de governo que se iluda achando que vai mudar isso.

A África é parte do que somos, definitiva. Não tem como alterar isso. E quem sonha com isso, quem pretende idealmente isso aí vai quebrar a cara, por que ela é parte do que somos, não tem como tirar isso, é da nossa formação, é do Brasil que somos. A África é parte do que somos. Agora eles fazem tudo pra achar que isso aqui é Itália, que isso aqui é qualquer coisa, menos África. Tudo, tudo, qualquer coisa, menos África. E não é bem assim, e não está dependendo da vontade de ninguém, pode negar, pode ficar negando, por que não depende da sua afirmação, de seu reconhecimento. Sinto muito, seu poder não alcança isso, você não terá poder sobre isso. Isso aí tá no âmago, na essência do que nos fez. É África.

Tá achando o quê, que milhões de pessoas migraram, milhões de pessoas sofreram, isso é assim, isso evapora no ar? Não evapora no ar, isso tá entranhado na cultura, no que somos, na terra, nas coisas, nas cidades... Aqui na minha cidade então tá entranhado na cidade, nas pedras, tudo o que foi dito... E Ouro Preto, essas cidades históricas, deveria ter uma taxa, não tem uma taxa de turismo? Pois deveria ter uma taxa por que como o que você tá vendo foi erguido por negros e eles não receberam um centavo por isso, a gente tá cobrando essa taxa, pra usar essa taxa pro desenvolvimento das comunidades que descendem dessas pessoas. Então vai pra Ouro Preto, acha Ouro Preto lindo, tudo lindo. E quem construiu Ouro Preto, você sabe? Não, pois é. Os descendentes das pessoas que construíram tudo isso moram nas periferias, moram nos bairros que têm dificuldade, então aqui tem uma taxa que a prefeitura cobra que é pra política pública em benefício dessas pessoas. Nada mais legítimo do que isso.

As igrejas de pedra, meu, aqui as pessoas falam da Catedral onde Vieira falou, que foi reformada agora, linda, maravilhosa! Quem fez? Quem carregou essas pedras pra trazê-las aqui pro alto? Quem fez isso aqui? Quem fez isso aqui não recebeu um único centavo, certo? Então achar que tira isso, isso sai por que “a partir do meu intelecto, da minha construção mental que eu vou fazer a partir disso”... Isso não existe. Agora o apagamento disso é um esforço deles pra apagar. Por isso que intelectuais como você ao fazerem um trabalho como o que você quer fazer, estarão ajudando a que essas coisas possam prosseguir e seguir.

N: você comentou que por um tempo os jornais do MNU eram rodados em Brasília, né?

E: A partir da minha entrada no MNU, por que o jornal era feito aqui em Salvador, o Jonatas ficava responsável por ele. Havia um boletim chamado Nêgo que era rodado aqui em Salvador. Jonatas foi um colega meu de faculdade, moramos juntos, inclusive já morto, precocemente. Ele sempre foi muito ligado em jornal, chegamos a trabalhar juntos num jornal inclusive, ele era responsável... Quando eu entrei no MNU de volta, eu já tinha uma experiência de rodar tabloide, eu já tinha feito tabloide, o Raça & Classe.

Então eu achava que o MNU tinha que ir pra fazer um jornal já, um tabloide, não um boletim. Como o Jonatas não ia poder ficar com a comunicação por que ele tava com outros envolvimento e outras tarefas, ele tava muito ligado no Ilê Aiyê também, eu acabei assumindo a coordenação da comunicação. Como eu assumi a coordenação da comunicação e era uma entidade de voluntários, não existia um dinheiro pra fazer o jornal, quando você assumia a coordenação da comunicação, um pouco da entidade dizia assim “agora você se vira tá?” era um pouco assim, e eu em Brasília tinha as condições de me virar. Por que, isso era bom de Brasília, eu tinha trabalhado no CNPq. Então toda a área de montagem, de fotografia, de diagramação, tudo me era acessível, por que eu conhecia as pessoas. Se você chega e pede “você diagrama isso pra mim?” as pessoas faziam. Então tinha meios de improvisar, o jornal era um grande improviso. Depois o jornal ia pra ser vendido pelas pessoas pra que da venda do jornal as pessoas deveriam remeter o dinheiro. O dinheiro nunca vinha. O jornal ia e era muito comum que o militante que vendia o jornal, o militante já dava prosseguimento, com o dinheiro que vendesse.

O MNU não fazia esse tipo de arrecadação por que não funcionava. Então você já sabia que não era da venda do jornal disciplinadamente... Como eu tava ligado na área já e Brasília era uma cidade, e aí tem um detalhe também né, eu conheci a cidade com 20 anos. Brasília com 20 anos, Brasília tinha algo na cidade que era muito singular, a cidade foi feita em cima de um sonho, em cima de uma esperança muito bonita, né. Minha mulher é daí, ela nasceu aí e minhas filhas nasceram aí. Não existe cidade como Brasília, uma cidade projetada, indicada como capital no início do século XIX, demarcada como área no fim do século XIX, isso gira a segunda metade do século XX no lugar que foi demarcado, com o nome que já

apareceu por José Bonifácio desde a primeira indicação na primeira constituição. Não existe uma cidade assim. Brasília é uma cidade que já veio pra fazer história. Não existe precipitação em Brasília. O que existe é uma cidade planejada e projetada e pensada como possibilidade, foi Brasília. E Brasília no começo ainda tinha esse clima. Eu ainda cheguei com 20 anos e peguei muito assim, então as pessoas vinham de todo o Brasil e as práticas solidárias eu ainda alcancei muita coisa de solidariedade, de você ir, conversar, tá fazendo uma coisa, falar com A, falar com B. E não era fácil fazer isso em outro lugar, mas Brasília tinha essa característica nesse período. Até que esse projeto definitivamente foi derrotado.

Havia um projeto brigando com outro projeto. E esse projeto se inicia, foi uma coisa linda. Eu trabalhei no Arquivo Público, nossa, eu amo a história de Brasília. Uma história muito linda. Esse tipo de pessoa que chega com uma rede na mão é o tipo de pessoa que chega pra fazer Brasília. E muitas pessoas negras, muitas. Brasília tem uma história linda, uma história em que os negros participaram e muito. Agora foi um projeto que ficou pra trás, foi derrotado. Mas essas sementes estão aí, e você pegando certas vias você encontra isso na cidade ainda, tem muito. Brasília me dava condições de rodar um jornal nas condições que o MNU podia dar, então é um milagre...

Os lugares em que eu trabalhava, eu tinha um salário diferenciado em relação à maioria das pessoas do MNU, eu trabalhava na Câmara, eu era chefe de gabinete no início dos anos 1990, o que me dava um salário absolutamente diferenciado das outras pessoas, então você tinha mais recursos pra improvisar, conhecia mais gente em lugares onde era possível fazer essas coisas, trabalhei em gráfica aí em Brasília. Então tinha todo um conhecimento e meios de encontrar alguém que fizesse diagramação, que montasse, encontrar um preço bom pra rodar... Tudo era mais tranquilo. E ser uma pessoa da área né, também.

N: Mas isso foi já nos anos 1990?

E: Eu pego um pouco dos anos 1980 por que eu tive um contato com o MNU num período em que chego, tenho contato e não fico dentro do MNU. No início dos anos 1980 em Brasília, tive um contato, mas eu saio desses contatos e entro no PT, eu sou do PT de 1984 a 1987, fui filiado, dirigente. Meu período de Comissão do Negro do PT, nos anos 1980. Quando eu saio da comissão do negro do PT, aí é que

eu me vinculo formalmente ao MNU, já não aquele tipo de vínculo que eu tinha antes, nos anos 1980. Me vinculo de maneira integral ao MNU e aí é esse período de 1988, 1989, que eu tô com o jornal.

N: E tem como acessar exemplares do jornal?

E: A gente não teve condições ainda de colocar o que a gente tem, eu não sei o que a gente tem digitalizado. Se você falar com Graça, a Graça talvez tenha. A probabilidade é que Nelson tenha por que ele é da área de comunicação e teve vida organizada. Aí em Brasília é certo isso aí. Por que você vai ter a fase boletim e tem a fase tabloide. A fase tabloide é Jornal do MNU e a fase boletim é Nêgo.

Agora pra o que você quer fazer, você não vai ter tempo pra muitas entidades, o MNU lhe dá a vantagem de ter documentação, né, e uma entidade que se definiu como política. Uma organização de natureza política. A letra do hino que é do Nétio [Benguela], a letra fala de poder. Agora Nelson é professor aí, talvez seja importante dar uma olhada na dissertação dele. Por que pra falar com ele é bom que você coloque essas coisas, tem esse universo dos cartazes que é muito interessante no MNU também.

Tem coisa no Correio [Braziliense], Jornal de Brasília... É bom dar uma olhada no Jornal de Brasília, porque antes do Correio ser o jornal, o Jornal de Brasília que era o jornal da cidade. Então é bom dar uma olhada nos números do Jornal de Brasília, também. Dá uma olhada, faz uma pesquisa nos jornais porque tem coisa noticiada. Aí a entidade fazia festas pra arrecadar recursos lá em Brasília. Essas festas tinham cartazes e mobilizavam muita gente do mundo negro, Graça era a grande organizadora, que era da atividade de finanças.

Como ela trabalhava em banco, ela era mais rigorosa nessa coisa de pegar contribuição, então o MNU-DF sempre foi organizado. Do ponto de vista da estrutura que tinha, era organizado, agora eram pessoas jovens que não vinham da experiência política, então nisso era diferente dos outros MNU. Eles vão crescer no processo em consciência política, mas não fizeram, porque digamos assim, de onde você tinha que ter experiência? De outros lugares. Do sindicato, do movimento estudantil, do partido, de algum outro lugar. Então você vinha de onde? Apenas se afirmar negro era pouco, você tinha que ter tido formação política, leituras, e tudo mais. Então isso faltava pra muita gente, essa coisa era diferente.

N: E tinha algum tipo de relação com os outros movimentos sociais, como é que se dava? Ou o movimento sindical?

E: Tinha, não tinha... Veja só, depende do período. Tem período, às vezes você tem um ato público que estava sendo puxado por negros, por exemplo, na questão da luta da solidariedade internacional. Esse é um capítulo especial pra essa geração, que tá na Constituição por conta do MNU. Então a constituição de leis que diz que o Brasil não se relaciona com países que não lidam com o racismo tem uma redação, tá na Constituição. Aquilo é colocado pelo MNU por conta da África do Sul e do Apartheid. Então, você tem já muito forte a solidariedade. E há um exemplo que aconteceu em Brasília que é um seminário internacional que aconteceu aí, que eu inclusive não sei, eu falo disso mas não sei quem fala mais.

Em 1966, na ditadura, não tinha ainda o Itamaraty, não tava pronto, e muitas embaixadas ainda estavam no Rio de Janeiro. As embaixadas começam a vir depois do sequestro do embaixador americano, 1969. E a ditadura fazia o possível pra dizer que não tinha preconceito, então ela aceitou uma coisa inusitada. Ela aceitou sediar em Brasília um encontro da ONU pra discutir o Apartheid. Dito assim é inacreditável, foi no Hotel Nacional e esse encontro que acontece em 1966 é tão relevante que saem do encontro um conjunto de recomendações para a Assembleia das Nações Unidas, do que deve ser feito internacionalmente de solidariedade contra o Apartheid, as sanções e aquilo que a ONU deve buscar encaminhar pra mudar um regime tão desumano.

O encontro decide que deveria ter uma data pra mobilizar essa solidariedade internacional. Como tava perto do massacre de Sharpeville, se escolhe a data de 21 de março. Então 21 de março sai de Brasília para o cenário internacional, para a Assembleia Geral. Na Assembleia Geral, eu já contei essa história em artigo, num selo que a Seppir fez, já contei essa história em vários lugares. Então aí a Assembleia das Nações Unidas pega e aceita a indicação da BAP e cria o 21 de março como o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial. Ele é editado num seminário aí em Brasília no Hotel internacional. Aí, em plena ditadura militar. Essa data é uma data que entra no calendário do MNU, então todo 21 de março o MNU sempre tava fazendo uma coisa pública, e isso chamava outras instituições, outras entidades.

Então tô tentando dizer pra você assim, um ato público, um debate, atividades e tal. Os encontros regionais que aconteceram durante muito tempo eram encontros que mobilizavam regionalmente as entidades, elas se encontravam nas regionais, Norte e Nordeste acho que teve 8, 9 ou 10 encontros. Então é uma forma, encontro do Sudeste, Centro-Oeste, é uma coisa que a gente que puxa aí já marcava, o primeiro foi em Campo Grande em 1988, no ano do Centenário da Abolição. Então isso dá muita gente pra esse encontro, inclusive de Brasília, e é pra todas as entidades de movimento negro, culturais, religiosas... aberto pra todas.

Nessas reuniões o MNU sempre se destaca por ser abertamente uma questão política, então ele tem muito mais, porque o normal da entidade era fazer reunião, plenária, ter núcleos, ter encontro nacional, congresso, então nós tínhamos essa prática. Então qualquer pessoa do MNU sabe como dirigir uma mesa, como intervir numa assembleia, era da sua formação política. Porque é engraçado o movimento social que está se fazendo hoje no Brasil, que é muito de atitude. As pessoas têm muita atitude, mas quando chega na hora de fazer uma reunião, nem sabe fazer.

Porque é incrível o comportamento das pessoas, e perdeu muito do princípio à ação, e com os governos do PT, se conquistou muito no movimento social, né? Então o movimento acabou entrando em prática, ou é como o governo faz ou não sabe fazer. Antes o movimento social era uma coisa, o governo era a outra, então não havia confusão. Então havia prática diferenciada, depois que o governo do PT criou conferências, tem gente que a prática de trabalhar é das conferências governamentais e temáticas, mas nós não éramos assim.

Nós fazíamos e construíamos nossos espaços, ninguém falava enquanto outra pessoa falava. A gente se respeitava. "Você tem três minutos, conclua", então você desenvolvia uma disciplina, e mais, ter uma ideia é ótimo. Que é essa coisa que a internet tá mostrando: um cara tem uma ideia e espalha na rede, tem uma ideia? Bacana que você tenha uma ideia. Agora vai discutir com as outras pessoas, e o conjunto vai decidir. Porque uma ideia que começou nunca é a ideia que sai. Então você vai lá e constrói algo coletivamente, que é a política, né? A política é uma decisão coletiva. Sai-se para executar algo que coletivamente se decidiu. Essa prática a gente tinha, que os outros não tinham. Essa decisão é coletiva, é a ação coletiva que define a política, não a ideia de A, B ou C.

A ideia entra e o coletivo contribui, o coletivo assume uma decisão e assume cumprindo uma decisão. Porque tinha uma hora da reunião ingrata, e nisso Luiza [Bairros] era campeã. Porque era ótimo participar das discussões, tinha gente mestre de participar de discussões, ótimos, se inscreviam mais de uma vez, falavam e tal. Aí chegava a hora dos encaminhamentos, “e agora? Tem que encaminhar! Quem vai ficar responsável por isso que acabamos de decidir? Ah bom.” Aí você sabe, na entidade você vai tendo um corpo que vai se destacando com aquelas que são capazes de participar do debate, e participam da realização, da efetivação, é com isso que se faz.

Porque conversa, achismo, são lindos e maravilhosos, mas a política tá longe ainda. Ter opinião todo mundo tem, é bacana e é legal. Mas quero ver entrar no coletivo pra virar uma opinião do coletivo. Aliás, eu fiz uma capa do Irohín em que eu botei isso. É a ação coletiva que gera poder, que é a política. Seres humanos se reúnem, tomam uma decisão juntos e partem pra realizar o que decidiram. Isso é a política. A política é uma coisa no fundo simples de entender, e o MNU tinha essa prática. E aqueles que eram de conversa e não de ação sabiam logo como era e recomendavam lá informação, e tinha lá aquela coisa, mas como somos organização, tinham diferentes tipos de quadro, né? As pessoas que se destacavam eram aquelas que estavam plenamente conscientes de suas responsabilidades como tudo na vida, na política não seria diferente.

N: E com relação a outros movimentos, como o sindical e o estudantil, como era a relação?

E: Sempre atritoso, né? Não era uma relação fácil. Porque no lugar onde a gente fala, a gente fala de um lugar em que você encontra os que querem submeter, de que lugar você fala? Você diz que o negro é sujeito da ação e isso não existe na história brasileira conduzida pelos brancos, e o negro não é pra ser sujeito. A perspectiva do MNU quer o negro como sujeito da ação. Então não existe isso de você trabalhar a ideia do negro secundário, ou do negro poste. Como você tá vendo aí o Hélio Bolsonaro, aquele deputado de 400 mil votos que aparece como um poste de Bolsonaro, o homem -poste na política. Então esse tipo de presença em fotografia e tal é que bate de frente com a ideia do MNU.

O negro é sujeito. O que é consciência negra? É avisar aos outros que você é sujeito de suas ações, isso que é o movimento negro. A negrada não tava querendo ser reboque, assinar o manifesto dos outros, a gente tinha um modo de ver a realidade brasileira. Então as críticas eram inevitáveis. Acostumados a fazer massa de manobra, com controle, com o movimento negro não existe isso. Um ativista de movimento negro não aceita isso.

Deixa eu te falar: eu vou a sindicatos, né? Tenho ido muito nos últimos 20 anos, pra falar. Vou em empresas, falar. Aquele programa de gênero e raça, nossa, como eu falei. Pró-equidade de gênero e raça na empresa, você fala; tem um tipo de comportamento que é assim: você vai num lugar, tem uma mesa de abertura, está o presidente do sindicato, pessoas da diretoria que falam do momento importante que é aquele evento, que é o sindicato que vai tratar o racismo, “desejo a vocês um bom dia de trabalho, nós convidamos o professor Edson.” Quando termina essa fala, não fica nenhum deles. Minha primeira fala logo quando eles saem é: “vocês já notaram que os dirigentes não ficam? Quantos dirigentes aprenderam sobre esse tema?” Eu queria saber porque eu nunca vejo dirigentes fazendo formação sobre esse tema. Mulher, negro, orientação sexual, por quê? Se as pessoas não participam de formação, de debate, como as pessoas sabem tanto sobre essas coisas?

Porque tem um grande problema também que é uma recusa sistemática à questão racial. Eles já vinham dizendo que era secundário. Então é uma luta secundária, só que a gente não via dessa maneira. Não via nem vemos, então a gente tinha dificuldade de fazer essas associações que implicassem na subordinação do negro. Então se fosse parceria, era possível. Se não fosse, não. Os candidatos brancos querendo que o negro trabalhe em campanhas deles, coisas desse tipo, entendeu? Sempre foi tradição da política brasileira. Eduardo da Costa, os dois seguranças, então tem esse papel secundário. Ou, na verdade pra pegar os votos dos negros e favorecer a candidatura prioritária branca.

A ideia de movimento negro é de um campo de sujeitos, então você pode imaginar na sociedade brasileira o atrito que isso cria. Tem uma leitura própria da realidade brasileira e da história então só isso cria mil problemas porque você já sai derrubando estátua e mitos. Alguém que fala de como a família tradicional tem 400 anos em São Paulo, você pergunta: “e tinha família tradicional, e o trabalho?” Tinham dificuldade de ver que o trabalho também tinha 400 anos, e viam o trabalho

como começando com os imigrantes anarquistas no início do século XX. Mas ele não via o trabalho como uma dimensão fundamental desde sempre. Não via quem produzia riquezas, não via.

Então a partir da perspectiva dos movimentos negros muda tudo e o choque é imediato, é inevitável, o choque por essas concepções. É uma reviravolta, pensar no lugar do negro é outro pensamento. Não tem como no que é a tradição brasileira você encontrar esse fato. A tradição brasileira é a negação desse lugar, então não tem ângulo que você pegue, e gente boa escorrega nisso. Não consegue ver nessa maneira. Eles não se dão conta.

Pra você ter uma ideia, como pode uma sociedade gerar no meio do século XX uma peça como *Anjo Negro* de Nelson Rodrigues? Tudo que você for ler sobre teatro, sobre o papel da arte e da representação das forças sociais, do que é sociedade, desaparece porque primeiro, a peça é escondida. Aí você tem reedição de Nelson Rodrigues toda hora. Você tem filmes, você tem montagem, você tem gente ganhando prêmio, todo mundo dizendo que ele é genial. Mas ninguém fala que ele é genial com *Anjo Negro*.

Como é possível uma sociedade gerar um texto em que um homem negro casa com uma mulher branca e ela mata todos os filhos de frente para o público, “eles não podem viver”, ela fala na peça. E o homem negro, o médico com quem ela casou, está vendo pela porta entreaberta e assiste ela matar as crianças e tolera isso. E ela então vai ter um relacionamento com um homem branco e tem uma filha. O que faz o homem negro, traído dessa maneira por ela? Ele cega a criança, porque ele diz à criança “todo mundo é negro menos eu”. Ele vai educar a criança pra que veja os outros como negros, menos ele.

Esse é um texto feito na realidade brasileira. Porque, pra você ter uma ideia, ele ainda teve a ousadia de dizer que esse papel do médico negro era pra Abdias do Nascimento. A peça é censurada, não tem permissão pra ser montada. Você pode imaginar, quer dizer, uma sociedade que é capaz de gerar isso. Pra você ter uma ideia, eu quando pensei sobre isso, acabei montando um curso que vim dar aqui em Salvador na época, que falava assim, eu acho que um dos testemunhos tá no meu trabalho. Eu peguei *O Presidente Negro* de Monteiro Lobato, que é do início do século XX, onde os negros são esterilizados, “vocês acabaram”, é o que o personagem vai dizer, não vão se reproduzir mais. *O Anjo Negro*, e o livro de João

Ubaldo Ribeiro, *O feitiço da ilha do pavão*, então eu mostrei como o século XX com 3 grandes escritores brasileiros, que todo mundo só tem elogios, trabalham o imaginário genocida.

Então quando as pessoas são boazinhas, elas pensam no genocídio das pessoas negras. Isso é o que eu conheço de cultura brasileira. Ou como Chico Buarque faz uma ironia que eu já trabalhei também em artigo, que ele diz assim no *Leite Derramado*: “meu avô era abolicionista radical, queria libertação de todos os escravos e o retorno de todos eles para a África”. E tipo assim, acabou a escravidão, mas ainda tá aqui, né? Porque esse é o melhor da consciência branca. Esse é o sonho, o paraíso, em que a gente ia se miscigenar e desaparecer. Tá cheio de profecias absurdas brasileiras sobre o fim dos negros. Qual foi a surpresa? É que graças à ação do movimento negro o censo vem apontando o crescimento da população negra. Não o crescimento por nascimento, mas crescimento por assumir a identidade, isso mesmo antes das cotas, o IBGE já detecta isso.

E atribui ao movimento negro essa reversão, essa identidade que agora quer se afirmar como tal. Então, primeiro que é isso, é o espaço de uma negação de tudo, aí você chega com uma afirmação, uma leitura da história, como é que você vai querer achar moleza? Todo relacionamento é atritoso, quando você encontra pessoas que tocam a discussão, a coisa vai; se não encontra, não tem condição de relacionamento, é muito assim. Como na universidade. É brincadeira na universidade?

Falando de conselho, disse a mim pessoalmente, não sei se você sabe quem é, ela é professora titular da Escola de Comunicação e Artes da USP e ela tem pesquisas sobre o negro na comunicação e ela abriu vagas no mestrado para alunos negros, Fernando Conceição, e outros que fizeram doutorado com ela. Esse menino Joelzito, muita gente. Ela me disse “Edson, eu descobri que eu ganhei um apelido na Escola”. Qual apelido? “Navio negreiro”, então os colegas dela passaram a chamá-la de navio negreiro por que ela passou a orientar estudantes negros. Na USP, não é na periferia não. É disso que nós estamos falando, isso é uma professora, agora você imagine no movimento social.

E os negros sindicalistas que fingiam que não eram, diante do movimento negro? Como é que você acha que Vicentinho se comporta dentro do movimento negro? Eu tive vários diálogos com ele, ele fica incomodado. Por que eles estão lá

fingindo que não são. E aí você chega e abala. E Chico Vigilante aí em Brasília? Eu o perturbava pouco? Meu deus do céu, era um problema. “Esse cara com essa conversa...” (risos) “É um problema sério você vir de dedo acusador”, por que sem você falar nada, ele acha que você vem de dedo acusador. Então é terrível. E ele não sabe que pode se libertar disso, ele não sabe, por que tudo foi montado pra gente ser prisioneiro. Eu gosto muito de um, já falei sobre isso, um livro que os judeus fizeram sobre a alegria de ser. É o nome do livro que eles escreveram sobre ser judeu. É “A paixão de ser”. Eu digo assim “nossa, ele não vai descobrir a paixão de ser o que se é”. E não ter conflito com o que você é, mas aí eles não veem, não vêem, não sentam na roda.

Eu tô encantado é com essa menina da Rede Globo que fez um depoimento pra Isabel Clavelin na tese dela, que trabalhava com a Miriam Leitão, agora ela tá dentro de um programa da Globo News. Eu a vi numa reunião no Rio, nossa, como ela tá à vontade com as pessoas negras, o fato de você assumir quem você é, que bonito que fica a pessoa em paz consigo mesma. Sabe aquela coisa do Sócrates “conhece-te a ti mesmo”, aquela pessoa que entra num processo de conhecer a si mesmo, e é um processo longo, é um pouco isso o meu testemunho.

E conhecer a si mesmo, nossa, não existe aventura mais linda do que essa e tem gente que não quer fazer, foi doutrinado pra não fazer, tem medo de fazer. Não sabe a libertação que aguarda quem faz, mas aí tem que sentar na roda também, né, tem que olhar o outro e se identificar com o outro. Conviver. Tem gente que nunca tocou numa pele negra, nunca apertou a mão de uma pessoa. Por que a escola não força esse tipo de experiência. Ela deveria forçar da convivência.

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM JACIRA DA SILVA

Entrevistadora: Nara Menezes Santos

Entrevistado: Jacira da Silva

Data: 19/12/2018

Duração: 03h 10min 41seg

Nara: Você disse que começou com 22 anos a pensar sobre questão racial, como é que foi esse processo?

Jacira: Não é nem pensar, é sentir a discriminação e saber porque que eu tava sendo discriminada. A gente sai do período escolar, do fundamental, segundo grau e tal... Diante das relações sociais, eu atribuía que a discriminação que eu sofria era porque eu era pobre. Pobre como? Meu pai era servidor público, morava já aqui em Brasília, então porque continuava essa discriminação?

Começa desde a escola, do primário, eu no Rio de Janeiro, e a professora não deixava eu fazer as coisas, estar em primeiro nas coisas, em posições de destaque, de visibilidade, nas festas escolares de datas cívicas eu não participava... Até que um dia, não sei como, eu me rebelei no sentido de uma relação com uma das professoras e acho que xinguei ela, um negócio assim. Minha mãe foi chamada no colégio e foi ao horror. Eu cheguei em casa e minha mãe colocou pimenta na minha boca, que eu jamais poderia fazer aquilo e tal. Foi quando eu comecei a reagir às sutis práticas racistas, mas eu não sabia dar nome a isso.

Depois viemos pra Brasília, aqui na 205 sul onde eu estudava, já era no plano piloto, início de Brasília, década de 1960, com 9 anos de idade, a gente andava da 414 até a 205 sul a pé, na poeira, tinha que andar de lenço, chegava em casa com os cílios vermelhos de tanta terra vermelha. Mas ia pra estudar e quando chegava nessa escola eu já comecei a identificar que tinha algo ali, porque eu entrava em sala de aula, participava, mas nessa idade eu era muito calada e observava porque era muito tímida pra me colocar. Nessa escola eu tive dois momentos de discriminação racial, acho que foi um colega que falou que eu não podia fazer isso não, porque eu era negra, preta.

Quando eu vou fazer o curso normal, na sala de aula tem um aluno que me chama, enquanto eu tava de tarde com a orientadora pra apresentar aula, eu tinha

que dar aula supervisionada, chega um garoto de 4 anos e fala “ih, ela é tição!”. Aí eu fiquei sem chão, mexeu bastante emocionalmente, fiquei desestabilizada, mas disse que continuaria a aula, e consegui continuar a dar aula com a supervisão da professora, mas disse que nunca mais voltaria numa sala de aula, e nunca mais voltei.

Então foi determinante essa discriminação, mas aí continuei e falei que isso não iria parar o meu andar, mas eu queria fazer comunicação. Já tava naquela de ‘curso normal’ em função dessa questão familiar, econômica, de ter uma profissão imediata pra depois ter o que eu gostaria. Mas eu tenho o primeiro contato das primeiras profissões que eu exerci no jornal Correio Braziliense na década de 1970, mas em que função? Era na informatização, que era um sistema de automação que tava chegando no Brasil. Eu e minha irmã começamos numa equipe, ficamos trabalhando lá, mas era precarizado, já trabalhava sempre à noite, ainda menor de idade, salário baixo, mas a gente era exímia, sem falsa modéstia, no curso de datilografia que era a ferramenta como hoje temos a computação, era na década o que todos tinham que saber para ser capacitados para o mercado de trabalho.

Eu e minha irmã fizemos na escola Sarmiento aqui em Brasília. O professor era o consagrado de datilografia, eu e ela dominávamos bastante esse teclado em termos de velocidade. Ficamos nesse trabalho no *Correio* de 15 aos 18 anos, ali eu já tava familiarizada com a comunicação, já que a gente datilograva as matérias. Na época era tudo feito naquele processo de linotipo, impressão e tal. Fui me encantando com aquele universo e falei: “eu quero ser jornalista”. E assim fui, quando eu tive melhores condições comecei a prestar vestibular de comunicação na UnB. Ainda tinha esse impedimento de que só poderia ser na universidade pública, jamais podia vislumbrar uma universidade particular, fiz quatro vestibulares pra comunicação na UnB. Eu só queria comunicação, e não conseguia ser aprovada porque já trabalhava nesse emprego e tinha que estudar, sempre com muita dificuldade financeira mesmo meu pai sendo servidor público, mas eu sou a mais velha da família e me sentia na obrigação de contribuir naquele sustento. Tudo bem, fiz o curso de comunicação, terminei, já tava no *Correio*...

N: Você entrou mais ou menos quando?

J: Eu terminei em 1976 o curso de comunicação, mas durante o curso eu já tava vendo que o buraco é mais embaixo. Cadê negros aqui? Cadê negras aqui? Não tem! Cadê professores negros, cadê professoras negras? Nada! Mas fui cursando, tinha um colega que era o Joaquim, não me esqueço nunca, e nós éramos parceiros. Tocando ali pra concluir aquele curso de comunicação. Não passei na UnB, fiz CEUB caladinha, na época era muita discriminação você fazer curso universitário particular, se dizia que o ensino era fraco, que na UnB, que é até hoje, não pode tirar esses méritos, que tem a educação mais qualificada. Mas eu fiz o curso, fui da segunda turma de comunicação do CEUB. Me formo no CEUB em comunicação, na área de jornalismo. Isso a parte acadêmica, né?

Quando você tá na universidade é que vem aquela leitura de mundo, né? De você avaliar e perceber as contradições e os porquês, você enquanto sujeito político vai começar a observar o que é que tá acontecendo ao redor e com você mesmo. Daí que vem aquela consciência racial aos poucos, ela vem chegando e eu: “não, mas eu não sou discriminada porque eu sou pobre, tem mais alguma coisa aí. Eu sou discriminada porque eu sou NEGRA.” E aí é isso que eu denominei que é o clique da consciência racial.

Quando eu percebo que eu era discriminada por ser descendente de africana, e juntamente com a questão econômica, morando sempre mais distante do plano piloto, e aí fui configurando o quadro desse universo de racismo no Brasil. Aí eu começo a me aproximar à Luiza Junior, nos tornamos comadres, até, em Brasília. Antes do MNU nós participamos do CEAB, e ali a proposta da Lei 10.639, que é a história da África e continente africano nos estabelecimentos escolares.

O MNU também traz na sua carta de princípios, programa de ação que teria que ter essas disciplinas específicas dentro do currículo escolar, porque a ausência da luta da população negra do mundo, especialmente do Brasil, não constava e não constam da participação política de nós, negros e negras no processo democrático, buscando a democracia do Brasil.

Por meio do CEAB a gente começou um grupo de estudos e veio a proposta da Luiza Júnior, que tinha sido criado o MNU em São Paulo, em função da discriminação, um dos motivos foram os 4 atletas negros do Clube Tietê, e que a gente precisava conhecer a proposta dessa organização que tava começando. Isso foi na década de 1980. Quando chega em 1981, 1º de maio de 1981, nós criamos o

MNU-DF e reunimos algumas pessoas, e criamos com a proposta de que ele era uma entidade negra que tinha uma proposta inicial de reunir todas as entidades que naquele período existiam, umas mais avançadas, outras inicialmente, mas não deu pra reunir totalmente porque cada uma tinha uma característica de atuar politicamente, então uma era cultural, o MNU vinha com um compromisso político de mexer na estrutura que tava aqui e dizer para o governo do estado brasileiro que tinha racismo aqui, que a sociedade era racista e a gente tinha que combater esse racismo.

Também com o decorrer do que a gente elaborou muitos documentos do MNU, também denunciávamos que aqui tinha uma falsa democracia racial, que aqui não existia democracia racial desde que o processo democrático do país não nos enxergava como sujeitos políticos, que não poderia se chegar numa democracia plena se não nos enxergasse como descendentes africanos; a nossa contribuição no processo democrático, e que muitos de nós durante o período da escravatura, a condição arbitrária e violenta em que os negros e negras africanos são retirados dos seu lugar, da mãe África e traz pra diáspora, então ali o MNU já vem denunciando e mostrando que aquilo ali foi um grande genocídio, foi uma violência onde o processo de construção de outras nações, principalmente na Europa e América do Norte, como essas nações foram construídas com a vida dos africanos e africanas; a maneira perversa e desumana que foram trazidas essas pessoas, porque elas não foram trazidas como pessoas, foram trazidas como mercadoria pra servir e construir o Brasil, no nosso caso.

Eu fiquei deslumbrada e falei “nossa, é mesmo, né? Cara, então tô sabendo, ah, é assim”. No curso de comunicação eu era a única mulher negra, e ele também negro, e a gente ia pro Beirute na sexta-feira pra tomar uma cervejinha, e eu chegava naquela mesa imensa e pensava “Só eu, meu Deus. Não é possível!”, até que um dia aquilo foi me incomodando e quando a Luiza me chamou pra conhecer essa proposta, eu fui respirando e percebendo o que tava acontecendo.

Aí aconteceu um fato bem determinante comigo, que essa colega do CEUB, que era uma mulher branca, nos tornamos amigas, inclusive, e ela dizia assim: “Pra que é que tu vai pra esses lugares? Pra quê?”. Até pra dizer que era começando a ir pra reunião de movimento negro eu ficava com medo e dizia: “Vou ali numa reunião” e ela ficava: “Que reunião? O que você tá escondendo, Jacira?”. Até que um dia:

“Não, eu vou ali numa reunião do movimento negro”. Aí ela “O quê? O que tu vai fazer lá? Perder esse tempo? Que besteira é essa?”. Falei “Agora é que eu vou”.

Então até essa negação do meu processo de buscar a consciência racial foi um impedimento que fez com que eu percebesse, tivesse mais certeza da necessidade de eu participar de um movimento político de combate ao racismo. E um outro dado é que ela namorou uma pessoa e chegou a casar, e quando a nossa discussão, quando eu tava indo pras reuniões, ele dizia assim “Eu não gosto nem de preto. Nem meia preta eu uso.” Aí eu comecei a ir pro enfrentamento, eu já tava começando a estar empoderada, da gente enfrentar isso de frente, porque você pode enfrentar mas sem ser de frente.

Eu falei: “Ah, é agora mesmo. Então eu vou, vou continuar, quer você queira ou não, a vida é minha e eu vou buscar minha identidade étnica.” Mas eu não sabia essas palavras. Isso porque ela era amiga próxima, estudante do mesmo curso. Em casa, família, também. “Por quê? Você vai pra onde?”. Até que um dia eu cheguei no meu pai e falei: “Qual é? Por quê? Por que essa resistência de eu participar?”. E aí acho que meu pai ou minha mãe falaram assim “Não, vai não, filha, é muito dolorido. Essa história é muito dolorida.” Meu pai tinha o segundo ano do ensino primário, minha mãe era analfabeta de ler e escrever, mas tinham a sabedoria e a leitura do mundo no qual eles sofriam, não sabiam dar nome àquilo. “Não vai não, é perigoso”. Esse perigoso veio muito em função, quer dizer, que eu conheci o MNU em 1980, final da década de 1970, que o MNU foi fundado em 1978, em Brasília em 1981, foi no mesmo período, ne, inicialmente, mas tem o período de quando eu chego aqui em 1960 até 1964, que é o golpe militar, e nós morávamos na asa norte, na 405, em frente à UnB, e aí eu pequena via aquele movimento e não entendia. “Tem polícia, lá, tá cheio de polícia.” E aí houve o racionamento que era a crise e você ia pro mercado e só tinha tanto de tudo determinado o quanto que você podia comprar e aí eu ficava assim, minha família nem discutia porque não era assunto pra discutir. Principalmente nós, famílias negras. Eu não tô generalizando, mas na minha era assim.

Mas politicamente eu não sabia o que tava acontecendo, mas uma movimentação estranha estava acontecendo em Brasília e mais tarde que eu vim saber que estava ocorrendo o período de ditadura militar e que a UnB, por ser um espaço escolar onde tinham vários alunos e professores que contestavam aquele

regime e lutavam pelo regime democrático no país, eles eram perseguidos e mortos. Foi mais tarde que eu vim perceber a dimensão desse período de ditadura no país.

Com o MNU colado, junto, eu comecei a participar, mas aí veio primeiro a consciência racial. O que é ser negro, negra, quais os mecanismos de defesa, esse racismo sutil, bem subliminar que a gente chama, e eu tinha que entender aquilo e saber como eu me situava diante disso, as defesas que eu deveria ter, e politicamente... Então vem ao longo do processo onde, nos grupos de estudos do MNU e nos documentos que elaborávamos, eu estava aquém do grupo que pensava. Quem era esse grupo que pensava dentro do MNU? Era a Lélia Gonzalez, era Abdias do Nascimento, que não fez parte do MNU mas criou a Frente Negra Brasileira, era Hamilton Barbosa, um dos fundadores do MNU, era Chico Piauí, que é meu marido, mais novo que eu, tinha Januário, que é vindo do Rio de Janeiro... é ruim de citar nomes, mas a Jurema Batista, que a gente se encontra agora no Encontro de mulheres negras, a Benedita da Silva, que é mais recente... Muitos negros e negras dentro da história. Uma questão muito importante é que a gente tinha que fazer uma revisão dessa história do Brasil porque nós não existimos dentro dessa história do Brasil além de como escravo. Não era nem escravizado, éramos escravos. Hoje dentro dessa reeleitura a gente tem conseguido disseminar que fomos escravizados. Escravo é uma condição de submeter o outro, uma outra pessoa a uma situação inferior, de não ter direitos enquanto trabalhador, é uma relação de exploração e opressão, então a gente vem também contribuindo nessa questão. A outra questão é também a identidade étnica que trouxe como mulher negra e o que é que me cabia nesse latifúndio que eu falo.

Voltando ao período de ditadura, eu acompanho pequena esse período aqui no DF, aí depois com os documentos e as leituras que a gente começa a saber, a guerra do Paraguai que o negro foi a linha de frente, foi pra ser bombardeado, eliminado, que os negros criaram várias leis para chegar a essa abolição da escravatura, que a gente tem leitura hoje que não teve liberdade nenhuma, foi um acordo econômico. As insurreições que aconteceram antes de 1888, que foi a Lei do Sexagenário e a do Ventre Livre, que são paliativos pra poder dizer que estava buscando essa liberdade, mas simplesmente com um fim econômico.

O MNU quando nasce nesse período de ditadura vem pra dizer pra sociedade brasileira que o negro participou desses processos e deveria ter esse

reconhecimento na história do Brasil, da luta desses negros e negras, e a participação de mulheres, um movimento que é considerado um movimento de libertação, que são os quilombos. E os quilombos que permanecem por mais de 100 anos, o Quilombo dos Palmares. E Zumbi, que foi executado, e daí definimos o dia 20 de novembro como o dia da Imortalidade de Zumbi, mais a participação das mulheres negras, que vem com Dandara e Akotirene.

Então, a partir desse período o MNU cai no Brasil, vai pra rua, faz ato político, faz discussões, consegue agregar e tirar do local, do lugar de que a nossa voz e as nossas manifestações são só culturais. Como que a cultura não transforma? Como que a cultura não conscientiza? Mas era pra ser uma coisa menor.

Então, hoje, se você faz manifestações culturais, é um grupo político que não vai alterar em nada a situação política do país. Aí o MNU vem e coloca o dedo na ferida e dá nomes a isso: por que é que nós somos a maioria da população brasileira e continuamos na condição das situações mais deploráveis? Por que é que começa essa identidade étnica desde o IBGE colocando tantas cores só com o negro? Branco é branco. Agora o negro tem que ser preto, pardo. Oficialmente. Depois tem o amarelo? Indígena? O que é isso? Ai começa essa leitura política da hegemonia de uma raça e depois, com esse grupo de estudos, o MNU junto com outras entidades, vem o Gilberto Freyre, que escreve que a miscigenação era o Brasil, que é a solução. Que miscigenação é essa? Pra anular a parte negra da sociedade? Que é miscigenação, pra quem? Porque essa miscigenação é pra mascarar esse racismo que existia. Aí vem outra discussão, o Brasil é formado por negro, branco, índio, nós não queremos hegemonia, também, que é só negros que tem no país, mas a grande maioria é negra. E essa grande maioria tem que ser respeitada e quer existir e tem que ter oportunidades e direitos iguais.

O MNU dentro desse período de ditadura sofre também uma grande perseguição, muitos são presos, assassinados, mas não só o MNU, é o movimento negro brasileiro, e onde outras pessoas de outros partidos... PCdoB, muitos morreram. Então essa participação do negro na luta pela democracia não tá aí colocada. E ai é importante esse apanhado, essa Comissão Nacional da Verdade trazer isso. Aqui no DF a OAB não constituiu a Comissão da Verdade sobre a escravidão negra. O Sindicato dos Bancários do DF trouxe essa comissão para o

âmbito do movimento sindical. Eles fizeram um trabalho de levantamento com alguns quilombos pra retratar essa participação e essa perseguição durante a ditadura militar e na constituição dos quilombos.

A própria criação da capital federal, quando Juscelino Kubitschek traz do Rio de Janeiro pra Brasília, fica gritante ali o processo de como veio essa população negra, eram trabalhadores, a maioria trabalhadores e nordestinos que construíram Brasília, mas aí você vai também ter um dado: cadê o trabalhador negro? Ele também sempre tá na gaveta. Ele construiu Brasília, morreu com vários acidentes aqui, deram suas vidas, e tem uma exposição dos trabalhadores e negros que construíram a capital federal, e esses trabalhadores e trabalhadoras negros foram perseguidos também politicamente.

Na história do Brasil tem a Revolta da Chibata, e outras revoltas que foram importantes, contestando e buscando um regime democrático. Agora aqui no Distrito Federal, por ser capital e por ser menor, só temos 60 anos praticamente, e esses processos de exclusão, esses processos ditatoriais, eles ficavam muito mascarados, são mascarados, então é importante que a sociedade civil vá vasculhar, vá buscar nos arquivos públicos essa história, participação de nós negros nesse processo de busca da democracia enquanto a ditadura militar.

Agora, um momento também importantíssimo e um fenômeno que foi realizado aqui na capital federal foi a Convenção do Negro pela Constituinte. Então ali diz, depois desse processo de ditadura, que tem as primeiras eleições, que são presidenciais mas não são eleições livres, democráticas, eram por indicação, biônicas, e aí quando se estabelece o processo da Constituinte, onde a Benedita tem uma grande participação, o jornalista Caó, que já morreu, o deputado também e outros, aqui em Brasília nós sediamos e fizemos essa Convenção do Negro pela Constituinte.

Ali a gente já mencionava todas essas reivindicações. De nós negros na educação, na saúde, na segurança, no mercado de trabalho, no lazer, na cultura, na religiosidade, e buscando tudo isso. E agora a criação do MNU foi determinante para a criação de outras instituições negras com esse perfil de mexer, de alterar essa situação, dizer que não há democracia racial, dizer que enquanto o governo brasileiro não estabelecer políticas públicas específicas para a população negra,

essa democracia não será plena. Enquanto o estado brasileiro colocar a população negra, tratá-la como uma coisa menor, o Brasil não chegará a essa democracia.

E nós, a sociedade civil, vamos dizer sempre NÃO a essa falsa democracia racial, e que muitos que passaram e hoje estão no Movimento Negro Unificado, como o MNU foi uma escola de formação política, que nós negros e negras somos uma luta anti-racista, de esquerda, de classe, mas de esquerda.

Por que é que meu salário é menor que o seu por ser negro/negra ou mulher/homem? Por quê? Por que é que eu, negro/negra, e todos que vão buscar uma vaga no mercado de trabalho têm que colocar uma foto no currículo? Isso tá buscando o quê? É um processo seletivo? É um processo excludente? A questão das cotas raciais que está aá há 10, 12 anos e que fez uma ebulição no país, ah... que coisa linda, né? A cota existiu sempre, no Brasil. Mas não pra nós, negros e negras. Pro não-negro, pras famílias ricas, pros filhos de fazendeiro, do qual o negro plantava e planta o alimento pra essa família branca comer, usufruir, explorar, não pagar salários decentes e dignos, pro seu filho estudar e ainda ter a cota pra ir pra outro país. E nós aqui no Brasil? No século XX, início do século XXI, vamos exigir do Estado brasileiro cotas raciais pra ter assento nas universidades, nos bancos escolares. Isso é uma aberração! Isso é uma vergonha! Isso tem que ser indignação de todos nós, negros e não negros.

Eu tava lendo há pouco que essa luta do Movimento Negro Unificado trouxe pros indicadores sociais o que nos dizíamos. O que era que era cobrado da gente? “Ah, mas cadê a pesquisa? Cadê os dados estatísticos pra dizer que vocês são a maioria na periferia? A maioria na cadeia? A maioria nos asilos? A maioria nos hospitais psiquiátricos? A maioria de empregadas domésticas? A maioria do trabalho informal? A maioria dos desempregados?”. Sempre nos cobraram enquanto entidade/organização política esses dados estatísticos. E onde nós atingimos com nossa luta dizendo que não precisava de número porque nós éramos vítimas dessa discriminação social, mas para estabelecer políticas públicas eram necessários esses dados estatísticos, e que nós íamos trabalhar nesses dados estatísticos e que nós íamos contribuir para o país onde o IPEA, os institutos consagrados - e com o advindo da SEPPIR, que consolida - dá um impulso maior a esses índices para dizer onde nós estamos e como estamos. Exigir essas políticas públicas, e cotas raciais é

uma das políticas públicas, aí tem o dado, porque quando você quer políticas públicas, você quer políticas permanentes, independe de Governo.

As cotas raciais, para poderem passar, tiveram que fazer concessões dizendo que são políticas públicas com tempo determinado, transitórias. E aí você, mulher, negra, curso de comunicação, você usou o sistema de cotas ou não? E se usou o sistema de cotas para ingressar na universidade, os primeiros, principalmente, foram como se tivessem num paredão pra ser fuzilados. Alunos e alunas negros que entraram no início das cotas raciais: “Ah, lógico, o seu lugar é aqui? Que lugar é aqui? Você vai sentar perto do meu filho aqui, branco? Classe média alta? Ou não? A grande maioria. Você vai sentar aqui? Você, filho de empregada doméstica? Como? Com que direito? Por quê? Eu sempre te vi em lugar em que eu te botei historicamente, que é pra você me servir, nas condições mais deploráveis e sem direitos, precarizadas que é a população negra”. E pra gente mesmo das entidades negras, e eu em particular, isso foi muito difícil pra mim, digerir essa questão, porque sempre via como privilégio.

Privilégio? O direito à educação? Em todas as instâncias está assegurado na nossa Constituição brasileira. É privilégio? Pra mim, negro e negra. Pra você, branco, não é privilégio, é direito, e pra mim é privilegio? Como? E aí também consegui entender isso, mas os mecanismos de exclusão são tão perversos que mesmo você, a pessoa sendo discriminada, não consegue vislumbrar e acreditar que aquilo é seu direito. Então aqueles estudantes que a gente teve no início, eu participei de uma articulação que quando estava chegando perto dos 10 anos da adoção das cotas raciais eu fui, participei com os alunos aqui na UnB e tudo, e aí eu vi, aí traz isso que nós temos que comprovar o tempo inteiro que somos capazes, que somos seres humanos, que temos cérebro, que somos pensantes, que não somos somente, como a história diz, pessoas que têm capacidades braçais, nisso eu até discordo, porque até pra você fazer o movimento você tem que pensar. Então é de uma perversidade imensurável.

Nós, negros e negras brasileiras, com esse processo ditatorial que está se montando com essas eleições de 2018, que elegeu um grupo político que volta a esse modelo ditatorial, ditadura militar, esse é mais um golpe, e este golpe que tá aí colocado a partir do processo eleitoral que prende Lula, o primeiro trabalhador que

chega à Presidência, sem essa de formação acadêmica... tudo que eles não queriam!

Por que o que é poder? Poder pra quem? Eu tô aqui no poder então eu que tenho que determinar onde você fica e como você fica. Quem é você pra tá aqui do meu lado e tá junto comigo pra decidir isso? Esse momento político do nosso país, nós tivemos agora de 6 a 9 de dezembro o Encontro Nacional de Mulheres Negras +30, onde fizemos essa leitura da conjuntura e dissemos: o capitalismo anda junto com o racismo e vice-versa. E que nós, mulheres negras, tivemos que buscar e lutar pelo nosso protagonismo na área e na luta.

Por fim, eu vou falar o que você queria, que era seu ponto de pesquisa, que é a comunicação. Comunicação brasileira, órgãos de imprensa, a gente escolhe o curso de jornalismo, com esse desejo e vontade e aspiração de que possa contribuir, enquanto mulher negra, profissional de comunicação, pra ajudar essas lutas e causas sociais. E aí quando a gente encontra o profissional é a maior frustração.

Primeiro quando eu encontro o editor, o veículo, pra você conseguir uma pauta que seja pra cobrir um ato político, uma reunião, nada. Era só na página policial que você via negro e negra. Que é o genocídio, o extermínio, é o lugar que tá ali colocado. É o bandido. É o primeiro, né, que aí vem desde aquela concepção, ali. Negro quando foge é ladrão, né? Negro é alvo. Então enquanto profissional de comunicação, eu fui com tudo isso já próximo, também, com essa minha consciência racial, pensei: "Poxa, vai ser bom demais". Mas eu tive também algumas intervenções importantes, que eu considero. Recém-formada, já trabalhava em jornal, mas fiz muita revisão, você vai pra reportagem, maravilhoso, tudo de bom, eu trazia essas informações e escrevia e era sempre questionada, com o pé atrás, "será que tem veracidade? Não." E as pautas, né.

Teve um dado que é importante, eu tô falando no pessoal mas isso significa como é trabalhar nessa área de comunicação trazendo a pauta racial. Eu, enquanto profissional negra, nos sábados, quando tinha plantão, tive uns 3 ou mais que o editor só mandava eu ir na Catedral ver se o sino já tinha chegado. No primeiro plantão, no segundo de novo, no terceiro já não aconteceu, falei "O que é? Por que você ta me dando essa pauta que você sabe que não vai render nada? O que tá acontecendo? Eu não escrevo no estilo do jornal? Tem alguma dificuldade? Fala,

“você é editor, você fala. Agora eu não vou mais fazer essa pauta e você tome as devidas providências que você ache necessárias, porque pra mim isso é outra história”. Isso foi a primeira.

A segunda, no exercício da profissão eu marquei uma entrevista, quando eu cheguei no local, era com um empresário aqui em Brasília, a secretária quando me vê já avisa pra ele. Aí eu vou, quando eu entro, “ah, você que é a jornalista? Que bom, que maravilha”, cafezinho, água, eu entrevisto, colho todas as informações, vou pra redação, no final eu sempre falo: “Se eu tiver alguma dúvida, eu volto, porque eu gostaria de dirimir pra não ter algum problema”. “Não, façamos melhor, você me mostra a matéria que você fez”. Falei: “Jamais”. Então essa, não acreditar em você, profissionalmente, por ser negro. Agora a imprensa como órgão divulgador da informação, de ouvir os dois lados, da imparcialidade, que tá nos nossos princípios, nos profissionais da comunicação pública... não.

Quem que cobriu de Brasília esse processo de liberdade, das instituições negras que existem no DF? Mas que imprensa é essa que tem aqui? Correio Braziliense que é o mais antigo, com uma linha editorial que de fato atendia porque tinha que ter uma receita publicitária, como os demais órgãos de comunicação, uma receita com o governo, que coloca o que pode/deve. Segundo, o compromisso com a verdade e trazer essa pauta racial, quer dizer, ela sempre foi secundarizada. Quando é colocada, ela não dá a devida importância como os demais. Eu não sei aqui em Brasília quantos morreram, quantos foram perseguidos, aqui, em que luta, que espaço eles estavam?

Nós, do Movimento Negro Unificado, quando a gente cria em 1981, nós fomos perseguidos politicamente porque promovíamos atos na rodoviária, depois que instituiu a praça Zumbi dos Palmares, mas ali era o reduto da sociedade civil. Nós de Brasília, contra um regime de apartheid que foi a grande referência pra nós negros brasileiros, que foi o combate ao sistema de apartheid, como que foi a cobertura do Distrito Federal?

Nós, do movimento negro, que fizemos um grande ato em defesa da liberdade de Nelson Mandela, na frente da Embaixada, como que foi a cobertura? Foi feita, deu voz, falava com um, com outro, mas não era aquele espaço de duas, três matérias, né? Fizemos o quê, a imprensa do Distrito Federal? Com a participação do Movimento Negro Unificado, nas relações internacionais, Amina

Lawal era uma negra africana que ia ser aterrada até o pescoço, nós tivemos uma grande luta pra isso, aí teve uma cobertura. Uma coisa que a gente sentia mais era que a cobertura internacional do negro que morria lá, que era assassinado, perseguido, tinha mais do que nós aqui no Brasil. Quando a gente denunciava que aquele jovem negro que foi preso porque era suspeito de ladrão, não chegava nem na delegacia. Porque quando chegávamos na delegacia o policial sempre descaracterizou. “Ah, isso aí é injúria, um ato isolado, uma briga de família”, nunca caracterizando que fosse uma denúncia racial. Então, tivemos avanço, sim, quais? Nesse processo, a criação do disque-racismo, que foi no Distrito Federal, a criação de delegacias raciais...

Agora, quem são esses presos políticos? Não teve preso político negro? Não existe pra tá na Comissão Nacional da Verdade? O que é preso político? São só os brancos, estrangeiros? Nós não somos? Não teve preso político negro e negra? E dentro do campo da esquerda também não se coloca isso. Esse legado nós temos que deixar pra humanidade, a nossa participação, quantos de nós morremos. Com a instauração da ditadura militar, nós que saímos do processo de escravidão daquela forma, que não foi liberto, nada, que não tem uma carteira de trabalho, uma moradia assegurada, a educação, fomos morar nas localidades com maiores adversidades, sem água nem saneamento básico, sem equipamentos públicos e aí nós é que somos a grande ameaça pra classe média alta, nós que somos os perigosos, dos quais você dirigente, governante desse país, como tem naquela música “Brasil, mostra tua cara”, que é a cara preta, nós somos eternamente e fomos e seremos presos e presas políticos.

Essa liberdade que nós não atingimos, qualquer brasileiro, mas nós negros muito menos, por essa falsa abolição, que não aboliu nada. Quando o Cristovam [Buarque], que foi governador, quando ele tava na primeira candidatura, quando ele fez a campanha, falou que tava calcada na segunda abolição. Eu pensei: “Cadê a primeira? Foi pra quem? Porque pra nós negros, indígenas, não foi, não houve, quero saber que primeira abolição foi essa?”. Também tem um contexto que a gente traz nessa área cultural, que são as escolas de samba, o salto, que na época de 1970, 1980, era essa coisa de “Brasil, meu Brasil brasileiro”, e culturalmente já haviam algumas letras denunciando esse processo de opressão. Hoje é bom você ver a letra que a Mangueira tá trazendo, uma homenagem à Marielle, e nós, os

sambas enredos, já tivemos Martinho da Vila com um enredo quilombola, que tira o negro do lugar de escravo pra escravizado.

Essas são manifestações políticas, não são menores nem maiores do que um ato político, público, de combate ao racismo. Nós, não podemos só combater, temos que promover essa igualdade racial. Onde outras terão, como foi nosso slogan desse encontro nacional de mulheres negras, “os nossos passos vêm de longe”, como disse a Lélia Gonzalez. E que, dentro de tudo isso, a espiritualidade tem seu lugar, porque o que tá colocado espiritualmente, também, é que o importante nessa luta pela liberdade, é que a gente fica um brigando com o outro e o inimigo tá lá e a gente fica aqui. Então se faz necessária essa união; não união de ideias, porque temos ideias divergentes e convergentes, mas que haja o respeito entre nós, que haja o processo da humildade, de cada um ouvir o outro, e caminhar juntos na luta. Há alguns anos eu falava que não chegaria no combate a esse racismo. Mas hoje eu tenho certeza que vai ter um fim. Porque terão outras e outras que virão, vocês com a juventude, vocês estão hoje num espaço de pensamento político, estão engatinhando, como nós também.

Até você estar numa sala de aula e colocar um pensamento crítico, falar pra um professor universitário que ele é racista, pra essa professora da educação infantil que precisa trabalhar com eles também, mas vocês estão dizendo que é possível e é de direito. E vocês são pensadores e pensadoras que estarão alterando essa situação da população brasileira, que é uma população machista, homofóbica, racista e de intolerância. Nós queremos respeito, não ser tolerados. Queremos liberdade de ir e vir.

A imprensa brasileira está ameaçada por mais esse golpe militar, principalmente a preservação da EBC, onde essa comunicação pública tem que ser plural, democrática, regionalizada, onde respeite as nossas identidades. Essa comunicação traz pra nós também esse desafio, nós temos a imprensa negra, desde a década de 1930, com vários jornais, cobriram esse processo ditatorial, ou foi o Pasquim? Então, tem registros e hoje é um grande desafio pra nós. Criar essa imprensa negra dando vozes, que é uma coisa que eu falava muito, “dar voz”? Sempre tivemos voz! Ela precisa é ser ouvida, com respeito, dignidade, sem paternalismo, sem assistencialismo, nós não queremos piedade. Porque se fosse por isso, caridade, não estaríamos aqui.

E manter em nós essa alegria, esse prazer de viver, e o bem viver pelo qual nós mulheres negras estamos lutando é a questão política. Eu quero e vou estar com mais mulheres negras no Parlamento. Eu quero e preciso ter mais mulheres na linha de frente de todas as categorias profissionais. Onde eu tenha o direito de participar desse processo. E nós jornalistas, profissionais de comunicação, repórteres fotográficos e cinematográficos, com uma foto, uma imagem...

Lá no nosso encontro de mulheres negras, por exemplo, uma no mundo da literatura, que também é comunicação, hoje temos Conceição Evaristo, tivemos Carolina Maria de Jesus, Beatriz Nascimento, tivemos Lélia que escreveu, e temos inúmeros e inúmeras que precisamos trazer para a biblioteca pública, pra população brasileira conhecer esse legado de nós negros e negras e profissionais de comunicação. Eu fui discriminada, você vai ser discriminada como profissional de comunicação, mas a Cojira promoveu vários debates importantes, o negro na comunicação, o negro na imagem, como ele é retratado, na publicidade, a omissão é uma forma de discriminação. Eu acho que alonguei, mas acho que os órgãos de imprensa precisam cumprir sua função e estão muito aquém, a gente saber quem participou e ainda participa desse processo democrático, e o grau de perseguição, porque ela é muito sutil. A gente acredita numa sociedade justa, democrática, igualitária onde eu não precise esperar pra morrer pra ter essa liberdade.

N: Aí eu queria te perguntar, antes de você entrar no CEAB e na militância, você entrou por causa da Maria Luiza?

J: O MNU é que a Maria Luiza traz. O CEAB era Carlos Moura, Graça, Jorge Amancio, Waldemiro que faleceu recente... uma chama a outra, não sei se foi a Graça que me chamou ou se a gente se conheceu lá, do CEAB nem lembro mais. A Graça deve lembrar mais de como a gente constituiu o CEAB aqui em Brasília. No MNU quem ficou muito forte pra mim foi a Luiza Junior, que trouxe a proposta pra Brasília. Fui coordenadora, agora eu tava coordenadora, recentemente, do MNU.

Aqui em Brasília tivemos MNU, CEAB, outras instituições, muitas se acabaram. Também o despontar da religiosidade como instrumento de resistência, religiosidade de matriz africana. E a gente também contribuiu sempre dizendo: defesa da liberdade de culto, não à invasão dos terreiros, liberdade de culto.

Uma coisa que nos intriga, é que quanto mais você tem essa luta para a defesa da população negra, ela vem mas o acirramento também vem, o recrudescimento também vem, entendeu? Então quando você fala “defende a capoeira, defende a religião de matriz africana, defende a indumentária negra, defende o cabelo afro, vamos nos vestir e vamos andar como nós queremos, sem policiamento, sem patrulhamento, sem buscar um padrão de beleza que nos violenta, que é o alisar, que é um produto de beleza que não tem pra nós”. Isso tudo tá surgindo, tá começando a ter, e isso vem com um pau danado, esse acirramento, vem assim, um ato que eu não falei mas é de suma importância é a segurança pública.

O que é segurança pública? Um patrulhamento? Ou nós queremos saúde, educação e tal? Essa liberdade de ir e vir? Então em Brasília fizemos e fazemos intervenções e debates dentro da segurança pública pra dizer que o alvo não somos nós negros e negras, não. Que tem que parar com isso. Agora com a Lava Jato, tão vendo que são os crimes de colarinho branco. E nesse poder a gente nem chega. Que no mundo do tráfico, que também usa-se muito como segurança, a comunidade pede segurança pública, a delegacia, a rádio patrulha, e na nossa avaliação essa segurança pública precisa, primeiro, capacitar esses profissionais de segurança na questão étnica, de gênero, que nós não somos o primeiro alvo. Somos alvos que historicamente tão colocados, mas a abordagem policial é truculenta, abrupta. Nós dizemos que a segurança tem cor, gênero...

Dizem pra gente: “Ah, vocês são muito emotivos, violentos, calma...” a gente já teve muita calma. Então a imprensa brasileira precisa e a gente na luta, foi um avanço mas não passou disso, que foi nossa primeira Conferência Nacional de Comunicação, em 2009, onde a gente traz tudo isso. E a Cojira teve uma participação importante no que foi aprovado nessa conferência. Os 15 itens que inclusive foram pro estatuto da igualdade social, e lá foram mutilados, que são: negros na publicidade, com números proporcionais, que não seja só um negro numa publicidade; a não-objetificação da mulher, negra mais ainda; que mantenha-se o código de ética para que a criança e o adolescente negro que sofrem violência sexual não sejam expostos; que o estupro das mulheres negras vem desde o processo da escravatura, e o feminicídio idem, e como a imprensa trata isso.

Eu falei muito nos processos agora dessa história que o golpe militar, nós sabemos, esse golpe, golpe com a Dilma, golpe com o Lula, golpe com Brizola, o que fizeram com Abdias do Nascimento no parlamento? Ele falou: “vou ser senador, vou vestir minha túnica”. “Não, você não pode, tem que ser terno”. Por que terno? Até quando vamos ter parlamentares, nós não elegendo nos mesmos? O processo da candidatura, esse percentual, tantas cotas pra mulheres, quantas mulheres são essas? Mas tivemos uma vitória nessa eleição que foram 4 mulheres no Rio de Janeiro pela Marielle, que já completou 9 meses da execução dela.

E as Claudias? E as Marias e as Márcias que são mortas dentro de casa por feminicídio e violentadas domesticamente? Uma violência na comunicação é essa omissão. A grande violência contra a população negra é a omissão na imprensa brasileira com espaço igual. Ouvir, falar, redigir nossos atos, início meio e fim. Por exemplo, a gente manda a pauta pra Globo, aí dizem “não, isso aqui não é assunto...”. Eu tive uma grande discussão na redação, na Globo. Eu sou diretora do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. Eu fui a primeira mulher negra presidente do Sindicato. A discriminação gritante, desde a mesa de negociação, desde o atendimento ao associado, desde a ida à redação. A discriminação, a gente sabe que ela vem, mas a forma que ela vem que não é igual toda vez. Ela mexe, a gente sabe que vai ser discriminada, mas do jeito que ela vem, como você está emocionalmente naquele momento pra dar a virada...

Mas assim, a data 20 de novembro, qual pauta que você tem assegurado hoje na imprensa? 20 de novembro. 13 de maio às vezes, também, mas a gente determinou, dentro do Movimento Negro Unificado, depois que o 20 de novembro veio de um grupo de negros em Porto Alegre, que chama Grupo Palmares, e aí que o MNU assume e bota o nome de Dia Nacional da Consciência Negra, que a Dilma consegue aprovar. Mas ainda não temos o feriado nacional do 20 de novembro. E o 13 de maio a gente institui como o dia de denúncia contra o racismo. Ai são duas datas que você tem asseguradas na imprensa brasileira. Pra poder fazer todo esse hall de reivindicações, de avanço. Mas ao longo do ano vamos morrendo todo dia, a juventude morre a todo tempo. A cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil, é um extermínio.

Como que mata 9 negros jovens no Rio de Janeiro e fica anos pra ir pro julgamento, e quando vai pro julgamento quem mata é o Estado brasileiro, é a

polícia? E cara, nós na imprensa, cadê? Então nós ficamos sozinhos na praia. A população negra. E aí nós estamos dentro da questão da mulher, um corpo jurídico, porque você é discriminado racialmente, morre, vão pra delegacia denunciar, fica a discussão se é injúria ou discriminação racial, continua, vai o processo pro Ministério Público, eu já fui ouvidora. É muito importante. Fui ouvidora étnico-racial no governo Agnelo. As denúncias de escola, de vizinho, e porque que você não chama, nas discussões que você tem, sai do sério, porque não chama branco nojento? Chama negro safado? Sempre tem que botar o negro na condição negativa e pejorativa. Esses casos chegavam muito na ouvidoria do Distrito Federal, via disque-racismo, e qual era o procedimento? A gente recolhia, encaminhava para as secretarias afins, sabe o que acontecia? Chamava as partes.

Agora a gente estabelecer um curso de capacitação, de discussão, e tal, e depois... Avançou um pouco o Ministério Público do Distrito Federal, que foi ouvir para reduzir essa pena, eram 15 pessoas que foram condenadas, que discriminaram racialmente, e tinha esse curso pra além de ajudar na conscientização, porque as vezes tem uma discussão, duas, que é melhor. Você não prende mas faz o processo de conscientização, e o outro não, que você vai ser preso porque cometeu um crime, porque a gente tem que voltar, que racismo é crime inafiançável e imprescritível assegurado na lei. E porque você me discrimina racialmente e não é preso? Ah, não, precisa de testemunha. Cadê essa testemunha? Muitas vezes não está no momento, fica burlado, né? E então chegavam denúncias de colegas de trabalho, clientes de padaria... Dois casos chegaram à imprensa, foram de que a cliente xingou o funcionário de negro e preto, né? E ele levou adiante. Teve um jornalista que foi discriminado e levou adiante, chegou já a uma instância.

Mas são os dois momentos na imprensa que temos espaço, são as datas alusivas. A gente diz que é discriminado todos os dias, e precisamos, assim, ir de novo nessa lei, que foi assegurado que não é injúria racial, tem que ser discriminação racial quando for fazer a denúncia. Voltando pra religiosidade, você tem o terreiro que tá invadido, não sabe quem foi, tem lá as imagens, tudo quebrado, danificado, violentado, e aí ainda mais, não contente, ainda agridem os orixás e babalorixás com esse culto, com esse grupo fundamentalista.

Termina com o país laico. Laico pra quem? Nós temos a notícia da primeira dama que mandou tirar os quadros dos orixás no Palácio da Alvorada, que tem mais

de 30 anos, uma gravura, e depois da imagem católica, também. Jair Bolsonaro disse ontem que ele é católico e a mulher evangélica e há um respeito. Eu ainda escuto do meu colega, jornalista da Band, que eu quase nunca ouço, ontem à noite os jornalistas: “não tô entendendo, lá é o Palácio da Alvorada, residência deles, por que tão dizendo que eles tão agredindo, violentando?”. Esse é o perfil dos nossos jornalistas brasileiros. E a corregedoria precisava ter feito um trabalho de consciência racial, de gênero, mas cadê você, jornalista amigo, pra participar?

Porque você, jornalista, “Eu sou profissional. Eu não posso vestir a camisa, a caixinha de que é só racial.” Eu não tô dizendo que é pra você cobrir só pautas raciais. Agora você precisa contribuir para esse processo de conscientização do seu colega jornalista não-negro, pra ele ter a sensibilidade de entender que aquela discriminação que a pessoa sofreu é racial, não só econômica. Isso que é o trabalho nos sindicatos, que a Cojira é um membro do sindicato, mas tem sua independência, pra gente trabalhar e ter uma cobertura jornalística decente e imparcial onde nós, presos políticos estamos aí no dia a dia.

N: Jacira, você falou que quando você começou a ir pras reuniões do movimento negro, seus pais não gostaram tanto. E ai como que era com seus irmãos? Você disse que era a mais velha, né? Como era isso?

J: sou a mais velha, hoje tenho 67, a outra era um ano depois de mim, 66, ela foi a primeira. Ela passa em direito na UnB, mas até o lugar que ela morava ela escondia, de tanta vergonha ela tinha de ser negra. Essa lavagem cerebral, de confundir que nós é que somos racistas, nós, negros. Mas nós não somos racistas, nós somos vítimas desse racismo, e é tao perverso que a gente não quer ser negro/negra. Chega a esse nível. Então essa minha irmã, enquanto a gente morava no Cruzeiro, imagina, ela dizia que morava na Asa Sul. Ela mentia... Na nossa família era ela, depois veio a terceira, a Jaciara, e eu travava muito debate em casa. Nossa! Eu não me conformava! “Eu tô aqui, consegui, e agora tenho que trazer pra casa”, que era um papel da gente, um compromisso, poxa, família tem que estar envolvida... Foi o maior desafio, você travar, trazer a discussão racial pra dentro da própria família. Cada um tinha um “não, Jacira, qual é? É porque nós somos pobres!”. Pobre o quê? Agora querem colocar pra gente que a gente é pobre e não

tem que sair dessa condição de pobre, presta atenção! Você tem que se contentar com o que o outro tá dizendo que você tem que ser, que você é, como?

Dentro da família vinha esse debate, principalmente no fim de ano, o povo virava a cabeça pra mim, era cunhada, genro, irmã que casou com branco, outra com negro... Chegou minha vez, “ai meu Deus do céu”. Eu falei: “vou ter que achar um parceiro negro”, aí foi aquela luta, e esse debate também dentro de casa. Nossa, a gente reproduz cada coisa horrível! Meu pai dizia: “Vocês não vão ser motorista de fogão, não!”. Quem era motorista de fogão? Minha mãe. Ele falava na maior, sabe, não tinha dimensão do que ele dizia. Ele dizia pra nos fortalecer, nos engrandecer, mas ofendia minha mãe, né? Com quem ele casou. Ele era motorista de automóvel, ela era de fogão. A profissão dele era reconhecida, respeitada, mas ela era empregada doméstica.

Uma grande luta e uma grande conquista foi essa, pro Movimento Negro Unificado, inclusive, que esteve muito presente, e dizia que o trabalho de doméstica deveria ser reconhecido como as demais profissões. Que a grande maioria, nossas famílias, avós, tias, no meu caso, minha mãe tinha 5 irmãs, todas empregadas domésticas, todas mineiras de Juiz de Fora, que foram para o Rio de Janeiro pra esse emprego.

A outra coisa é que nós, mulheres, nós fomos formadas pra servir, ser mãe, ser esposa, e nós, negras, nem isso. Esposa? Era pra procriar, né? Ser amante, a 3ª, a 4ª, a solidão que temos nós, mulheres negras, que hoje o debate é colocado. Você vê depoimento de homens negros: “vocês são muito agressivas, vocês, mulheres negras. A mulher branquela é carinhosa”. Como é aquele negócio? “Mulher nova, bonita e carinhosa”. Por isso é importante até cuidar das letras musicais, onde coloca o papel da mulher e da mulher negra pior ainda.

Nós do Movimento Negro Unificado do DF, uma das ações foi quando veio com aquela música “nega do cabelo duro, que não gosta de pentear” em pleno desfile dos blocos de carnaval aqui em Brasília. Nós jogamos latinha e “cala essa boca”. Nós, mulheres negras, temos também esse lugar dentro do movimento negro, de servir, quantas de nós foram pra cozinha fazer lanchinho e preparar a mesa? Mas nós não estávamos na mesa, quem estavam eram eles, homens negros...

O MNU foi o movimento que resistiu para se ter um espaço específico pra mulher negra dentro dele. E aí Luiza Bairos nossa ministra, foi uma das grandes

empreendedoras, Lélia foi a primeira a falar que enquanto a gente não cuidar da nossa espiritualidade e do nosso protagonismo enquanto mulher negra, dentro do movimento negro, vai ficar difícil. “Vai dar ruim”, como se diz hoje.

Voltando, você me perguntou da família e eu já respondi, mas tinha esse meu irmão, o 5º, e ele veio com a leitura, ele tinha 29 anos, ele começou a ver meu andar, me perguntava, se aproximou, quis participar das reuniões, e aí ele é acometido com 29 anos com câncer pulmonar, com 15 dias ele partiu. E cara, foi um baque na família, e meu marido, Chico Piauí, conta de conversas com ele, que ele dizia “me leva aí também que eu quero saber, participar, eu sou negro, eu preciso”. A imagem que eu tenho dele, dessa energia e dessa força dele enquanto jovem e negro era na escola de samba, ele era musicista e eu lembro ali na W3, foram os últimos desfiles na W3, e a mão dele sangrando de tocar o tambor, e ali ele tava dizendo de onde ele veio, quem era ele e como ele estava. Não deu tempo, mas deixou na nossa família.

E o pai e a mãe... mamãe mineira, guerreira, né? Sempre passou pra gente a dignidade, a honestidade, a verdade, ela nunca esmorecia, chorava sozinha. Mas perante a gente ela tava ali, leonina, né? A âncora da família. Mas também é isso que a gente não quer hoje, tudo aqui, nas nossas costas de mulher e guerreira. Perai, nós somos guerreiras, mas não somos heroínas e não vamos dar a vida, não, temos que viver, ter alegria e ter direito pra essa alegria. E a minha mãe, a gente chamava pro cinema, não ia, ela nos preparava pra tudo, escola de samba, festa da escola, “mas e a senhora, mãe? Vamo!”. Ela parte com câncer de mama, hipertensa há muito tempo, hoje eu sou também, mas ela dizia “não, não”, e uma coisa que eu entendi, depois, andando em alguns lugares, eu falava assim: será que minha mãe é feliz? Era. E aí, nos outros recôncavos que eu fui em outras cidades, eu perguntei a uma senhora, naquele lugarzinho lá com uma panelinha de alumínio bem brilhosa, como minha mãe no Rio de Janeiro, uma senhora num lugar de chão batido. “A senhora é feliz?”. “Sou feliz, minha filha. Sou feliz.”, porque muitas das vezes a gente tá aqui, TV a cabo, telefonia, tudo na mão, e não é feliz. Isso é questão de valores e de felicidade, o conhecimento.

Esse foi o legado do meu pai e da minha mãe: conhecimento é algo que não te tiram. Você vai carregar, muitas das vezes você não tem a possibilidade de usá-lo, mas a nossa ancestralidade é a sabedoria. Você sabe que nossas famílias

negras não sabiam escrever, mas eram as grandes costureiras, as grandes boleiras, as grandes doceiras, as grandes palestrantes, eram as lideranças, mas não dominavam essa educação ocidental, mas não podem ser considerada analfabetas porque elas tinham a sabedoria do viver que nos indicou o caminho. De que tudo é nosso, tudo nós podemos, desde que tenhamos princípio e respeito uns com os outros, tá aí pra viver.

Eu sou a mais velha, daí tem as outras irmãs, depois tem a Jaciara, que vem agora pro movimento cultural, já é um grande lance, tá no bloco do Batalá, já deixa o cabelo sem alisar, são avanços que a gente conseguiu. E o grande presente de se ver na televisão, no jornal, de se ver numa foto que não na página policial. Isso faz parte também da contribuição que você traz, do seu papel político, que alguém te trouxe, você traz e vão vir outros que você vai motivar, sendo exemplo, que é possível, que não tem lugar marcado, lugar do negro, como Lélia dizia, que lugar é esse?

Eu tenho formação, construção crítica. Como você vai ter posicionamento no mundo se você não tem informação? Porque eu também era papagaio, eu repetia sem elaborar, sem ter pensamento próprio, passei muitos anos assim. Sempre fui muito conciliadora, tinham os conflitos e eu ficava: “ah, agora eu tô pro enfrentamento”. Passei dos 50, aposentei, são essas coisinhas, assim.

Mas tem a religiosidade, a mulher tira o crucifixo de lá do Palácio da Alvorada, tira os quadros, a Mamãe Estela de Oxóssi, tá nos últimos dias, 92 anos, a imprensa soltando nota falsa, fake news, cara, isso não é informação pro irmão/irmã que precisa saber e contribuir no processo de esclarecimento? E que o projeto de não matar animais, contra o abate de animais, tá querendo chegar onde? Em nós, de religião de matriz africana, que nós que praticamos sacrifício com animal... “Ah, e tu não come, não?”. “Ah, não, é diferente”. Fazer oferenda pra Mãe Iemanjá, polui? Mamãe Estela de Oxóssi fez uma campanha a dois ou mais anos, “vamos fazer oferenda nas águas, mas com o cuidado ambiental”, não vai atingir o sagrado, mas você vai botar um material que não vai ser um plástico, que vai demorar 100 anos pra se decompor.

É com essa consciência ambiental que tá sendo feito nos terreiros. É isso! Pra você não contribuir com esse mal pra nossa saúde, natureza. Isso sim! Agora retirar? Agora por que o que são essas igrejas, fundamentalistas, igreja de metrô, sei

lá, como é que pode existir uma Record? Os sindicatos denunciam, a Fenaj denuncia, vai pro Ministério Público, dali vai pro STF, e aí? É liberdade de expressão. Agora que todos os canais, sejam públicos ou privados, é um compromisso com a informação pública, e você não pode usar essa informação pra me agredir, me violentar, me ofender, agora você fala da sua, a igreja da Record, que tira do seu Sindicato dos Jornalistas, tem denúncia.

Mas não segura a onda, nós jornalistas não seguramos. O jornalista informado e aceita? Ah, sim, porque tem que ter mercado de trabalho, Jacira. O assédio sexual e moral no exercício profissional? Eu sei que sofri, assédio sexual. Corri atrás da mesa, enquanto era revisora, estudando comunicação, ia lá pra redação, que só tinha televisão lá em cima, e tava na época do homem ir à lua. O editor tava lá, e eu ia sempre querendo me informar das coisas, ia lá pra cima quando já tinha terminado as coisas. Durante a história não rolava nada, depois um deles ficava me perturbando. Eu pensava assim: “branco do olho azul?”. Eu sempre levando na brincadeira, na amizade, sempre, até o dia que ele veio de “vem cá”, querendo, você vê se eu fico muda quando acontece essas coisas? Ele veio, e eu falei “qual é?”. Ele fazia assim: “o que é isso? Você é tão linda”, e eu correndo em volta da mesa. Uma vez. Aí eu desci rapidão.

Voltei outra vez, ele tava lá de novo. Na terceira vez, depois de correr, eu parei, fiquei quieta, falei “O que é? Vai fazer o quê? Porque se tu mexer em mim, eu vou gritar e vou te denunciar.” Em toda essa necessidade de enfrentamento, eu falei: “Faça, eu não vou sair daqui, eu não vou correr, eu vou te denunciar”. Sabe o que aconteceu? Quando eu fui presidenta do Sindicato, foi uma confusão, que eu nem queria ser. Depois que eles viram que era uma colega mulher, disseram: “você não tem perfil, não é branca, é negra, é pobre, mora no Riacho Fundo, você não tem carro, não mora no Lago, não tem perfil, e você é revisora.” Que ainda tem essa discriminação dentro da profissão, que tem revisor e tem jornalista mesmo, né? Mas a função é revisora.

Eu falei: “ah, é? Então agora eu quero ser”. Eu sou muito disso, assim. Vou ser promovida. “Ah não? Então agora a gente quer”. E é isso que a população negra diz, historicamente. Com esse homem jornalista, quando eu fui pra essa presidência, ele falou “que bom, Jacira, que você tá lá. Mas se prepara mais, vai fazer um doutorado, um mestrado.” Pra eles me aceitarem, entendeu? Porque eu só tinha a

graduação. Eu não entendia a dimensão do que ele tava dizendo. Falei: “ah, qual é? Esses profissionais que não se assumem como trabalhador, trabalhadora, nada, não respeitam o movimento sindical”, mas não tava na essência do que ele tava dizendo. Depois que bateu e eu pensei: “Ele tava me dizendo que eu tenho que ter mais títulos pra ser mais respeitada.” Depois, quando ele ficou doente, eu já era presidenta do sindicato, ele me chama e diz “Olha, o que eu te disse, o que eu falei, você tá sendo nossa representante, de fato”. Ele teve o reconhecimento de entender a prática racista, machista dele, ainda em vida

Sabe quem foi Ari Cunha? É o cofundador do Correio Braziliense. Meu pai foi pedir emprego pra ele, meu pai foi lá e bateu na porta: “Tenho duas filhas e preciso de um emprego pra elas”. Meu pai que arrumou o emprego no Correio Braziliense com Ari Cunha, então eu tinha que correr e agradecer a ele. Depois, mais velha, eu fui denunciar a precariedade, eu enquanto jornalista, não era presidenta, mas tava na diretoria. Quando o Ari Cunha era editor geral, ele tinha uma coluna onde ficou por mais de 40 anos, 50 anos, numa edição, um jornalista reproduziu uma piadinha com cunho racista contra uma candidata. Nós pegamos essa nota, enquanto movimento negro, que tem que ser colocado na comissão de ética, fizemos uma denúncia, botamos no sindicato dos jornalistas e de lá foi pra imprensa, ela ignora. Fomos ao Ministério Público, levamos o Correio Braziliense para os tribunais, para responder àquela pratica racista. Lembrando aqui comigo, eu penso: “menina, o homem me deu meu primeiro emprego, mas eu quero lá saber?” Meu pai tava vivo, ainda. Nós levamos, e quando eu tô lá no tribunal, passei lá e tava o diretor, e ele: “é, dona Jacira”. Eu falei: “tudo bem, boa tarde”, tudo homem branco, cara, não tinha um homem negro nem uma mulher negra.

Isso que a gente tem de entender, que nós estamos repetindo, e com o movimento de impeachment da Dilma, dos processos, como é a força do movimento social, cara. Nós temos uma força que a gente não tem noção.

O sindicato dos jornalistas do Distrito Federal teve essa política importante, a Cojira, nós tivemos agora, 2 anos atrás, acolhemos uma denúncia da matéria do editor de economia, ele fez uma matéria há uns 2 anos, sobre como no final do ano, 31 de dezembro, faz oferenda na prainha dos orixás, fez também uma matéria dizendo que a religiosidade de matriz africana se torna muito cara pra você chegar à feitura, e não ouviu as pessoas. Ele tava falando sobre como as religiões movem a

economia. Ouviu babalorixás, ialorixás, dizendo “Quanto você gastou com a feitura? 20 mil? 30 mil? Pois é, como que pode uma pessoa praticante da religião de matriz africana fazer a feitura com esse valor exorbitante?”. a gente foi na Cojira, eu, Juliana Nunes, ela é da religiosidade, também, foi jornalista da EBC, ela é de rádio, tá? Radiojornalismo. Nós fomos, ela que era diretora, nessa da religiosidade, a diretora do Sindicato, e nós éramos da Cojira, e ela da Cojira e também diretora. Sentamos com Ana Dubeux junto com o Vicente, que era o editor, e nós colocamos o que aconteceu, porque não damos conta de 15 em 15 dias ter uma matéria alusiva à questão racial na página de opinião, e eles quiseram nos convencer que o viés da matéria tinha cunho racial.

Outra intervenção que a gente faz é na carta do leitor. Muita gente hoje nesse trabalho do movimento negro brasileiro fez com que essas pessoas denunciem esse racismo que elas estão sofrendo onde elas estão, que é no mundo do futebol, que é no mundo da mulher negra e lésbica, por sua orientação sexual, que é aquela que foi a campeã da luta de boxe.

A dificuldade que nós profissionais de comunicação temos em tratar isso, e dentro do movimento negro tem essas pautas específicas, também. Como da mulher, como dos LGBTs, então hoje temos os grupos e coordenações de LGBTs, mulheres, quilombolas, da religiosidade. Consideram que a gente tá dividindo muito, esfacela muito, mas hoje eu já entendo que vocês precisam falar entre vocês, entre os pares, pra gente ficar mais forte, consolidado. Não é que tirou daqui e botou ali, é o simultâneo, pra você ir se fortalecendo mais. Então nós também, enquanto Cojira, sindicato, fizemos e estamos fazendo uma aproximação dos estudantes de comunicação, sabe?

Direitos humanos que você tá, e eu não falei em nenhum momento sobre direitos humanos, você viu, porque é um guarda-chuva. Nós, direitos humanos, eu teimo com você que temos que humanizar a humanidade. Direitos humanos, a luta antirracista, anti tudo, todo tipo de discriminação, a luta por todos esses direitos é humana. E tem direito do animal, do cachorro, do gato... o direito humano que tá colocado não tem nada de inocente, ele é pensado, é orquestrado, pra dizer que direitos humanos é pra bandido. Pra tirar do lugar. Marielle, que é deputada, assassinada, que era uma voz pra garantir esses direitos humanos, e ela é retirada da forma violenta. No Encontro de Mulheres Negras a gente falou com a irmã dela, e

ela tava dizendo: “ninguém pergunta como nós estamos vivendo”. É uma família pobre do Rio de Janeiro, mas os pais fizeram de tudo. Teve experiência. A irmã lançou um livro das memórias da Marielle, e nós começamos a dizer: “sai dessa coisa de política, né? Você pode fazer um grande trabalho com o legado dela, de referência, que ela pegou de outras antes dela, e agora ela tá sendo posterior”.

E chega-se ao ponto: isso é golpe, e é ditadura, e é violência da liberdade de ir e vir, porque ela tá num lugar em que eu considero que não deveria estar. O PSOL, como partidário, muita gente do partido e de fora tá dizendo que tão usando a morte dela, e tá tendo muita coisa mesmo, oportunismo.

Dizemos que essa comunicação pública é nossa, existe uma lei que protege que a comunicação tem que ser plural, democrática, regionalizada, e que nós negros e negras precisamos estar atentos a essa pauta, precisamos acompanhar todos os movimentos pela democratização dos meios de comunicação, para que as nossas pautas tenham o mesmo tratamento das demais, de economia, de educação, de saúde. Que não seja uma pauta secundarizada, tenha um tratamento jornalístico igual aos demais assuntos.

Nós somos sujeitos políticos e somos consumidores, compramos sabonete, alimento, informação, livros, somos leitores e precisamos ter o mesmo tratamento da imprensa brasileira, não queremos e não podemos, temos que sair das páginas policiais tão somente. E que precisam ser ouvidas, terem um lugar de fala das lideranças negras e das pessoas que estão nesse processo de combate ao racismo, ao machismo, e não só uma frase. É conhecer, ter tempo igual na televisão, na rádio, nas redes sociais, quer dizer, porque querem acabar com a internet? Porque foi um processo democrático que conseguimos atingir, mas que lá nos recônditos não chega o sinal.

E é essa a importância da rádio, da TV comunitária, e você, jornalista, estudante de direitos humanos, precisa ter esse olhar com todas essas lutas, essas causas, um olhar de comprometimento, de contribuição, pra transformar, que a partir de você, estudante e profissional, que faz parte da sociedade! Você é alheia a ela? Você, comunicador, você não é trabalhador? Você, professor, não é trabalhador? Você tem que ter um acordo coletivo no mínimo de ter um salário básico digno, porque você tem uma profissão estressante, que tem uma cobrança eterna, uma profissão que tem tensões, tem problemas de saúde mental, de alcoolismo, de

depressão, e que precisa do movimento sindical. Nós, enquanto sindicato, temos uma pasta, que é a que eu tô ocupando hoje, que é a de condições de trabalho e qualidade de vida do profissional de comunicação, pra que ele possa ter condições de escrever, trazer essa informação. Essa informação traz a trajetória de uma pessoa, você se envolve, e você tem que separar do emocional para o profissional, e isso como outras profissões, como serviço social, outras também, mas o jornalismo te diz, ele tem que escrever o que o médico tá passando, a falta de atendimento na saúde, na educação, todas as áreas, ele tem que trazer isso como informação. E tem que ter a sensibilidade de trazer essa informação humanizada. Não é que na área de economia você não precise do olhar de humanização. É que nós, por essa liberdade de expressão, nós, população negra dizemos basta a esse processo de discriminação étnico-racial, e nós temos e exigimos direitos e oportunidades iguais!

N: Eu queria saber um pouco se você vê alguma diferença de como a militância se articula hoje e como ela se articulava na época da ditadura.

J: Tinham mais cuidados, né? Durante a ditadura nós íamos pra uma sala bem escondidinha, onde nós estávamos, tem que ser esse cuidado, íamos quatro, tinha que ter a segurança, nós mesmos fazíamos a segurança, entre nós. Por exemplo, nós aqui em Brasília tivemos a festa Azeviche, era uma festa no 20 de novembro, típica de nós. A música e a comida ainda não eram bem afrobrasileiras, mas reuníamos negros e não-negros e tínhamos que ter uma segurança, não essa institucional, por que ela nos batia. Saía muito negro junto, então “que parada é essa? Como? Que motim é esse?”. Então a nossa forma de organização tinha esse cuidado.

No Encontro de mulheres negras, agora, tivemos esse cuidado. Esse processo do golpe que estamos vivenciando, na época era também. Os documentos, congressos de Movimento Negro Unificado, vários, era com uma segurança, vamos dizer, disfarçado e tal, mas tinha que ter segurança. O quê e como escrevia, onde era arquivado, tínhamos cuidado com a infiltração, porque todo movimento social tinha essa infiltração. E hoje, qual o cuidado? Hoje o cuidado é com as redes sociais, porque ali tá falando onde, como, o que quer, muito no anonimato, mas tem afora uma legislação de crime cibernético.

Por exemplo, quando fazemos um ato público, como a criação do MNU em plena ditadura militar, tinha que ter cuidados. Sumiram pessoas, como é que é? Abdias do Nascimento e outros que foram presos, outros que a gente nem sabia que foram pessoas no anonimato, e no Distrito Federal, por ser capital, mais ainda. Por exemplo, nós fazíamos as reuniões ali no CONIC, nós só saímos e voltávamos em grupo. “Mas vocês já foram abordados porque tavam fazendo reunião? Bateram na porta?”. O MNU, nós do movimento negro, nunca fomos a grande preocupação do Estado pra abalar a segurança do Estado.

O negro era preocupante como um movimento de esquerda do qual nós participávamos, tivemos nesse processo da ditadura e da escravidão, como os quilombos foram fuzilados, qualquer manifestação, éramos aprisionados. A Marcha Zumbi dos Palmares, que foi a primeira, e trouxemos 20 mil pessoas para a Esplanada dos Ministérios, constituída pelo MNU, pelo movimento sindical, pelo de mulheres, era aquela tropa de polícia. Foi armado, como se tivéssemos arrumando confusão. Durante a marcha, tivemos alguns incidentes. Eu tava vendo umas fotos, nós mulheres, éramos: eu do movimento negro, que tava grávida, Arlete Sampaio, mais não sei quem.

Na foto das mulheres, polícia que não dava mais, mais do que manifestante. Agora eu, a minha atitude, eles tinham que tomar cuidado comigo, eu chegava perto dos policiais e falava “você é policial negro, o que tu vai fazer, você não vai fazer nada, né?”. Eles assentiam e diziam “É isso mesmo”. Você toma cuidado, né? Na marcha Zumbi dos Palmares eu fiquei em transe, ficava lá embaixo, eu era presidenta do sindicato e fizemos um trabalho muito legal nos meios de comunicação, fizemos um material publicitário para rádio e TV e fomos levar nas manifestações. Durante a marcha foi um momento histórico pra mim, uma energia pura, plena liberdade, ia pra um lado, pro outro, e o pessoal pedindo calma. Mas essa minha abordagem com os policiais aqui no Distrito Federal, eu sempre chegava próxima, muitas vezes fui afoita.

Nós temos que registrar que a nossa primeira marcha foi a primeira marcha mundial, não brasileira, de mulheres contra o racismo, a violência. Ali, a questão da segurança foi falha, teve aquele aparato, mas a gente chegando ali no Congresso eu estava no chão, no início da marcha a gente tava no Buriti ainda, e eu usei o carro de som pra fazer as falas, depois fui acompanhar no chão que era o melhor. Quando

chegamos na frente do Congresso Nacional, tava aquela confusão, corre pra lá e pra cá, e nós estávamos vindo, um grupo de mulheres cantando cantigas e rezas de religiosidade africana, e nesse momento estávamos cantando pra Papai Xangô, que é o da justiça, eu tava toda envolvida, quando eu escuto um corre pra lá e pra cá e eu vou chegando, porque sou assim.

Estamos na organização, Brasília, Movimento Negro Unificado, Frente das Mulheres Negras, não podíamos ignorar nada. Quando vou chegando, vejo um homem branco de camisa e os policiais, a juventude já em cima dele. O carro de som passa mais à frente e ficamos sabendo que ele agride, tava com a camisa e nos afrontando, dizendo que mulheres negras eram prostitutas, filhas da puta, agredindo... era um fascista, né? Que eu não usei nenhum termo desse, mas todas as lutas contra a liberdade de expressão do povo brasileiro são fascistas.

Foi rapidão, as advogadas, na hora que eu tô chegando na porta, vejo ele entrando no carro da rádio patrulha. Foi aumentando uma tristeza profunda, você não pode deixar um movimento de 30 mil mulheres, o calor já tava vindo, a gente não ia voltar a pé, era de ônibus. Agravou mais ainda, mulheres passando mal, não só por causa do clima, mas por causa da agressão desse homem. A gente teve que assumir o carro de som, e fomos voltando pro Buriti. E fomos falando no carro de som, e as mulheres foram resistência até chegarmos de volta no Buriti.

A abordagem policial nos violenta muito, que é um termo de segurança que separa a pista, mas também está num grau de vulnerabilidade. Outra abordagem que foi truculenta da segurança: naqueles dois julgamentos do impeachment da Dilma, que separa lados e tem que revistar, foi um dos momentos em que a gente se sente muito violentada no nosso direito de expressão. Mas também, já tive policiais que chegaram junto.

A própria truculência com os profissionais de comunicação, que eu geralmente tô como militante, não como profissional de comunicação, mas eu enquanto sindicalista, tenho um olhar também de que teve muitas agressões aos profissionais, e nós do movimento social, também. Nós somos trabalhadores e trabalhadoras, seres humanos reivindicando nossos direitos, né? E nós somos os inimigos? Agora você que bota o infiltrado lá dentro dos atos, quebra tudo, quer o vandalismo, então todo mundo é vândalo.

Quando eu vejo homens, homens negros, alienados nesse sentido, vem os “bolsomito” negros. Eu tinha muito de falar que, se eu for furtada, se alguém me roubar, se for negro eu vou falar “Não, você é negro, você é meu irmão”. Eu não sei se no momento eu ainda vou fazer isso, de tão naturalizada que tá a violência.

Eu gostaria de estar falando desse tráfico de drogas, colado com a segurança. Nós vamos ter segurança quando combatermos também o tráfico de drogas. Só que o tráfico é com esse colarinho branco rico que botam os negros pra serem os aviões, e porque eles não têm a vaga no mercado de trabalho digna. No momento que sai essa criança, esse adolescente, quando ele consegue estudar, há 5 anos ele ganhava 100 reais por dia. Ele ganha mais por dia do que um salário mínimo e ele considera esse trabalho mais fácil, mas o que tá em jogo é a vida dele, o tempo inteiro. E nós aqui na Praia Verde fizemos esse trabalho com meninos e meninas de rua, de 12 a 18 anos, que pela música, eles aprendendo percussão, elevaram sua autoestima, viram que podiam ser alguém com visibilidade e protagonismo sendo autores, compositores, cantores, ritmistas, serem olhados como profissionais da música e não como moradores de rua, como usuários de droga.

O Chico Piauí com esse trabalho da Praia Verde que eu fazia parte, tivemos apoio, o primeiro apoio pra formar esse grupo musical foi da Polícia Civil. Trabalhadores da Polícia Civil. A gente ficava desconfiada também, né? Aí que a gente vem entender, também, que não pode generalizar tudo. Tem general, tem gente que tá nas Forças Armadas, que são contra toda essa truculência, todo esse armamento, aquela luta do plebiscito, ou arma ou desarma a população, é onde a questão da pena de morte, estivemos muito presentes nesse debate, porque quem é o alvo da pena de morte? Então esse tratamento, o olhar da segurança conosco, o movimento social, o movimento negro, é preocupante até hoje. Não confiamos. Porque é plantado alguma coisa, eram documentos roubados, eram falas distorcidas, então sempre tivemos cuidados com a segurança. A truculência, a não-liberdade de expressão é violenta em qualquer situação. O cerceamento da nossa manifestação pública é uma violência aos direitos humanos. Teve em outros estados também. Nós estamos no Distrito Federal mas tivemos, né?

Óbvio que quando você tá falando com multidões, tem que ter os cuidados, até pra exercer nossa profissão, do jornalista, do médico, temos que ter esse aparato porque tem doido pra tudo. A gente entende, é necessário, tem doido pra

tudo, mas dentro do limite, né? Agora você cercear o microfone, chegar em tal horário, só anda aqui... como é que pode? Isso é cerceamento do nosso ir e vir, então nesse momento é importante a gente estar buscando, lutando para que o nosso direito seja respeitado, no sentido...

N: E como é que era a relação do MNU logo que ele surgiu e do CEAB com os outros movimentos sociais? Tinha alguma relação?

J: Tem, tem sim. A gente fazia muitas atividades conjuntas, organizávamos, por exemplo, o 20 de novembro fazíamos com várias entidades. MNU, CEAB, outras que tinham na época. E tinham pessoas que não participavam de nenhuma entidade, chamávamos de independentes. Todos nos reuníamos, fazíamos um fórum pra tirar uma programação única pro 20 de novembro, o 13 de maio, um ato de repúdio de grande dimensão. Todas essas entidades se uniam pra pensar nessa programação e colocar o que fazer, horário, tivemos muito apoio do movimento sindical, como o Sindicato dos Professores (SINPRO), que foi um dos sindicatos que mais apoiou a nossa luta com a questão logística, até uma grande vitória do movimento foi que o movimento sindical crie nas suas instâncias sindicais, pautas da temática étnico-racial, então o SINPRO, no jornalismo nós temos, os trabalhadores da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), dentro dos partidos, dentro das dos movimentos e das centrais sindicais.

É um grande avanço que podemos considerar que temos. São células, ainda. São coordenações de departamento, mas que garantem que a gente possa desenvolver essa política específica. Então o MNU nunca foi isolado, e a proposta inicial sempre foi reunir todas aquelas entidades, umas saíram porque não condiziam com o perfil da nossa proposta, mas consideramos todas importantes e politizadas por meio da cultura, por exemplo, o que é por meio da cultura? A cultura é o nosso existir, o cartão de visita, é o postal, por exemplo do país Brasil, o que é que ele é? Quais são suas características? O samba? A música? A música clássica? E também tirar dessa folclorização. Não somos peça de museu pra ficar sendo, e também não podemos ser achincalhados por usar nossa roupa colorida, nosso turbante, que hoje é a grande discussão das mulheres negras. Não basta estar

vestido com uma roupa africana, mas que tem que ter uma consciência racial, mas que já contribui bastante e que temos que ter liberdade de vestir sem sofrer um ato de discriminação.

N: Isso mais com o diálogo com outras organizações que pautavam a questão racial, né? Mas com os movimentos de esquerda, como que era?

J: Esse foi também um grande desafio, e era porque nos outros movimentos de esquerda, essa questão racial, tem uns também que eram comunistas. Quando eu entrei, diziam que a nossa luta negra divide a luta de classes. A gente veio pra dizer que não, que a nossa luta também faz parte da luta pela liberdade, pelos direitos básicos do ser humano, que eles sejam respeitados, pra que a população negra onde ela estiver também seja tratada e vista, considerada e valorizada como um ser humano e toda sua potencialidade. Trouxe pra o movimento negro a luta de classes. Mas você sofre opressão, a gente falava que nem como trabalhador a gente nunca tem nada, que a gente sempre foi mais mão de obra escravocrata, mais-valia, então nós temos que vir pra essa esfera. Eu já fiz várias falas no 1º de maio dizendo que o primeiro trabalhador brasileiro foi o negro/negra, que vivia nessa condição de mais-valia, mas havia uma resistência e também muito dentro daquela ideologia, a luta ideológica de que Marx e Engels eram, tinha que resolver primeiro as sindicais pra depois resolver as outras questões, e a gente dizia que não. Que ou é junto, mas nunca vai ficar um primeiro, que não vai resolver.

Hoje eu exemplifico muito isso, que no lugar da condição econômica, mesmo, de vulnerabilidade, a pessoa não-negra sai de lá, tá resolvido o problema dela. Agora nós negros continuamos, que aí nós temos que provar que aquele carro zero é nosso, que a casa é nossa, então tá o tempo todo questionando, por que tu mora lá? Ou tu é empregada ou mordomo, ou você é motorista do dono da casa, ou você entrou no elevador de serviço porque você é um entregador, não é proprietário.

Enquanto ouvidora do GDF eu escutei um caso de uma senhora, servidora pública do Tribunal, que pra ela se manter proprietária do apartamento que ela comprou, ela não vivia dentro dele. Olha a violência! Ela viajava todos os anos, o tempo inteiro, eu falava “A senhora tem muito, né?”, e ela dizia “Não, é porque a discriminação que eu sofro, eu não aguento”. E aí trouxe pra lá, pra ouvidoria étnico-racial, pra ver como resolveria. E era de quem essa discriminação? De moradores,

do síndico, do visitante... Porque ela não tinha direito de ter um apartamento próprio na quadra 108 sul. E isso permanece.

Meu irmão, agora que eu tô falando com você, eu tô pensando. Ele casou, é casado com uma mulher branca, morou no Guará pequeno, teve filho, depois de muitos anos mudou pro Cruzeiro Novo, de lá foi pra Octogonal, não durou um ano. Falei “Por quê?”. Ele: “Não, porque não me senti bem”. Não se sentiu bem como? A discriminação... Ele é um negão, mulher branca, o filho saiu mais pra questão negra, eu falei “Ah, sei, é...”. Mudaram. Falaram que o aluguel tava caro, e é mesmo. E agora ele voltou pro apartamento no Guará, reformou todo, e agora tá me dizendo que quer voltar pro Cruzeiro Velho. Ele tá num processo existencial que ele tem que saber como ele tá. Do lado racial, ele tá começando a externar esse racial. Tá vindo esse racial, mas também tá vindo muito violento, como é, inicialmente. Mas o violento porque até você estar colocado, tem que dosar, saber, falar, e agora também outro processo é se ele tem direito de estar ali.

O Movimento Negro Unificado se relaciona com os demais, a gente coloca essa questão. E eu coloco mais ainda. Onde couber a questão racial, tô dentro. E se não couber, não estou. E se não estou, mais ainda, se não tiver eu vou quebrar a porta, arrombar a porta pra estar. Então, isso a gente falar é legal. Vou fazer, passar para o fazer. Você é taxada de todos os adjetivos: violenta, emocional, encenqueira, barraqueira, impaciente. Que é “mimimi”, o termo que vocês usam hoje.

E o Movimento Negro Unificado é uma organização em que a gente tá discutindo, e eu não falei em momento nenhum, a gente tá fazendo 40 anos. Fizemos em julho. Então tá sendo tratado durante o ano inteiro os 40 anos do MNU. E nesses 40 anos a gente tem orgulho porque a gente alterou, conseguiu contribuir com esse discurso midiático que existe e que precisamos... uma questão que parece menor, mas nada pra nós pode ser menor, tem que ter a mesma dimensão, e eu mesmo nas redações e com os editores, aquelas expressões racistas, lembra que existia? “A situação tá preta”, formas pejorativas e racistas, contribuímos muito também, que mais? Na saúde da população negra, o tratamento, a própria medicação, então nós finalizamos dizendo que consideramos também importantes as ações afirmativas. Aí dizem que é modelo americano, né? Que o Brasil não se adapta... Ontem mesmo, na reunião, uma jovem falou que aqui a realidade brasileira, que ela já teve outra realidade... eu falei “Ô, companheira, antes fosse”,

porque o racismo é universal. Ele não tem fronteiras. O machismo não tem fronteiras. Qualquer violência, eu fico indignada quando alguém diz: “ele é preto, é menos violento”. Menos violento? Não existe menos. Violência doméstica? Psicológica? Econômica? É menor que o que? Qual violência que é maior? Então, no meio eu falei que nós temos também que ver dessa forma.

Agora, fonte de recursos que existe para apoiar o movimento social, temos várias preocupações, também. De onde que saem essas fontes? A gente hoje tem recursos pra mulheres, instituições que têm esse recorte de gênero e racial, mas um grande avanço nosso foi o afroempreendedorismo. O que é isso? Não é bico, não é informal, não é subemprego. Nós queremos ser afroempreendedores no mesmo nível do empreendedor, do empresário, do microempresário. Por que não tem uma elite negra? A gente não pode ignorar. E tem aquela elite negra que é histórica, essa lavagem cerebral, essa falsa democracia racial que diz pra aquela família negra que teve uma condição, que ele não tem que participar disso, não. Que ele tem que ir pelo esforço, pelo estudo, ser o melhor, tirar 10, mudar a aparência.

Eu estive ontem com esse meu irmão almoçando, e ele disse assim pra essa minha irmã, a 3ª, ela vê minhas fotos e diz: “ela tá arrumadinha”. A minha irmã! A terceira irmã! Porque sempre aprenderam que têm que ganhar pela aparência pra serem aceitas nesse mundo, nessa sociedade racista e machista, e quanto mais me esculachavam, eu queria mesmo. Então foi dobrado o que eu sofri de discriminação porque eu não concordava com isso, não concordo, e aí nós somos sempre, acordamos, e durante o decorrer do dia, e vamos adormecer, sempre comprovando a nossa capacidade e o direito de existir. Então, “trança, caraca, botar trança no cabelo! Que maravilha!”, e aí tem uma outra leitura, que aí as mulheres negras africanas, aí meu deus... uma ducha fria, né? Mas aí depois também você pensa que a consciência não tá no cabelo, tá dentro da consciência. Mas tem o estereótipo, tem depoimentos de mulheres negras falando do MNU: “eu não fui pra lá porque eu alisava o cabelo”. Mas porque não foi lá pra dentro pra dizer por que alisava, pra que alisava, que tinha direito de ficar lá?

O MNU também reproduziu as formas de discriminar. Até hoje reproduz. Até hoje a gente escuta “o MNU é muito radical”. Aí essa palavra, radical, tirar do lugar o que o outro põe no lugar. Nós entendemos e falamos “somos mesmo. Somos mesmo radicais no que a gente acredita. Na nossa verdade de existir, no direito que

a gente tá dizendo. Que a gente precisa parecer com o outro pra você me aceitar. E nós mesmos nos aceitarmos. Porque vocês disseram que somos feios, burros e incapazes.”. É isso que nós estamos dizendo. Esse radical, sim, nós somos radicais. Mas nós não somos intransigentes. Porque a gente convive e tem cuidado pra não reproduzir, né?

Meu neto ia ter o 20 de novembro na escola dele, ai eu queria fazer um debate, sugeri pros professores, mas a gente não sabe como o professor pensa. A gente faz as atividades nas escolas e as escolas fazem e nos convidam, mas com os alunos. A gente não sabe como o professor pensa, como ele age em sala de aula. Nas atitudes que são trazidas e vivenciadas por eles em sala de aula. Porque o próximo convívio de nós com a criança é a escola. Quando ele vai pra escola. Depois da família, se ela tem uma família estruturada. É ali que a gente se abre, com a professora, que faz as primeiras revelações... e como tá esse professor? Ele também tem que ser preparado, ele também é fruto dessa sociedade, da mesma que discrimina e é discriminada. Eles disseram que não tinha tempo, que já tava perto de entregar os pontos, os planos de aula. Eu falei: “me aguarde”. Então é algo do racismo, essa questão racial.

Também tem a diferença do que é racismo, o que é discriminação racial, e eu não entendia. O que é discriminação... foi muito nesse processo de cotas raciais. Uma expressão que eu não consegui entender. Discriminação positiva eu vim entender depois, que é pra separar como é a nossa luta do geral, mas até entender isso é um processo que você tem que ter muita leitura. E dentro da academia como é que isso se trata?

Eu queria, como a Cojira, a gente vai conversar com você, você como jornalista, de comunicação, nós temos que conversar porque você precisa nos trazer também.

O movimento negro sempre teve parcerias, sempre entendemos que tínhamos que ter aliados, mas que tinha coordenação nossa. Porque fomos muitos analisados, avaliados cientificamente, biologicamente, sociologicamente, importante. Ativistas, militantes, mas é nós. Falando errando, falhando concordância, falando “nóis vai, nóis foi”, mas a vivência é nossa. E de jovens, a mesma coisa. E da geracional a mesma coisa. Porque dizem que quando a gente entra novo, nós todos fomos jovens, juventude é usada e questiona, é o nosso direito, mas jamais

podemos desrespeitar essa trajetória dos que vêm antes, dos que estão conosco e dos que virão.

Com a juventude negra, eu achei interessante esse debate, vamos fazer pro futuro. Não! Que futuro? O futuro é agora. Deixamos a sociedade com menos exclusão, menos racismo... E eu falava, e nos falávamos: “pros nossos netos”. Pra mim também! Pra minha mãe, pro meu pai, e toda ancestralidade e a espiritualidade, dentro da religiosidade de matriz africana, e todas as religiões, desde que respeitem uma à outra. Mas não precisa dizer que a minha é “demônio” e a sua “salvação”, nem dizer também que Deus é o único. Eu não sei se Deus é o único! Porque o que eu cultuo dentro da religião de matriz africana é essa arvore, é o ar, é a terra, é o vento, é a água, então, e aí? Isso é o fundamento de outras religiões, de outras formas.

Diferenciar religiosidade de religião, de espiritualidade, mas sempre pra não dar o devido valor que é a grande humanização dos berços da mãe África. E a letra do Chico César, “mama África”, você vê que é um barato pesquisar, né? Pesquisadora que você vai se tornar, está sendo aí no seu objeto de estudo, como é que é. No Piauí acharam um crânio, né? Piauí, estado brasileiro, economicamente um nada, mas intelectualmente um tudo, o Nordeste, o Norte, sai do centro aqui. Por que isso tudo? Porque aqui embaixo é influência europeia, né? E lé em cima? Quem? Então tudo, nada é por acaso. Incrível, você ter esse cuidado como ver a importância da geografia. Eu fui conhecer o Milton Santos, eu, militante, ativista, só vim conhecer depois que o homem foi embora, eu não sabia. Que ele era geógrafo. Eu conheço um geógrafo aqui que é o Rafael, eram dois negros na UnB, que participam do nosso Movimento Negro Unificado, que a gente fez um curso de formação e debate com os estudantes universitários, o MNU promoveu e eles vieram com a geografia e o quanto que ela é excludente, discriminatória e racista.

Com a demarcação, com o direito a terras quilombolas, isso se torna contemporâneo e mais presente hoje, essa discriminação... fora a parte urbanista, moramos na periferia, sem nada, a grande maioria.

Agora, da religiosidade de matriz africana, porque que há tanta discriminação? Porque elas estão onde? Os templos, as roças, os terreiros, os ilês, estão localizados onde? Eles tão dentro da cidade? Eles tavam fora da cidade! A cidade que veio pra onde eles estavam e empurram eles. Eles que estão com a

mesma coisa da população indígena. Eles que são os invasores? Quem é o invasor? Quem tem direito a essa terra? E aí, você indo numa roça, num terreiro, num ilê, e vê as mães de santo, que a grande maioria hoje são brancas, não negros e negras, violentando o nosso sagrado, a nossa história, e vêm com a Bíblia e jogam aqui dentro, e fazem o culto na frente do nosso terreiro, e pra nós eles impõem a lei do silêncio.

É tudo desigual e está chegando ao ponto do escancaramento desse ódio racial. Não estão medindo palavras, não estão medindo mais atos. Porque antes era hipocrisia, fascismo mascarado. Agora eu tô atrás da internet, tu não tá me vendo, eu digo o que eu quero, e presencialmente eu parto também pra agressão. Quando você disse que a gente sofreu atos de polícia, tivemos de pessoas também. Por exemplo, na rodoviária, que é um lugar que a gente escolhe sempre pra fazer, porque passam 15 mil pessoas por dia e o ato de entregar nosso panfleto, nossa informação com dados e tudo, você pode ver.

Lógico, pego se eu quiser, direito meu, mas a gente sempre teve cuidado na abordagem de te entregar. “Olha, nós estamos aqui nessa data, vamos ter uma atividade”, aí você passa rapidinho mas lê durante a viagem no ônibus, debate com sua família, não joga fora, vê que é importante e tal. Então a gente tratava assim, mas também havia e há resistência. Ali na Praça dos Palmares, a conquista daquela praça que é um espaço de resistência, nós em Brasília, no DF, foi criada pela CUT nos 300 anos de Zumbi, que foi criada aquela praça. Tem dentro da CUT a criação, nós também temos um pleito pra ser Praça Zumbi e Dandara, já foi aprovado nesse governo que passou, começou com o Agnelo e finaliza nesse, vamos ver como vai se chegar a isso ser concreto.

Se tornou uma coisa muito interessante, que nós na luta contra o racismo não excluímos outras lutas, como fazem com a gente. Por exemplo, a Praça Zumbi não é para negros e negras fazerem suas manifestações, é pra todos que precisarem. Mas é um espaço de liberdade. E todos os movimentos sociais, juventude, hip hop, musicalmente, né? A nossa filha Nanã Matos, que os mesmos trabalhos dela musicais com a irmã Akotirene, que eram os 20 de novembro, foram feitos na Praça Zumbi dos Palmares.

Ali que elas começam a tocar com ele, o pai, começam aqui os ensaios nesse espaço. Então são referências que a gente tem que ter na sociedade, pra que

a sociedade conheça a nossa história, precisa consolidar o museu do negro em Brasília, que já tem uma história com o outro governador, que começou com o Cristovam [Buarque], Agnelo [Queiroz] reservou o espaço pra ter o museu, porque na Bahia tem um espaço afrobrasileiro, algo assim, também. Com o [Rodrigo] Rollemberg não sei o que avançou, agora esse cara que assumiu já disse que não vai ter nada.

Mas precisamos do movimento social atento pra fazer seu papel de controle social, pra garantir que as políticas públicas não tenham retrocesso. Chegamos num ponto em que não temos nem como acrescentar, e sim lutar pela manutenção desses avanços e políticas públicas que nós conseguimos consolidar no Estado, como cotas raciais, direito à terra para os quilombolas, como a saúde da população negra que tá engavetada, como a juventude viva que nós queremos e as vidas negras importam, com essas questões que não são nem bandeiras panfletárias, que por isso precisam se tornar políticas públicas permanentes.

O nosso papel como movimento social é esse, e que ditadura militar jamais e nunca mais, e a gente tá propenso, estamos atentos com esse governo que foi eleito numa maioria de militares, instituindo um governo militar. A sociedade diz que precisa de Polícia pro Brasil ter ordem, que o Brasil tá uma bagunça, e depois do governo de Lula e Dilma o Brasil virou um caos. Então porque um caos? Porque olhou pro negro, pra negra, população com deficiência, cuidou e garantiu minimamente política para essas nossas comunidades que são historicamente discriminadas. Então precisamos nos unir todos e todas para garantir o Brasil, com sua democracia bem recente.

A comunicação é importante, e nós não temos essa comunicação. E os sindicatos precisam, e você vê que ele tá num processo de desestabilização, onde ele tira a contribuição sindical, pra governar pro empresariado rico e branco, pra reestabelecer o regime militar de medo e ódio e nós, enquanto sociedade, estamos doentes, mas esse doente de adormecidas e assustadas, mas precisamos levantar. Precisamos resistir. Porque nós, negros, nunca saímos dessa condição de resistência, mas estamos cansados. Cansados, mas não derrotados. Precisamos que as organizações políticas do grupo social também assumam seus papéis. Porque nós fizemos um encontro agora, e isso trouxe, voltou e fez a gente fazer essa leitura. Nós botamos em Goiás 900 mulheres. Com recursos de ida e vinda

delas, nossas, com apoios internacionais e da CUT e do Sindicato. Então nós fizemos sempre assim, não precisamos de dinheiro de Governo pra organizar nossa luta. Temos condições plenas de organizarmos nossas próprias lutas com parcerias, aliados e alianças, nacionais e internacionais.

N: Agora eu queria saber um pouquinho de como eram pautadas as questões raciais nos jornais... você trabalhou no Correio Braziliense, né?

J: É, um ano ne? Só foi o tempo do período de mandato sindical, porque eu acho engraçado. Me formo, mas passo muito tempo trabalhando com revisão, mas na redação, como repórter foi um ano. E aí eu entro pro MEC, porque assim, saí do Correio, fui pra gráfica do Senado ainda como digitadora e saí da gráfica pra terminar a graduação. Porque eu tinha que estudar sábado, e na gráfica todo mundo achava um absurdo eu largar um bom salário, mas eu não tava mais afim.

Saí, termino comunicação e fico um ano sem fazer nada, que beleza. Lógico que depois você sente. Depois fui pro MEC, da educação eu volto pro Correio. Eu trabalhei lá três vezes, e as pautas da questão racial eu faço nesse período todo, enquanto militante do movimento negro, todos esses períodos, desde 1971, 1981 aqui em Brasília eu não paro em nenhum momento. Só quando tô grávida, casei, fui mãe.

Mas assim, e como era levar essa pauta pras redações? Era o que eu tô te falando, o movimento negro montava seu evento, já tinha email, a gente ia ou pessoalmente marcava na editoria, entregava nosso release ou eles nos entrevistavam, e saía a matéria. Pedíamos muita cobertura jornalística no momento do ato, dos nossos eventos. Agora uma coisa impressionante, posso tá falando mais comigo e com nossa época, mas tinha mais espaço do que tem hoje. Pra pauta da temática racial, e agora que pauta era essa? Era cultural? Era. Eventos, debates, que eles chamam cultural e não é, mas era político. Era debate.

Hoje eu acho que sei responder, porque com as redes sociais a gente não depende mais da imprensa pra se mobilizar, porque a imprensa naquela época era pra divulgar, pra mobilização tinha que ser outro tipo, a gente não contava com ela. A rede social vem pra nos mobilizar, acho que essa é a diferença. A gente hoje não fica refém dessa imprensa tradicional. Mas tudo bem, nós levávamos o material de divulgação e conversávamos, como eu era a jornalista, eu ficava mais na parte de

comunicação. Levava, tinha jornalista lá, já ficavam: “lá vem a Jacira com as pautas dela”. Eu dizia: “dela ou nossa?”. Já começava o trabalho daí. E tinha jornalistas negros e negras que não sabiam nem quem eles eram, não tinha ainda essa autoafirmação. Teve um que veio implicar, eu falava do que se tratava, ia pro debate. Veio um: “ah, vocês ficam se preocupando com coisa pequena...”, eu lembro disso! As expressões racistas e machistas. Falava que isso não ia alterar nenhuma luta e eu dizia “você que acha, você que pensa”.

Dos pequenos frascos vem os grandes perfumes, pois é, nossa luta é igual. E você, jornalista, tem que entender que não pode permitir uma manchete, uma matéria que reproduz esse machismo, tem que tá atento. A gente tinha esse cuidado. O aproveitamento da matéria era dado, e muitas das vezes até a cobertura no dia. Mas assim, um caso de repercussão nacional e internacional, pra gente se tornar fonte como entidades negras pro jornalismo veio aos poucos. Mas hoje ainda é muito aquém.

Saiu agora, não sei se foi garantia das cotas raciais, porque Dilma fez as cotas raciais no serviço público, ai depois tinha que levar pro Supremo e queria ouvir os movimentos. A gente também tá meio “assim”, é importante nos ouvir, mas só quando querem/precisam? E quando a gente quer e precisa? E quando a gente precisa que a imprensa testemunhe e faça seu papel de um evento considerado internacional? Por exemplo, qual foi a cobertura do evento em Goiânia? Teve Angela Davis, uma atração internacional, ela é. Mas não teve uma coletiva nos meios de comunicação.

Tivemos Comitê de Direitos Humanos na Câmara, e aí nós do movimento negros, entidades, e principalmente o MNU, tivemos dois ou três anos do Movimento Negro Unificado do DF junto com a pauta da questão da adoção da lei dos métodos contraceptivos, que confunde muito com a lei do aborto. Foi um trabalho magnífico nosso, que se constituiu junto com o CFEMEA, só pra ficar colado com o Judiciário? Que é isso?

E nós tivemos um período de uma bancada negra que na época era Benedita, Carlos Alberto, Luiz Alberto, tivemos parlamentares negros que são/eram militantes e tiveram um trabalho importante no Congresso, pra nos dizer que os processos precisavam ser melhorados, engavetados, criados. Então a pauta que a gente considera pra ser divulgada e denunciada pela imprensa brasileira, tivemos

algumas outras, por exemplo: a campanha de Mumia Abu-Jamal foi belíssima, importantíssima, com a Anistia Internacional, tivemos espaço na imprensa, mas nunca o satisfatório.

Nós temos nessas 15 propostas que foram aprovadas na Conferência Nacional de Comunicação, e na Conferência Nacional pela Promoção da Igualdade Racial, era o Observatório da Imprensa. Mas uma coisa, nós somos poucos que estamos envolvidos na área de comunicação e se faz muito necessário. É imprescindível pra que nossa divulgação do movimento social não fique refém dessa imprensa. Sabe como eles dirigem a imprensa, né? O MST fez uma formação. Por isso que eles não querem mexer com o MST. O movimento negro precisa se capacitar em muitas áreas estratégicas, e aí nós do MNU fizemos encontro LGBT, encontro do negro no mercado de trabalho, e agora precisamos de fazer um da comunicação. E a gente vai fazer do movimento negro no Brasil, que nós já temos muitos profissionais com várias linguagens, com o audiovisual e o ciberativismo, que eu não domino, estou desatualizada, vocês tão com tudo.

E aí você vai me dizer “Jacira, o Brasil tá fazendo sim”, mas eu tô falando de Brasília. “Mas Jacira, você não tá no sindicato? Porque não puxa um encontro sindical distrital?” É pela Cojira. Cada um tá assim, um terminando o mestrado atordoado, estão saindo cada... cara, tem uma servidora, ela estuda cinema negro, aquela que eu te disse, a outra é Juliana Nunes, tá estudando quilombos, já tava trabalhando sobre. Tem várias, qualificadas, mas não estamos aqui pra uma... tá certo, eu só fiz graduação. Se bater currículo, tô ferrada. E aí, por quê? Isso que nós estamos comentando hoje, vocês mulheres tão se qualificando pro mercado pra dizer “qual é, eu também tenho!” então isso é algo maravilhoso, mas precisa também ser instrumento pra colocar essa habilidade em favor do movimento social.

Ele nunca tem dinheiro, sede, nunca tem nada. Tem sim! Porque essa comunicação vai ajudar a gente a ter esses recursos, porque vai fazer todas as peças, elaborar projetos. Eu tô com 3 novas, porque as velhas eu já esqueci. A menina diz que não tem velho, antigo, tem pessoa. As mais experientes eu já tentei, mas não consegui, são profissionais maravilhosas e competentes. São movimentos de todas as causas que vão te dando esse olhar pra você cuidar daquilo.

Eu tenho uma discussão por um depoimento de um indígena, um paradoxo, esse idiota, esse presidente diz “pra que isolar o índio? Tem que sair desse

isolamento, vir pro processo civilizatório”. O índio diz “não, eu já tô nesse processo, mas quero manter minhas tradições”, como os quilombolas. Você não tem a tradição europeia, a de outros povos? Por que a indígena e a negra não podem manter? Tão dizendo que a gente não é mais indígena, tem celular, televisão. Tá um grau de suicídio elevado, o nosso é o genocídio, o nosso grau de suicídio, como foi um processo escravocrata, preferíamos que os filhos morressem pra não se passar por aquele banzo, aquela profunda tristeza de arrancar, ser tirado dos seus povos, sua origem, suas famílias, e nós sempre fomos aliados.

A questão da mulher, e a mulher negra encarcerada, que é uma das pautas da Angela Davis, da Deise Benedito, que tá nos direitos humanos, enquanto somos mulheres que são abandonadas, somos sustentáculos das famílias, nós, as mulheres negras. Porque hoje em dia é mais fácil arrumar um bico de empregada doméstica, de passadeira, o homem vai lá e fica como lavador de carro, mas sempre muito na informalidade, na precariedade, e não. Hoje tem negros formados.

Se você contar, eu não quero quantidade, quero qualidade, não sei quantos milhões e nós temos quantos? Pra dizer que é base e tem força pra operar. Só que o MNU tem tantos filiados mas tem tantos aliados e tantas alianças. E agora tem que entender essa mulher branca como aliada, porque quando chamamos a Marcha das Mulheres Negras, é pra mulheres NEGRAS. Elas tinham que ter respeitado. Porque nós vamos, quando o espaço é exclusivamente branco eles não dizem, mas têm mecanismos pra nos tirar.

Nós estamos na vassoura, no banheiro limpando, na venda, mas numa mesa de debate, intervindo nas políticas públicas? Então o encarceramento tá dentro do nosso plano de ação, nos hospitais, né? Cara, eu fico assim impressionada de como as pessoas conseguem dividir. Você serve pra mim, eu estou com uma ferida aqui, eu tô andando, tô morrendo, aí você serve pra me pegar e cuidar de mim, porque minha família me abandonou. Eu tenho muito dinheiro, mas não tenho ninguém pra cuidar dessa ferida. Ai eu vou contratar uma enfermeira, uma cuidadora, que é uma mulher negra da qual você sadia a humilhou, a humilha, você doente ainda a humilha. E eu fico me perguntando como é que pode, mas é o mercado de trabalho, eu sei. Mas eu fiquei na tua cozinha, cozinhando pra você, pra sua família, enquanto eu não tinha um prato de comida pra dar pro meu filho. Porque a minha mãe, a sua avó, a dele, tinha que botar ele lá escondido embaixo da pia pra

ele trabalhar junto e comer escondido um prato de comida. E essa mulher que você fez isso, sua empregada que tá te cuidando enquanto você tá morrendo, e nada disso diminui essa arrogância. Então, só nos enxerga quando há aquele sentimento de servir.

Nós hoje estamos tendo um trabalho também importante dentro da psicologia, que você tem que conhecer também, a articulação de psicólogos negros e negras, de onde que vem tudo isso. Ela, a Marizete, também do MNU, formou-se em psicologia, aposentou do Itamaraty, que ele trabalhava, a família dela era uma maravilha, é filha de coqueiros de maracatu, uma família linda, e ela hoje volta com essa grande necessidade. E ela tá fazendo atendimento, ela e o grupo de jovens estudantes.

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM MARIA LUIZA JÚNIOR

Entrevistadora: Nara Menezes Santos

Entrevistado: Maria Luiza Júnior

Data: 14/12/2018

Duração: 03h 02min 02seg

Nara: Como é que você iniciou a militância com a questão racial?

Luiza: Eu tenho a ousadia de dizer que na verdade essa militância começou com meu pai, que meu pai foi jornalista quando era jovem e à medida que ele foi crescendo, tendo dinheiro, inclusive deixou de ser jornalista, foi dono de restaurante. Aí meu pai tem uma coisa bacana, meu pai assinava o Correio da Manhã, que foi um jornal prescrito pela ditadura. Ele assinava o Correio da Manhã, meu pai ouvia notícia do rádio sobre o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, ele de uma certa maneira compartilhava.

Minha vó era liderança, era rainha da Congada lá da cidade. Sempre nessas festas tinha um afluxo muito grande de pessoas negras, eu fui criada dentro dessa comunidade negra. E o senso de justiça ou de injustiça veio disso, de a gente ter acesso a jornal, ler jornal, meu pai assinava a revista Realidade, então eu me lembro de uma matéria da revista Realidade que colocou um homem negro na rua como se tivesse passando mal, e colocou um homem branco. Aí as pessoas passavam e xingavam o homem negro, chamavam de pinguço, etc. Isso vai construindo a gente né. Eu me lembro de meu pai chorando quando Luther King morreu, lembro de meu pai comentando. Cassius Clay também foi importante pra gente, quando ele começou a vencer lutas e se recusou a ir à guerra do Vietnã. Isso tudo circulava, mas meu pai sabia pinçar aquela notícia que interessava. Eu fui tão fã do Cassius Clay – que depois virou muçulmano e chamou Muhammad Ali – que eu batizei meu filho caçula, chama Muhammad Ali em homenagem a ele. São essas coisas que vão formando a gente.

Quando eu me mudei pra Brasília em 1970, fui estudar em escola pública, num colégio da Asa Norte, que é o Paulo Freire. Aí depois ganhei uma bolsa e fui pro Pré-universitário que hoje é o Sigma. Tinha um vizinho negro que passou no vestibular em terceiro lugar na arquitetura. E ele foi muito discriminado, mas tão

discriminado... Ele passou no geral em terceiro lugar e em primeiro lugar na arquitetura. Mas ele foi tão discriminado nesse curso de arquitetura na UnB... e você sabe, né, Arquitetura e Comunicação [referência à proximidade das duas faculdades] e a gente era vizinho então a gente tinha muito enfronhamento.

O Pedro enlouqueceu, tá aí perdido no mundo, enlouqueceu de tanto racismo que ele sofreu. Não se firmou como arquiteto mas passou isso. Aí eu e o Pedro a gente também conversava sobre isso, aí apareceu o Edemir Carvalho, que hoje é professor da Universidade de São Carlos, e o Edemir tava colando um cartaz de uma Semana de Arte e Cultura Negra em Campinas, acho que foi em 1975 ou 1976, o movimento estudantil tava muito crescente, efervescente na UnB.

Eu participava do movimento estudantil mas não tinha voz. Aí quando vi o Edemir, que é um homem negro, colando esse cartaz, eu perguntei pra ele como é que chegava lá, aí na UnB eu tinha o professor Fertman (sic), um alemão, que era professor de fotografia, ele passou um exercício, aí quando eu disse a ele que eu ia lá nesse evento, aí ele pegou e me emprestou a máquina fotográfica do curso de comunicação, ou era dele, pra que eu fosse nesse Congresso em Campinas. Só que quando eu cheguei lá, o povo ficou achando que eu era agente da polícia. Por que ninguém me conhecia e como é que eu tava lá? E fotografando...

N: Caiu de paraquedas (risos)

L: É, eu caí de paraquedas. Aí o debate era muito interessante e uma coisa que a gente lembra é que nesses anos da ditadura, principalmente lá pros anos 1970... 1980 já teve a abertura, mas nos anos 1970, que a ditadura tava firme, então como a gente não podia discutir, fazer reunião política, a gente fazia associação cultural.

Aí a gente tinha notícia aqui em Brasília do IPCN lá do Rio de Janeiro, que a Fundação Ford patrocinou, aí ao mesmo tempo que patrocinou, ficou meio que monitorando o IPCN. Teve em São Paulo, o pessoal do movimento negro que sai pro MNU era ligado à Convergência Socialista. Então quando eles pensam em criar o MNU, eles pensam em criar o MNU dentro da Convergência Socialista, então o MNU chamava Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, não tinha o N, por que a ideia era que todo mundo lutasse contra o racismo, todos, principalmente dentro da Convergência Socialista. A Convergência Socialista tinha esse viés mais

comunista, marxista, leninista, o que fosse, e que visava outra coisa. E igualmente ao movimento estudantil aqui da UnB, não deu voz ao movimento negro. Mas aí os mais antigos da Frente Negra Brasileira, lá de São Paulo, que eram ligados aos políticos, principalmente os políticos da direita, que era tipo “eles são inofensivos, não vão fazer nada”. Por que a política brasileira era de paternalismo em cima, pra que não chegassem aqui as vozes que tavam lá nos Estados Unidos de direitos civis, então isso em 1978 e aqui já em Brasília desde 1976 ou anterior a esse também, tinha uma amiga, já falecida, que era a Suzana Inocêncio, que era irmã do Nelson Inocêncio, professor da UnB, com quem você também pode conversar. Ele também é formado em comunicação e é professor de artes. E a Suzana convidou a gente pra fazer um movimento, pra fazer encontros, fazer discussões.

Tinha o pessoal do Sinba, Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, lá do Rio de Janeiro, que um deles é o Amaury, que escreveu um livro sobre o movimento negro, hoje ele é professor da UFRJ ou UFF. Então eram vozes que chegavam aqui. Aí qual foi a especificidade do movimento negro de Brasília: a gente tava junto do poder e a gente tinha relações que chegavam a esse poder. A gente saiu muito no Correio Braziliense, não de debates assim, a única denúncia que foi importante foi de um programa de televisão que tinha, muito racista, que pegava as crianças negras, que depois a xuxa reproduziu, ai chamava de cabelo pixaim, aí tinha esse palhaço na TV Brasília, isso tá no jornal, pode procurar. O Correio Braziliense publicava matérias da gente... antes de a gente ser MNU, nós eramos CEAB, Centro de Estudos Afro Brasileiros, que vem muito daquela ideia de não falar que era movimento social contra ou que tinha reivindicações mais sérias, mas que era um movimento cultural, que era permitido. Nesse movimento cultural a gente assistia televisão como desse palhaço e a gente fazia crítica, algumas chegavam ao jornal. A gente tinha a Jacira Silva, a gente também tinha os nossos jornais.

Começou com o Tição, do Rio Grande do Sul. Inclusive o jornal Tição tinha participação do professor Oliveira Silveira, que foi o idealizador de trazer à vista de todo mundo Zumbi dos Palmares. O Dia da Consciência Negra surge a partir desse movimento do Rio Grande do Sul, quando o MNU já nos anos 1979 ou 1980, numa das convenções, o MNU abraça esse movimento que já vinha la do sul, isso ai é a imprensa.

A gente tinha imprensa negra. Aqui em Brasília a gente não editou jornal mas a gente participava do jornal em 1981, a gente já era MNU, aí teve uma cisão do CEAB, o pessoal que era mais da antiga, que era ligado ao PMDB, que é o Carlos Moura, primeiro presidente da Fundação Palmares, aí o Carlos Moura sai com um grupo e era mais os homens mais velhos. Acho que eles tinham medo desse enfrentamento, e nós mais jovens éramos mais destemidos, então a gente encarava de frente. Você vê isso, que o pessoal remanescente da Frente Negra contribuiu pra que tivesse a licença na escadaria daquele ato de fundação do MNU, que era MUCDR. Com um detalhe: estava na vigência do AI-5 e nós, povo negro, fizemos aquele manifesto na escadaria, que ninguém entendeu como eles fizeram aquilo, mas fizeram por que ninguém imaginou que ia ser tão forte.

O MNU surge criticando a democracia racial e bota abaixo essa ideia de que o Brasil era bonzinho pra comunidade negra, pros brasileiros descendentes de africanos que vivem aqui, que são brasileiros, não é afrobrasileiro, não, são brasileiros. Por que primeiro a gente é Brasil pra depois ser África. E uma África que é um continente, que ninguém sabe de onde a gente veio, então nem dá pra você pesquisar isso pra fazer essa afirmação de ser afrobrasileiro. Isso interessou aos Estados Unidos já nos anos 1960 mesmo, que Malcolm X levanta isso, mas pra nós não faz nenhum sentido porque nos exclui, então se a gente primeiro é afrobrasileiro então a gente é estrangeiro no Brasil. E a gente é tratado com tal, só que estrangeiro indesejável, é essa a grande questão, por isso o genocídio da juventude negra.

Naquele tempo o Esquadrão da Morte e o Mão Branca... o Mão Branca é bastante sintomático, né, matava negros e ainda dava a desculpa que tinha sido por engano, etc, que tava procurando é comunista. Na verdade esses esquadrões da morte nascem dentro da Polícia Militar e receberam treinamento pra poder matar subversivo, eles receberam treinamento. Só que o que aconteceu: como o subversivo era quem tava na universidade e o negro tava muito afastado disso ainda, era um, dois, três, que tinha ali num universo de milhares... era um número reduzido de negros que estavam na universidade, e ainda, como eu insisto em dizer, o movimento estudantil se recusava a abraçar a causa contra o racismo. Eles recusavam mesmo, abertamente. "Não, não tem nada que conversar sobre isso, vocês tão importando isso dos Estados Unidos, aqui é todo mundo legal, eu sou seu

amigo” e a gente vê, que na prática não é assim que acontece, e continua não acontecendo, nós estamos em 2018. Mas como essa polícia recebeu esse treinamento pra poder matar, ela passou a perseguir os negros, taí nas estatísticas: de cada 100, 72 são negros que a polícia mata erroneamente.

A gente falava uma coisa nos anos da ditadura: que nós éramos as vítimas preferenciais da polícia, isso tá nas coisas do MNU. O MNU deu um upgrade do movimento negro brasileiro. A importância do MNU só veio diminuir quando começou a abertura, a possibilidade das eleições. Não as eleições diretas, mas pro Congresso, que antecedeu a eleição pra presidente, a reabertura do congresso, aquela coisa toda, então os partidos políticos tiveram a sacação de colocar candidatos negros, e principalmente os que estavam à frente do movimento negro.

Eu aqui, particularmente, recebi dois convites: um do Haroldo Lima, pra que eu me tornasse candidata, eu recusei; e um do Pompeu de Souza, que chegou a ser senador aqui em Brasília, o Pompeu de Souza insistia pra que eu trabalhasse com ele. E eu não quis trabalhar com ele porque naquela época eu tinha o entendimento que era o entendimento do MNU, que nós precisávamos nos fortalecer enquanto um grupo com identidade negra antes de entrar numa política partidária que a gente não sabia no que ia resultar.

O MNU baixou uma norma num congresso nacional do MNU, que teve votação, teve discussão ampla, então ficou decidido que se algum militante do MNU quisesse ser candidato naquelas primeiras eleições ele precisava se desfiliar do MNU. E quem se desfilou primeiro? Lélia Gonzalez. Que era do Rio de Janeiro e que é mulher negra, e a Lélia se desfilou do MNU, depois todos os outros candidatos do MNU da Bahia que eram liderança, nenhum deles foi eleito. Aqui em Brasília teve o Edson Cardoso, que também não foi eleito...

Voltando à questão dos jornais: a gente tinha os nossos jornais, o MNU tinha o Nêgo, tinha esse jornal, que era um jornal nacional, e aqui em Brasília a gente tinha uma coisa muito interessante, a gente fazia... como algumas pessoas eram jornalistas, como a Jacira Silva, a Jacira era jornalista, trabalhava no MEC na área de fazer súmula jornalística. Eu também trabalhei no Banco Central fazendo súmula, então a gente tinha acesso a todos os jornais do país. Todas as notícias que vinham a respeito dessa coisa de negro a gente recortava e levava pra discussão. Tem um filme que tá passando aí, O Caso do Homem Errado, da morte de um homem pela

polícia militar do Rio Grande do Sul, se não me engano em 1987, mas que a gente discutiu isso.

Esse caso chegou aqui, nesse jornal, e a gente a boca pequena, foi notícia de jornal e hoje é um documentário da filha de um dos militantes daquele jornal Tição, a Camila de Moraes a autora desse documentário. Ele teve até num festival aqui da UnB, na mostra competitiva do festival negro.

Todas essas coisas circulavam e só ficou a cargo de nós falarmos, então quando a imprensa cresceu e não precisava mais dessas notinhas pra cobrir buraco, que eram as notas que a gente mandava pra lá, aí não teve mais eco. Começa a ter eco justamente quando vem a história das cotas, depois a Constituinte, que nós, o movimento negro foi o primeiro movimento social brasileiro a apresentar um documento dizendo quais eram as reivindicações da comunidade negra. Antes de qualquer outro movimento social, antes das mulheres, a Lélia Gonzalez até fala no livro dela que o nosso documento influenciou, por que a gente pediu que o crime de racismo fosse inafiançável, imprescritível.

Lélia disse que ela também participava do movimento feminista, que não tinha essa separação mulher negra/mulher branca na época, não tinha esse feminismo negro, era um movimento junto. Ficar dispersando as forças naquele momento não era possível, embora já houvesse abertura, mas a gente não tinha nenhuma segurança. Resultado disso: tá aí quem foi eleito, as coisas continuaram do mesmo jeito, só com uma fachada diferente de abertura, mas agora legalmente eles assumiram o poder, os militares assumiram o poder através do voto. Então nesse tempo todo continuou existindo.

Eu não sei se teve algum evento na TV, você tem que ver a TV Brasília e o Correio Braziliense, fizemos um movimento que era teatral e cultural: AçãoCor, que é aquele cartaz que a Graça apresentou, AçãoCor - CorAção, mas aquele ainda, já era MNU, ou não era?

O Carlos Moura na Fundação Palmares também abraçou algumas coisas, porque se não a Fundação Palmares não tinha razão de existir. Na verdade a Fundação Palmares não foi criada pra atender a comunidade negra, foi criada pra atender os usineiros de Alagoas. A Serra da Barriga, que foi o tombamento, ao redor da Serra da Barriga, diversas usinas de extração de cana, inclusive do João Lyra, que é pai da Thereza Collor. No Correio Braziliense você vai encontrar uma matéria

que ela diz assim “Palmares, a Serra da Barriga, fica dentro das terras do meu pai”, a Thereza Collor dá uma entrevista dessa. Na mesma época dessa notícia, no mesmo dia que sai uma notícia que trouxeram o coral gospel do Harlem, da Igreja Abissínia do Harlem. Trouxeram esse coral aqui em Brasília e precisava de uma nave de uma igreja que tivesse um som lindo, não sei se não deixaram que fosse na Catedral, acabou sendo na Dom Bosco. Sabe o que aconteceu? O padre proibiu que o Olodum se apresentasse com o coral. Isso tá no jornal, no Correio Braziliense. E nesse mesmo jornal desse dia, foi nos anos 1980 ou 1990, a Thereza Collor dá essa declaração de que a Serra da Barriga tá dentro das terras do pai dela.

Outro detalhe dessa coisa da Fundação Palmares, quando Collor, que é de Alagoas, aliado né, interessado... eu acho que foi até a Universidade de Alagoas, na época que o Collor era governador ou era prefeito lá, mandou esse projeto de criar um sítio histórico como existia na África do Sul a Zululândia, que era um território que eles diziam que era um território livre mas na verdade os sul-africanos ficavam, os negros, ficavam limitados dentro daquele território ali e eram obrigados a vestir roupas que eles chamam de tradicional, era como se a gente obrigasse os índios a vestir tanga e ficar fazendo manifestação cultural, chamar o pajé e ficar fazendo coisa pra turista ver, e aí a ideia deles de fazer isso em Palmares foi essa, a Serra da Barriga ia fazer isso.

Eu não disse que a gente já tinha um movimento negro estruturado aqui? E as reuniões do movimento negro aconteciam na minha casa, por que eu tinha essa disponibilidade. Aí a Isabel Arres que trabalhava lá no Iphan, que o presidente do Iphan na época era o Olímpio Serra, ele pediu que nós do movimento negro déssemos uma vista, ou não sei se a Isabel pegou o documento lá e levou pra gente... (risos) mas acabou que a gente, eu e Isabel, decidimos que a gente não ia abrir pra todo mundo aquele documento, por que era um projeto que tava chegando.

Eu tive a sacação, e o Olímpio Serra acatou, de que ele antes de aprovar o projeto, chamasse Clóvis Moura, que é antropólogo, chamasse Joel Rufino, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, que tava retornando do autoexílio dele, e chamasse esses expoentes negros que a gente tinha. Então o Olímpio Serra acatou essa sugestão que partiu de mim por que como a gente lia muito sobre o que tava rolando e tal... eu nem conhecia o Clóvis Moura pessoalmente, aí ele chama pra uma reunião e dessa reunião que começa essa história toda de tombamento, aí tem

umas revistas do MEC, que você pode colocar como imprensa dessa época, que já começam a falar sobre esse tombamento.

Então teve sim um projeto da Universidade de Alagoas, com o interesse deles, mas quem disse como é que ia acontecer fomos nós do movimento negro. Algumas notas saíram no jornal, dessas reuniões, a primeira vez quando teve o tombamento, tem uma matéria numa dessas revistas, do Julio Tavares, que hoje é professor da UFF, que ele era do movimento negro aqui, morava em Brasília e estudava na UnB, depois ele voltou pro Rio de Janeiro e fez carreira como professor, cria desse movimento negro, desses anos da ditadura, nós jovens que fomos seguindo essa coisa. No Correio Braziliense certamente você vai encontrar, e no Jornal de Brasília também. Tem muita matéria que saía no jornal, então eu me lembro que nós fizemos um ato público lá na Torre de TV quando a África do Sul, o apartheid, marcou o enforcamento de um militante da consciência negra. Esse movimento de consciência negra nasce na África do Sul, não nos Estados Unidos. Eles marcaram o dia e enforcaram o cara. Nós fomos pra Torre de TV, não sei se o jornal publicou isso, fomos fazer uma manifestação, aí teve leitura de poesia, teve ato, etc.

Nós fizemos aqui em Brasília, que também foi notícia de jornal, já tava no proceso de abertura, mas não tanto, nós fizemos dois ou três atos, acho que um grande ato na Embaixada da África do Sul pela libertação de Nelson Mandela, e é importante. Quem trouxe Nelson Mandela aqui pro Brasil ou pra consciência brasileira, da existência daquele homem que tava preso, fomos nós do movimento negro. Não foi a imprensa, não foi nenhum partido político, fomos nós.

Claro que a ONU também abraçou a causa do Mandela. Depois de 20 e tantos anos preso (risos) a ONU resolveu tomar uma medida pra que ele não morresse lá na cadeia e virasse um mártir. Nós é que fizemos isso, nós entramos nesse movimento bem antes, ainda na época da ditadura, nós entregamos dois abaixo-assinados no Itamaraty pedindo ao Brasil que cortasse relações com a África do Sul, o movimento negro fez isso. Eu não sei se teve uma repercussão na imprensa mas no Itamaraty tem registros disso.

Nós entregamos dois documentos, duas vezes, que abrange o Rio de Janeiro, abrange todos os estados brasileiros, nós entregamos aqui em Brasília esse documento, que são ações que deveriam ter sido publicadas, eu imagino que

publicaram em nota menor, mas que elas aconteceram... aí você procura por um deputado, Carlos Santana, acho que era do PCdoB.

Quando Nelson Mandela veio ao Brasil em 1991, eu fazia parte da comissão de recepção do Nelson Mandela, lá em Salvador primeiro, aqui em Brasília já foram outras pessoas, foi muito mais oficial, e lá também, que eles acabaram usurpando essa coisa da gente. O Antonio Carlos Magalhães que tava no poder tipo “sequestrou” o Nelson Mandela e nem deixou que a senhora já idosa da Boa Morte fizesse um canto, que os meninos do Olodum fizessem outra saudação pro Nelson Mandela, fugiu de tudo.

Outra coisa que aconteceu: o Nelson Mandela ia receber uma comenda na Câmara de Vereadores de Salvador, o Antonio Carlos Magalhães sabia que era do movimento contrário, aí não permitiu, travou o Nelson Mandela, não permitiu que ele fosse lá na Assembleia Legislativa, ou na Câmara, acho que foi na Câmara de vereadores, que é no centro da cidade, não permitiu que ele fosse por que eram os políticos de oposição a ele. Mas ele só permitiu uma coisa: que o Nelson Mandela fosse na praça pública, por que aquilo ali seria evidente demais. A praça já tava cheia de gente esperando o Nelson Mandela, aí ele só permitiu isso. Mas o que é interessante, depois que o Nelson Mandela saiu aí esse Carlos Santana escreveu uma moção de repúdio ao Nelson Mandela, responsabilizando o Nelson Mandela por não ter comparecido à Assembleia. Aí o Zulu Araújo que foi – só pra mostrar a ligação desses que aparecem na imprensa como militantes negros, a ligação deles com os partidos políticos – aí o Zulu Araújo, que ainda não tinha essa fama, que ele foi e depois chegou a ser presidente da Fundação Palmares... O Zulu Araújo, que nem era efetivamente um militante do movimento negro de Salvador, de nenhum grupo, ele era simplesmente um comunista, e ele se gabava que era comunista. Aí ele apresenta essa moção a essa comissão de recepção, que a gente se reuniu depois da visita pra avaliar, e essa moção era muito crítica do Nelson Mandela, eu ainda quero achar isso, que era uma coisa muito grave.

Eu comecei a discussão de falar isso, que nós apresentamos o Nelson Mandela, nós passamos anos falando do Nelson Mandela e nós sabíamos que não foi o Nelson Mandela que decidiu não ir, quem fez isso foi o Antônio Carlos Magalhães, então se eles queriam criticar, que criticasse o ACM, não Nelson Mandela. Vê se Carlos Santana teve coragem de denunciar: não teve.

O que eu quero dizer com isso: nós, o movimento negro fez muitas ações. Por exemplo: o Sílvio Santos fez uma daquelas brincadeiras, uma daquelas sacanagens racistas num programa dele. Eu não falei que nós aqui estávamos perto dos poderosos? Aí alguém do movimento negro foi atrás do Ministro da Justiça, ou lá do Ministério, que era mesmo quem controlava isso... o cara, em vez de dar publicidade, chamou à parte o Silvio Santos e o Sílvio Santos tirou o quadro dele do ar. Mas nós do movimento negro que fizemos, só que as pessoas não perceberam, o Silvio Santos “não foi punido”, ele só tirou o quadro dele do ar, que era um quadro racista. O movimento negro fez isso, nós aqui em Brasília.

Outra questão dessa coisa de imprensa daqueles anos: teve o caso de um pintor do Rio Grande do Sul que também fez um comentário racista e saiu no Correio Braziliense também e a gente respondeu. A Fundação Palmares um tanto injetou em projetos culturais, aí arrefecendo, diminuindo esse poder de denúncia... e uma coisa muito interessante, quando Collor assumiu, ele acabou com todas as fundações, menos a Fundação Palmares. Por que a Fundação Palmares era de interesse dos usineiros, por que quando houvesse o tombamento tinha que indenizar alguém, embora aquilo ali fosse terra devoluta, terra que tava lá e muita gente, o povo mesmo não tinha coragem, não tem ainda, de invadir a Serra da Barriga. Não tem coragem de criar qualquer coisa lá, por que quem mora lá diz que ouve lamentos, o povo mesmo respeita o sítio de Palmares tradicionalmente, quem não respeita é o Estado e os ricos né, os empresários, usineiros, etc. Seria muito interessante se você achasse essa declaração que saiu, me lembro perfeitamente, saiu na mesma data do negócio do gospel.

N: Você tem ideia do ano em que foi isso?

L: Isso aí já foi mais tarde, acho que nos anos 1995 ou 1996. É uma nota pequena, mas é muito interessante essa nota, que a Thereza Collor fala isso: “Palmares fica dentro das terras do meu pai”, você vê assim como é que, se isso fosse sério, né... Então de jornal a gente denunciava essas mortes, agressões diretas de racismo, mas ainda não eram publicadas estatísticas dos mortos, então a gente lamentava um ou outro que alguém tava ligado, a algum desses mortos. As estatísticas é que vieram mostrar que essa Polícia Militar, essa polícia de repressão, que desde os anos 1960, do regime militar, ela mata preferencialmente

as pessoas negras, e mesmo tendo abertura, mesmo tendo democratização do país, isso continuou, tá aí os dados que não tem como contestar.

N: Você disse no começo que antes de você começar a militar pela questão racial, tava se envolvendo com movimento estudantil na UnB. Você participava de algum grupo específico?

L: Foi ali de 1974 a 1978 que eu fiquei ali, como que chamava o grupo que eu ia pras reuniões...? Olha, só pra você ter uma ideia, da turma que foi em 1977 banida da UnB, eles estiveram na casa de meu pai almoçando lá, e dessa turma acho que eles eram uns oito que foram na minha casa almoçar, por que eles me julgavam idiota. A casa ainda não era minha, a casa era do meu pai, eles pediram pra que eu fizesse um almoço lá, que eles iam fazer uma confraternização. Na verdade eles fizeram lá foi uma reunião. Depois que teve aquela invasão da UnB em 1977, a maioria deles foi presa. Sabe por que eu não fui presa? Por que eu estava grávida do meu primeiro filho, eu não falei que eu engravidei no meio do caminho? Eu estava grávida do meu primeiro filho e aí um cara chegou por trás de mim, e aí eu era boba mesmo, eu não tinha percebido o movimento deles, eu tava lá, eu falava e eles não aceitavam e eu continuava lá, só ouvindo.

Alguém chegou por trás de mim e falou assim, na hora que começou a pinçar mesmo os estudantes “você saia daqui agora e não olhe pra trás” lá na UnB. Aí eu saí, não olhei pra trás. Um amigo meu, um colega, o Vanderlei Barroso, me deu o braço pra poder me levar lá, me levou pro ponto de ônibus, que a gente era pobre, né, me levou pro ponto de ônibus na L2, eu vim embora pra casa, que era casa do meu pai ainda e aí o Vanderlei voltou e foi preso. Por que o Azevedo, que era o reitor da UnB nessa época, o Capitão de Mar e Fragata, ele dizia que o foco da subversão na UnB estava na comunicação e na medicina, então ele prendeu essas pessoas que por acaso estivessem nessas faculdades.

Uma coisa muito interessante que agora eu posso falar tranquilamente, tinha entre nós um estudante daquela época que era militante do Partido Comunista mesmo, de verdade, e aí ele pegou e foi à casa dos meus pais na época da derrocada da Guerrilha do Araguaia, chegou assim pra minha mãe e falou assim: “eu preciso conversar com a sua filha e não é nada desrespeitoso, eu posso falar com ela?”. Minha mãe permitiu que eu me trancasse no quarto com ele e ele me

contou o que é que tinha acontecido na Guerrilha do Araguaia. Matou tanta gente, mãos decepadas e colocadas em sacos plásticos pra que depois fizesse a identidade de quem eles mataram. Ele me contou com detalhes aquele horror, aí eu olhava pra cara dele, eu, a ingênua, olhava pra cara dele assim “esse cara tá maluco, tá inventando”, ainda nem tinha filmes assim na televisão, no cinema, ele me pediu segredo e eu fechei a boca, não contei pra ninguém.

Aí eu não falei que trabalhava no Banco Central? Um colega que foi um dos matadores, tava servindo o Exército na Guerrilha do Araguaia, ele pega e me conta a mesma história que o meu amigo me contou, a mesma história. Ele ainda ria, “matamos mesmo aquele tanto de subversivo”, aí ele conta do outro lado da história, do sadismo, com um sorriso, ele me contou tudo. Passado um tempo, pouco tempo, sai a grande matéria (ou na Veja ou na Istoé) sobre a Guerrilha do Araguaia, relatando tudo aquilo que aconteceu, e eu fiquei sabendo quando aconteceu de fato só que eu não acreditei e, claro, pra minha segurança.

Quando a Ana Flávia [Magalhães] fala que encontrou esse documento, e que eu sou citada diversas vezes como uma subversiva, tem muito mais relação com esses estudantes e com o movimento negro. As reuniões eram na minha casa e quem falava em público era eu basicamente, e não só falava em público, digamos assim, dando uma palestra, contestando o que era dito por quem quer que fosse, por que como eu não era atrelada a nada, meu emprego era de concurso público, eu tinha minha vida pessoal, não tinha a menor ideia, o que foi muito bom, não tinha a menor ideia de que eu era vigiada.

Eu quero te contar outro incidente dos anos 1980, acho que 1981, que você vai ter que ver a data exata quando atiraram no Papa, foi num 13 de maio⁴⁴. Nesse dia que o Papa recebeu um tiro, nós oficializamos o CEAB, fizemos o lançamento dele, acho que também por isso que não deu muito na imprensa. Eu não falei que o movimento negro chegou numa hora que os políticos tinham o maior interesse nisso? O CEAB existia mas não existia um registro formal dele. O Carlos Moura, que era ligado, apadrinhado pelo PMDB, pegou e sugeriu que a gente fizesse o registro da entidade, aí foi engraçado – engraçado não, infelizmente – que o Carlos Moura

⁴⁴ 13 de maio de 1981, tiro no Papa João Paulo II

pegou, chamou um punhado de homem pra poder dizer que estavam fundando o CEAB, e diminuindo o poder das mulheres do CEAB.

Ele agregou muito mais homens do que mulheres pra poder dizer que era um negócio deles, e não era. Nós mulheres é que estávamos à frente do movimento negro. Aí nesse 13 de maio apareceu nessa sessão de inauguração, de apresentação do CEAB, o senador Dirceu Cardoso. Um dos militantes desse movimento negro que trabalhava na segurança do Senado. E ele, lá no Senado, teve um problema com o Dirceu Cardoso, por que o Dirceu Cardoso não gostou do nosso discurso agressivo, por que ele falou um punhado de coisa ruim, ele por exemplo disse assim “a pessoa que foi minha babá hoje é babá dos meus netos”, pô, escrava, é? Ele falou isso lá! E claro, contestamos, falamos do absurdo disso, por que é que não aposentou ela? Ele não gostou, ele é um homem branco, autoritário, do Espírito Santo. Aí ele ficou com raiva.

Em seguida, pouco tempo depois, ele pegou, não sei se verdade ou mentira, aí você vai ver no Correio Braziliense, denúncia de bomba no Senado, e aí ele disse que partia da segurança. A segurança era o nosso companheiro de luta dentro do movimento negro, ele faz uma denúncia, e o Dirceu Cardoso dizia que sabia quem é que tinha colocado a bomba lá. Você pode checar, isso é muito importante. Então nós tínhamos contra nós a imprensa, por que com a abertura e também mesmo com o monitoramento da polícia, da censura e tudo mais, claro que eles passaram a entender a partir das nossas ações, a partir do ato público na escadaria, durante o AI-5, e eles pensaram: “um ato público, ê, vão tocar tambor!” aplaudir, não sei o quê.

Os discursos dessa fundação do MNU foram PÁ! PÁ! PÁ! A Convergência Socialista basicamente foi dissolvida. Uma imprensa que ajudava a gente era o jornal da Convergência Socialista, que era o Versus. Teve um jornal que circulou durante a Constituinte também, eu até dei uma entrevista pra esse jornal que eu não sei onde é que foi parar, que você pode procurar aí também que a gente fala do movimento negro, o que a gente pretendia na Constituinte, etc. Um jornalzinho que era quase um panfleto, então tinha esse jornal que saiu minha entrevista dizendo o que é que a gente queria.

Por que é que eu não fiquei no PT? Vou te responder essa parte do movimento estudantil. No mesmo prédio onde moravam os meus pais, tinha um cara do movimento estudantil, branco, que não me dava bom dia nem boa tarde. Quando

me convidaram pra me filiar ao PT aqui em Brasília, eu chego lá, eu até me filiei ao PT mas aí depois o que é que acontece, esse rapaz continuou da mesma forma, ignorando a questão racial e sem falar comigo. Como é que eu vou? E claro, não era só uma atitude dele, eu tô lembrando dele pessoalmente por que a gente morava no mesmo prédio, nós crescemos juntos, eu vim pra cá com 15 anos e ele já tava lá. Tô lá no partido e ele também ignorava o que eu falava, eu desisti do PT por causa disso, de me filiar, e também por causa da instrução do próprio movimento negro, do MNU no caso. Mas isso é um dado importante, por que nem o movimento estudantil que é liderado pelos brancos, os partido políticos, que têm a liderança toda branca, a imprensa, que os donos da imprensa são todos brancos, nenhum deles faz uma abertura – ninguém quer tomar poder nenhum não – fazem uma abertura pra que pessoas negras, pra que essas reivindicações tenham espaço.

É uma imoralidade se matar tanta gente no Brasil, e matar em maioria pessoas negras, matar e ninguém falar nada, é como se isso não acontecesse. Mata-se aqui mais do que quando se mata num país em Guerra Civil. Se você for somar, tão matando e ninguém fala nada! Na Bahia estão fechando escolas, escolas públicas, porque não tem aluno! Não tem aluno não é por que o aluno não tem interesse em estudar não, é porque os alunos estão sendo mortos! A polícia está matando! O Estado está matando! Olha a situação do Rio de Janeiro.

Essa imprensa na hora que teve a abertura de ficar falando e tudo mais, a imprensa vai publicar o que quer. Por exemplo, nesses anos 1970 um menino afanou lá em São Paulo, um menino negro, afanou uma corrente. Isso foi notícia nacional. Na Istoé ou na Veja foi até capa – acho que foi na Istoé. Afanou a corrente, um militar à paisana, mas um cara militar, esganou o cara, matou o menino na rua, na frente de todo mundo. Matou o menino, matou o menino! Na mão. Por conta de uma corrente. Não pegou nada pra ele, e aí cria a imagem do bandido. Olha quantos políticos roubam aí ó. Olha quanto eles roubam, nem presos vão. Aí um menino morreu, ou eles matam, como uma dessas últimas mortes no Rio de Janeiro, um menino indo pra escola de uniforme, o cara do helicóptero atirou no menino! Não existe bala perdida na cabeça de ninguém! Bala perdida é tiro de sniper, o cara franco-atirador é o cara que tem mira, que tem competência pra segurar e dar na cabeça. Por que o crânio é o osso mais forte do corpo humano, ele não quebra assim não. Quando entra um projétil, é porque encontra algum buraco pra poder

entrar. E eles sabem como matar. O cara atira de um helicóptero numa criança, fala sério!

Aí vem o Secretário de segurança falar assim “ah, voce vê ele bonitinho indo pra escola, sabe lá o que ele vai fazer depois que sair da escola”. Que porra é essa? Isso é a imprensa, a imprensa dá divulgação. Aquele que foi linchado lá no Rio de Janeiro, amarrado num poste. Deixado nu. Eu falei do Joel Rufino? O Joel morava no Rio de Janeiro, Copacabana, tava andando na rua, ele tava num período pós-operatório, já tava bem avançado o pós-operatório, ele tava andando lá no Rio aí ele pegou, estavam linchando, iam linchar um negro, 4, 5 ou 6 brancos, em Copacabana, aí ele interveio. Duas semanas depois ele morreu. Mas morreu da emoção, do impacto da coisa. Isso é muito sintomático. Ele impediu a morte de uma pessoa, o Joel Rufino, militante do movimento negro. Isso foi notícia de jornal, com o nome dele. Se não foi, tem no facebook.

Esse movimento estudantil ignorou a voz de uma pessoa negra. Esse meu amigo Pedro que eu falei que se formou em arquitetura e acabou não aguentando o racismo e acabou enlouquecendo. O Pedro também ia lá nas reuniões mas ninguém ouvia a gente. A gente precisou mesmo criar o movimento negro com as nossas reivindicações específicas, foi preciso, foi necessário e continua sendo necessário. Por que de todos esses que entraram nessa situação, toda essa confusão, aí é uma opinião pessoal, toda essa coisa de criticar o Lula, a Dilma, e tudo mais, foi por que eles cometeram a asneira de falar que colocou negro na universidade. Despertou a ira dos racistas, e os racistas são muitos, se não a maioria deles.

Eu fico vendo, mulher vai pra loja, um bocado de mulher indo pra loja com cachorrinho na bolsa, preocupada com o cachorrinho. E eu pergunto: quantas delas teriam coragem de dar um pão sem julgamento pra um pedinte na rua? Quem passa fome perde a capacidade cognitiva, fica parecendo idiota, por isso que falam assim “tá encachaçado” não tá encachaçado; “tá drogado”, não tá drogado; tá com fome! E é isso que as pessoas precisam ver. E fome, joga-se, aqui tem 2, 3 padarias, aí jogam um punhado de pão fora, um punhado de comida, e se um menino chega e pede esse pão, não pode dar, “sai daqui”.

Essa é a realidade brasileira e sem contar isso, né, que qualquer pessoa negra que tiver aí na rua, principalmente homem jovem, eles passam fogo pra depois dizer que é bandido, ou que foi engano. No Rio de Janeiro eles atiraram num

carro que os meninos negros tinham ido comemorar o primeiro emprego. Eles atiraram mais de cem vezes. Não foi pra parar o carro, foi pra matar. Cadê que alguém se importa? O secretário fala um negócio desses e ninguém levanta a voz contra ele? “vai saber o que ele vai fazer depois que sair da escola”. Por isso mata? Aí eu te pergunto: quais as opções dessa pessoa? Aqui uma quadra ociosa, um espaço ocioso, é público, pergunta lá se onde moram os pobres, os favelados, tem uma área dessas, tem uma quadra de esportes lá, tem um espaço de integração.

Lá em Salvador eu moro ali na Pituba, Amaralina é o lugar mais próximo. Eu precisei levar meu neto que não tinha plano de saúde que atendesse lá, e eu entendo de criança, criança mesmo quando passa mal, lá tinha o negócio da dengue então o primeiro lugar é o hospital público por que tá mais capacitado pra prestar emergência. Aí saí da Pituba e fui a Amaralina, no unico posto de saúde, aí tem o Nordeste de Amaralina, que tem uma população pobre gigantesca, é onde acontece chacina, todo dia morre gente lá, que são esses jovens negros. O único posto de saúde próximo ao Nordeste de Amaralina era esse posto de saúde. Cheguei lá, eles só atendem por consulta com hora marcada, e só atende quem tem problema de coração. Só pra você ver a indicação.

O menino Joel foi baleado lá dentro, por um policial, o policial matou ele dentro da casa dele, do lado de fora que eu falo o sniper, a competência dele de dar tiro, matou o menino Joel, o pai saiu com o menino pedindo pelo amor de Deus pra viatura levar ele pro hospital, a viatura se recusou, o homem teve que descer o morro correndo com aquele filho pra poder pedir socorro. Aí diz que é bala perdida. Pesquisa de onde veio aquela bala perdida. Vê se eles retiram do morro, do morto negro, aquela bala pra saber a origem daquela bala perdida.

O negócio é muito sério pra ninguém fazer nada, pra ninguém fazer nada! Então lá tinha que ter um hospital, sabe o que aconteceu? O tal do centro na verdade é uma base da polícia, igual à UPP do Rio de Janeiro, você pensa que é alguma coisa pra comunidade se encontrar, não, é pra polícia nas horas de fazer revezamento, descansar, levar gente ali pra torturar. Em Salvador a polícia entra dentro da casa e falam assim: “A Luiza tá aí?” “Não, não tá.” “Quem tá aí?” “A Teresa”. Aí eles vão e matam a Teresa. Dentro da casa das pessoas, à vista de mãe, pai, filho, avó. Alguém faz alguma coisa? Aqui na Ceilândia é do mesmo jeito. Um jovem que eu conheço, jovem negro, que veio e me procurou, contou que ele

chegava toda noite, tem o Cosme e Damião, o patrulhamento, eles cercavam ele pra pedir cigarro. Passam a noite. Aí quando o cara não tem ou não dá, passam fogo.

23 envolvidos na morte do Amarildo lá no Rio de Janeiro, até hoje não apareceu o corpo do Amarildo. Vinte e três! A gente vale menos? Só é corpo depois de morto. A gente é gente, ser humano! Antes de ser corpo, a gente é filho de alguém. A mãe do Joel fala assim “tá doendo muito por que o meu ventre sente falta do filho que eu gastei”. Tem ideia de uma mãe pirar, e pira mesmo! E o medo que incute nos outros, nos amiguinhos. Isso é terrorismo, terrorismo de Estado. Não me interessa que o povo fala assim “ah mas os policiais lá da Bahia são pretos”. Eles recebem instrução de gente branca pra matar os pretos. Vê se alguém fez um estudo desse, vai lá psicólogo pra falar com eles...

Eu apresentei um projeto pro doutorado aqui sobre isso, violência policial, morte. Uma policial, que eu não sabia, e mais outros dois que eram policiais e eu não sabia, tavam fazendo essa mesma disciplina do doutorado. Os dois homens ficaram calados, mas no final a mulher se levantou contra mim, aí ela pega e diz assim: “não, a polícia mata mesmo”, eu nem sabia que ela era policial, “a polícia mata mesmo por que negro é um marginal”. Uma mulher que tá fazendo doutorado.

N: E se fala isso abertamente, o que é que não fala, viu?

L: O que é que não faz. O professor ficou boquiaberto, eu saí da disciplina, abandonei a disciplina. Eu vou estudar uma merda dessas? Não vou. Eu desisti do doutorado por causa disso. Não só nessa disciplina, em outras áreas também que eu queria fazer, por causa disso.

Fui fazer aqui em Comunicação aí o professor disse assim pra mim, falando do racismo na televisão, nas novelas, o professor disse “ah, você devia fazer isso lá na Bahia mesmo, que é lá na Bahia que tem isso, aqui não tem não”. A Globo é da Bahia? Não é mole não, não é mole não. Nasce disso ó, de jovens que abraçam a causa de Jesus, por exemplo. A mulher viu Jesus na goiabeira, fala sério. Uma ministra de Estado viu Jesus na goiabeira, fala sério. Vai ficar por isso mesmo? Jesus tava na goiabeira? Aí como é que você vai...

A imoralidade que foi o impeachment da Dilma, a declaração desses malucos. Aí nós negros, quem é que chora por nós? Que segurança que a gente tem? Segurança nenhuma. E eu pago imposto, todo mundo paga imposto. O Brasil é

de todo mundo. Menos dos afrobrasileiros. Tão invadindo comunidades quilombolas seculares. Como é que a gente faz? E esse movimento negro dos anos de chumbo fez foi isso. Aquela música do Cazuza “mostra a sua cara”, a gente já vinha mostrando. Como é que é? “Meu cartão de crédito é uma navalha”, a música do Cazuza. O meu por enquanto é a minha língua. Nunca peguei em armas e acho que a gente não teria condição. Não teria não, não temos condição de pegar em armas, nós negros, por que a chacina já tá ai todo dia. Todo dia tem chacina em algum lugar. Agora até a imprensa já deixou de publicar justamente pra não criar essa ideia errada.

Fala sério, Brasil. “Ah, por que isso é escravidão”. Qual foi o malefício da escravidão no Brasil, pro Brasil? Qual foi? As relações de trabalho, naquele tempo a gente falava assim. O que é DCE? Dependência completa de empregada. É a senzala dentro dos apartamentos no Brasil. A senzala! Dentro dos apartamentos. Nós fomos lá no Palácio Ipiranga em São Paulo, eu e meu filho, a gente visitando lá, aí eu perguntei pro meu filho “ué, onde era a senzala aqui?” aí tem o Palácio que é lindo, belíssimo, aí do lado tem um negócio de pedra que funciona o escritório, a lojinha de brinde e tudo mais. Ali devia ser a senzala do palácio, tá lá.

Em Salvador tinha uma casa de pedra que durante muitos anos ficou lá, era onde chegavam os negros quando foi proibido o tráfico, eles ficavam lá dentro dessa casa de pedra. Um desses políticos autorizou derrubar e construir um prédio. Isso é Brasil. Lá no Rio de Janeiro começaram a arrumar o porto pra receber as Olimpíadas, receber a Copa, aí descobriram um cemitério, que agora a Unesco sugeriu que seja o museu da escravidão, o único na América Latina, ou no mundo talvez. E assim, eles vão passando por cima, não vale nada. Tem aqui o que eles chamam de Quilombo dos Mesquitas, os Mesquitas, aqui no entorno, eles passaram uma rodovia dentro do cemitério deles. Um cemitério das antigas. O que é isso? Que desrespeito é esse?

Lá em Salvador até hoje tem cemitério dos judeus em separado, tem cemitério dos alemães em separado. Tá lá escrito. Acho que não se enterra mais gente não, mas tá lá. É tudo sagrado. Tudo sagrado. Vê se passa uma rodovia no meio. Não passa. Essa casa de pedra não passava, tanto que ela faz um contorno assim, mas não sei quem vendeu, autorizou vender, pronto, virou um prédio. Era um

sítio histórico, virou um prédio. Aí você vai chorar? Vai continuar a vida, né. E ser esperto pra se manter vivo.

Eu agradeço muito que eu não sabia que eu era perseguida, se não eu tinha entrado na paranoia. Eu não sabia. E certamente essa pessoa lá na invasão da UnB, foi em agosto de 1977 essa invasão, essa pessoa que chegou por trás de mim e me mandou sair certamente tinha investigado a minha vida.

Eu me lembro que na UnB tinha Estudos dos Problemas Brasileiros, uma disciplina obrigatória no tempo da ditadura. Aí tinha uma pergunta dessa “existe racismo no Brasil?” aí eu PÁ (gestos de escrever muito). Aí o professor me chamou lá pra eu refazer a prova. Por que ele viu que eu era ingênua né, que eu era boba de ter escrito aquela coisa toda lá. Aí eu refiz a prova dizendo que não, não respondi nada. Não coloquei nada, só disse “sim ou não? Não.” Pronto. Mas o professor me chamou pra eu refazer a prova por que se não eu ia ser jubilada no primeiro semestre do meu curso.

Eu me lembro de ter feito na disciplina de cinema documentário um roteiro sobre o massacre de Sharpeville na África do Sul. Eu fiz um roteiro sobre aquilo, o meu professor foi o Vladimir Carvalho, o cineasta, me chamou, me deu uma bronca fenomenal dizendo que eu não tinha entendido nada, que documentário era sobre realidade, que eu não podia inventar aquilo. Rasgou meu roteiro, num tempo que a gente não gravava, não tinha nada, mas esculhambou comigo. E depois o resto do curso todo era ele esculhambando comigo.

Depois, uma vez a gente se encontrou no corredor, ele de um lado, eu de outro... porque não tinha motivo, era uma animosidade sem fim, mas eu participava da disciplina, fazia aula, não levei pau não, ele só não aceitou meu roteiro, e depois teve outro incidente com ele também. Aí você pergunta como é que eu fui estudante né. A gente cruzou no corredor, eu e ele, não tinha mais ninguém nem atrás dele nem de mim, aí de repente a gente passou um pelo outro, ninguém falou nada, aí nós viramos juntos, “qual o seu signo?” pra poder encontrar a justificativa da nossa guerra silenciosa.

Antes dessa invasão, a gente fazendo a disciplina do Vladimir era obrigado a filmar, então fazia um roteiro, a Universidade tava pipocando de greve, mas a gente tava indo lá fazer a disciplina, aí a gente formava a equipe com os colegas pra poder fazer a filmagem. Eu trabalhei na equipe de todo mundo, ajudei todo mundo, dentro

do horário da aula, no dia da minha filmagem não apareceu um, juro pra você, não apareceu um colega, por que tinha a câmera, tinha que fazer direção... Aí sabe o que é que eu fiz? Na disciplina do Vladimir.

Tinha greve dos estudantes, que a maioria fez roteiro sobre a greve, reivindicação política, aquela confusão toda. Aí eu com a câmera, precisava daquela nota, saí filmando todos os jardins da UnB, encerrei, quase que editada a filmagem, encerrei nos jardins da reitoria que era lindo e tinha sido recém-inaugurado, as plantas nem tavam daquele tamanho todo, mas tava lindo, aí caía a bandeira do Brasil né, lá no meio da reitoria, aí filmei aquilo tudo pra terminar na bandeira do Brasil. O nome do filme? Pra não dizer que não falei de flores. E claro, ia ter o fundo musical, a música.

O Vladimir, quando veio a revelação, viu o filme antes de fazer edição, qualquer coisa, ele chegou na sala “quem foi o idiota que filmou as flores? Que fez um negócio desses?”. Danou a xingar, aí quando eu me apresentei, pronto, o mundo veio abaixo. Aí eu só falei assim: “não editei o filme, nenhum colega me ajudou, ninguém apareceu e o filme chama-se Pra não dizer que não falei de flores, nesse cenário da porra toda aqui.” Pediu desculpa? Não.

Eu só disse assim pra ele, depois de outros arranca-rabos “um dia desses”, talvez você ache isso no jornal, não o que eu falei, mas o resultado disso: “um dia desses, você vai me chamar e você vai dizer assim que é meu povo, que eu vou representar meu povo, que eu sou negra, um dia desses você vai ter que admitir que eu fui sua aluna, você vai me convidar, e vai admitir que eu fui sua aluna”. Passou-se um tempo, eu nem tava mais estudando, e ele veio atrás de mim pra participar de um debate sobre o filme do Cacá Diegues, Quilombo, que uma racista que foi minha colega, que era uma idiota lá, chamou o filme de Rambo 2. Por que ele tinha feito Xica da Silva e depois fez Quilombo. Ela disse que Quilombo era o Rambo 2, e acabou com o Cacá Diegues, ele não tava lá no debate, mas tava lá o Julio Medaglia, que é um maestro, e ele tinha um filme lá. Eu critiquei também o filme dele, aí ele foi subindo, se irritando, disse que precisava terminar o debate, que ele tinha que fazer alguma coisa, que aquilo tava enchendo o saco dele. O Nelson Inocêncio tava no debate, aí entram outras considerações, foi no Festival de Cinema de Brasília, aí o Medaglia pega e fala assim “eu mesmo na minha orquestra tenho dois músicos negros e eu nunca os discriminei.” Eu desse tamanho, mais jovem,

falava tudo, agora eu tô até aprendendo a falar baixo, mas antes eu falava mais alto, eu queria ser ouvida aí eu “Você acabou de discriminá-los! Acabou de discriminá-los!”. O cara enlouqueceu. O Cacá Diegues quando veio aqui em Brasília anunciar que ia fazer Quilombo depois do sucesso de Xica da Silva, ele veio aqui, e eu tava estagiando como repórter da Rede Globo, aí eu acho que nem ficou a meu cargo, que eu era estagiária, mas à noite ele foi dar uma entrevista lá, aí eu levantei o dedo e ele falando que ia fazer Zumbi, aí eu falei assim pra ele “olha, eu só espero que voce não faça de Zumbi o que você fez de Xica da Silva, um símbolo sexual, por que Zumbi é muito mais importante que isso”.

Só fiz essa pergunta. Aí teve o Cacá falando alguma coisa de Zumbi no Rio de Janeiro aí a minha amiga lá, Luiza Bairos, e um pessoal que tava tendo encontro do movimento negro, foi pra lá também nesse negócio com o Cacá Diegues, aí ele fala assim “imaginem só, eu estava em Brasília falando sobre o filme que eu ainda ia fazer e aí uma mulher louca, fazendo patrulhamento ideológico, dizendo que eu não podia transformar Zumbi dos Palmares em simbolo sexual” aí a Luiza pega e me telefona: “foi você, não foi, Luiza Junior?”. Eu respondi: “fui, fui eu sim” (risos). Por que a gente tinha uma maneira de atuar, a Luiza também era do MNU e eu tinha militado com ela, ela também começou a militância na Bahia, no movimento negro lá em Salvador, embora lá no Rio Grande do Sul ela já tivesse um enfronhamento, aí ela me deu uma entrevista dizendo assim que eles liam os textos originais dos Panteras [Negras], do Stockeley Carmichael, que era Pantera, o Malcolm X, mas era tudo no orginal que alguém contrabandeava, ou então na banca de revista que era dentro da universidade. A banca de revista comprava, eles compravam lá, era todo mundo afiado no inglês. Eu aprendi inglês também foi assim, muito by myself, por que precisava ler esses textos. Então isso foi um crescimento né.

Quem tá chegando na UnB agora, batendo no peito, até as pessoas pardas, que só têm um elemento negro, que não foram criadas dentro de uma comunidade negra, dentro de uma família negra, e que ficavam meio perdidas “não, não existe racismo, nunca fui discriminado”. Quando as cotas bombaram, todo mundo “eu sou negão, eu sou negão”. Entra na universidade, chega lá e tenta desconstruir o nosso discurso de militância negra. É muito isso que tá acontecendo, eles tentam destituir, falar que não foi legítimo, que a coisa não é bem assim, que nem o pessoal que é aliado, que é indicado pelo partido político.

Você assistiu Django? Você tem que ver essa filmografia, tá passando um aí do Spike Lee, Infiltrado na Klan, só pra você ter uma ideia, eu levei meus netos, quando ele fala da época, o pessoal black power, eu levei meus netos e falei pra eles: “ó, pra vocês entenderem como é que eu era”. Aí eles: “é o cabelo, vó?”. Eu falei: “é, é o cabelo”, mas eles entenderam, eles entenderam o filme todo, a Ku Klux Klan, uma organização racista. Um cara da polícia, um homem negro, por telefone ele pede a inscrição na Klan, aí eles chamam pra reunião, aí designa um branco judeu pra reunião da Klan por que um negão não podia aparecer na reunião da Klan. Aí eles desmantelam a Klan naquela cidade. No final ele ainda debocha do chefão que foi lá só pra uma reunião. A polícia pra sacanear com ele, o povo também resiste com ele na polícia, aí ele foi designado pra proteger esse chefe da Klan, com quem ele falava por telefone, esse grande líder. Muito interessante. Aconteceu lá mas continua acontecendo hoje.

E as indicações é só você procurar, Correio Braziliense era o que mais publicava, Jornal de Brasília também tem, que eu acho importante, essa da Embaixada da África do sul que foi a primeira, que foi um movimento muito grande, inclusive na foto assim de frente tem as pessoas caminhando, tinha um bispo negro da igreja anglicana lá do Rio de Janeiro e aí ele tava em Brasília, foi pra manifestação, aí ele pediu pra entrar na África do Sul e eles recusaram por que ele tava registrado como militante do movimento negro, ele falou isso “aquela foto me impediu de entrar na África do Sul”. Quando ainda era proibido, a África do Sul escolhia quem é que entrava lá, e negro não entrava, ele disse isso. Eu bati a foto, e eu tenho outro amigo, que foi professor da Cândido Mendes e agora tá na PUC-Rio, que é o Jacques D’Adesky, que também escreveu um livro sobre racismo, ele fez o doutorado dele na USP. O Jacques era meu amigo, viu a foto e falou: “Eu conheço o bispo, vou tirar uma cópia da foto e mandar pra ele, você se incomoda?”. Eu disse “não, pode mandar a cópia pra ele”.

Anos depois ele falou pra mim “ó, aquela foto...” e essa matéria tem que ter saído no jornal, do nosso movimento negro fazer uma manifestação lá de frente à Embaixada. E olha, não espere matéria de capa, é notinha pequena mesmo. Isso é notícia de jornal, e foi o movimento negro que promoveu essa marcha, veio gente do Brasil todo, do MNU. O Agnaldo Timoteo que era deputado na época, foi deputado constituinte que o Brizola indicou, depois o Brizola brigou com ele. Teve aquela

confusão, mas o Agnaldo Timoteo foi o único desses parlamentares negros dessa época que fez um projeto bonito, só que não foi aprovado.

Toda cidade tinha um tiro de guerra, que era onde os jovens serviam ao exército brasileiro, não tinha essa coisa de serve quem quer, naquela época era serviço obrigatório militar. Toda cidade, por menor que fosse, por que veio do processo da Segunda Guerra, então todo mundo precisava ter essa competência de ir pra guerra, então toda cidade tinha esse tiro de guerra. O deputado Agnaldo Timoteo propôs que como o prédio ficou lá, ninguém passou trator em cima, essas edificações tavam lá, tinha alojamento pros soldados e tudo. O projeto dele previa que fosse transformado num espaço de acolhimento de menores, de mendigos e tudo mais, por que tinha toda estrutura ali pra acolher pessoas. [Foi aprovado?] De jeito nenhum. Por que quem seriam os acolhidos? Negros. As crianças negras. Criança negra não podia ser escoteiro, não era aceito como escoteiro. Por isso você vê muita materia falando assim “primeiro negro isso, primeira negra aquilo”.

A gente tá a 130 anos da abolição da escravatura, ainda tem que ficar falando isso? Hoje, não é que aconteceu há 50, 60 anos atrás, tá acontecendo agora. Complicado, né? Essa minha amiga desse filme “O caso do homem errado”, apareceu a notícia: primeira mulher negra a dirigir um filme que entra em circuito comercial. Assim: ela, a mãe dela, a família dela bancando pra ela fazer as viagens, por que ninguém abre cena, ninguém abre sala de cinema pra ela. “Primeira mulher negra depois de 30 anos”. A primeira negra foi há 30 anos atrás, primeira e única diretora, que fez um filme até sobre homossexualidade feminina, que foi pra circuito comercial. 30 anos depois aparece essa menina fazendo isso a duras penas, pra ela concluir o filme acho que foram 7 anos, pra ela conseguir produção foi vaquinha.

Cacá Diegues entrou na Academia Brasileira de Letras com um livro, Conceição Evaristo perdeu com vários livros, há anos, professora de literatura, Cacá Diegues e um livro deu lugar a ele na Academia Brasileira de Letras. Que país é esse? Complicado. É isso que a gente tem.

N: Sua transição do CEAB pro MNU foi mais ou menos em que época?

L: 1981 pra 1982, por volta disso, não foi só minha né, foi do grupo.

N: Mas o CEAB não se dissolveu?

L: O CEAB veio a ser dissolvido depois, por que eu não falei que praticamente só ficou homem no CEAB? Eles começaram a brigar porque todo mundo queria ser o dono do CEAB, o Carlos Moura foi pra Fundação Palmares e o CEAB ficou esquecido. Restou o MNU, que depois passou por transformações. E quem trouxe o MNU fui eu mesmo, depois que o MNU cresceu, a gente já tava nessa coisa de política mesmo, de ser uma coisa mais séria, veio uma menina do Rio de Janeiro que hoje já não mora mais no Brasil, a Vera Mara, que me conheceu, e era assim: a gente se dispunha a viajar, quem tinha disponibilidade. Eu não tinha, primeiro por que eu tinha um emprego público federal, então ninguém pode sair: “ah, vou ali, volto daqui 3 dias”. Eu perdi muitas dessas reuniões nacionais por conta disso.

O segundo motivo, que eu considero o principal, é que eu tinha um filho pequeno, fiquei mãe solteira, porque o cara vazou. A minha preocupação era manter esse filho, tanto que é uma coisa rara, ele tá com 41 anos, vivo. É o pai dos meus dois netos, um homem negro, passou por N situações, mas ele e os dois irmãos dele que vieram depois, todos vivos, é uma coisa rara. As pessoas se espantam quando eu fico fazendo essa denúncia do genocídio, mas por que eu tenho compaixão das mãe que investem amor, investem tempo, investem dinheiro, sonham que esse filho vai ser maior do que o que elas foram. Vem um sacana e dá um tiro, mata essa pessoa. Ainda que ele fosse bandido, não é pra matar, pra isso tem a prisão, tem a penação né, você coloca a pena, o cara cumpre a pena, supostamente.

Tão matando as crianças que vão pra esses CAJE45, matando. Eu conheci uma mãe que o filho dela foi morto por um agente que trabalha lá dentro desses núcleos que atende a criança infratora. Matou o menino na vista de todos os outros, lá dentro, onde ele deveria estar em segurança pelo Estado. Aconteceu alguma coisa com o agente que fez isso? Nada. As crianças são estupradas, são violentadas, apanham, é uma coisa horrível, um lugar de terror. Que nem teve uma denúncia com aquele livro Holocausto Brasileiro, contra o manicômio de Barbacena.

Um tio meu, quando teve o golpe militar, meu tio que tinha vivido a época do Getúlio, a guerra, o meu tio-avô, ele se escondeu num bueiro, por que ele morava

⁴⁵ Centro de Atendimento Juvenil Especializado, era o local onde adolescentes do DF cumpriam medida socioeducativa, foi desativado em 2014.

numa chácara, ele ouviu a notícia de que teve o golpe militar. Na ideia dele, pra fugir da guerra, se escondeu num bueiro e deixou o sítio lá com a porta aberta e tudo, ele se escondeu dentro de um bueiro. Os amigos do meu pai passaram lá no bar do meu pai e falaram pro meu pai “ó, já é o terceiro dia que eu passo lá e eu chamo pelo seu tio e ele não tá lá dentro, ninguém responde e a casa tá aberta”.

Meu pai foi lá, procurou, procurou e achou ele encolhido dentro do bueiro, com medo, deduziram que ele tava louco, levaram ele pra Barbacena de carro, da minha cidade pra Barbacena era uma hora. Antes do meu pai voltar de Barbacena, que ele foi lá, deixou e voltou, chegou um telegrama que meu tio tinha morrido. Eu tinha 9 pra 10 anos, e eu durante muitos anos culpei meu pai pela morte do meu tio. Por que ele levou o primeiro choque, morreu.

Meu pai chegou, o telegrama já tava lá. Meu tio. você pergunta assim “Como é que você é militante negra?”. Como não ser militante negra? Como não ser? Não tem jeito de eu não ser. O povo fica endeusando Angela Davis, né, mulher negra, Angela Davis falou que os Panteras Negras foram uma bobagem por que ela entrou pro movimento feminista negro, é a deusa do movimento feminista negro. Agora quem foi Angela Davis? Angela Davis quando foi presa a primeira vez, ela era professora da universidade, ela era filha de professores universitários.

Eu falei, eu sou a primeira que entrou na Universidade como estudante. Só as gerações depois da minha que conseguiram entrar como professores. A Angela Davis já era professora. Então como é que a gente pode fazer paralelo, dizer que é tudo igual? Ó a história que eu te contei, minha, pessoal. Os pais da Angela Davis eram professores negros universitários. Por quê? Por que lá tinha universidade negra também. Por que mesmo com a segregação, quem tinha talento lá era aceito. Angela Davis foi convidada pra poder ser professora e ela foi perseguida por causa disso e ela podia influenciar, tá no filme do Spike Lee também, parece. Ela podia influenciar os jovens a fazerem isso também. Que é o que eu acho que eu fiz, eu era jovem, fui influenciada e influenciei essas gerações que vieram depois de mim. Entende?

É isso que precisa dar publicidade na nossa vida brasileira. Nós somos brasileiros. Bra-si-lei-ros. Eu não sou afrobrasileira... eu sou brasileira. Por que tem gente do movimento negro que implica comigo: “ah, isso é organização

internacional”. Não, isso atende aos interesses dos Estados Unidos. Aqui não. Por que aqui a gente fica sem território, a gente não pertence a isso aqui.

“A gente é afro”. Eu não sou afrobrasileira, eu não sou, não posso ser. E eu acho que vocês que tão estudando isso, é isso que tem que perceber, tem que ter sensibilidade pra perceber. Te dei todas as referências que eu tô me lembrando, se no meio do caminho eu lembrar de outras, se na minha casa eu tiver foto, eu te mando. Agora tá muito mais fácil, posso mandar foto pra você, tudo isso é registro.

Essa matéria mesmo do menino que puxou o cordão e o cara matou ele na mão, na rua, isso é muito triste cara, muito triste, não pegou nada, o cara saiu de herói, a maneira como naqueles anos...

Ah, o Henfil, cara, o Henfil fazia uma tirinha do final da Istoé, quando foi ter as Diretas Já, antes das Diretas já, quando foi sair pra poder dar o governo pra um civil, o nome mais cogitado pra ser presidente da república era o Paulo Maluf. O Henfil fez uma tirinha assim: “Ei, João, o que é que você tá fazendo atrás dessa moita com um negão?”. Insinuando que ele tava tendo relações sexuais. Ele disse assim: “ou é o negão ou é o Maluf”.

Acho que não é desse período, é na sequência, o Ziraldo fez uma propaganda pra Antártica, colocou uma mulher negra sentada na mesa de um bar, rodeada de homens brancos, dá pra identificar pelo rosto que é caricatura de conhecidos dele, um com o pé no pé, outro com o pé no peito, beliscando e tudo, todos os homens em volta da mulher tirando uma casquinha da mulher, assediando a mulher negra. É a propaganda da Antártica. Acho que é no começo dos anos 1990, final dos anos 1980, já era na abertura [política] pra você ter uma ideia da ousadia.

Como quando, recentemente, saiu aquele parecer contra o Monteiro Lobato, chamando o Monteiro Lobato de racista. Ele fez o Monteiro Lobato e uma mulata em cima dele, no carnaval, pro bloco “Que merda é essa?” do Rio de Janeiro. Foi o estandarte do bloco. É tipo “que merda é essa acusar Monteiro Lobato de ser racista?”, e o próprio Monteiro Lobato falou isso, que era a favor da eugenia. O livro que ele escreveu, *O Presidente Negro*, é toda uma apologia ao racismo. No final do livro ele propõe que matem o presidente negro, dos Estados Unidos, no caso, com um alisante de cabelo. Alisante de cabelo naquela época era feito com soda cáustica. Ninguém se incomodava... mas quando a Xuxa surgiu na televisão, a Xuxa

vendia batom, vendia um bocado de coisa, e começou a fiscalização. Eu me lembro de ter escrito algo assim “por que é que ninguém pesquisa o alisante de cabelo com soda cáustica?”. Por que quem alisava o cabelo naquela época eram as pessoas negras. A Xuxa passou a vender batom, coisinha pra criança, todo mundo investigando se fazia mal ou não fazia.

Mas ninguém se preocupou com o alisante de cabelo. Tanto assim que há uns 10 anos atrás teve acusações e teve gente que morreu com alisante. Morreu em função de ter ficado muito tempo na cabeça. Eu não aliso meu cabelo já tem bastante tempo. A única vez que eu alisei foi com um cara negro norte-americano, que trouxe um produto que era pra fazer uns cachos pro cabelo. Quando eu fui fazer o negócio de novo, meu cabelo caiu todo. Sério, foi horrível. Nunca mais ele cresceu do jeito que ele era. Eu to ficando careca, mas é a idade...

N: Como foi a articulação de trazer o MNU pro DF?

L: A gente no CEAB recortava notícia de jornal e o Sinba, Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, o Amaury Mendes com o Iedo Ferreira vieram aqui em Brasília em 1977. Eles vieram aqui em Brasília e ficaram lá na rodoviária perguntando a toda pessoa negra quem era a Luiza do movimento negro aqui, que era eu. Eu não falei que a Vera Mara, que era lá do Rio, veio aqui em Brasília um tempo atrás e me conheceu? Por que as notícias corriam, acontecia uma coisa aqui e sabiam lá não sei onde. Era bem incipiente, mas acontecia, as pessoas sabiam. Isso foi em 1977. Eles vieram aqui com uns jornais, eu já tinha alugado o apartamento que eu ia morar, que eu já tava grávida, não tinha mobiliado, mas tinha uns colchonetes. Eu ofereci a eles pra ficarem lá na minha casa um bom tempo tentando vender os jornais. A gente fazia reuniões e trocava informações do que tava acontecendo.

Quando teve o lançamento do MNU na escadaria, eu tava recém-parida, meu filho era bebê, então eu não pude ir ao movimento lá na escadaria, mas a gente ficou sabendo. Como os homens, o Carlos Moura e mais os homens que ele arrumou, tavam implicando demais com a nossa política de denúncia contra o racismo e de não aliviar pra ninguém, e fazer muito barulho na cidade, ele começou a implicar com a gente.

Teve a história do Dirceu Cardoso que foi num lançamento lá do CEAB e fez a denúncia contra um militante que era da segurança do Senado, com a história das bombas, que no final não tinha bomba nenhuma, mas foi o Dirceu Cardoso que denunciou contra nós. 13 de maio de 1981. Logo em seguida, não foi no dia, mas passado um tempo, ele encontrou o militante lá no Senado e associou. Foi arrogante com o militante, e o militante se portou como um militante. Auto-defesa, né. Não com enfrentamento e tudo o mais, mas sabe quando um homem discute com o outro, não tem hierarquia não, a baixaria rola total.

Ele quis transformar esse cara num bandido. Quer dizer, essa associação dele querer é uma observação minha. Mas tanto foi de verdade que esse meu amigo, esse militante, chegou pra mim e pediu que eu me calasse, que eu não fizesse mais nenhuma declaração, associando ou criticando a participação do Dirceu Cardoso lá no evento com a história da babá que foi dele e que era dos netos, entende? Esse meu colega pediu e anos depois ele falou assim “Luiza, você foi a única pessoa que entendeu a dimensão daquelas bombas lá no Senado.” De verdade. A bomba no Senado era pra acusar meu amigo da segurança. Tanto que foi denúncia vazia e ele nunca apresentou o nome do meu amigo.

Então, a transição pro MNU se deu fácil por que nós éramos jovens, a gente queria ação. Meu pai até me expulsou de casa, depois mandou me buscar, mas ele disse “ou, se você continuar com esse negócio de fazer essas reuniões, de ir pra essas reuniões, você não entra mais aqui”, quando eu ainda tava morando com ele. Depois eu engravidei, juntou essa proibição, eu aluguei minha casa, que eu tinha meu emprego, podia pagar, saí sem brigar, né...

A Jacira trabalhava lá no MEC, ninguém podia perder emprego. Mas eu também não arrumava confusão dentro do meu trabalho. As pessoas falavam, eu respondia, mas eu fazia meu trabalho, comigo não tinha sacanagem de enrolação, de vingança, nada. Eu aceitei tudo, jogaram pedra em mim, eu “ah, tá, machucou”, passava meu merthiolate e seguia em frente.

Eu trabalhei com um cara, eu falei do Esquadrão da Morte e do Mão Branca, né. Chegava o jornal do Rio falando quantos tinha matado lá no Rio. Na sala só tinha eu de negra e mais um contínuo. O contínuo não era do quadro, não era concursado. Mas era da amizade, então ele não podia falar nada, tinha que aguentar tudo por que se não eles botavam ele pra fora. O cara fazia muita sacanagem com

esse contínuo, humilhava todos os dias. E eu não falava com ele. Eu parei de falar com ele, simplesmente parei. Chegava o jornal e ele pegava, abria nessa página, chamava o contínuo, gritava: “aí, ó, tá precisando chamar o Mão Branca e o Esquadrão da Morte pra cá” e batia a mão na minha mesa. A sala, um punhado de gente branca, ninguém nunca falou nada, até ria, por que supostamente ele tava falando contra o contínuo, não contra mim. Eu era “a doida”, né, paranóica. “Você tá com paranóia”.

Um dia eu fui lá no meu chefe e falei assim: “Eu vou dar um murro na cara do fulano de tal”. Por quê? Ele era menor do que eu, mais baixo que eu. Só que eu não sabia que meu chefe conhecia meus irmãos. Meus irmãos também eram do Banco e iam lá jogar futebol na AAB⁴⁶, essa coisa toda. Eu não sabia. E meus irmãos, principalmente meu irmão mais velho, mais alto que eu, briguento, meu irmão nunca aguentou, partia pra cima... Eu ainda tava de licença maternidade, pra você ver a gravidade da coisa, eu fazia horário especial, saía uma hora antes. Inteligentemente, vinte minutos antes da minha hora de saída, pedi pra falar com o chefe de todo mundo, fui lá e falei pra ele o que eu ia fazer e por que. Eu falei assim “Eu não tô chamando o senhor pra ameaçar ele não, eu tô falando porque o senhor vai ser minha testemunha de defesa, eu tô te contando o que é que ele faz pra que eu dê um murro nele. Eu tô te contando o que ele faz todos os dias. Tô falando isso porque na hora da minha defesa o senhor vai me defender.”

Foi a mesma tática do meu amigo que me contou do Araguaia. Ele me contou porque se ele desaparecesse, alguém sabia. Ele me contou porque confiava em mim, que eu não ia dar publicidade, mas se ele desaparecesse, eu tinha que apresentar aquilo. Ele não desapareceu, tá vivo até hoje. Eu usei a mesma tática, e o meu amigo tinha me explicado que a gente pode fazer isso. Te acontece alguma coisa, você pega, conta pra alguém. Se um dia você entrar na justiça ou qualquer coisa, esse alguém é convocado a testemunhar por que você falou pra alguém, você tem testemunha.

Eu fiz isso com o meu chefe. Só que no dia seguinte eu chego no ambiente de trabalho, encontro todo mundo calado e cheio de dedo comigo. Uma outra que

⁴⁶ Associação Atlética do Banco do Brasil

vivia também na esteira do insulto e hoje nós somos amigas. Hoje ela para na rua, vem falar comigo. Ela me contou: “O chefe veio aqui e deu bronca em todo mundo”. Esse cara nunca mais conseguiu falar comigo. Eles começaram a ver que não podia.

Mas sabe o que é que tinha acontecido? Eu fui praquele lugar porque um outro negro que também é meu amigo, Polansky, que passou no mesmo concurso, trabalhava ali. O Polansky achava que podia falar umas coisas e outras, e a gente tinha o período probatório, então eles demitiram o Polansky e me convocaram, me mandaram pra lá pro lugar que era do Polansky. Essa menina falou que quando eu fui pra lá, começou todo mundo a me esperar. Falavam assim de mim: “ela é tão alta, o cabelo dela é tão alto que ela tem que se abaixar pra entrar no elevador” mas não era por que eu era muito alta. Eu usava o cabelo black, mas não tão black assim. Era um cabelo black. Eu já cheguei lá nessa expectativa, o que ele tava fazendo comigo, me insultando todo dia, era pra que eu desistisse, já que eu já tinha passado pelo período probatório. Ele precisava, por exemplo, falar que eu não trabalhava, mas eu trabalhava. Essa foi a diferença.

E sabe o que aconteceu com o Polansky? Polansky acabou enlouquecendo, caiu no alcoolismo e morreu, deixou 4 filhos pobres. Racismo institucional? Não. No Banco diziam que a gente podia fazer o concurso. Sabe o que é que a gente não podia fazer? Sabe o que é que a instituição não pode? É deixar que o racista tenha voz e poder lá dentro para discriminar o outro. É isso que a instituição deve fazer, e a instituição não faz. Não tem ninguém ali dentro, por que a instituição são pessoas, não tem ninguém ali dentro pra poder calar a boca de um racista, porque é racista igualmente.

Então essa transição não foi difícil, por que nós éramos jovens, a gente era antenado com o movimento negro em todo lugar e o MNU tava avançando no Brasil todo, então quando pareceu que a gente ia ficar sem entidade, a gente pegou “não, vamo assumir o MNU”. Pra essa reunião que era junto de um feriado de Semana Santa, minha família ficou com meu bebê e eu fui pra lá pra reunião nacional do MNU e já voltei de lá e convoquei todo mundo pra gente ser MNU, aí a gente virou MNU.

Acho que foi em 1979, 1980, foi bem próximo da edição do MNU lá na escadaria. A gente já falava como MNU. Uma coisa engraçada é que o PT tinha o

grupo de negros do PT. A gente ia pra Universidade, ia pro CEUB, ia pra escola, ia pra algum evento na Câmara, alguma coisa; o grupo de negros do PT ia pra falar contra o que a gente tinha dito, fazia oposição flagrante à gente. Isso era um negócio esquisito, por que certamente eles não agiam como negros, mas agiam como partidários do PT.

Nós éramos jovens, estudávamos na UnB, a gente tinha essa coisa de estar enfrontado com movimento estudantil internacional, sabia de toda a revolução que tava acontecendo no mundo, não era só o nosso nicho, as mudanças estruturais na sociedade como um todo. Então a gente tava antenado com aquilo, só que a gente também queria que acontecesse a mudança aqui no Brasil com a questão racial. O Brasil não podia continuar falando que era uma democracia racial, oprimindo os negros e até matando, né.

Hoje não fala mais que é democracia racial mas chama o racismo de “racismo cordial”, que não faz mal a ninguém. Mas é um racismo letal, que mata. Teve a pesquisa da Folha de São Paulo que resultou nesse livro *Racismo Cordial*. Mas a pesquisa que teve nos Estados Unidos, que foi pra entrada do Kennedy nos anos 1960, final dos anos 1950, quando começam os direitos civis, a mesma pesquisa resultou num calhamaço de livro que chama *O Dilema Americano*. Você veja a diferença. Por que dilema? Por que chegou-se à conclusão que os americanos negros estavam em situação de desvantagem dentro da terra da liberdade.

N: E o que você vê de diferença da estrutura da militância da ditadura pra hoje?

L: Durante a ditadura de uma certa maneira a nossa força tava centrada que ninguém se importava com o que nós estávamos fazendo, ninguém noticiava, ninguém acreditava, como eu te contei do Vladimir Carvalho, eu trago uma coisa que aconteceu na África do Sul, ele desconhecia e se recusou a tornar aquilo aceitável, que eu fizesse um roteiro sobre aquilo. E tinha acabado de acontecer.

Ninguém se incomodava com o que a gente tava fazendo, então a gente tinha mais possibilidades. O presidente do IPHAN, o Olympio Serra acatar uma sugestão nossa, do movimento negro, porque eles imaginavam: “é uma boa ideia, eles não vão reclamar a autoria disso, eu posso pegar pra fazer, não vai fazer mal

nenhum”. Não vai fazer mal por que todo mundo que entrava lá tinha medo de morar naquelas terras. Porque respeitava a questão do espírito, ninguém invadia lá onde foi o Quilombo, então dava uma maquiagem e ficava tudo bem, dava lucro, Alagoas, como é Patrimônio do Mercosul, que eu não entendo por quê, mas é patrimônio do Mercosul. Pra que aquilo? Você vê que tá lá abandonada a situação.

A nossa vantagem era essa, e a gente fazia uma militância corpo a corpo, que era eu chamar um, chamar outro, a gente se reunia, era um espaço que a gente podia tá crescendo. Poucos tinham a competência de estar escrevendo, teorizando sobre o movimento negro. Quando vem a Constituinte, escancara aquilo que eu te falei, nós apresentamos pro Brossard, que era Ministro da Justiça, antes de levar pra Constituinte, o nosso documento. Por que a gente se reuniu em 1986, a gente apresentou, o Brossard pinçou uma coisa que era que os policiais deveriam fazer curso de direitos humanos, nós que propusemos isso! O Brossard pinçou aquilo do documento e implantou no Rio Grande do Sul, foi notícia que o Ministro da Justiça implantou no Rio Grande do Sul um curso de direitos humanos pra os policiais.

Quem sugeriu isso foi o movimento negro, isso é importante, mas ele tirou do nosso documento. E começou a dar problema por que nós registramos o documento em cartório, então ninguém podia mais tirar e apresentar como seu, só fugiu a questão da Lei Caó, crime imprescritível e inafiançável, que fugiu do nosso controle, e o Caó teleguiado pelo partido começou a falar que foi ideia dele. Criou antipatia com o restante do movimento negro porque não foi ideia dele, foi sugestão do movimento negro. Essa foi a diferença, então nesses anos depois da abertura pra agora muita visibilidade, mas essa visibilidade é nociva. É contra nós, então nos tornou muito mais vulneráveis, então assim, como te falei no programa do Sílvia Santos: eu trabalho no Ministério da Justiça e chego pra minha chefe, lá na censura, chego lá, buzino isso na minha chefe, ela vai lá, fala com o chefe, vai lá e tira o quadro do ar. Mas não dá o crédito pra gente. Hoje não, você tem que entrar na justiça pro juiz dizer que isso não foi nada. Ou pro juiz dizer ou pro Estado recorrer da sentença do juiz. Isso é um absurdo. Essa é a diferença, essa visibilidade acabou nos massacrando por que enquanto a gente só tava ali “não, é bonzinho, é bacana”.

O lance do Facebook, de ficar um punhado de gente lá, pessoas negras, todo mundo dizendo “sou lindo”, tombando, isso o movimento negro criou, mas ao mesmo tempo criou uma animosidade. Quantos cotistas tão se matando, se

mataram na UnB por motivo de racismo? Por que foi dada visibilidade a eles. Eu tava ali, a única coisa que eu ouvi de uma vez de um colega, eu pensava em ser diplomata, até conhecia a Mônica [Campos], que foi a primeira diplomata negra brasileira, que é nesses anos mesmo, isso também foi notícia de jornal, e o Itamaraty faz questão de dar a notícia que ela tinha passado justamente por que a gente tinha entregue aqueles abaixo-assinados, dizendo que o Itamaraty era racista, que mantinha relação com a África do Sul. Entende que as coisas estão todas ligadas?

A Monica acabou morrendo em exercício. Tava numa embaixada menor, ela era diplomata de carreira. Então as ações que a gente fazia tinham esse poder. Por exemplo, hoje te falei de Carlos Santana, poucas pessoas se lembram, era o Pcdob, era o Zulu, então claro, quando o Zulu assumiu a Fundação Palmares não como um negro, mas pra não funcionar por que era interesse do Pcdob que a Fundação Palmares não funcionasse. Tanto é que quando teve a denúncia da Matilde Ribeiro, era presidente da SEPPIR, dizendo que ela tava usando o cartão corporativo, foi contra ela, e o outro cara do Ministério dos Transportes que também era do Pcdob, o que o Pcdob fez? Foi lá e pagou a dívida do cartão de crédito do cara do Ministério dos Transportes, que era também um homem negro, o PT o que fez? Levou a Matilde a público e falou que ela usou o cartão corporativo errado. Veio a Lava Jato mostrando quem tava usando o cartão corporativo. O PT não, entregou a Matilde pros alagoes. Mas não era a Matilde Ribeiro, entregou nós, os negros, por que ninguém vê uma pessoa negra como uma pessoa, vê uma comunidade. Se eu fizer uma falta de educação aqui não é a Luiza, “nêgo derruba copo”. Não é a Luiza que derrubou copo, que cometeu uma falta de educação, foi a negra. Não é o José que foi morto, não é o Amarildo que foi morto. É o corpo do Amarildo. São corpos na rua. Corpos uma ova. Entende? A diferença é essa.

Essa visibilidade que a gente adquiriu, como as comunidades quilombolas. As comunidades quilombolas estão brigando com o Estado e é uma lei que o Estado que criou a lei, Marambaia no Rio de Janeiro, Rio dos Macacos em Salvador, Sacopã em São Paulo, tudo é o exército que quer tomar a comunidade. Essa que tá passando aqui, o Quilombo dos Mesquitas, é o Estado, o Sarney que é dono das terras que entrou com uma ação pra tomar posse da terra do quilombo. Como é que ele pode fazer isso? Por que ele teve acesso ao documento, ele sabe. Antes que

acontecesse a titulação de terras pra esses remanescentes de quilombo, ele foi lá e comprou a terra, e agora despeja, por que ele comprou antes. Como é que ele comprou antes? Por que era bom negócio.

Podia acontecer que nem a Serra da Barriga, gerar dinheiro pros usineiros. Porque que o Collor não desmanchou a Fundação Palmares? Por causa disso. Quando ele entrou, ele acabou com todas as Fundações e só deixou a Fundação Palmares. Não porque ele não era racista nem porque ele era bonzinho. Porque tá no estado de Alagoas. Ali a intenção era criar um polo turístico, só que os Zumbis que estão lá não deixam, ninguém tem sossego lá dentro. Mas os usineiros receberam a parte deles. Ficaram “proibidos” de deixar descer aquele caldo venenoso da cana de açúcar. É essa visibilidade o diferencial.

A diferença é também que os brancos ficaram muito mais ousados contra nós, antes existia esse sentimento de que “não, é vergonhoso”, nesses nossos anos da militância. Nos anos 1970 teve uma mulher judia que veio aqui e deu um tiro na barriga de uma mulher negra que tava grávida. Aqui. E outra coisa, notícia de jornal. Como o jornal, as redes sociais divulgam tudo abertamente, uma coisa que eu percebo, ao invés de constranger o assassino, o criminoso, dá força pro próximo fazer a mesma coisa, que é a questão do feminicídio.

Por que os homens tão matando as mulheres desse jeito? Por que não pega nada pra eles. O juiz que julga deixa eles lá livres. Antes da Constituição existia que um homem podia matar em nome da honra. Sabe onde é que tava a honra? No corpo da mulher. A honra do homem tava no corpo da mulher. Se ela se relacionasse com outro homem, ele podia matar a mulher. É honra isso? E agora eles não matam mais com essa justificativa, eles matam por quê? Sai matando as pessoas assim. E matam a mulher, ao invés de matar o rival dele, mata a mulher. E fica por isso mesmo. Essa é a diferença, por que se eu insulto uma pessoa hoje e isso vem a público, dá margem pra que o outro insulte também, porque não existe punição, o grande problema é esse.

Tem a lei, mas ninguém cumpre a lei, nem os juízes. Essa é a diferença daqueles anos pra hoje. E as pessoas tinham medo. Então nenhum branco, por exemplo, tanto pra agredir quanto pra defender a causa negra, ele tinha as restrições por causa da polícia, política e etc., mas hoje não, e é o contrário... Olha quem ganhou as eleições? Um cara falando que pode bater, que mulher tem que

não sei o quê, como uma Ministra aceita o cargo e diz que mulher tem que ficar dentro de casa, que gravidez só são 9 meses. O que ela tá ameaçando? A licença maternidade. Só eu que tô vendo isso é? Por que as pessoas se calam? Por que elas têm interesse a defender. Ela tá ameaçando a licença maternidade, para com isso, não é pra dar risada dela não, é pra levar ela a sério. Ela solta isso que Jesus tava na goiabeira, fica todo mundo preocupado com Jesus na goiabeira e esquece o que ela tá fazendo. E é assim que eles ganharam as eleições.

Ah, o triplex do Lula... Quando divulgaram as fotos do triplex.. O Lula foi Presidente da República. Quando o Joaquim Barbosa foi comprar um apartamento em Miami, eu tenho amigos, colegas do Banco Central que têm propriedade lá em Miami. Só com salário do Banco Central. Imagina um homem que foi juiz, desembargador. Não pode comprar um apartamento em Miami? Fala sério.

Essa é a diferença, é a visibilidade, mas a visibilidade também do criminoso, que tem mais visibilidade do que a mídia, essa é a questão. E ele estimula o outro que tá ali contido, que é o que tá acontecendo nos Estados Unidos também, quando o Trump se apresenta como candidato ele convoca os brancos que se sentiram humilhados ou desprestigiados no governo do Obama, quando o Obama foi candidato no primeiro mandato, quando começou a campanha dele, olha o que a Folha de S.Paulo fez, reeditou *O Presidente Negro*, que tava lá encostado por que nenhuma editora queria publicar aquilo, por que o próprio Estados Unidos rejeitou, e rejeitou lindamente, justificando, falando que era um absurdo aquilo que tava lá, criticando o Monteiro Lobato, mas a Folha de S.Paulo correu pra reeditar. Pra que? Pra estimular.

Eu me lembro perfeitamente, o Bial que tava fazendo acompanhamento da campanha. Quando saiu lá naquelas pesquisas de rua que o Obama ia ganhar, ele falou: “Tem que considerar que a pessoa branca fica constrangida de falar que não vai votar num negro, mas não vai votar nele”. O Bial falou isso. Quando o Obama ganhou, saiu uma matéria num daqueles articulistas da Veja de última página que quando o Obama ganhou, ganhou foi o movimento *Black is beautiful*. Não, ganhou o movimento *black power*! Ele disse que foi o movimento *Black is beautiful*. Obama não tava lá de figura de enfeite, ele tava lá como presidente do país, e agiu como tal. E aqui no Brasil cai na mesma coisa, então quando o movimento negro, de uma forma idiota, que eu fui contra isso, ficou lançando o Barbosa como candidato à

Presidência, eu disse: “isso não vai funcionar”, eu disse diversas vezes. Eu digo e repito: eleitor branco não vota em candidato negro, não vota.

Ninguém fala nada? Eu tô falando. Mas pô, não quero falar sozinha. Falo, falo sozinha. De que que adianta fazer um feminismo negro se não inclui um homem? Que futuro que vai ter isso? Vai morrer com elas. Vai morrer com as feministas negras, se não incluir o homem, vai morrer com elas, por que não tem continuidade. Por exemplo, feminicídio, Lei Maria da Penha. Que cor é Maria da Penha? Branca. Mas existe uma estatística de que quem mais morre são mulheres negras. Eu te pergunto outra coisa: você sabe o nome do ex-marido da Maria da Penha, viu a cara dele estampada em algum jornal? Um homem branco. Se fosse um negão, não ia ser, ele morria na hora. Essa é a diferença.

Eu conheço um médico da minha idade, dos velhos tempos, casou com uma mulher branca, foi pra uma cidade de interior, a família da mulher aceitou o negão lá. O único clube da cidade, que não aceitava negro, aceitou o marido dela como sócio com uma condição: que ele jamais entrasse na piscina. A clientela que paga o médico é quem? Branca. Então ele ia recusar? Não. Fica ele lá no clube sem entrar na piscina. Certamente os filhos também não poderão entrar na piscina.

Agora, coitadinhos, hoje os meninos pobres de rua que são criminalizados, sabem que não pode bater num menor, enfrentam o policial e dizem assim: “Não, a lei diz que você não pode me bater”. Vem o policial e mata. O Estado sabe que mata. Faz alguma coisa? Não faz nada. Sevicia os meninos. O Estado faz alguma coisa? Tem alguém de direitos humanos lá reclamando? Não.

Quando eu saí da minha cidade, essa é uma das vantagens de ter uma família, pai e mãe estruturados, pensando como pessoas negras, agindo como tal. Quando eu saí da minha cidade e vim morar aqui em Brasília eu tinha 14, 15 anos, quando eu saí de lá, 12, 13 anos, 3 amigas de infância minha, 4 estavam no prostíbulo, sabe por quê? Como eu, duas irmãs, elas vendiam pirulito, a primeira foi seduzida por um cara, o pai expulsou de casa, a cafetina pegou. A segunda, o mesmo motivo. Foi seduzida por um cara, a cafetina pegou e levou pra casa. A outra menina era empregada doméstica na casa da vizinha. Não sei o que aconteceu, ela foi acusada de roubar, não tinha pra onde ir por que eles pegaram ela lá no fim do mundo, dizendo que ia criar e educar, e quem roubou foi o sobrinho da costureira, pegou a carteira da moça, menino branco, mas colocaram ela na rua. Que rua ela

ia? Foi pro prostíbulo. A outra foi minha colega de classe. Sabe como eu descobri isso? Eu ficava na janela da minha casa, que dava assim pra rua, essa menina que tinha sido minha colega de classe vinha descendo a rua... quando me viu, baixou a cabeça. Ela não era mais “digna de falar comigo” por que ela era uma prostituta com 13 anos de idade.

Eu saía pra vender doce, minha vó dizia pra eu não deixar homem nenhum me dar presente, bala, de homem nenhum. A minha mãe vinha, falava a mesma coisa. Por isso que eu não fui parar nas ruas. Minha mãe era até mais requintada, tinha meu irmão que era mais novo que eu, minha mãe botava pra me escotar. E outra coisa que a minha mãe fazia: que ela botava empada aqui, lá, em diversos bares, mas ela nunca colocou num bar que tinha perto da linha, da estação de trem, por que além de virem os viajantes, o prostíbulo era logo ali. Então minha mãe nunca forneceu pra esse cara, pra me proteger desse ambiente. Você vê a sacação, essa é a minha mãe. Nunca foi numa escola, foi ser empregada doméstica com 7 anos de idade. Ela lê e escreve por que uma das patroas dela falou “se você for pra minha casa trabalhar comigo eu vou te ensinar”, por que ela era professora. Sabe como é que ensinava? A minha mãe trabalhava durante o dia, à noite ela dava aula pra adultos e levava minha mãe. Minha mãe era uma criança, tudo era novidade, uma vontade louca de aprender, a minha mãe aprendeu rápido, então ela passou a falar pra minha mãe: “Agora você vai ensinar eles”. Minha mãe pensou: “não, se eu já tô boa pra ensinar, eu já aprendi tudo que eu tenho pra aprender, se eu tô ensinando os outros”.

Era dupla jornada. Minha mãe se ofereceu pra trabalhar na casa de outra pessoa e esqueceu de estudar. A gente estudava, o primário era em colégio público, mas pra fazer o ginásial pra frente era o colégio de freira, pras meninas, que era pago, e o colégio dos padres pros meninos. Quando a minha irmã mais velha acabou o curso primário, que ela é a primeira filha, meu pai disse que já tava bom. Minha mãe falou “tá bom? Então aqui também tá bom, já fechou, você não entra mais aqui” (falando sobre novos filhos). Você é capaz de imaginar isso? Isso é que é ser feminista.

E sabe por que ela saiu da roça de café do pai dela com 7 anos de idade? Por que vinha um professor, lá pra roça pra ensinar, só que na aula dele só podia entrar menino, ele não ensinava pras meninas. São 13 irmãos. Uma mulher tava

procurando uma menina maiorzinha pra trabalhar. Minha mãe falou: “não, eu só vou se eu puder estudar”. Ir pra cidade também era outro mundo. A mulher falou: “eu te ensino” e meu avô liberou por que ela era muito pequena pra trabalhar no processo do café. Ela mais atrapalhava do que trabalhava, então ele liberou e deixou ela ir trabalhar na casa da moça. Essa é a vida. Isso é uma coisa muito louca... Por causa da minha mãe eu escapei né de estar lá [no prostíbulo], por que era todo dia, saía com meu tabuleiro de doce. A minha irmã mais velha tinha um cachorro que ia junto pra proteger ela. Assim.

Essa é a minha vida. Então como não ser militante pelos direitos dos negros? Como eu ia passar batido? Meu pai fez uma jura que quando ele encontrasse uma mulher, ele ia se casar com aquela mulher e não ia tocar em nenhuma outra. E ele cumpriu essa jura até a morte. Por que ele não queria ser vagabundo. Eu dei a ele a biografia do Malcolm X, e o Malcolm X era cafetão no começo. Meu pai leu a biografia de cabo a rabo e falou assim: “Muito bem, mas o que ele fez com aquela moça, ele não vale nada pra mim”. Meu pai leu a biografia do Malcolm X e falou isso. Meu pai tinha birra do Malcolm X. Então como não ser militante do movimento negro? Isso tá na minha vida antes de eu nascer.

Minha irmã foi pedida em casamento por um cara branco, meu pai falou assim: “É pra eu decidir? Eu decido que não.” Sério. Minha irmã chorou, todo mundo achou um absurdo, ela também era menor de idade, ele falou: “De jeito nenhum”. Nenhuma de nós vê um homem branco e sai pulando no pescoço. Nós somos 9 mulheres. Tem tanta gente que é filho de pai desconhecido. Nenhum negro é filho de chocadeira, não.

Hoje só tem gente contra nós. E antigamente mesmo os que eram contra nós eram mais retraídos, não eram tão maus. Porque o problema é a competição pelo mercado, então você faz seu projeto de mestrado, eu faço o meu. Chega lá, a banca é só de brancos. Pra quem é que eles vão dar? Poucas pessoas têm a sensibilidade. Mas se eu apresentar um projeto pra falar... eles escreveram quando eu fiz na UnB, a avaliação que foi feita no meu projeto de pesquisa “ela sabe o que diz e escreve muito bem. Ela está por dentro do assunto, mas eu não confio que isso não seja um projeto militante”. Ué, então uma mulher que vai falar da questão da mulher é um projeto militante. Por que é que o negro não pode falar da questão do negro? É um projeto militante. A Lilia Schwarcz foi uma das primeiras a assinar

aquela lista da Yvonne Maggie contra as cotas. Quando a gente fez uma denúncia grande no encontro internacional de negros que teve em Salvador, que até o Stevie Wonder foi lá no congresso nesse encontro, quando teve essa denúncia, os pesquisadores negros das universidades americanas, das universidades internacionais, forçaram quem dava essas bolsas a tirar as bolsas desses pesquisadores brancos que falavam sobre a questão racial.

Uns correram e tiraram o nome da lista. Sabe de que vive a Lilia Schwarcz hoje? De 6 em 6 meses ela vai fazer conferência internacional falando quem somos nós, os negros. Agora o que é que ela fez quando teve aquela lista contra as cotas pra entrar nas universidades? O que ela tava fazendo? Protegendo o mercado dela. Por que claro, eu tenho muito mais intimidade com essas questões pra falar do que ela, que vai saber isso pelos jornais, racistas também, pra poder verificar. Essa é a diferença.

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM GRAÇA SANTOS

Entrevistadora: Nara Menezes Santos

Entrevistado: Graça Santos

Data: 28/01/2019

Duração: 01h 13min 04seg

Nara: Eu queria saber de vocês como foi a estruturação dos movimentos em Brasília, começou com o CEAB, né? E entender como que era a relação com a imprensa.

Graça: Pelo que eu lembro, mesmo, a gente não tinha, né? A Jacira mesmo era a jornalista, né? Aí tinha a Luiza, mas a Luiza não trabalhou como jornalista, ela já entrou no Banco Central, Jacira não. O tempo todo trabalhou como jornalista e a gente tinha ela pra divulgar nossos eventos, como facilitadora desse contato com a imprensa. Por que o que acontece? Durante o período da ditadura, Brasília foi 12, 14 anos depois que começou esse debate racial. Mas o CEAB não era uma entidade de confronto porque o presidente era uma pessoa que tinha laço com esses políticos que lá estavam. Então por isso o nome era Centro de Estudos Afrobrasileiros, e era um número muito pequeno de pessoas. Tinha-se que na ditadura não se podia discutir racismo, e a imprensa de Brasília era extremamente submissa a isso. A gente encontrava matérias de racismo nos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, mas aqui praticamente não. Então aí colocavam alguns exemplos, mas nunca houve aprofundamento. Jacira, eu e Luiza fizemos parte desse primeiro momento do CEAB. Ele fez 40 anos ano passado, e ficou só mesmo nesse acompanhamento da questão racial, houve um racha lá dentro e tudo.

Quando a gente sai do CEAB e vai pro MNU, a gente tem uma mudança de ação, porque o MNU era uma entidade de confronto. Ele denunciava o racismo, coisa que não era admitida. E mesmo a gente sendo um número pequeno, a gente ativou muito esse debate. Mas a imprensa de novo colocou como um apêndice de divulgar os nossos eventos, e só acontecia porque Jacira era essa jornalista que tinha contatos. Mas eles não questionavam, e a gente que ficava provocando na cidade, participando e criando debates, mas junto com a imprensa eu não me lembro de coisas assim de confrontar, nos questionar ou fazer grandes matérias.

Pode até ter tido, mas no Correio Braziliense, que sempre foi o jornal de referência de Brasília, que era uma filial do de Goiânia, eu não sei te dizer.

N: E como você começou a militar com a questão racial?

G: Foi quando eu comecei no Banco do Brasil, eu já trabalhava no Banco do Brasil e conheci Maria Luiza, ela chegou uns anos depois de mim e nos tornamos amigas porque éramos 0.000001% de porcentagem de negros no Banco do Brasil, tô falando na década de 1970. Então eram muito poucos mesmo. E desse relacionamento, a Luiza que tinha mais esse debate, e foi quando ela me convidou pras reuniões que tavam começando, eu entrei em 1971 no Banco e ela em 1974 ou 1975, não lembro. E em 1977 eu acho que ela conheceu e começou a debater o racismo com esse grupo que depois fundou o CEAB. E eu fui levada por ela pra esse debate, eu só fazia trabalhos sociais trabalhando no Banco do Brasil e estudando na UnB no projeto Rondon. O projeto, ele existia localmente, também, para os universitários que não podiam participar dos projetos fora da sua cidade.

Então me engajei nesse processo do Rondon local, no processo de apoio pro pessoal do Paranoá, inicialmente. Tava uma briga de retirá-los do local e a gente ia pra trabalhar na questão da limpeza, brincar com as crianças, participar do ativismo da associação dos moradores, então eu tinha esse debate. E a gente ia sabendo que a maioria dos que tavam ali eram negros, né? A questão racial é um fato inerente da gente, desde pequeno a gente tem esse processo. Quando Luiza me chama eu já me interessei de vez sobre a questão. Ficamos no CEAB uns anos e foi quando ela conheceu a proposta do MNU, e a gente tava num embate sério dentro do CEAB, ele [o presidente] queria levar mais pra essas questões, levar na maciez o que a gente queria, e nós queríamos partir pro confronto. O MNU nos deu essa oportunidade. E aí saímos um grupo do CEAB e trouxemos uma sessão do MNU pro DF.

N: Isso foi em que ano mais ou menos?

G: Isso foi em 1981, em 1980 pra 1981, e a gente no MNU tinha essa parte de comunicação porque nós tínhamos um boletim já que os jornais não colocavam matérias daqui, então estávamos o tempo todo nos questionamentos, provocando... Teve um caso de um programa infantil na TV Brasília de uma menina apresentadora

com um palhacinho, teve um fato que não sei se elas contaram, de fazer uma mágica com a menina que era loirinha, ai vamos fazer uma mágica e coloca uma peruca Black na menina e faz a mágica e ela fica com os cabelos lisos e loiros. Aí a gente criticou, apontando que ele era racista, e vai pra televisão, pros canais.

Então eram essas questões que tinham levantadas na imprensa, outros questionavam que não existia isso e era uma brincadeira, então o MNU sempre foi assim. Nesse primeiro momento do racismo não assumido pelo Estado brasileiro, foi de confronto, de manifestação, debate, fazer passeata, e aí nós tínhamos um boletim onde colocávamos várias situações da história do racismo, até que a gente teve informações. A gente sabia que era acompanhado durante as reuniões, pela polícia mesmo, que acompanhava os movimentos sociais. Mas também nos nossos relacionamentos tínhamos pessoas que eram ligadas à polícia, ai a gente fica sabendo que tem, que éramos relacionados no Itamaraty como *persona non grata* e que não poderíamos ter contato com personalidades africanas que chegassem no Brasil.

E isso, dentro da entidade nós sabíamos que tinha, mas nunca tivemos comprovado. Não sei se você conheceu Ana Flávia [Magalhães], professora da UnB hoje, e aí ela me fala que uns alunos dela, também nesse processo de pesquisa, encontram um dado de registro disso. Do Itamaraty registrando essa identidade como grupos que não poderiam se aproximar. Mas através desse nosso amigo da Polícia Federal, a gente conseguia chegar até eles. E até o Sam Nujona foi um fato bem interessante porque nosso amigo fez a ponte de contato com ele que era um guerrilheiro da Namíbia, conseguiu a independência da Namíbia, e nós fomos encontrar com ele num café da manhã, 7h da manhã, no Hotel Nacional. Então a gente tinha esse tipo de coisa, ou ia pro Congresso, era mais esses outros relacionamentos do que embate ou questão com imprensa.

Criávamos nossa comunicação a parte, que eram esses boletins, folhetos distribuídos na rua, ou junto com sindicatos, o [sindicato] dos professores a gente fazia muita coisa, por que entendíamos que era ali que tínhamos que trabalhar pra que através da educação se pudesse debater essa questão racial, era mais nessa linha. Aí o que você tá tentando identificar é como a imprensa falava do racismo?

N: É mais como vocês entendem essa relação, se ela existia ou se deixava pra lá, se o assunto não era tocado.

G: Aqui em Brasília eu acho que era isso, não era tocado porque havia uma submissão total ao que os militares falavam. Você discutir racismo pra eles tava no mesmo nível de ser comunista, uma contravenção, então a imprensa não colocava muito isso. Até as notas de eventos nossos só apareciam muito mais em relação dessa amizade que Jacira tinha, dos jornalistas que a respeitavam do que por entender que era importante colocar isso e debater essa questão. Aí você tava falando do boletim?

N: Esse boletim que você falou era o nacional do MNU ou era um local?

G: Não, era sim, era do nacional. A gente fazia, na época antes da xerox, a gente fazia, não sei se você ouviu falar, a gente chamava cachacinha. Era uma máquina que a gente colocava álcool e reproduzia o material, aí depois, mas era montado tudo assim. Tinha máquina de datilografia, fazíamos o texto e a montagenzinha bem amadora, era o material que a gente distribuía. A nível nacional o MNU tinha um jornal. Era o Nêgo, depois virou o Jornal do MNU, porque cada estado tinha a sua maneira de trabalhar a comunicação. Então era através desses boletins dos estados que iam fazendo. Nessa época tem MNU no Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Minas, Distrito Federal... e as pessoas iam fazendo isso, mas o forte do MNU eram os debates, participação na rua, denúncias do racismo, era isso que se batia o tempo todo. Tanto é que vem logo depois, quando se inicia a democratização, a redemocratização, a gente tinha um envolvimento com algumas propostas. Que nesses anos todos de proibição do debate racial, nunca se parou e sempre se levantou a questão.

Quando chega a Constituinte, o movimento da Constituinte, a gente faz o encontro nacional com essas propostas e debates e encaminha pros Constituintes, aí a gente vai brigar lá dentro também, e a gente consegue várias coisas, estabelecer racismo enquanto crime. É dentro do documento que a gente tem e foi feito no encontro em Brasília, coordenado pelo MNU e o documento desse encontro foi registrado em cartório, porque uma das coisas que a gente coloca como um problema nosso muito grande é não se registrar as coisas, que você deve estar

tendo dificuldade por isso: não tem registro. A gente não se preocupava em registrar em cartório, publicar livro, um material riquíssimo que sempre esteve, ne?

N: Você acha que ao longo da ditadura, como que era participar de uma organização de militância nesse período? Você acha que tem uma diferença ou uma semelhança com a militância que se faz hoje em dia?

G: Eu acho que tem diferença porque agora nós vivemos um processo de desmobilização muito grande e eu acho que o movimento terminou não se renovando. Você tem o debate, a fala que o racismo é crime, alguns fatos que tão acontecendo, mas como uns fatos que não se coloca que foi um movimento que trabalhou pra isso. As pessoas não têm conhecimento de que foi uma luta muito grandiosa pra se conseguirem vários debates, estabelecer o 20 de novembro, que racismo é crime. As pessoas hoje entendem que foi dado e é só denunciar, mas as coisas não acontecem assim. E a gente tá vendo um retrocesso grande agora, e a desmobilização foi grande, não se renovou, então em muitos casos não se renova. Eu tive no Copene, numa fala do professor Kabengele [Munanga], ele coloca essa dificuldade da academia que se distanciou do movimento negro.

E hoje muitas vezes as pessoas não têm esse movimento como um fator importante até hoje pra se manter muitas coisas. Porque o movimento negro é um movimento social, de transgredir, de colocar demanda, de provocar. Então esse movimento negro precisava estar o tempo todo mobilizado, e essa parceria com a academia é fundamental. Então vão dois ou três grupos. Quando o movimento negro se reestabelece nesse momento da redemocratização, ele tá com várias bandeiras. Não era o racismo, só. Era uma bandeira maior, mas tinha também o religioso, a mulher negra, nós tínhamos e sempre levantamos a questão do homossexual negro, essa agressão que ele sofria mais, a questão da educação, essa questão de estabelecer que deveria ser obrigatório o estudo da África no currículo escolar, anos e anos, vem lá da década de 1930 com a Frente Negra Brasileira, passa pela década de 1950 com Abdias, e vem durante a ditadura com as nossas professoras negras que estabeleciam isso, Ana Célia na Bahia, Jozelina no Rio de Janeiro, e vários e várias outras batendo na importância e nessa Convenção do Negro pela Constituinte. Elas vão pro encontro e colocam um artigo dentro desse documento, que estabelece a lei 10.639, o que está escrito nela é o que tá nesse documento de

1986. Então várias bandeiras o movimento negro levanta. Só que hoje você vê, religião de matriz africana, a questão quilombola, que antes se chamava comunidades negras rurais. Foi a partir desse documento que passamos a chamar de remanescente de quilombo.

Só que cada bandeira dessa tá andando sozinha e aí você não consegue colocar junto, mais. Porque agora só quem é quilombola é que pode falar sobre. Da religião de matriz africana a gente tá com um problema porque como tem muitos adeptos, mães e pais de santo brancos, eles não colocam que é racismo, colocam como intolerância. Então tá abrindo isso de forma que ao invés de fortalecer, eu, no meu pensamento, acho que separa.

E aí quando se fala em movimento negro, quem é movimento negro? Tem um pessoal quilombola falando que eles são quilombolas e negros. Que é isso? Como se conclui assim? Essa questão do racismo religioso x intolerância religiosa. Como é esse fato? Hoje o movimento de mulheres negras é que tá dando o norte, levantando, indo pra rua, com todas as dificuldades, são elas que estão, eram maioria nesse debate que eu tava, e continuamos sendo maioria, mas se divide. Hoje você tem o movimento negro e o de mulheres negras, que também tem 30 anos, comemoramos agora, do primeiro encontro nacional. Que foi também todo esse movimento, mas tudo nesse braço, nesse debate do movimento negro. O machismo, como essa mulher era triplamente atingida pelo racismo, pela questão social e pela do machismo.

E aí a imprensa brasileira, ela é a imprensa desse grupo [da branquitude]. Como eles vão dar abertura pra isso? Pra questioná-los? Então não vão. E o que teríamos que ter feito foi o que se conseguiu na década de 1930 e que eles quebraram porque viram que era o grande suporte desse debate é a imprensa negra. Tinham diversos jornais, diversos títulos de revista, hoje nós temos uma com uma dificuldade tremenda que é a revista "Raça" que não sabe pra onde vai, essa população negra que hoje é oficialmente maioria, sempre fomos, mas oficialmente nunca.

Então o movimento negro é pra isso, pra fortalecer as coisas, mas a gente realmente não conseguiu segurar, então hoje o que tá sendo fortalecido é o movimento de mulheres negras e eu acho que vem com essa deficiência toda do movimento negro. Não de pessoas, tem até muito mais que no meu tempo, muitas

mulheres, muitas jovens aplicadas, né? Entendendo a importância desse movimento, mas a gente tem uma dificuldade que eu não consigo identificar.

N: Durante o período da militância de vocês no CEAB, no começo do MNU, como era a relação com outros movimentos sociais? Era tranquilo?

G: Com os sindicatos sempre foi, nós tínhamos apoio dos sindicatos. Bancários, professores que nessa época eram os dois grandes do DF, e eles nos davam apoio, tipo, nós nos reuníamos na sala deles, dentro do sindicato. Quando precisávamos realizar algum seminário, um encontro, a gente pedia apoio financeiro e tínhamos. Mas é aquela coisa, eles nunca foram de vestir a camisa. O apoio era isso, deixavam acontecer. Quando nós realizamos o curso dentro do sindicato dos professores chamado escravidão brasileiro, que tínhamos participando o professor Décio Freitas, que escreveu o livro *Palmares*, foi um dos primeiros livros de grande importância de levantamento sobre o Quilombo dos Palmares, e foi desse trabalho dele que no Rio Grande do Sul começou a se pensar na data do 20 de novembro. Os militantes de lá, que não eram nem MNU antes. Eles começaram a reivindicar o 20 de novembro [Dia da Consciência Negra], de comemorar o 20 de novembro e não o 13 de maio [Abolição da Escravatura], que ele não nos representava.

Que tanto pro negro brasileiro, pro movimento negro era o 20 de novembro, que foi a data do assassinato de Zumbi. E nisso daí o apoio foi todo pelo movimento negro, principalmente o MNU. Tornar conhecido o porquê da data escolhida ser essa. Hoje ele está estabelecido, em muitas cidades é feriado no 20 de novembro. Aí vem mais um retrocesso aí que é derrubar esse feriado. Hoje, quando se consegue, a primeira lei assinada por Lula em 2003 foi a 10.639, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da história da África nos currículos escolares, hoje a gente tá vendo um retrocesso infernal no Ministério da Educação, esses anos todos foi resistência de tudo. Diretor, escola, professores, e aí entra esse momento de ter uma grande maioria do pessoal da educação ligado às igrejas neopentecostais e que a gente encontra dificuldade pra falar sobre a umbanda e o candomblé dentro da escola. Só que a gente conseguiu enfrentar, e agora eles veem uma maneira de tirar. Então o que estamos vendo é que a gente vai ter que reiniciar os embates.

N: Conversando com a Luiza, ela falou que uma boa parte dessa migração de vocês do CEAB pro MNU, além desses conflitos de como era o modo de operação, o CEAB era um grupo muito formado por mulheres e quando foi ser registrado oficialmente, houve uma tentativa dos homens de liderarem esse grupo e aí teve esse confronto. Você também entende que o processo se deu assim ou tem outra visão?

G: Eu acho que não foi exatamente assim. Porque hoje ele ainda tá vivo, o Carlos Moura, que é o advogado que foi o primeiro presidente do CEAB, e ele tinha ligações com a direita. O que eu acho é que o tempo todo, não é que ele estava torcendo pra não fazer o enfrentamento. Eu acho que o Carlos Moura era uma figura, porque tinha ligações na época com a direita, ele era tido como alguém de classe média e ele entrou no movimento e até hoje não entendo porque que ele entrou e porque ele inicia esse trabalho, por que ele não tinha perfil de militância. Era daquela condição de classe média, de não questionar muito, mas na realidade não era pra ele não fazer, era pra ele ter conhecimento e proximidade de pessoas envolvidas nesse debate e impedir que se fizesse.

Naquela época não tinha muita essa questão de a mulher negra ser maioria, eles tentarem ali já. Ele tinha mesmo isso de impedir que fosse pra confronto esse debate. “Vamos questionar o racismo, mas nessa leveza”. E aí Luiza mesmo, desde jovem, ela foi muito ativa e queria partir pra briga, e eu sempre analisava mais que ele não queria nenhum confronto. “Vamos só estudar, promover um debate”, mas sem aprofundamento. Quando a gente começou a questioná-lo, levantando a história do racismo, começou o conflito, principalmente de Luiza com ele.

Logo depois, uns 2 anos, ela conhece a proposta do MNU, o MNU foi criado em 1978 e o início do MNU é muito efervescente. Eles vão pra um processo de confronto muito grande no Rio de Janeiro e em São Paulo. Tinham grandes nomes que era pessoas ligadas a partidos de esquerda, partidos comunistas, com debate muito forte. Então o MNU vem com essa formação muito forte e é quando Luiza tem contato com Reginaldo, um militante de Campinas. Aí ela falou “lá é meu lugar” e passa pra gente toda essa proposta. “Nesse CEAB aqui a gente não vai conseguir lugar”. E aí sai um grupo grande com ela, não éramos só mulheres, tinha o Nelson Inocêncio, professor da UnB, ele era adolescente na época, tinha uns 17 anos. Tinha um professor chamado Jorge Amâncio, também. Então foi um grupo grande

que saiu nessa época e entrou no MNU. A gente teve todo o conhecimento da carta de princípio, do estatuto, era uma organização bem estruturada, em que todos eram muito jovens, e que realmente combatia o racismo no Brasil. Primeiro denunciar a nível nacional e internacional, eram pessoas lá em São Paulo e no Rio que tinham contatos com o movimento dos Estados Unidos, da África pela independência, então era muito forte. Luiza passa isso pra gente, e foi um grupo grande pra sair do CEAB porque o Carlos Moura lá manipulava. Então a gente saiu, e fomos pra essa formação.

No início houve grandes conflitos com o pessoal do CEAB que achava que a gente tinha errado, que achava que o MNU era uma coisa fora do DF, e que a gente não podia entrar naquele processo, que eles eram muito loucos. E aí foi uma briga ferrenha do povo do MNU com o pessoal do CEAB. Houve uma confusão, ficou uma situação tão constrangedora que tivemos que ir numa reunião deles pra exigir que parassem com essa desqualificação que faziam, e foi a partir daí, principalmente o Carlos Moura, e por isso coloco que ele é uma figura que na época se ligou ao MDB, ele era ligado à Igreja Católica, da Comissão de Justiça e Paz. Tinha contato com a alta cúpula do governo, então foi a melhor coisa a gente ter saído.

N: Isso pra poder tocar a militância de uma outra forma?

G: Justamente. Depois, acho que uns 3 anos depois, Luiza se muda pra Salvador e fica lá uns anos. Nós: eu, Jacira, Nelson, meu marido também fez parte, um número grande de pessoas que conseguimos ampliar, tanto por manifestações de ruas, debates. A gente fazia muitos debates, andava pelas cidades satélite também fazendo debates dessa questão. Depois a gente inicia uma festa que foi a primeira festa negra de Brasília, chamada Azeviche, a partir dela a gente usa outras estratégias de se aproximar das pessoas pra envolver elas no debate.

O debate meio que afasta as pessoas, ainda mais no Brasil, em que “não existe o racismo”, né? Quem provocaria isso eram os militantes do MNU, que eram taxados como radicais, que queriam levantar uma coisa que não existia no país, que nós tínhamos essa democracia racial e era todo mundo pacífico e o MNU era provocador. Então através dessa festa onde tinha só música negra, a gente conseguia envolver outras pessoas e trazer pro nosso lado.

N: E essa festa você se lembra mais ou menos quando foi criada?

G: Ela foi criada em 1983, pelo que eu me lembro, e ficou por 8 anos acontecendo na cidade, sem interrupção. A gente fazia em novembro e colocava a comemoração do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, e até hoje quem participava dessas festas tem a lembrança e a importância que foi naquele momento.

Era uma maneira também de arrecadar fundos pra entidade, porque nós tínhamos que mandar os coordenadores pra reunião nacional, que tinha as reuniões da coordenação nacional do MNU. E era com esse dinheiro arrecadado que a gente bancava essas despesas, e aí também mais um momento de distribuir o jornal, o nosso boletim, com as posições, com os fatos que aconteciam, os livros que tinham, que tavam saindo. Porque a gente tinha poucos livros nesse período, de escritores que levantavam a questão. Hoje se tem muito, começou a aumentar depois de 1988, na comemoração dos 100 anos da abolição da escravatura.

O Sarney cria a Fundação Palmares e coloca um recurso grande na Palmares pra se financiar livros sobre a questão do negro, então foi-se repassado pro CNPq, então sei que saíram muitos livros naquele ano, naquele período. Então se começa a reescrever muito essa história do Brasil. Antes os livros só continham uma página sobre a escravidão, que foram quase 400 anos, e depois disso foram muitos livros trabalhados de pesquisadores nessa temática, mas ainda falta reescrever muita coisa.

Na questão da imprensa a gente nem ficava muito preocupado se iam colocar ou não, porque a gente fazia outro tipo de comunicação. A gente ia pra muitos debates de faculdade, organizava nossos debates, também, pra ir passando o debate da questão racial, sempre. E sabíamos que lá não ia ter muita abertura mesmo, não.

N: Então na imprensa local era mais nota sobre coisas pontuais?

G: Isso. Ou quando acontecia algum fato eles entrevistavam alguém. Teve um fato, por exemplo, além dessa festa Azeviche a gente iniciou uma coisa também pra arrecadar fundos, que era ir pro carnaval no dia que o Pacotão saía, e vender bebidas. Então a gente saía, comprava a bebida e vendia no Pacotão. E sempre a gente terminava vendendo tudo e acompanhávamos o Pacotão, ai teve uma vez,

que ele saía da 302 norte e chegava na 203 sul. Vinha a gente cantando as músicas do ilê Aiyê, do Olodum, quando a gente começou a seguir um trio elétrico lá. A gente sempre formava nossos grupinhos e ficávamos lá cantando. E não sei porque cargas d'água o cara depois começou a cantar a música do Luiz Caldas, “nêga do cabelo duro”. A gente fica irritadíssimo, porque era uma música que estávamos combatendo. A gente achou um afronte o cara cantar aquela musica ali.

Nós começamos a vaiar e foi uma confusão, o Nelson pega uma latinha de cerveja e joga nele. Sei que no dia seguinte tá na imprensa que militantes do movimento negro agrediram os cantores do trio elétrico que tavam fazendo uma homenagem. Então a imprensa colocava a coisa nesse sentido.

Aí sei que a Mara Régia, que era jornalista, é até hoje... Jornalista branca, mas ativista feminista e que conhecia a gente, então também eram seguros assim porque tínhamos relacionamento de amizade com jornalistas que faziam coberturas pra gente. Então ela decidiu abrir uma parte no programa que ela tinha no rádio sobre esse fato, e aí o cantor do trio falou “ah, mas eu tava fazendo uma homenagem, eu vi aquele grupo de negros e fui fazer uma homenagem e fui agredido”. E a gente levantava o debate racial na mídia.

Nesse dia eu que fui, eu e outra pessoa, aí a Mara consegue falar com Luiz Caldas e ele coloca que tava sendo agredido pelos militantes do MNU lá da Bahia também, que eles não conseguiam ver o sucesso dele. E muitas não pessoas entendiam, né? A agressividade que era essa música. Então depois que começou mesmo, que a Constituição estabeleceu que racismo era crime, as pessoas começaram a manear mais, mas eram muito agressivas. E esses militantes que eram taxados como radicais, principalmente o MNU. A gente ia pro embate, mesmo. Não se deixava passar as coisas, então a imprensa dava muita cobertura nesses fatos.

N: E como vocês avaliavam, se valia ou não à pena tentar fazer os debates por esse caminho da imprensa?

G: A gente achava que o debate tinha que ser por outro meio mesmo. Corpo a corpo, era procurar formar, debater um tema, pegar um livro, era em cima disso. Partir, esse curso “escravismo brasileiro” do professor Décio era pra formar os professores, pra entender o que era o racismo, como que eles viam os alunos

negros, como eles passavam a história do negro. Então a gente partia mais pra isso, porque era um negócio de formiguinha, mesmo. A resistência era um negócio muito forte!

Hoje muitos negros se assumem enquanto negros, desde sua parte estética até sua fala. Mas antigamente nós usarmos cabelo black era uma maneira de protesto, mesmo. E quando as pessoas viam esse cabelo black a gente já tava taxado. Então a estética era isso. Eu alisava meu cabelo. Então quando eu entrei na entidade, você era extremamente constrangido por manter aquele cabelo. E aí a gente entendia que era uma imposição da beleza, só que éramos pouquíssimos que usávamos aquele cabelo, então quem usava era difícil não ser taxada da radical. Eu e Luiza trabalhávamos no Banco do Brasil, e o Banco do Brasil nessa época era uma grande empresa. Então entrar no Banco, trabalhar com um blackão mesmo, meu chefe ele falava “Graça não pode ver uma caneta vermelha que já tá no confronto”.

Mas era muito interessante, uma coisa que hoje dentro do movimento de mulheres negras a gente tá vendo é que a nossa deficiência é a formação política. E a formação lhe ajuda no processo da conscientização, do trabalhar essa questão toda do racismo que é muito forte. Agora com essa questão do politicamente incorreto as pessoas não ficam mais constrangidas em mostrar o seu racismo, aflorar seu racismo. A questão das redes sociais, e tal. E a gente vê que tende a muitas pessoas num sofrimento muito grande, não tão ainda no enfrentamento desse racismo. E aí no Encontro Nacional que aconteceu e mobilizou o Brasil todo no ano passado, uma das deficiências foi isso. Todos os estados, uma das coisas que mais foi unânime foi essa questão do debate racial, que se colocou de lado achando que as coisas estavam mais ou menos resolvidas.

N: Isso no encontro de mulheres negras de Goiânia?

G: No de Goiânia, sim, foi o debate. Porque antes de chegar em Goiânia, os estados fizeram encontros estaduais. Então durante o período, teve que tirar delegadas. De várias coisas, uma das que ficou mais evidente do enfraquecimento do movimento negro é essa questão da formação.

N: Você se lembra de mais algum movimento em que apareceu alguma discussão que vocês tentaram levar pra imprensa, além desses dois, do carnaval e da TV Brasília?

G: Foram os dois que tiveram a polêmica maior, ficou um tempinho a mais que só uma notinha. Que mais aconteceu? É que depois a gente tava muito no Congresso, com os parlamentares, pra que eles levantassem as questões lá.

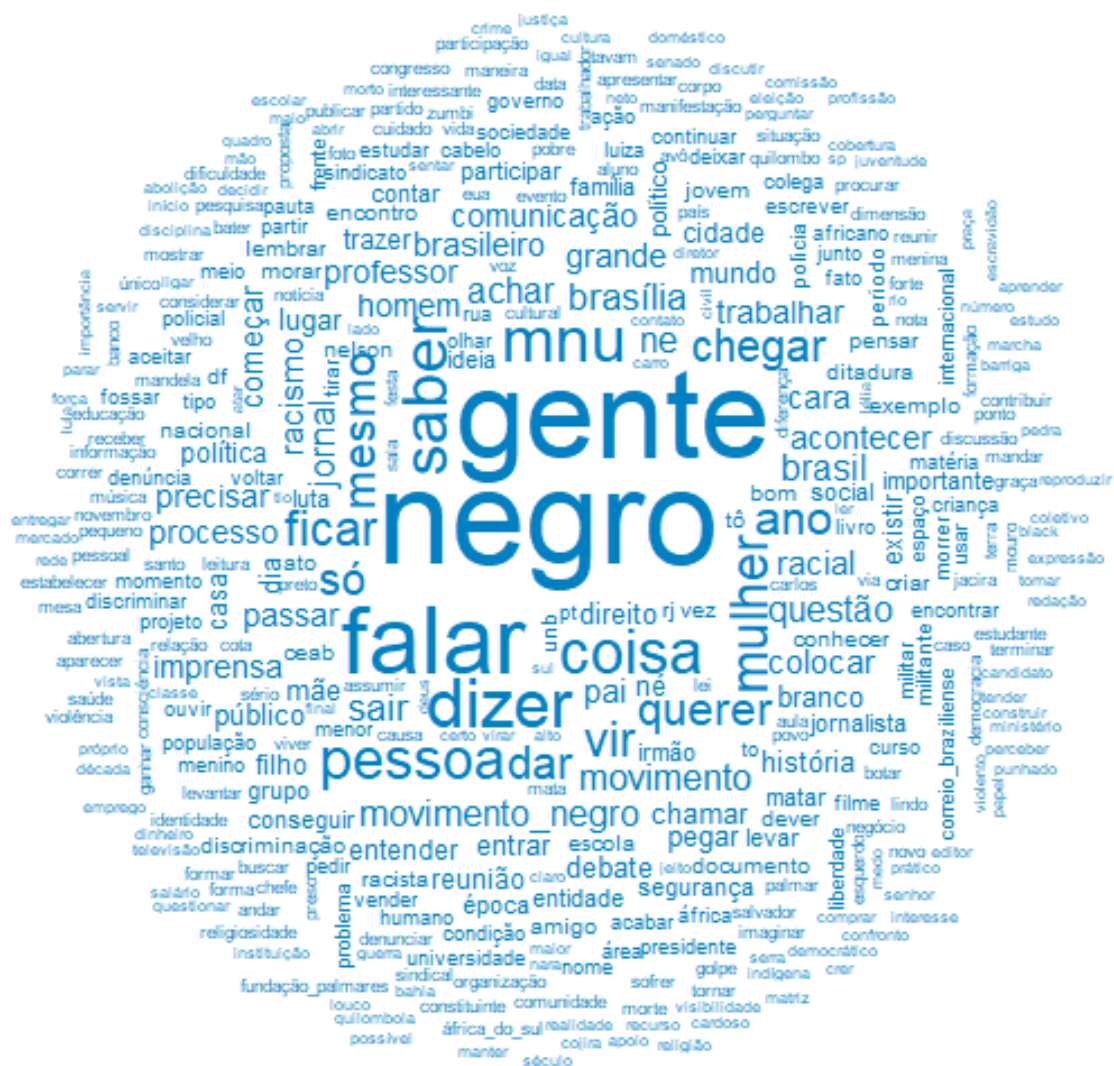
N: Isso já no processo da Constituinte?

G: Acho que antes, até. Agora não tô lembrada. Porque aí foi tudo depois. Depois do CEAB houve outro racha porque foi criado o INABRA, depois foi criada a Comissão do Negro do PT. Eu só me lembro do PT, é, porque na realidade agora não to lembrando de fatos assim. Porque tinham as festas, mas era só festa mesmo, não teve nenhum confronto pra estabelecer, não. Depois dessa história do trio elétrico, um Ministro tinha chegado em Brasília e se juntou a gente, e tocava nos bares da cidade, ai criou o primeiro bloco afro da cidade, o Asé Dudu.

Mas a gente levantava essas questões, mas confronto que foi mais pra imprensa eu vou dar uma olhada e lembrando eu falo com você. Eu tinha uns álbuns em que eu ia arquivando as matérias dos jornais, mas eu emprestei os álbuns depois que saí do MNU, que iniciei o salão em 1992, a pessoa nunca mais me devolveu. Porque a gente termina com a memória diminuindo...

APÊNDICE F – NUVEM DE PALAVRAS

Figura 15 – 400 palavras/expressões mais utilizadas nas entrevistas, a partir do software Iramuteq (considerando verbos, substantivos e adjetivos)

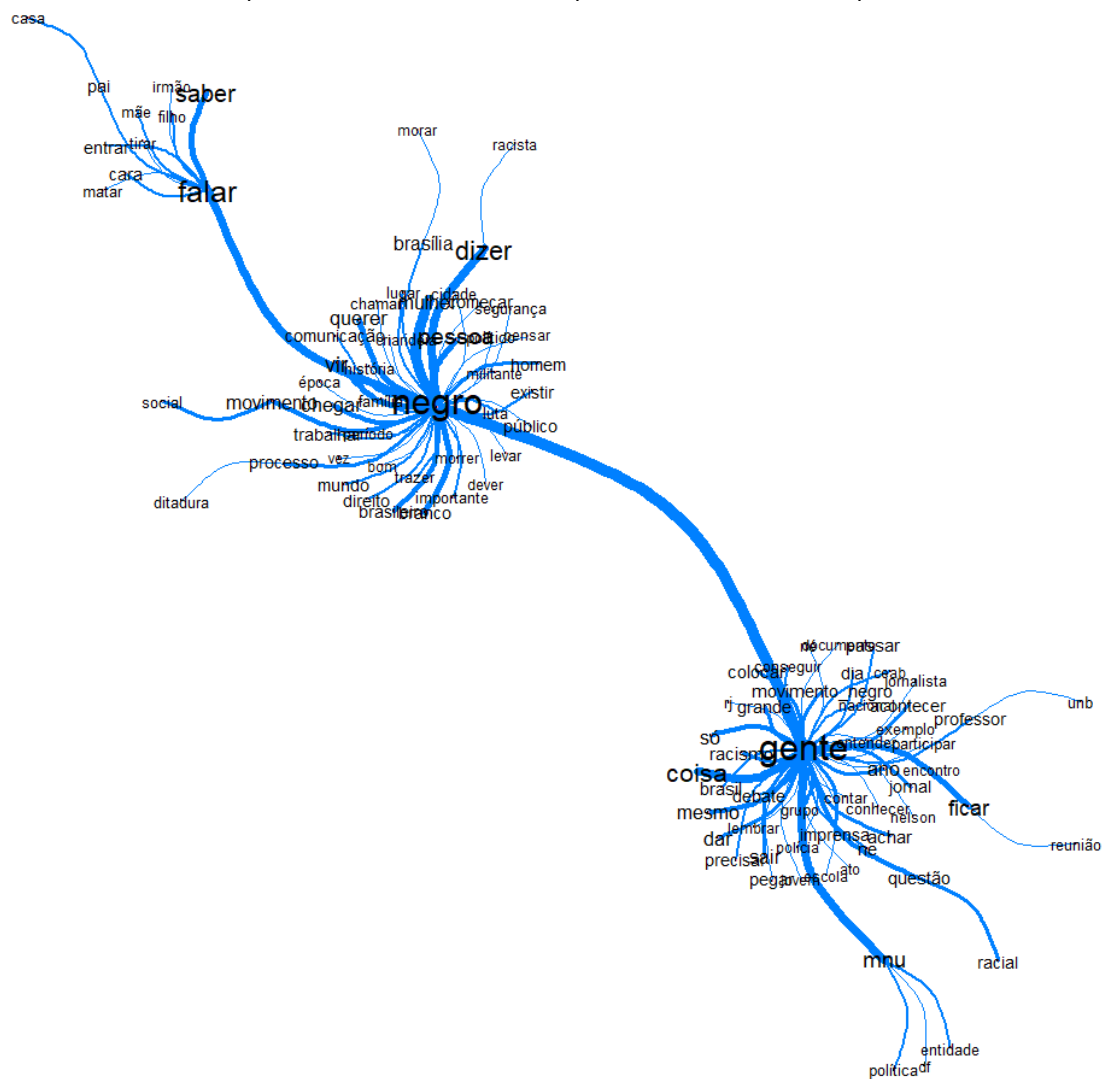


Fonte: Autoria própria

Como é possível visualizar, as duas palavras mais utilizadas nas entrevistas são: Negro (443 ocorrências) e Gente (414 ocorrências), esta, frequentemente é utilizada na expressão “a gente” (sinônimo de “nós”).

APÊNDICE G – ANÁLISE DE SIMILITUDE

Figura 16 – Palavras que apareceram no mínimo 30 vezes nas entrevistas, representadas em função de sua proximidade e coocorrência, a partir do software Iramuteq



Fonte: Autoria própria

ANEXO A – Carta de princípios do Movimento Negro Unificado e Histórico do MNU

Figura 17 – Carta de princípios do Movimento Negro Unificado e Histórico do MNU

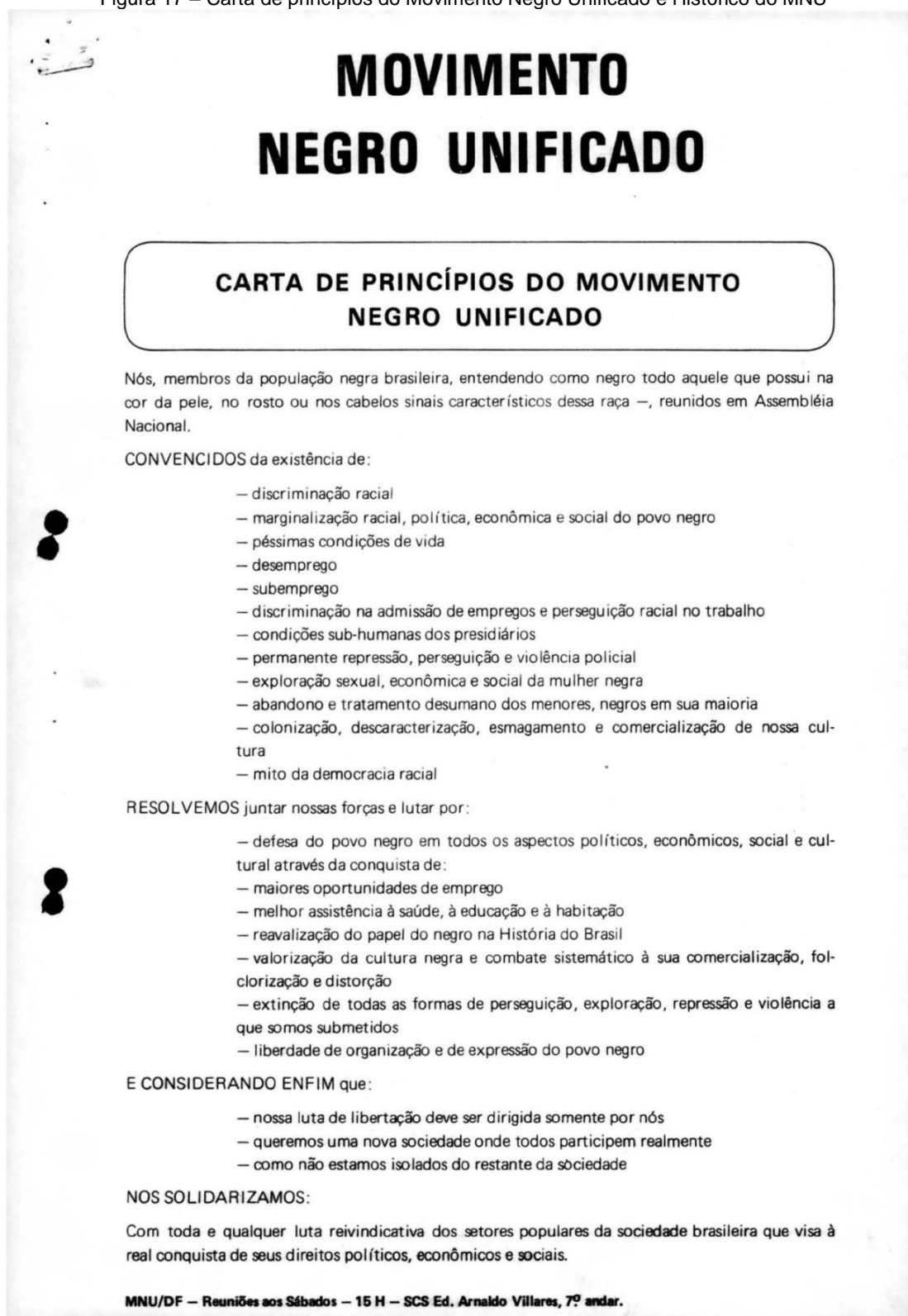


Figura 18 – Carta de princípios do Movimento Negro Unificado e Histórico do MNU

HISTÓRICO DO M. N. U.

Apesar de sabermos que a luta dos negros pelos seus direitos ser um fenômeno que já existe desde que os primeiros escravos africanos vieram para o Brasil, atualmente a unificação do movimento negro no Brasil deu-se a partir do dia 18 de junho de 1978, unificação essa consolidada quando da realização do Ato Público em São Paulo reunindo mais de 1.000 negros na escadaria do Teatro Municipal. Os fatos que contribuíram para a convocação foram os seguintes: a morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, no mês de maio devido a torturas por policiais de uma Delegacia de Guaíazes em São Paulo, expulsão no mesmo mês de quatro atletas negros do time juvenil do Clube de Regatas Tietê e o assassinato de Nilton Lourenço, negro e operário, por um policial no bairro da Lapa em São Paulo.

No dia 23 de julho deste mesmo ano foi realizado em São Paulo a primeira Assembléia Nacional, onde deu-se os primeiros passos para confecção dos nossos documentos básicos (Carta de Princípios, Programa de Ação e Estatuto).

O QUE É M. N. U.

O Movimento Negro Unificado foi criado para ser um instrumento de luta da comunidade negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo o ato de discriminação racial e a constante organização da comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo.

A base organizadora do movimento está nos Grupos de Trabalho, que são criados em todo o lugar onde o negro estiver, contendo o mínimo de três participantes. O M. N. U., já conta com grupos de trabalho em nove estados da Federação.

“O Movimento Negro Unificado tem como objetivo a conscientização e união de todos os negros brasileiros, em torno de seus problemas e interesses, pois só lutando e unidos conseguiremos o lugar a que temos direito dentro da sociedade brasileira”.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO/BRASÍLIA-DF

Reuniões: Sábado – 15:00 horas – SCS – Ed. Arnaldo Villares – 7º andar – Brasília - DF.

ANEXO B – Informe SSP sobre atividade cultural do MNU em 10/05/1982

Figura 19 – Informe SSP sobre atividade cultural do MNU em 10/05/1982


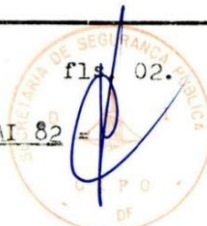
CONFIDENCIAL	
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES DIVISÃO DE INFORMAÇÕES INFORME N.º 200/82/DI/CIPO/SEP/DF	
DATA	: 11 MAI 82
ASSUNTO	: MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO - MNU
ORIGEM	: DI/CIPO/SEP/DF
AVALIAÇÃO	: A-2
REFERÊNCIA	: ...-
DIFUSÃO ANTERIOR:	: ...-
DIFUSÃO	: AC/SWI-CMP/11ARM-SI/VI/COMAR-2ªSE/COB-PM-2/FMDF-SI/
ANEXO	: 06 (Seis) cópias Xerográficas. / DSI/MRE - SR/DPF/DF.
	
<p>1. No dia 10 MAI 82, o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU), instalou no saguão da CULTURA INGLESA - Av. W-5-Sul, Q. 908, exposição de artes e desenhos de artistas negros. A abertura da exposição se deu às 20:00 horas, e às 20:40 hs teve início a exibição do filme CINCO VEZES FAVELA, produzido pelo Centro Popular de Cultura da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE em 1962, no RIO DE JANEIRO.</p> <p>2. Antes de ser dado início à projeção do filme, JACIRA DE Tal, representante do MNU em BRASÍLIA, convidou os presentes à participarem de reuniões promovidas pelo MNU todos os sábados às 15:00 horas, no Edifício ARNALDO VILLARES - 7º andar; desculpou-se por não ter sido possível a exibição do filme VIVÊNCIA, alegando que a EMBRAFILME não havia atendido a solicitação de empréstimo.</p> <p>3. O filme CINCO VEZES FAVELA, foi apresentado em três fases, com curtos intervalos, e duração total de 1 hora e 40 minutos. O primeiro tema desenvolvido, abordou a história de um homem Favelado que, desempregado, foi torturado e despejado do barraco que residia, abandonou a família, passou a praticar pequenos furtos e marginalizou-se da sociedade; no segundo tema, o filme mostra o interesse e a alegria dos moradores da favela na participação da escola de samba local, nos ensaios para os desfiles de Carnaval; o último tema, denominado PEDREIRA DE SÃO DIOGO, é feita uma demonstração de resistência de trabalhadores no sentido de não detonarem uma determinada carga de dinamite para o deslocamento de pedras, fato que resultaria em riscos para a população local. O empregado encarregado de acionar o dispositivo da carga de dinamite, fugiu e penetrou em uma Favela próxima, convocou todos os moradores a se postarem na Pedreira, e evitou que a indústria que extraía pedra da</p>	
CONFIDENCIAL	
(continua...)	
08/10/79	

Figura 20 – Informe SSP sobre atividade cultural do MNU em 10/05/1982

CONFIDENCIAL



= CONTINUAÇÃO DO LAPE nº 200/82/DI/CIPO/SEP/DF - DE 11 MAI 82 =

região, efetuasse explosões de dinamite.

4. Os ingressos em forma de BONUS em favor do MNU eram vendidos ao preço de R\$ 100,00 (cem cruzeiros) para estudantes e R\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) para não estudantes. O filme foi exibido em sessão única, com um público de aproximadamente 200 (duzentas) pessoas.


5. Esteve presente ao evento, dois casais de cor negra, que ocupavam o veículo Mercedes Benz, ano 1979, modelo 280-SE, placa CMD-0019 (uso oficial do Embaixador da COSTA DO MARFIM). As últimas pessoas que deixaram o local, tomaram os veículos de placas: AS-8029/DF, de propriedade de ERENY MARIA DE AZEVEDO, residente à SQS 115, Bl. "B" Aptº 405; AA-3696/DF, de propriedade de LYDIA GARCIA R. DE MELO, residente à HIGS 709, Bl. "M" casa 30; - AN-8660/DF, de propriedade de LOURIDI ERDES FIUZA DOS SANTOS, residente à SQS 202, Bl. "I" Aptº 303; - AI-2684/DF, de propriedade de TEREZINHA FERREIRA MARANHÃO, residente à QND 59 Lote 27-Taguatinga-DF; e, AG-8690/DF, de propriedade de RUY BARCELLOS NUNES, Carteira de Identidade nº 16912148-M. Exército/RJ, residente à SQS 212, Bloco "A" Aptº 402.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
 PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DES-
 TE DOCUMENTO. (Art. 12 - Dec. nº
 78.098/77 (RSAS).

CONFIDENCIAL

ANEXO C – Informe SSP sobre manifestação de 15/08/1985

Figura 21 – Informe SSP sobre manifestação de 15/08/1985

CONFIDENCIAL	
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES DIVISÃO DE INFORMAÇÕES INFORME N.º 255/85/DI/CIPO/SEP.....	
	
DATA	: 27 AGO 85
ASSUNTO	: ATO PÚBLICO EM FRENTE A EMBAIXADA DA ÁFRICA DO SUL
ORIGEM	: DI/CIPO/SEP
AVALIAÇÃO	: A / 1
REFERÊNCIA	: TLX Nº 00527/140/AC/85
DIFUSÃO ANTERIOR:	..-
DIFUSÃO	: AC/SNI
ANEXO	: 03 (três) fotocópias de panfletos
<p>01. Realizou-se entre 12h e 13h40min do dia 15 AGO 85, em frente a Embaixada da ÁFRICA DO SUL, um ato público em protesto ao "APARTHEID", regime de segregação racial daquele país.</p> <p>02. O referido ato contou com cerca de 200 (duzentos) participantes e foi promovido pelas entidades abaixo relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CENTRO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (CEAB); - CENTRO DE TRADIÇÕES POPULARES; - COMISSÃO DO NEGRO DO PT; - MEMORIAL ZUMBI; - MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU); e, - GRUPO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA. <p>03. Usaram da palavra as seguintes pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>LYDIA GARCIA BEZERRA DE MELO</u> - Membro do Centro' de Estudos AFRO-BRASILEIROS; - <u>ROBERTO POMPEU DE SOUZA BRASIL</u> - Secretário de Educação do Distrito Federal; - <u>AGUINALDO TIMÓTHEO PEREIRA</u> - Deputado Federal pelo PDT/RIO DE JANEIRO; - <u>MAURÍCIO JOSÉ CORRÊA</u> - Presidente da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, seção DF (OAB/DF); - <u>JOSÉ LIBÉRIO PIMENTEL</u> - Presidente do Sindicato dos Professores/DF (SINPRO/DF); - <u>ABDIAS DO NASCIMENTO</u> - Deputado Federal pelo PDT/RIO DE JANEIRO; 	
CONFIDENCIAL	
Continua ...	

08/10/73

Figura 22 – Informe SSP sobre manifestação de 15/08/1985

CONFIDENCIAL

(Continuação do INFE Nº 255 /85/DI/CIPO/SEP, datado em 27 AGO 85 Fls. 02)

- HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA - Deputado Federal pelo PMDB/BAHIA;
- HENRIQUE SANTANA - Reverendo membro do Conselho Municipal das Igrejas Presbiterianas;
- DJALMA MARINHO MUNIZ FALCÃO - Deputado Federal pelo PMDB/ALAGOAS;
- SÉRGIO SIQUEIRA DA CRUZ - Médico;
- DAVID EMERICH - Jornalista;
- DÉCIO BERGAMASCHI FREITAS - Presidente do Comitê de Luta pela Anistia; e,
- LUIZ JOSÉ HENRIQUE SCALA MANZOLILLO, filho de Antônio Manzolillo e Paola Scala Manzolillo, DLN - 26 JUN 1930, RIO DE JANEIRO/RJ - IDT nº 479.696/SEP/DF, Presidente do Partido Socialista Brasileiro/DF (PSB/DF).

04. Todos os oradores foram unânimes em criticar o Governo sul africano, bem como as injustiças sociais causadas pelo regime racista. Outro fator preponderante em todos os discursos, foi o pedido de rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul que, inclusive, foi fortalecido com um abaixo-assinado que deveria ser entregue ao Ministro das Relações Exteriores no dia 19 próximo passado.


05. No decorrer do evento, os manifestantes entoavam palavras de ordem, tais como:

- "PELOS DIREITOS DO CIDADÃO, ABAIXO A DISCRIMINAÇÃO";
- "ÁFRICA FORTE LUTA POR LIBERDADE, APARTHEID É DESUMANIDADE";
- "ÁFRICA DO SUL GENOCÍDIO LEGALIZADO, BRASIL, GENOCÍDIO DISFARÇADO";
- "ÁFRICA LIVRE, IGUALDADE E CIDADANIA";
- "ÁFRICA SEM RACISMO, BRASIL SEM PRECONCEITO";
- "AO NEGRO O QUE É DIREITO";
- "LIBERDADE PARA MANDELA/VIDA PARA A ÁFRICA";
- "O APARTHEID TEM QUE MORRER. O APARTHEID TEM QUE MORRER - O APARTHEID TEM QUE MORRER"; e,
- "LIBERDADE SIM/APARTHEID NÃO".

06. Na oportunidade, foram distribuídos convites para os


CONFIDENCIAL

Figura 23 – Informe SSP sobre manifestação de 15/08/1985

CONFIDENCIAL	
<p>(Continuação do INFE Nº 255/85/DI/CIPO/SEP, datado em 27 AGO 85 Fls. 06)</p>	
<p>seguintes eventos:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> - Reunião do Conselho Brasileiro de Defesa da Paz (CONDEPAZ) Tema: Fortalecimento do Movimento Dia : 21 AGO 85 às 20h Local: Edifício Serra Dourada - sala 709 - Debate do Movimento Negro Unificado/DF (MNU/DF) Tema : APARTHEID - Crime contra humanidade Dia : 19 AGO 85 às 19h30min Local: Associação Comercial, no Setor Comercial Sul (SCS) - Palácio do Comércio. 	
<p>07. Ao final, os manifestantes queimaram uma bandeira Sul africana, em repúdio às violências cometidas contra os negros daquele país.</p>	
<p>08. Foram identificadas, ainda, as seguintes pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ^{v - 04/06} <u>AUSTREGÉSILO FERREIRA DE MELO;</u> ✓ - <u>DJALMIR AUGUSTO DE ASSIS;</u> ✓ - <u>FERNANDO TOLENTINO DE SOUZA VIEIRA;</u> ✓ - <u>DURCINEA CRÍSPIM DE SOUZA;</u> ✓ - ^{v - 03/05} <u>MAERLE FIGUEIRA FERREIRA LIMA;</u> e, ✓ - ^{v - 02/05} <u>FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS.</u> ✓ 	
<p>09. Faixas e cartazes exibidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - "FORA ASSASSINOS"; - "ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DA ÁFRICA DO SUL"; - "ABAIXO O APARTHEID"; - "RANÇO RACISMO, BRANCO FASCISMO, BRANCO DESISTA"; - "ÁFRICA DO SUL LIVRE"; - "REPÚDIO AO REGIME RACISTA DA ÁFRICA DO SUL- CEAB"; - "APARTHEID A VERGONHA DO MUNDO"; - "04 MILHÕES DE BRANCOS MASSACRANDO 22 MILHÕES DE NEGROS"; - "GOVERNO BRASILEIRO, CHEGA DE DECLARAÇÕES, QUEREMOS AÇÃO - MNU"; 	
CONFIDENCIAL	

ANEXO D – Informe SSP sobre manifestação de 17/10/1985

Figura 25 – Informe SSP sobre manifestação de 17/10/1985

CONFIDENCIAL	
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES DIVISÃO DE INFORMAÇÕES INFORME N.º 388/85/DI/CIPO/SEP/DF.....	
	
DATA	: 25 OUT 85
ASSUNTO	: <u>ATO PÚBLICO EM REPÚDIO AO APARTHEID</u>
ORIGEM	: DI/CIPO/SEP
AVALIAÇÃO	: A / 1
REFERÊNCIA	: -.-
DIFUSÃO ANTERIOR:	-.-
DIFUSÃO	: AC/SNI
ANEXO	: -.-
<p>1. Realizou-se, das 12h às 13h20min do dia 17 OUT 85, ' em frente à Embaixada da África do Sul, um ato público em repúdio ao regime de segregação racial o "apartheid". Cerca de 60 (sessenta) pessoas participaram do evento sob a coordenação de <u>JOSÉ CARLOS TACUMÃ</u> - Funcionário do Banco Central e militante do Movimento Negro Unificado (MNU).</p> <p>2. Vários líderes sindicais estiveram presentes ao referido ato, em seus discursos, criticaram as relações diplomáticas que o Brasil mantém com a África do Sul.</p> <p>3. Vale ressaltar que, <u>FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS</u>^{02/05} - Presidente da Central Única dos Trabalhadores, seção/DF (CUT/DF) e Associação dos Vigilantes do DF, afirmou que "o Brasil não tem nenhum motivo para manter relações com a África do Sul, em nome da CUT/DF, acho que o Brasil deveria romper as relações com a África do Sul, hoje".</p> <p>4. Palavras de ordem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - "ASSASSINOS, ASSASSINOS, FORA!"; - "O BRASIL NÃO PRECISA DE VOCÊS."; - "DEIXEM NOSSO SOLO."; - "LIBERDADE PARA MANDELA E PARA TODOS OS PRESOS POLÍTICOS."; e, - "QUEREMOS REPRESENTAÇÃO JÁ PARA O CONGRESSO NACIONAL AFRICANO (ANC) NO BRASIL." <p>5. Participantes identificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>PAULO SÉRGIO RAMOS CASSIS</u>^{04/04} - Militante do PC do B; - <u>DJALMIR AUGUSTO DE ASSIS</u> - Presidente do Sindicato dos Gráficos; - <u>JACKSON OLIVEIRA DE MOURA</u> - Associação dos Servidores <p style="text-align: right;">Continua...</p>	
CONFIDENCIAL	

33/03/80

Figura 26 – Informe SSP sobre manifestação de 17/10/1985

CONFIDENCIAL

(continuação do INFE Nº 388/85/DI/CIPO/SEP, datado em 25 OUT 85 FLs.02

da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do Distrito Federal (ASCET/DF); e,

- DOMINGOS BORTOLI BRUZZAMARELO - Padre.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DE
ESTE DOCUMENTO. (Art. 12 - Dec. 1
79.009/77 (RSAS).

CONFIDENCIAL

ANEXO E – Informe SSP sobre manifestação de 22/08/1986


Figura 27 – Informe SSP sobre manifestação de 22/08/1986

CONFIDENCIAL	
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES, PLANEJAMENTO E OPERAÇÕES DIVISÃO DE INFORMAÇÕES INFORME Nº <u>387/86/DI/CIPO/SEP/DF</u>	
DATA	: 28 ago 86
ASSUNTO	: <u>MANIFESTAÇÃO EM FRENTE A EMBAIXADA DA ÁFRICA DO SUL</u>
ORIGEM	: DI/CIPO/SEP
AVALIAÇÃO	: A / 1
REFERÊNCIA	: -.-
DIFUSÃO ANTERIOR	: -.-
DIFUSÃO	: AC/SNI-CMP e 117RM-SI/VI COMAR-CNB-SI/SR/DPF/DF
ANEXO	: 03 (três) panfletos
<p>1. Sob a coordenação do MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU), COMISSÃO DO NEGRO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) e <u>CENTRO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (CEAB)</u>, realizou-se no dia 22 ago 86, das 12 às 16h 30min, em frente a Embaixada da ÁFRICA DO SUL, localizada no Setor de Embaixadas Sul, Avenida das Nações lote 06, uma manifestação contra a discriminação racial naquele país. Contou com a participação de cerca de 150 (cento e cinquenta) pessoas e foi dirigida por <u>ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA - "CAFÚ"</u>, professor do curso QUILOMBO DOS PALMARES e militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).</p> <p>2. Iniciando o evento foi feita uma exibição de capoeira e uma dupla cantou várias músicas de MILTON NASCIMENTO. Em seguida, o apresentador ANTONIO JOSÉ FERREIRA - "CAFÚ" anunciou a presença de representantes de várias entidades que foram prestigiar aquela manifestação tais como: SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL (SINPRO/DF), SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA (SEEB/DF), SINDICATO DOS JORNALISTAS DE BRASÍLIA/DF, ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA PARANOÁ, ASSOCIAÇÃO DOS INCANSÁVEIS MORADORES DA CEILÂNDIA (ASSINC), PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B), PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT) e PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB).</p> <p>3. Várias pessoas usaram da palavra, sendo unânimes em condenar o regime de segregação racial da ÁFRICA DO SUL denominado "APARTHEID" e pediram o imediato rompimento das relações diplomáticas do Brasil com aquele país, destacando-se os seguintes pronunciamentos: <u>CARLOS ALBERTO MÜLLER LIMA TORRES</u>, candidato do PCB/DF ao Senado, defendeu uma Sociedade justa e igual para todos, onde as continua...</p>	
CONFIDENCIAL	

08/10/89

Figura 28 – Informe SSP sobre manifestação de 22/08/1986

CONFIDENCIAL



(continuação do INFE Nº 387/86/DI/CIPO/SEP, datado em 28 ago 86 Fls. 02)

raças possam servir-se mutuamente e pediu a imediata expulsão do Embaixador Sul Africano do Brasil;

^{xx-04/02}
ROBERTO POMPEU DE SOUZA BRASIL ✓, candidato do PMDB/DF ao Senado, condenou a liberdade que grandes empresas Sul Africanas têm para operar no Brasil e pediu que o Governo Brasileiro tome imediatas, severas e definitivas providências contra aquele país, a exemplo da ARGENTINA que, mesmo não possuindo uma identidade negra marcante, teve a dignidade de condenar o genocídio do "APARTHEID".

4. Os manifestantes denominaram a avenida defronte a Embaixada da ÁFRICA DO SUL, de "AVENIDA NELSON MANDELA". Finalizando, distribuíram tinta e papel a cerca de 60 (sessenta) crianças da Vila Paranoá para pintar os muros daquela Embaixada, fato esse não concretizado devido a ação da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) que impediu a sua efetivação. As crianças foram transportadas da Vila Paranoá até o local do evento pelo ônibus placa ON-9326/DF nº de ordem 565, de propriedade da Viação Santo Antonio.

5. Participando da manifestação foram identificadas as seguintes pessoas:

- CARLOS MOURA ✓ - Presidente do CEAB;
- HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA ✓ - Deputado Federal PC do B/BA;
- ^{xx-05/02} JOSE OSCAR PELUCIO PEREIRA ✓ - PDT/DF;
- WALTER GIORDANO ✓ - PDT/DF;
- ÂNGELA SOARES DA SILVA ✓ - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE);
- * JOEL RUFINO - Membro do Memorial ZUMBI;
- ^{xx-02/02} FERNANDO TOLENTINO DE SOUZA VIEIRA ✓ - PC do B/PMDB/DF;
- EDSON LOPES CARDOSO ✓ - MNU;
- ^{xx-10/04} JAQUES DE OLIVEIRA PENA ✓ - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT);
- ^{xx-06/03} AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO ✓ - Candidato a Deputado Federal pelo PCB/DF;
- ^{xx-13/04} BRUNO WALTER COELHO SARAIVA ✓ - PC do B/DF;
- ^{xx-08/03} NELSON VIEIRA SERRA ✓ - CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES (CGT).

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DEST
TE DOCUMENTO (Art. 12 - Dec. nº
79.099/77 (RSAS).

CONFIDENCIAL

ANEXO F – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte

Figura 29 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte



Em atendimento à Convocatória Nacional, enviada a 580 Entidades Negras e Grupos atuantes do Movimento Negro, compareceram à "CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO PELA CONSTITUINTE", em Brasília-DF, nos dias 26 e 27 de Agosto de 1986, representantes de 63 Entidades, compreendendo Entidades Negras, Sindicatos, Partidos Políticos e Grupos Sociais, de 16 Estados da Federação: AL; BA; DF; GO; MA; MG; MS; PA; PB; PE; PI; RJ; RS; SC; SE e SP, totalizando 185 participantes inscritos na "CONVENÇÃO".

2. Embora conscientes de a "CONSTITUINTE-87" não terá a participação democrática do brasileiro, uma vez que o "Grupo" daqueles que serão encarregados da nova Carta Magna, vem sendo formado através de alianças entre as elites que sempre dominaram e designaram, em consequência, tanto cultural quanto economicamente, os destinos do Povo, Nós Negros, entendemos que deveríamos nos esforçar para, conjuntamente, trazeremos à baila as nossas necessidades enquanto um segmento étnico-social, politicamente definido dentro deste imenso Brasil multi-étnico.

3. Cabe esclarecer que nossa denominação de "NEGROS", engloba todos aqueles que possuem caracteres, fenótipos e, ou genótipos, dos povos africanos que aqui foram trazidos para o trabalho escravo. Conforme as leis estabelecidas, os Africanos foram violentados e despojados de seus direitos inalienáveis, e, hoje, a despeito de uma libertação forjada juridicamente, há 98 anos, Nós Negros, os descendentes daqueles que edificaram o patrimônio econômico nacional, continuamos na aviltante condição de marginalizados sociais, discriminados e majoritariamente alijados do processo de evolução social. E, dessa feita, o MOVIMENTO NEGRO NACIONAL é formado por todos aqueles que conscientes, de nossa condição enquanto cidadãos brasileiros, nos encontramos politicamente organizados em Grupos que sistematicamente, combatem o Racismo no Brasil, e, ainda por aqueles outros que lutam por preservar os valores espirituais, morais, sociais e culturais que nos foram legados pelos incontáveis filhos apartados da Mãe-África.

4. Assim, Nós Negros, reunidos em Brasília-DF, durante a CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO PELA CONSTITUINTE, enquanto segmento étnico-social politicamente organizado, e, enquanto cidadãos brasileiros que, vimos trabalhando e contribuindo para a efetiva formação e consolidação desta Nação, indicamos a seguir, aos dirigentes do País, e, em especial deferência, a todos os membros da "Assembléia Nacional Constituinte-87", as nossas reivindicações:

I - sobre os DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS:

- 1 - Que o § 1º do Artigo 153 da Constituição Federal, passe a ter em sua redação, um acréscimo, ficando com o seguinte teor:

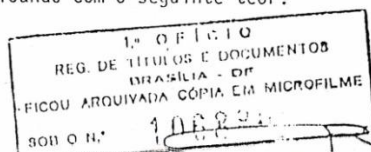



Figura 30 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte



2.

"Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas, Será punido pela Lei o preconceito de raça, como crime inafiançável, com pena de reclusão e para o referido processo adota-se o rito sumaríssimo.";

2 - Que seja mantida a redação dada ao § 11º, do Artigo 153 da Constituição Federal, verbis;

"Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento. Quanto à pena de morte, fica ressalvada a legislação penal aplicável em caso de guerra externa. A lei disporá sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de função pública.";

3 - Que se estabeleça que:

"No sistema penitenciário, o detento e o presidiário terão respeitada a sua integridade física e moral, desenvolvendo atividade produtiva rentável, sendo esta renda, revertida em prol de sua família, na proporção de 80%, sendo os 20% restantes, em prol do sistema penitenciário.";

4 - Que seja efetivada a criação de um Tribunal Especial para julgamento dos crimes de discriminação racial;

5 - Que na Nova Carta Constitucional conste um dispositivo onde:

"... a tortura física e ou psicológica seja considerada crime contra a Humanidade.";

6 - Que seja mantida a redação do § 12º do Artigo 153 da Constituição Federal:

"Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente. A lei disporá sobre a prestação de fiança. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal.";

II - sobre a VIOLÊNCIA POLICIAL:

1 - "Unificação das Polícias Civil e Militar, com a instituição de cursos permanentes de reciclagem e melhores critérios de seleção e admissão dos policiais, no sentido de garantir o respeito à integridade física e moral do cidadão, independentemente de sua raça ou cor.";

2 - "Todos os crimes relacionados ao abuso do poder, cometidos pela Polícia contra o cidadão, serão julgados pela Justiça Comum.";

1.º OFÍCIO
REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
BRASÍLIA - DF
FICOU ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
10200
BOB O N.º

Fonte: Arquivo pessoal de Graça Santos

Figura 31 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte

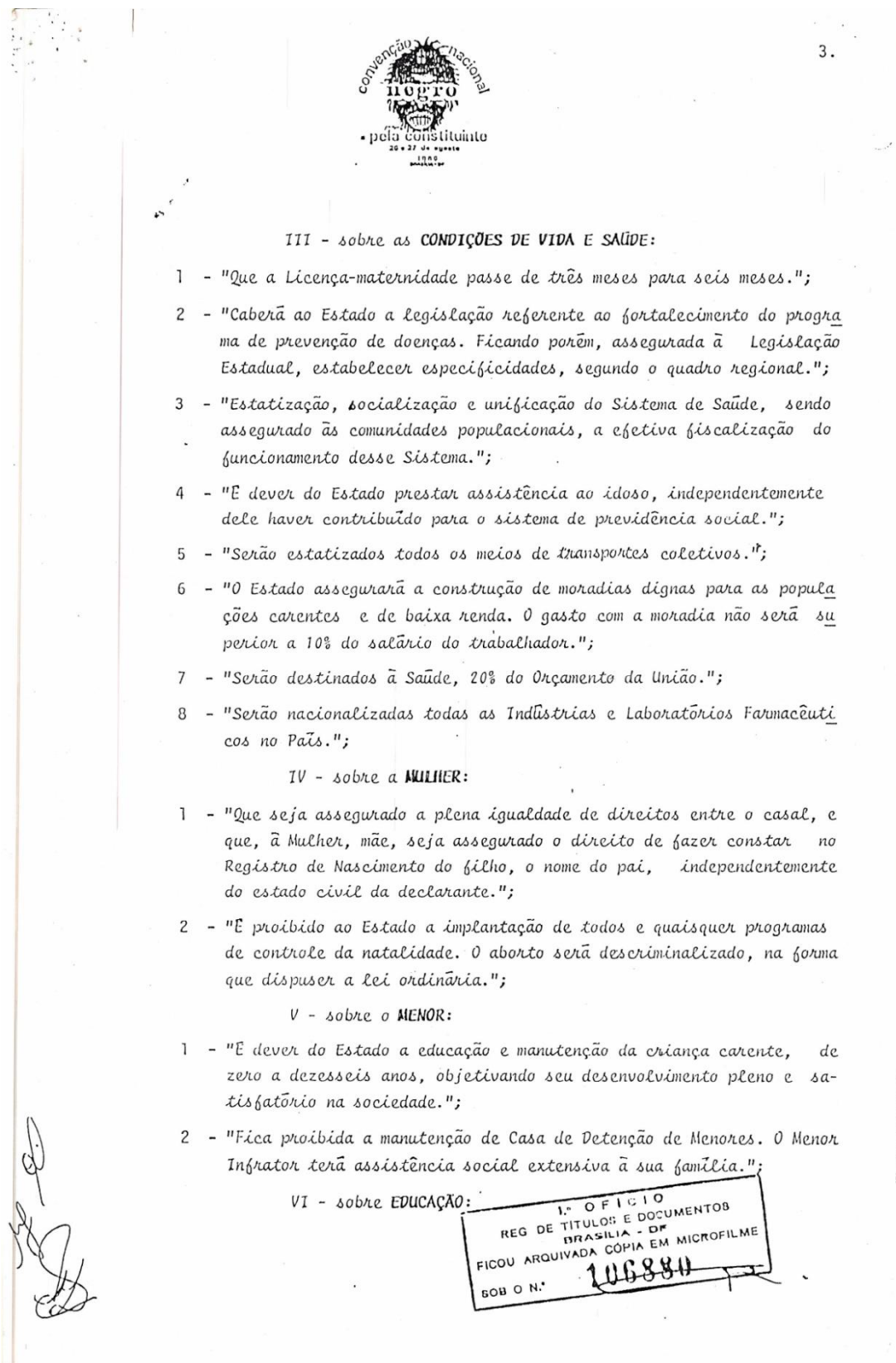


Figura 32 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte



4.

- 1 - "O processo educacional respeitará todos os aspectos da cultura brasileira. É obrigatório a inclusão nos currículos escolares de I, II e III graus, do ensino da História da África e da História do Negro no Brasil.";
- 2 - "A Educação será gratuita, em todos os níveis, independentemente da idade do educando. Será obrigatória a nível de I e II graus.";
- 3 - "A elaboração dos currículos escolares será, necessariamente, submetida à aprovação de representantes das comunidades locais.";
- 4 - "A verba do Estado destinada à Educação corresponderá a 20% do Orçamento da União.";
- 5 - Que seja alterada a redação do § 8º do Artigo 153 da Constituição Federal, ficando com a seguinte redação:

"A publicação de livros, jornais e periódicos não dependem de licença da autoridade. Fica proibida a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça, de cor ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.";
- 6 - "A ocupação dos cargos de direção e coordenação nas escolas públicas e de delegado de ensino, serão efetivadas mediante eleição, com a participação dos professores, alunos e pais de alunos.";

VII - sobre a CULTURA:

- 1 - "É proibida a veiculação de mensagens, em todos e quaisquer veículos de comunicação de massa, que ofendam a integridade moral, espiritual e cultural da pessoa do cidadão Negro.";
- 2 - Em substituição ao § 5º do Artigo 153 da Constituição Federal, que passe a constar que:

"Fica assegurada a liberdade de culto religioso e garantida a prática de todas e quaisquer manifestações culturais, independentemente de sua origem racial, desde que não sejam ofensivas à moral e aos bons costumes.";
- 3 - "Que seja declarado Feriado Nacional, o dia 20 DE NOVEMBRO, data da morte de Zumbi, o último líder do Quilombo dos Palmares, como o DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.";

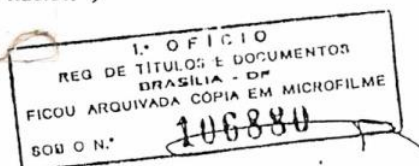



Figura 33 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte

5.



4 - "Que seja efetivado o reconhecimento expresso do caráter multi-racial da Cultura Brasileira.";

VIII - sobre o TRABALHO:

1 - "Que a duração da jornada diária do trabalho não exceda a 6 (seis) horas, ficando ainda, assegurado o repouso semanal remunerado e, igualmente, os feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local.";

2 - "Estabilidade do trabalhador no emprego, desde o início do contrato de trabalho.";

3 - "Reconhecimento da profissão de Empregada Doméstica e Diaristas, de acordo com o estabelecido na CLT.";

4 - "Aposentadoria por tempo de serviço com salário integral, acrescido de 30%, a título de bonificação.";

5 - "O Estado assegura a todos os trabalhadores, de qualquer categoria profissional ou ramo de atividade, inclusive rural:

- salário mínimo real;
- direito irrestrito de greve;
- liberdade e autonomia sindical;
- proibição de diferença de salários e de critérios de admissões no trabalho, por motivo de sexo, cor ou estado civil.";

6 - "Escala móvel de salários, de acordo com a elevação do custo de vida.";


7 - "Licença aos pais, nos períodos de natal e pós-natal do filho, para usufruir com plenitude da paternidade.";

8 - "Que seja assegurado também ao marido ou companheiro, o direito de usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira.";

9 - "Direito de sindicalização para os funcionários públicos.";

10 - "Que seja criado o "Juizado de Pequenas Causas" na área trabalhista.";

11 - "Responsabilidade do Estado pela indenização imediata de acidentes ou prejuízos que o Trabalhador for vitimado no exercício profissional, assegurado ao Estado o direito de ação regressiva contra o empregador ou contra o próprio empregado quando apurada a responsabilidade.";






Figura 34 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte



6.


IX - sobre a QUESTÃO DA TERRA:


- 1 - "Será assegurada às populações pobres o direito à propriedade do solo urbano, devendo o Estado implementar as condições básicas de infra-estrutura em atendimento às necessidades do Homem.";
- 2 - "Será garantido o título de propriedade da terra às Comunidades Negras remanescentes de quilombos, quer no meio urbano ou rural.";
- 3 - "Que o bem imóvel improdutivo não seja transmissível por herança. Que o Estado promova a devida desapropriação.";


X - sobre RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

- 1 - "Rompimento imediato de relações diplomáticas e/ou comerciais com todos e quaisquer Países que tenham institucionalizado qualquer tipo de discriminação entre sua população.".

Por fim, para legitimar as reivindicações ora apresentadas e em obediência a determinação da CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO PELA CONSTITUINTE, que nos delegou a tarefa de redigir este documento, abaixo nós subscrevemos, em nome de todos os convencionais,



 MARIA DA GRAÇA SANTOS - MNU/DF


 MARIA LÚCIA JUNIOR - OAB/DF-6508


 MARIA LUIZA JUNIOR

1.º OFÍCIO
 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 SCS - ED. JK LOJA 4 - TEL.: 224.4026
 Protocolado, registrado e microfilmado nesta
 data sob o n.º 106880
 Brasília, 17 OUT 1986

Brasília (DF), outubro de 1986.


 Cecília de Carmo Abreu Rodrigues
 T.R.C. JUD. BUDDCREVO

CARTELO DO SUJEITO DE NOTAS
 ED. PONTES DO COMÉRCIO DE BRASÍLIA-DF
 Registro de Títulos e Documentos
 (C) 1986 - 1987 - 1988 - 1989 - 1990 - 1991 - 1992 - 1993 - 1994 - 1995 - 1996 - 1997 - 1998 - 1999 - 2000 - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025 - 2026 - 2027 - 2028 - 2029 - 2030 - 2031 - 2032 - 2033 - 2034 - 2035 - 2036 - 2037 - 2038 - 2039 - 2040 - 2041 - 2042 - 2043 - 2044 - 2045 - 2046 - 2047 - 2048 - 2049 - 2050 - 2051 - 2052 - 2053 - 2054 - 2055 - 2056 - 2057 - 2058 - 2059 - 2060 - 2061 - 2062 - 2063 - 2064 - 2065 - 2066 - 2067 - 2068 - 2069 - 2070 - 2071 - 2072 - 2073 - 2074 - 2075 - 2076 - 2077 - 2078 - 2079 - 2080 - 2081 - 2082 - 2083 - 2084 - 2085 - 2086 - 2087 - 2088 - 2089 - 2090 - 2091 - 2092 - 2093 - 2094 - 2095 - 2096 - 2097 - 2098 - 2099 - 2100 - 2101 - 2102 - 2103 - 2104 - 2105 - 2106 - 2107 - 2108 - 2109 - 2110 - 2111 - 2112 - 2113 - 2114 - 2115 - 2116 - 2117 - 2118 - 2119 - 2120 - 2121 - 2122 - 2123 - 2124 - 2125 - 2126 - 2127 - 2128 - 2129 - 2130 - 2131 - 2132 - 2133 - 2134 - 2135 - 2136 - 2137 - 2138 - 2139 - 2140 - 2141 - 2142 - 2143 - 2144 - 2145 - 2146 - 2147 - 2148 - 2149 - 2150 - 2151 - 2152 - 2153 - 2154 - 2155 - 2156 - 2157 - 2158 - 2159 - 2160 - 2161 - 2162 - 2163 - 2164 - 2165 - 2166 - 2167 - 2168 - 2169 - 2170 - 2171 - 2172 - 2173 - 2174 - 2175 - 2176 - 2177 - 2178 - 2179 - 2180 - 2181 - 2182 - 2183 - 2184 - 2185 - 2186 - 2187 - 2188 - 2189 - 2190 - 2191 - 2192 - 2193 - 2194 - 2195 - 2196 - 2197 - 2198 - 2199 - 2200 - 2201 - 2202 - 2203 - 2204 - 2205 - 2206 - 2207 - 2208 - 2209 - 2210 - 2211 - 2212 - 2213 - 2214 - 2215 - 2216 - 2217 - 2218 - 2219 - 2220 - 2221 - 2222 - 2223 - 2224 - 2225 - 2226 - 2227 - 2228 - 2229 - 2230 - 2231 - 2232 - 2233 - 2234 - 2235 - 2236 - 2237 - 2238 - 2239 - 2240 - 2241 - 2242 - 2243 - 2244 - 2245 - 2246 - 2247 - 2248 - 2249 - 2250 - 2251 - 2252 - 2253 - 2254 - 2255 - 2256 - 2257 - 2258 - 2259 - 2260 - 2261 - 2262 - 2263 - 2264 - 2265 - 2266 - 2267 - 2268 - 2269 - 2270 - 2271 - 2272 - 2273 - 2274 - 2275 - 2276 - 2277 - 2278 - 2279 - 2280 - 2281 - 2282 - 2283 - 2284 - 2285 - 2286 - 2287 - 2288 - 2289 - 2290 - 2291 - 2292 - 2293 - 2294 - 2295 - 2296 - 2297 - 2298 - 2299 - 2300 - 2301 - 2302 - 2303 - 2304 - 2305 - 2306 - 2307 - 2308 - 2309 - 2310 - 2311 - 2312 - 2313 - 2314 - 2315 - 2316 - 2317 - 2318 - 2319 - 2320 - 2321 - 2322 - 2323 - 2324 - 2325 - 2326 - 2327 - 2328 - 2329 - 2330 - 2331 - 2332 - 2333 - 2334 - 2335 - 2336 - 2337 - 2338 - 2339 - 2340 - 2341 - 2342 - 2343 - 2344 - 2345 - 2346 - 2347 - 2348 - 2349 - 2350 - 2351 - 2352 - 2353 - 2354 - 2355 - 2356 - 2357 - 2358 - 2359 - 2360 - 2361 - 2362 - 2363 - 2364 - 2365 - 2366 - 2367 - 2368 - 2369 - 2370 - 2371 - 2372 - 2373 - 2374 - 2375 - 2376 - 2377 - 2378 - 2379 - 2380 - 2381 - 2382 - 2383 - 2384 - 2385 - 2386 - 2387 - 2388 - 2389 - 2390 - 2391 - 2392 - 2393 - 2394 - 2395 - 2396 - 2397 - 2398 - 2399 - 2400 - 2401 - 2402 - 2403 - 2404 - 2405 - 2406 - 2407 - 2408 - 2409 - 2410 - 2411 - 2412 - 2413 - 2414 - 2415 - 2416 - 2417 - 2418 - 2419 - 2420 - 2421 - 2422 - 2423 - 2424 - 2425 - 2426 - 2427 - 2428 - 2429 - 2430 - 2431 - 2432 - 2433 - 2434 - 2435 - 2436 - 2437 - 2438 - 2439 - 2440 - 2441 - 2442 - 2443 - 2444 - 2445 - 2446 - 2447 - 2448 - 2449 - 2450 - 2451 - 2452 - 2453 - 2454 - 2455 - 2456 - 2457 - 2458 - 2459 - 2460 - 2461 - 2462 - 2463 - 2464 - 2465 - 2466 - 2467 - 2468 - 2469 - 2470 - 2471 - 2472 - 2473 - 2474 - 2475 - 2476 - 2477 - 2478 - 2479 - 2480 - 2481 - 2482 - 2483 - 2484 - 2485 - 2486 - 2487 - 2488 - 2489 - 2490 - 2491 - 2492 - 2493 - 2494 - 2495 - 2496 - 2497 - 2498 - 2499 - 2500 - 2501 - 2502 - 2503 - 2504 - 2505 - 2506 - 2507 - 2508 - 2509 - 2510 - 2511 - 2512 - 2513 - 2514 - 2515 - 2516 - 2517 - 2518 - 2519 - 2520 - 2521 - 2522 - 2523 - 2524 - 2525 - 2526 - 2527 - 2528 - 2529 - 2530 - 2531 - 2532 - 2533 - 2534 - 2535 - 2536 - 2537 - 2538 - 2539 - 2540 - 2541 - 2542 - 2543 - 2544 - 2545 - 2546 - 2547 - 2548 - 2549 - 2550 - 2551 - 2552 - 2553 - 2554 - 2555 - 2556 - 2557 - 2558 - 2559 - 2560 - 2561 - 2562 - 2563 - 2564 - 2565 - 2566 - 2567 - 2568 - 2569 - 2570 - 2571 - 2572 - 2573 - 2574 - 2575 - 2576 - 2577 - 2578 - 2579 - 2580 - 2581 - 2582 - 2583 - 2584 - 2585 - 2586 - 2587 - 2588 - 2589 - 2590 - 2591 - 2592 - 2593 - 2594 - 2595 - 2596 - 2597 - 2598 - 2599 - 2600 - 2601 - 2602 - 2603 - 2604 - 2605 - 2606 - 2607 - 2608 - 2609 - 2610 - 2611 - 2612 - 2613 - 2614 - 2615 - 2616 - 2617 - 2618 - 2619 - 2620 - 2621 - 2622 - 2623 - 2624 - 2625 - 2626 - 2627 - 2628 - 2629 - 2630 - 2631 - 2632 - 2633 - 2634 - 2635 - 2636 - 2637 - 2638 - 2639 - 2640 - 2641 - 2642 - 2643 - 2644 - 2645 - 2646 - 2647 - 2648 - 2649 - 2650 - 2651 - 2652 - 2653 - 2654 - 2655 - 2656 - 2657 - 2658 - 2659 - 2660 - 2661 - 2662 - 2663 - 2664 - 2665 - 2666 - 2667 - 2668 - 2669 - 2670 - 2671 - 2672 - 2673 - 2674 - 2675 - 2676 - 2677 - 2678 - 2679 - 2680 - 2681 - 2682 - 2683 - 2684 - 2685 - 2686 - 2687 - 2688 - 2689 - 2690 - 2691 - 2692 - 2693 - 2694 - 2695 - 2696 - 2697 - 2698 - 2699 - 2700 - 2701 - 2702 - 2703 - 2704 - 2705 - 2706 - 2707 - 2708 - 2709 - 2710 - 2711 - 2712 - 2713 - 2714 - 2715 - 2716 - 2717 - 2718 - 2719 - 2720 - 2721 - 2722 - 2723 - 2724 - 2725 - 2726 - 2727 - 2728 - 2729 - 2730 - 2731 - 2732 - 2733 - 2734 - 2735 - 2736 - 2737 - 2738 - 2739 - 2740 - 2741 - 2742 - 2743 - 2744 - 2745 - 2746 - 2747 - 2748 - 2749 - 2750 - 2751 - 2752 - 2753 - 2754 - 2755 - 2756 - 2757 - 2758 - 2759 - 2760 - 2761 - 2762 - 2763 - 2764 - 2765 - 2766 - 2767 - 2768 - 2769 - 2770 - 2771 - 2772 - 2773 - 2774 - 2775 - 2776 - 2777 - 2778 - 2779 - 2780 - 2781 - 2782 - 2783 - 2784 - 2785 - 2786 - 2787 - 2788 - 2789 - 2790 - 2791 - 2792 - 2793 - 2794 - 2795 - 2796 - 2797 - 2798 - 2799 - 2800 - 2801 - 2802 - 2803 - 2804 - 2805 - 2806 - 2807 - 2808 - 2809 - 2810 - 2811 - 2812 - 2813 - 2814 - 2815 - 2816 - 2817 - 2818 - 2819 - 2820 - 2821 - 2822 - 2823 - 2824 - 2825 - 2826 - 2827 - 2828 - 2829 - 2830 - 2831 - 2832 - 2833 - 2834 - 2835 - 2836 - 2837 - 2838 - 2839 - 2840 - 2841 - 2842 - 2843 - 2844 - 2845 - 2846 - 2847 - 2848 - 2849 - 2850 - 2851 - 2852 - 2853 - 2854 - 2855 - 2856 - 2857 - 2858 - 2859 - 2860 - 2861 - 2862 - 2863 - 2864 - 2865 - 2866 - 2867 - 2868 - 2869 - 2870 - 2871 - 2872 - 2873 - 2874 - 2875 - 2876 - 2877 - 2878 - 2879 - 2880 - 2881 - 2882 - 2883 - 2884 - 2885 - 2886 - 2887 - 2888 - 2889 - 2890 - 2891 - 2892 - 2893 - 2894 - 2895 - 2896 - 2897 - 2898 - 2899 - 2900 - 2901 - 2902 - 2903 - 2904 - 2905 - 2906 - 2907 - 2908 - 2909 - 2910 - 2911 - 2912 - 2913 - 2914 - 2915 - 2916 - 2917 - 2918 - 2919 - 2920 - 2921 - 2922 - 2923 - 2924 - 2925 - 2926 - 2927 - 2928 - 2929 - 2930 - 2931 - 2932 - 2933 - 2934 - 2935 - 2936 - 2937 - 2938 - 2939 - 2940 - 2941 - 2942 - 2943 - 2944 - 2945 - 2946 - 2947 - 2948 - 2949 - 2950 - 2951 - 2952 - 2953 - 2954 - 2955 - 2956 - 2957 - 2958 - 2959 - 2960 - 2961 - 2962 - 2963 - 2964 - 2965 - 2966 - 2967 - 2968 - 2969 - 2970 - 2971 - 2972 - 2973 - 2974 - 2975 - 2976 - 2977 - 2978 - 2979 - 2980 - 2981 - 2982 - 2983 - 2984 - 2985 - 2986 - 2987 - 2988 - 2989 - 2990 - 2991 - 2992 - 2993 - 2994 - 2995 - 2996 - 2997 - 2998 - 2999 - 3000 - 3001 - 3002 - 3003 - 3004 - 3005 - 3006 - 3007 - 3008 - 3009 - 3010 - 3011 - 3012 - 3013 - 3014 - 3015 - 3016 - 3017 - 3018 - 3019 - 3020 - 3021 - 3022 - 3023 - 3024 - 3025 - 3026 - 3027 - 3028 - 3029 - 3030 - 3031 - 3032 - 3033 - 3034 - 3035 - 3036 - 3037 - 3038 - 3039 - 3040 - 3041 - 3042 - 3043 - 3044 - 3045 - 3046 - 3047 - 3048 - 3049 - 3050 - 3051 - 3052 - 3053 - 3054 - 3055 - 3056 - 3057 - 3058 - 3059 - 3060 - 3061 - 3062 - 3063 - 3064 - 3065 - 3066 - 3067 - 3068 - 3069 - 3070 - 3071 - 3072 - 3073 - 3074 - 3075 - 3076 - 3077 - 3078 - 3079 - 3080 - 3081 - 3082 - 3083 - 3084 - 3085 - 3086 - 3087 - 3088 - 3089 - 3090 - 3091 - 3092 - 3093 - 3094 - 3095 - 3096 - 3097 - 3098 - 3099 - 3100 - 3101 - 3102 - 3103 - 3104 - 3105 - 3106 - 3107 - 3108 - 3109 - 3110 - 3111 - 3112 - 3113 - 3114 - 3115 - 3116 - 3117 - 3118 - 3119 - 3120 - 3121 - 3122 - 3123 - 3124 - 3125 - 3126 - 3127 - 3128 - 3129 - 3130 - 3131 - 3132 - 3133 - 3134 - 3135 - 3136 - 3137 - 3138 - 3139 - 3140 - 3141 - 3142 - 3143 - 3144 - 3145 - 3146 - 3147 - 3148 - 3149 - 3150 - 3151 - 3152 - 3153 - 3154 - 3155 - 3156 - 3157 - 3158 - 3159 - 3160 - 3161 - 3162 - 3163 - 3164 - 3165 - 3166 - 3167 - 3168 - 3169 - 3170 - 3171 - 3172 - 3173 - 3174 - 3175 - 3176 - 3177 - 3178 - 3179 - 3180 - 3181 - 3182 - 3183 - 3184 - 3185 - 3186 - 3187 - 3188 - 3189 - 3190 - 3191 - 3192 - 3193 - 3194 - 3195 - 3196 - 3197 - 3198 - 3199 - 3200 - 3201 - 3202 - 3203 - 3204 - 3205 - 3206 - 3207 - 3208 - 3209 - 3210 - 3211 - 3212 - 3213 - 3214 - 3215 - 3216 - 3217 - 3218 - 3219 - 3220 - 3221 - 3222 - 3223 - 3224 - 3225 - 3226 - 3227 - 3228 - 3229 - 3230 - 3231 - 3232 - 3233 - 3234 - 3235 - 3236 - 3237 - 3238 - 3239 - 3240 - 3241 - 3242 - 3243 - 3244 - 3245 - 3246 - 3247 - 3248 - 3249 - 3250 - 3251 - 3252 - 3253 - 3254 - 3255 - 3256 - 3257 - 3258 - 3259 - 3260 - 3261 - 3262 - 3263 - 3264 - 3265 - 3266 - 3267 - 3268 - 3269 - 3270 - 3271 - 3272 - 3273 - 3274 - 3275 - 3276 - 3277 - 3278 - 3279 - 3280 - 3281 - 3282 - 3283 - 3284 - 3285 - 3286 - 3287 - 3288 - 3289 - 3290 - 3291 - 3292 - 3293 - 3294 - 3295 - 3296 - 3297 - 3298 - 3299 - 3300 - 3301 - 3302 - 3303 - 3304 - 3305 - 3306 - 3307 - 3308 - 3309 - 3310 - 3311 - 3312 - 3313 - 3314 - 3315 - 3316 - 3317 - 3318 - 3319 - 3320 - 3321 - 3322 - 3323 - 3324 - 3325 - 3326 - 3327 - 3328 - 3329 - 3330 - 3331 - 3332 - 3333 - 3334 - 3335 - 3336 - 3337 - 3338 - 3339 - 3340 - 3341 - 3342 - 3343 - 3344 - 3345 - 3346 - 3347 - 3348 - 3349 - 3350 - 3351 - 3352 - 3353 - 3354 - 3355 - 3356 - 3357 - 3358 - 3359 - 3360 - 3361 - 3362 - 3363 - 3364 - 3365 - 3366 - 3367 - 3368 - 3369 - 3370 - 3371 - 3372 - 3373 - 3374 - 3375 - 3376 - 3377 - 3378 - 3379 - 3380 - 3381 - 3382 - 3383 - 3384 - 3385 - 3386 - 3387 - 3388 - 3389 - 3390 - 3391 - 3392 - 3393 - 3394 - 3395 - 3396 - 3397 - 3398 - 3399 - 3400 - 3401 - 3402 - 3403 - 3404 - 3405 - 3406 - 3407 - 3408 - 3409 - 3410 - 3411 - 3412 - 3413 - 3414 - 3415 - 3416 - 3417 - 3418 - 3419 - 3420 - 3421 - 3422 - 3423 - 3424 - 3425 - 3426 - 3427 - 3428 - 3429 - 3430 - 3431 - 3432 - 3433 - 3434 - 3435 - 3436 - 3437 - 3438 - 3439 - 3440 - 3441 - 3442 - 3443 - 3444 - 3445 - 3446 - 3447 - 3448 - 3449 - 3450 - 3451 - 3452 - 3453 - 3454 - 3455 - 3456 - 3457 - 3458 - 3459 - 3460 - 3461 - 3462 - 3463 - 3464 - 3465 - 3466 - 3467 - 3468 - 3469 - 3470 - 3471 - 3472 - 3473 - 3474 - 3475 - 3476 - 3477 - 3478 - 3479 - 3480 - 3481 - 3482 - 3483 - 3484 - 3485 - 3486 - 3487 - 3488 - 3489 - 3490 - 3491 - 3492 - 3493 - 3494 - 3495 - 3496 - 3497 - 3498 - 3499 - 3500 - 3501 - 3502 - 3503 - 3504 - 3505 - 3506 - 3507 - 3508 - 3509 - 3510 - 3511 - 3512 - 3513 - 3514 - 3515 - 3516 - 3517 - 3518 - 3519 - 3520 - 3521 - 3522 - 3523 - 3524 - 3525 - 3526 - 3527 - 3528 - 3529 - 3530 - 3531 - 3532 - 3533 - 3534 - 3535 - 3536 - 3537 - 3538 - 3539 - 3540 - 3541 - 3542 - 3543 - 3544 - 3545 - 3546 - 3547 - 3548 - 3549 - 3550 - 3551 - 3552 - 3553 - 3554 - 3555 - 3556 - 3557 - 3558 - 3559 - 3560 - 3561 - 3562 - 3563 - 3564 - 3565 - 3566 - 3567 - 3568 - 3569 - 3570 - 3571 - 3572 - 3573 - 3574 - 3575 - 3576 - 3577 - 3578 - 3579 - 3580 - 3581 - 3582 - 3583 - 3584 - 3585 - 3586 - 3587 - 3588 - 3589 - 3590 - 3591 - 3592 - 3593 - 3594 - 3595 - 3596 - 3597 - 3598 - 3599 - 3600 - 3601 - 3602 - 3603 - 3604 - 3605 - 3606 - 3607 - 3608 - 3609 - 3610 - 3611 - 3612 - 3613 - 3614 - 3615 - 3616 - 3617 - 3618 - 3619 - 3620 - 3621 - 3622 - 3623 - 3624 - 3625 - 3626 - 3627 - 3628 - 3629 - 3630 - 3631 - 3632 - 3633 - 3634 - 3635 - 3636 - 3637 - 3638 - 3639 - 3640 - 3641 - 3642 - 3643 - 3644 - 3645 - 3646 - 3647 - 3648 - 3649 - 3650 - 3651 - 3652 - 3653 - 3654 - 3655 - 3656 - 3657 - 3658 - 3659 - 3660 - 3661 - 3662 - 3663 - 3664 - 3665 - 3666 - 3667 - 3668 - 3669 - 3670 - 3671 - 3672 - 3673 - 3674 - 3675 - 3676 - 3677 - 3678 - 3679 - 3680 - 3681 - 3682 - 3683 - 3684 - 3685 - 3686 - 3687 - 3688 - 3689 - 3690 - 3691 - 3692 - 3693 - 3694 - 3695 - 3696 - 3697 - 3698 - 3699 - 3700 - 3701 - 3702 - 3703 - 3704 - 3705 - 3706 - 3707 - 3708 - 3709 - 3710 - 3711 - 3712 - 3713 - 3714 - 3715 - 3716 - 3717 - 3718 - 3719 - 3720 - 3721 - 3722 - 3723 - 3724 - 3725 - 3726 - 3727 - 3728 - 3729 - 3730 - 3731 - 3732 - 3733 - 3734 - 3735 - 3736 - 3737 - 3738 - 3739 - 3740 - 3741 - 3742 - 3743 - 3744 - 3745 - 3746 - 3747 - 3748 - 3749 - 3750 - 3751 - 3752 - 3753 - 3754 - 3755 - 3756 - 3757 - 3758 - 3759 - 3760 - 3761 - 3762 - 3763 - 3764 - 3765 - 3766 - 3767 - 3768 - 3769 - 3770 - 3771 - 3772 - 3773 - 3774 - 3775 - 3776 - 3777 - 3778 - 3779 - 3780 - 3781 - 3782 - 3783 - 3784 - 3785 - 3786 - 3787 - 3788 - 3789 - 3790 - 3791 - 3792 - 3793 - 3794 - 3795 - 3796 - 3797 - 3798 - 3799 - 3800 - 3801 - 3802 - 3803 - 3804 - 3805 - 3806 - 3807 - 3808 - 3809 - 3810 - 3811 - 3812 - 3813 - 3814 - 3815 - 3816 - 3817 - 3818 - 3819 - 3820 - 3821 - 3822 - 3823 - 3824 - 3825 - 3826 - 3827 - 3828 - 3829 - 3830 - 3831 - 3832 - 3833 - 3834 - 3835 - 3836 - 3837 - 3838 - 3839 - 3840 - 3841 - 3842 - 3843 - 3844 - 3845 - 3846 - 3847 - 3848 - 3849 - 3850 - 3851 - 3852 - 3853 - 3854 - 3855 - 3856 - 3857 - 3858 - 3859 - 3860 - 3861 - 3862 - 3863 -

Figura 35 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte



A - ENTIDADES PARTICIPANTES

I - PARÁ

1. CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO DO PARÁ - CEDENPA
Caixa Postal: 947 fone: 222.1625
66000-BELÉM (PA)

II - MARANHÃO

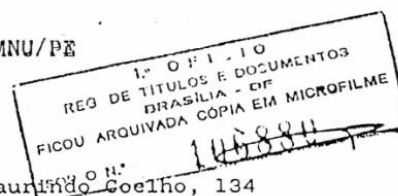
2. CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO - CCN
Caixa Postal: 430 Pres. Magno José Cruz
65000-SÃO LUIS (MA)

III - PARAÍBA

3. COMISSÃO PRÓ-ASSOCIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO DIREITO DA MULHER
A/C Francinete B. Rosas - Rua João Gualberto, nº 3
58800-SOUSA (PB)

IV - PERNAMBUCO


4. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Seção PE - MNU/PE
Caixa Postal: 692
50000-RECIFE (PE)
5. FUNDAÇÃO AFRO-BRASILEIRA - FUNDABRAS
A/C Murilo da Costa Selassiã - Rua Laurindo Coelho, 134
50000-RECIFE (PE)



V - SERGIPE

6. CASA DE CULTURA AFRO-SERGIPANA - CCAS
Rua Mato Grosso, 677 - Siquiera Campos Pres. Jose Severo dos Santos
49000-ARACAJU (SE)
7. FEDERAÇÃO DOS CULTOS AFRO-BRASILEIROS E UMBANDA DE SERGIPE - FCABUS
Rua Mato Grosso, 677 - Siqueira Pres. Manoel Messias de Jesus
49000-ARACAJU (SE)
8. UNIÃO DOS NEGROS DE SERGIPE - UNA
A/C José Fernandes Sales - Conj. Augusto Franco, Av. Canal 3, nº 510
49000-ARACAJU (SE)
9. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ARACAJU - AMANOVA
A/C Jaconias Rosendo - Rua João Ferreora Lima, 125- B. Nova Veneza
49000-ARACAJU (SE)

Figura 36 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte

- 
10. COAGRI
A/C Marinalva David Santos - Rua Mato Grosso, nº 1174
49000-ARACAJU (SE)
- VI - ALAGOAS
11. GRUPO NEGRO FILHOS DE ZAMBI
A/C Aldo G. dos Santos - Rua São Paulo, 406-Ponta Grossa
57000-MACEIÓ (AL)
- VII - BAHIA
12. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Seção BA - MNU/BA
Caixa Postal: 6423
40000-SALVADOR (BA)
13. SOCIEDADE COMUNITÁRIA OJÚ-OBÁ
A/C Ivonildo D. Ferreira - Rua da Alegria, nº 21 - Liberdade
40000-SALVADOR (BA)
14. BLOCO AFRO MUZENZA
A/C Janilson R. Santos - Rua Silvino Pereira, 225 apto 205
40000-SALVADOR (BA)
15. BLOCO AFRO ORUNMILÁ
A/C José Carlos Correia - Av. Floresta, nº 55 - IAPI/Fundos
40000-SALVADOR (BA)
16. AFOXÉ OJÚ-OBÁ
A/C Idoline Conceição - Rua da Alegria, nº 21 - Liberdade
40000-SALVADOR (BA)
17. CONSELHO DAS ENTIDADES NEGRAS DA BAHIA - CENBA
Caixa Postal: 6429
40000-SALVADOR (BA)
- VIII - MINAS GERAIS
18. SOCIEDADE CULTURAL BENEFICENTE QUILOMBO DOS PALMARES
Rua dos Palmares, 545 - Monte Castelo Cx. Postal: 747
36100-JUIZ DE FORA (MG)
19. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Seção MG - MNU/MG
Caixa Postal: 526
30161-BELO HORIZONTE (MG)
20. MOVIMENTO CULTURAL DE RAÇA NEGRA BARBACELENSE
A/C Mário A. da Silva - Rua Coronel João F. de Castro, 206/F
36200-BARBACENA (MG)
21. FRAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO DO PCB
A/C Antonio E. Fernandes - Rua Hilda de Oliveira, 22
30000-BELO HORIZONTE (MG)

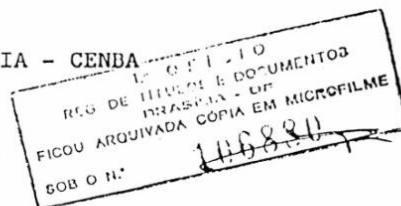


Figura 37 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte



22. GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA - GRUCON
A/C Silvani S. Valentim - Rua Bom Jesus da Penha, 849 Bl. 51
apto 304 Conj. Santa Terezinha - Itatiaia
40000-BELO HORIZONTE (MG)
23. MOVIMENTO NEGRO DE BETIM
A/C Gilberto S. Santos -Rua Juiz de Fora, 281
32500-BETIM (MG)
24. MOVIMENTO DA MULHER DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANÁ
A/C Conceição Leal - Av. Sigismundo Pereira, 3570
38400-UBERLÂNDIA (MG)
25. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO 1º AMÉRICA
A/C Luiz H. Neto - Rua Espirito Santo, 49, 14º and.
30000-BELO HORIZONTE (MG)
26. PARTIDO SOCIALISTA CRISTÃO - PSC
A/C Pedro Correia A. Barros - Rua Pousó Alegre, 1390
30000-BELO HORIZONTE (MG)
27. SOCIEDADE AFRO-BRASILEIRA
A/C Carlos Antônio da Silva - Rua Rio de Janeiro, 195, 1º and. s/117
30160-BELO HORIZONTE (MG)
28. GRUPO DE CONGADA CATUPI
A/C Ivo Silvério da Rocha - Rua do Cruzeiro, 171 -MILHO VERDE
39155-SERRO (MG)
29. CENTRO DE INTEGRAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DA RAÇA NEGRA - CISCURNE
Rua 1, nº 733 Ap.301-Nova Pampulha-Ribeirão das Neves
33800-BELO HORIZONTE (MG)
- IX - SÃO PAULO
30. CONSELHO DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA
Rua Antonio de Godoy, 122, 9º andar fone: 220.2946
01034-SÃO PAULO (SP)
31. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Seção SP - MNU/SP
Caixa Postal: 4420
01051-SÃO PAULO (SP)
32. SINDICATO DOS MARCENEIROS DE SÃO PAULO
A/C Wilson R. Levy - Rua Salomão Maieranitch, nº 52 Vila Santa Maria
02562-SÃO PAULO (SP)
33. CONSELHO NACIONAL DE CINECLUBES
A/C J. Batista J. Félix -Rua Maria Elisa Siqueira, 221
02558-São Paulo (SP)
34. PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
A/C José R. Militão Ferreira - Rua Toneleiros, 327 apto 131
05056-SÃO PAULO (SP)

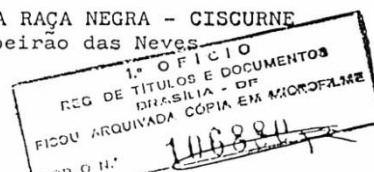


Figura 38 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte



35. CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES - CGT
A/C Osvaldo de Oliveira -Av. Washington Luiz, nº 6979
01000-SÃO PAULO (SP)
- X - RIO DE JANEIRO
36. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Seção RJ - MNU/RJ
Caixa Postal: 794
20001-RIO DE JANEIRO (RJ)
37. INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO - ISER
Largo do Machado, 24 - cobertura Cx.Postal: 16011
22221-RIO DE JANEIRO (RJ)
38. PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT/RJ
A/C Benedita da Silva - Ladeira Ari Barroso - Chapéu Mangueira
20010-RIO DE JANEIRO (RJ)
39. CENTRO DE MULHERES DA FAVELA E PERIFERIA
A/C Sandra Helena T. Bello - Rua Euclides da Rocha, 17, casa 75
22031-RIO DE JANEIRO (RJ)
40. CONSELHO NACIONAL DO DIREITO DA MULHER - CNDM
A/C Benedita da Silva - Ladeira Ari Barroso - Chapéu Mangueira
20010-RIO DE JANEIRO (RJ)
41. GRÊMIO RECREATIVO DE ARTE NEGRA E ESCOLA DE SAMBA QUILOMBO
A/C Edialede Salgado do Nascimento - Praia do Flamengo, 176 ap 1101
22210-RIO DE JANEIRO (RJ)
42. CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS
Rua da Assembléia, 10 sala 501
20011-RIO DE JANEIRO (RJ)
43. MOVIMENTO NEGRO SOCIALISTA DO PDT
A/C Edialede S. Nascimento - Praia do Flamengo, 176 ap 1101-Flamengo
22210-RIO DE JANEIRO (RJ)
44. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM
A/C Ana Lúcia Jesuina - Rua Nossa Sra. de Lurdes, 79/301-Grajaú
21540-RIO DE JANEIRO (RJ)
45. INSTITUTO DE PESQUISAS DAS CULTURAS NEGRAS - IPCN
Av. Mem de Sá, nº 208 fone: 252.6683
20241-RIO DE JANEIRO (RJ)
46. SINDICATO DOS PUBLICITÁRIOS DO RIO DE JANEIRO
A/C Maria Helena Moraes - Av. Beira-Mar, 216 - Grupo 801
02140-RIO DE JANEIRO (RJ)
- XI - MATO GROSSO DO SUL
47. GRUPO TRABALHO E ESTUDOS ZUMBI - GRUPO TEZ
Caixa Postal: 1163 fone: 383.6789
79100-CAMPO GRANDE (MS)

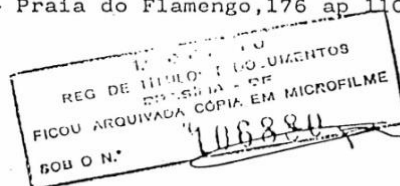


Figura 39 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte



20 de 27 de agosto

1946

48. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
A/C Jorge Manhães - coordenador de atividades para Constituinte
79100-CAMPO GRANDE (MS)

XII - SANTA CATARINA

49. SEMANA AFRO-CATARINENSE - SEAFRO
A/C Osvaldo Vieira S. Filho - Rua João de Carvalho, 118
88000-FLORIANOPOLIS (SC)

XIII - RIO GRANDE DO SUL

50. MOVIMENTO TRABALHISTA DE INTEGRAÇÃO DA RAÇA NEGRA - MOTIRAN
A/C Antônio M. Ferreira - Rua Demétrio Ribeiro, 961 ap 80-Centro
90000-PORTO ALEGRE (RS)
51. PARTIDO NEGRO BRASILEIRO - PNB
Caixa Postal: 706 - EBTC Fone: 30.1946 -Rua Alegrete,106/
90000-PORTO ALEGRE
52. FONDATION SENGOR
A/C Mauro Paré - Av. Nilo Peçanha, 557 ap 504 fone: 33.4142
90000-PORTO ALEGRE (RS)

XIV - GOIÁS

53. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Seção GO - MNU/GO
Caixa Postal: 1290
74000-GOIÂNIA (GO)
54. MOVIMENTO NEGRO DE MINEIROS
A/C Ezalmone M. dos Santos - Rua 10, nº 810 fone: 661.1778
76360-MINEIROS (GO)
55. CENTRO DE PROFESSORES DE GOIÁS - CPG
A/C Ciriaco Mauricio da Silva - Conj. 1 HI-Rua 9 c/12-Novos Gama
77223-NOVO GAMA (GO)

XV - DISTRITO FEDERAL

56. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Seção DF - MNU/DF
Caixa Postal: 11.1192
70084-BRASILIA (DF)
57. CENTRO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS - CEAB
SRTVN-Ed. Brasília Rádio Center, s/19-20 Pre.Waldimiro de Souza
70000-BRASILIA (DF)
58. ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE BRASILIA
A/C Ione P. França - SDS-Ed. Venâncio IV, s/ 409 f.: 225.9584
70000-BRASILIA (DF)

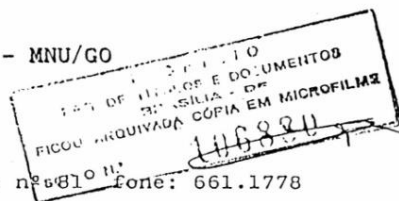



Figura 40 – Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte



 26 e 27 de agosto

 1966

 Brasília


59. ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA DO MinC
 A/C Carlos Alves Moura - assessor
 SBN - Ministério da Cultura, 5º andar
 70000-BRASILIA (DF)

60. JORNAL PRAIA VERDE
 SDS-Ed. Venâncio, VI sala 410
 70300-BRASILIA (DF)

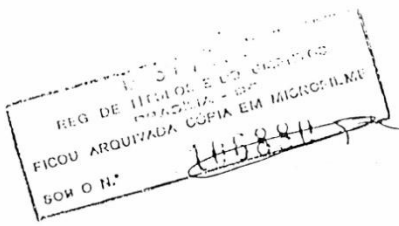
61. PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
 A/C Waldimiro de Souza - SQS 406 bl. G apto 203
 70000-BRASILIA (DF)

62. ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MIN. RELAÇÕES EXTERIORES
 A/C Nilton S. Costa - SQN 105 bl. H ap. 106
 70734-BRASILIA (DF)


63. AMIGOS UNIDOS EM MOVIMENTO - A...U...M...
 A/C Arlindos dos Santos - QNM 3 Conj. I casa 01
 72215-CEILÂNDIA SUL (DF)



 2001



 REG DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 FICOU ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
 COM O N.º 115844



 BRASILIA - DF - 1966

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
 AV. PIONEIRAS SOCIAIS - LOMAS DO LESTE - BRASILIA - DF
 RECOLHEÇÃO DE
 ... para ... (c) ...
 ... (c) ...
 Graça Santos
 ... da verdade

... DE FARIAS BARTOS
 ... AUTORIZADOS

ANEXO G – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF

Figura 41 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF

RACA

EVENTOS

- Seminário sobre Zumbi dos Palmares, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB) de 27 a 30 de outubro, na Escola Parque, Brasília.
- Debate sobre a Resistência Negra, 20 de novembro, numa promoção do Grupo UNIA e Companhia Negra, na Centro Cultural de Brasília.
- I Encontro Regional da Mulher Negra, em São Paulo, na primeira quinzena de novembro.
- Mostra de Arte Africana, de 10 de dezembro a 10 de janeiro, na Galeria do Teatro Nacional de Brasília, sob a coordenação do Grupo de Dança, e a apoio do Governo do DF, Secretaria de Educação e Cultura e Fundação Cultural do DF.
- Museu Afro-Brasileiro inaugurado em 7/01, no prédio da antiga Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Bahia, com acervo de 800 peças africanas e brasileiras.
- A Sociedade de Estudos de Cultura Negra no Brasil (SocENB) promoveu em Salvador entre os dias 10 e 17 de janeiro o **Evento Soneá 82**.

NOTÍCIAS

17 de janeiro de 1982 - mais um dia de luta da Resistência Negra. Em 1739, o Parlamento, sob o reinado de Luís XV, aprovou a Lei de Expulsão dos Negros, proibindo-os de entrar no Reino Unido. A Lei de Expulsão foi revogada em 1808, quando o Brasil se tornou uma nação independente. Em 1910, a Lei de Expulsão foi revogada novamente, permitindo a entrada de negros no Brasil e a sua participação na sociedade brasileira.

22 de janeiro de 1982 - Revolta dos Malês. A Revolta dos Malês foi a primeira revolta organizada por negros no Brasil. Ela ocorreu em 1835, em Salvador, e foi liderada por Sotero dos Reis. Os rebeldes tentaram estabelecer um reino independente para os negros, mas foram derrotados e executados.

Uma liderança organizada por intelectuais africanos, como Malês, acabou sendo formada. O líder negro era conhecido por a palavra de ordem: "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Eles queriam a abolição da escravidão e a participação dos negros na sociedade brasileira. A revolta foi reprimida e os líderes foram executados.

Uma liderança organizada por intelectuais africanos, como Malês, acabou sendo formada. O líder negro era conhecido por a palavra de ordem: "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Eles queriam a abolição da escravidão e a participação dos negros na sociedade brasileira. A revolta foi reprimida e os líderes foram executados.

RACA

ANO I - Nº1 janeiro/82

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU-DF)

C-5 10,00

20 DE NOVEMBRO
DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

No dia 20 de novembro de 1961, foi comemorado em todo o Brasil, pela primeira vez, o Dia Nacional da Consciência Negra. Este dia foi instituído pelo Movimento Negro Unificado (MNU) em homenagem ao líder negro Zumbi dos Palmares, que morreu em 1695. O Dia Nacional da Consciência Negra é uma data importante para a população negra brasileira, pois é uma oportunidade para refletir sobre a história e a luta dos negros no Brasil.

Este dia foi instituído pelo Movimento Negro Unificado (MNU) em homenagem ao líder negro Zumbi dos Palmares, que morreu em 1695. O Dia Nacional da Consciência Negra é uma data importante para a população negra brasileira, pois é uma oportunidade para refletir sobre a história e a luta dos negros no Brasil.

Este dia foi instituído pelo Movimento Negro Unificado (MNU) em homenagem ao líder negro Zumbi dos Palmares, que morreu em 1695. O Dia Nacional da Consciência Negra é uma data importante para a população negra brasileira, pois é uma oportunidade para refletir sobre a história e a luta dos negros no Brasil.

Fonte: Arquivo Público do DF

Figura 42 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF

RAÇA

EDITORIAL

Nestes oito meses de existência, o Movimento Negro Unificado do Distrito Federal vem tentando atuar cumprindo o seu programa de ação que visa a trabalhar em prol da união e da igualdade de direitos da raça negra na sociedade brasileira.

Como primeira promoção realizamos a projeção do filme "Compasso de espera", em 11 de julho e posteriormente, a "Noite de samba", em 28 de agosto. Intencionalmente tivemos reuniões semanais, questionamentos sobre o que ocorreu no mundo em relação à raça negra e trocas e passagens de informações.

A nível de denúncias fizemos em jornais locais,

por ocasião da Conferência de 13 de Maio, na Federação do Comércio e a Manifesto em Defesa da Criança Negra.

Quando à nossa presença, tivemos a preocupação de compilar e lançamentos de livros dos historiadores Joel Rufino e Abdias Nascimento, seminários, palestras, debates em universidades, visitas às escolas de samba e outras comemorações referentes à situação do negro; estivemos, também, em promoções de demais setores da sociedade, tais como CUBA, Associações das Empregadas Domésticas e de Moradores, Grupo de Mulheres, etc.

Finalmente, no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, distribuímos panfletos, nos quais sumariamente mostramos o significado desta data para a comunidade negra e a população em geral e também publicamos a matéria "Reavaliando a História Negra".

E, assim, findamos o ano de 1981, esperançosos quanto ao ano de 1982, iniciado com a edição desse boletim - RAÇA - que visa a ser um instrumento do nosso trabalho e dos demais grupos, isto é, dentre outras iniciativas que firmamos força em combater, sobretudo com ajuda e compreensão de todos.

Os "Filhos de Zumbi", grupo de dança sob a direção de Jocimar, comunica que os ensaios estão sendo realizados sábados e domingos, de 11 às 18 h, no Teatro Nacional

POESIAS

TEMPO

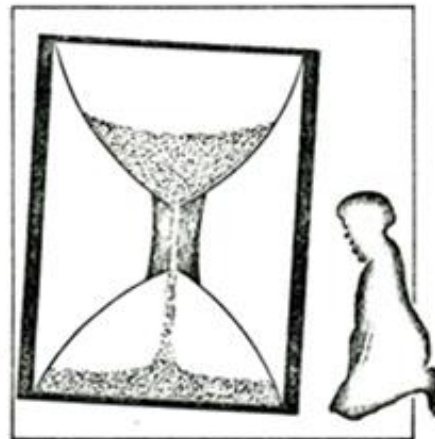
Hoje, começo de um novo ano,
início de um novo tempo,
fim de um ano velho.

Os tempos vão passando,
cada vez mais a luta aumenta com
[os pés firmes no chão,
com apenas um objetivo:
liberdade - direito de um
lugar ao sol...]

Tudo que se parece fácil
leva mais tempo de luta do que se
[pena,
se alguma coisa tiver que sair
errada,
essa coisa será no pior momento
possível...]

Tempos que passam sem ser
[percebidos,
quando percebemos já é tarde
não há tempo para
recusar o tempo perdido.
Perdido num espaço de tempo
sem saber como voltar
e espera que o tempo volte.

WANDERLEY SEVERINO
01/82



SOU NEGRO COM MUITA HONRA

Talvez um entre os muitos negros depois da Abolição de Escravatura já instruído sobre manifestações racistas, que infelizmente, não posso esquecer, como desde criança vivemos num processo discriminatório. Quando tinha dez anos perdi minha mãe, e meu pai procurou logo arranjar uma madrasta para mim.

Não me adaptei com aquela mulher no lugar de minha mãe, e tão logo começamos a nos desentender meu pai ficou furioso e tratou de me arranjar um serviço onde poderia ser os patrões como meus responsáveis.

Desde então começou minha vida de criança solitária. Ali era meu novo lar, ou melhor, a senzala onde eu iria passar toda minha infância.

Não tinha amigos porque era um tipo escravo. Trabalhava na lavoura e semana inteira e aos domingos tinha que fazer o serviço de casa, como: varrer o terreiro, lavar as louças, etc. Um dia fui amarrado no chifre de um boi, só porque eu recusava aquilo para não ser apedrejado pelo dono, pois o mesmo não choraleava os bois, e quando tinha que aporá-los atirava pedras que sempre acertava em mim. Parei os bois e disse que não ia mais trabalhar naquelas condições.

O patrão vendo o arado parado veio como uma fera. Virou para mim e disse: - Você não é dono de si mesmo, aqui faz o que eu mandar. Amanhã me vem a mão para trás, com uma corda que se atá o chifre no boi, e amacevame com uma vara de ferro, caso desobedeceu suas ordens.

Hoje sou consciente dos meus direitos e estou pronto para denunciar qualquer tipo de discriminação racial que venha a atingir um negro.

Antônio José dos Santos

Compareça às reuniões para conversar, discutir e apresentar propostas, visando melhor andamento dos trabalhos.

Escreva a Revista dos Molés leia Insurreições escravas, de Dácio Freitas.

MNU

O Movimento Negro Unificado já existe há três anos, a nível nacional, foi lançado publicamente no dia 7 de julho de 1978, durante o Ato Público Contra o Racismo, em frente ao Teatro Municipal, em São Paulo, com cerca de duas mil pessoas, em sua maioria negras, em protesto, contra a morte do trabalhador negro Robinson Silveira da Luz, no início de maio, devido a torturas por policiais de uma Delegacia de Guinezes, em São Paulo; a expulsão no dia 17, do mesmo mês, de quatro garotos negros do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê e o assassinato, em 1º de julho, de Nilson Lourenço, negro e operário, por um policial no bairro de Lapa em São Paulo.

O MNU foi criado para ser um instrumento de luta da comunidade negra. Tem como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial e a constante organização da comunidade pe-

ra enfrentar todo e qualquer tipo de racismo. Com isso conscientizar e unir todos os negros brasileiros e seus descendentes, em torno de seus problemas, interesses e valores.

O MNU tem como base uma carta de princípio, onde existe uma resolução de juntar forças e lutar por diversas reivindicações, como: - maiores oportunidades de empregos; - reavaliação do papel do negro na História do Brasil; - valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folklorização e distorção.

O MNU, ainda, se solidariza com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que visa à real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais.

No âmbito geral, hoje, podemos afirmar que os movimentos negros estão seguindo o caminho certo - a conscientização do povo negro e da sociedade em ge-

ral, advindo daí uma maior valorização e assumindo seu compromisso que é lutar mais nada menos do que se acitar como é lutar por uma vida melhor.

Reunião do MNU/DF - sábado - dia 6/2/82, às 15 horas, no SCS - Ed. Arnaldo Vilarés, 7º andar.

LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E DE EXPRESSÃO DO POVO NEGRO

Figura 43 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF

RAÇA

POESIAS

Mãe preta, pai preto
idade não interessa.
Na certidão de nascimento
por simons erro, colocaram
cor: preta.
Uma hora depois
acordaram para o engano
estava na cara,
ou melhor, no bando dos brancos,
brigando de bandido e mocinho
sem nunca ficar com a mocinha.
Achei-se tão natural
que se rotuleva de moreno
moreno-escuro, é claro.
Seu moreno cresceu.
Tornou-se forte como um touro.
- Lá vem o negro.
Tudo bem negro?
Cadê o viril?
Amanã tem jogo, negro.
Tô precisando de um ator
conto contigo, negro,
é história de escravidão.
Um dia foi convidado,
não como artista convidado,
é um clube, se lá o nome
comportu termo engomado,
saboteu império, e foi barrado.
Na porta o lido
que, por sinal, outro negro,
fazia mais força,
cheio de autoridade:
"Aqui preto não entra"
e não entrou.

Jorge Américo

NOTÍCIAS

Independência de Gâmbia
18 02 1965 - Estado da África Ocidental. É uma região de clima tropical, onde a grande cultura de amendoim é a principal fonte comercial. Explorada pelos portugueses no século XV, Gâmbia tornou-se possessão inglesa em 1783. Acordos franco-ingleses (1829) definiu a linha de fronteira comum com o Senegal. A constituição de 1960 estabeleceu um conselho executivo e um conselho legislativo de 33 membros, dos quais 27 eleitos. Desde 1965 constitui Estado independente.

EVENTOS

Língua de fogo, peça encenada pelo Grupo Carranca (ISA) sob a direção de Luiz Marfus apresentou-se em Brasília no Teatro Nacional, entre os dias 3 e 7 deste mês, na 5ª edição do Projeto Mambembô'82. O espetáculo é uma adaptação do livro O rei da chuva, do autor norte-americano Saul Bellow por Luiz Marfus. Conta a viagem do americano Henderson pelo interior da África e que é também uma "viagem" ao seu passado, no sentido de encontrar as coisas mais profundas do seu inconsciente. Enfim é uma viagem de um homem em torno de suas partes adormecidas, ou nunca acordadas, através de contatos e vivências com pessoas e realidades navegadas.

Para o público de Brasília não aconteceu. Segundo as críticas nos jornais e mesmo da opinião pública, a interpretação, a nudez foi um tanto dispensável, enfim, um trabalho a mais. Agora a parte musical nota dez. Os músicos, muitos conhecidos, como Ediran, Bira e Tição (ator e bailarino) tiveram um desempenho maravilhoso: muita harmonia, de efeitos perfeitos, caracterizando muito bem os quadros da peça.
A atuação do ator que representou o guia foi o que realmente seguiu o trabalho.

Exposição - De Augusto Malta mostra de fotografias em preto e branco do carnaval do século XIX, na qual você sente a transformação até os nossos dias. Ficou exposta no Conjunto Nacional de Brasília, local muito visitado, por ser um shopping center. Muita boa iniciativa. Mas a crítica deficiente com manequins de um destaque da Escola Brasileira e uma tábua utilizada. Que horror...

MNU

CARACTERÍSTICAS DO MNU

- É um movimento de caráter nacional, com sede em São Paulo e seção nos seguintes Estados: Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Brasília e Pernambuco, e em fase de formação em outros estados. Foi legalizado em dezembro de 1980.

- É um movimento de caráter político-democrático, entendendo sua ação política como a denúncia de todo ato de opressão e racismo contra o povo negro, a reivindicação de todos os direitos que lhes são negados e a luta constante para organizar a comunidade negra em torno de seus interesses.

- É um movimento sem vinculação com nenhum partido ou organização política, entretanto, é solidário com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira e internacional.

- Não é um movimento racista, combate o racismo sob qualquer forma que ele se apresente, mas compreende que nossa luta de libertação deve ser dirigida somente por nós.

COMO ESTÁ ORGANIZADO

O MNU a nível nacional é coordenado pela Comissão Executiva Nacional (CEN), composta por três membros de cada estado participante em seu âmbito. Reúne-se de dois em dois meses, a fim de manter maior articulação entre as atividades realizadas pelos estados, e de verificar o cumprimento das decisões criadas em Congressos anuais do MNU.

Comparaçaão às reuniões para conversar, discutir e apresentar propostas, visando melhor andamento dos trabalhos.

ANO I - Nº 2-fevereiro/82 **RAÇA** MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU/DF) Cr\$ 10,00

SAMBA: UMA RESISTÊNCIA CULTURAL NEGRA

Desde o momento em que os negros africanos chegaram ao Brasil, trazidos como escravos, houve todo tipo de repressão às suas manifestações culturais. Mas, através de táticas, o negro sempre conseguiu preservar essas manifestações. Eram modificadas sutilmente, às vezes adquirindo outros, em função do ambiente social repressor.

Depois da "Abolição", os negros foram totalmente marginalizados da sociedade brasileira. As peregrinações às suas manifestações culturais aumentaram, mas a resistência era hábil e solidamente implantada em lugares estratégicos e pouco vulneráveis.

A terrível discriminação racial que sofreu, e que ainda sofre, o negro brasileiro fez com que fosse reforçada a sua própria forma de sociabilidade e de padrões culturais.

A preservação dessas manifestações foi conseguida através de muita luta. Como se sabe, os negros escravos, quando chegavam, eram separados de suas famílias e até de seu grupo originário, e isso aumentava a dificuldade de manter suas tradições. Por isso é que as manifestações foram conservadas através de adaptações, juntando as manifestações por vários grupos e formando um novo elemento, ou um elemento adaptado. Assim ocorreu com a música, a dança, a religião, de origem africana.

Após se reunirem para cantar e dançar, os negros formavam um círculo, maneira trazida da África, onde cada um podia fazer demonstrações de seus conhecimentos. Ao terminar a sua parte, convidava outro para tomar o seu lugar. Este convite, geralmente, era

feito dando uma encotada no companheiro com o umbigo (também, em dialeto angolano) ou com uma das pernas. Alguns acham que a palavra samba se originou desse dialeto.

Verdade ou não, o certo é que o samba se tornou, não apenas uma mera expressão musical de um grupo social marginalizado, mas um instrumento efetivo de luta para a afirmação da etnia negra no Brasil. O samba, portanto, tornou-se uma resistência do negro à assimilação cultural.

O samba desenvolveu-se no Rio de Janeiro, a partir de redutos negros (bairros), no seu grande marginal, do bairro da Saúde e da Praça Onze. Nas festas familiares, tocava-se e dançava-se o samba em seus diversos estilos, para o divertimento dos presentes. Um dos locais mais importantes, de resistência da cultura negra, foi a casa da Tia Accata (Luizão Barata de Almeida), casada com o médico negro João Batista de Silva. Sambistas como Donga, João de Baiana, Sinhô, Carlinha, Heitor dos Prazeres e outros frequentavam a sua casa.

Os ranchos

Através dos ranchos, organização estruturalmente negra, que existia como instituições recreativas dos negros, de origem baiana, o samba teve seu contato com a sociedade branca.

Os ranchos resolveram aproveitar a festa europeia do "carnaval" para resumar, dos condões, a estética de penetração coletiva de Edeu de, e afirmar, através da música e da dança, um aspecto da identidade cultural negra. Em 1907, surge o rancho-escola. O mais famoso foi o Ameno de Resedó (1907-

1941). O aparecimento da palavra "escola" foi devido ao fato de que as pessoas negras queriam dar um nome que pudesse ser aceito pela sociedade, abandonando assim as características (mas negras) dos condões, em favor de significações mais integradas na sociedade.

A partir dos ranchos-escola, surgiram, de 1922 em diante, as escolas de samba. Isso ocorreu, apenas escolas, mantendo grande parte dos antigos características (baianas, porto-baianas, mambembô, etc.), mas também o "samba" de penetração na escola urbana branca. A Escola Raial é considerada como a primeira aproximação a utilizar o nome de escola de samba.

Com o surgimento do disco e do rádio, o samba fez sua entrada no sistema de produção capitalista. O poder econômico e político emergente, depois de reunir culturalmente a população negra, tomou a criar padrões sociais formais e de maior prestígio social, fazendo com que houvesse uma certa margem de aproximação entre negros e brancos.

Ao mesmo tempo, a música negra que tinha sobrevivido às suas matizes étnicas, através de um longo processo de continuidade e resistência cultural, tornou a ser considerada como "samba garçota" de significações nacionalistas. Iniciou-se então a comercialização do samba e a profissionalização do músico negro, levando ao individualismo, fazendo com que as pessoas abrissem mão de seus fundamentos coletivistas. Isto veio enfraquecer o relacionamento do negro com sua origem negra, que se fundamenta no coletivismo.

Figura 44 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF

RAÇA

SOLANO TRINDADE – O POETA NEGRO

A reação ao processo de exotização fez com que o samba se tornasse um exemplo de resistência cultural negra. É ao mesmo tempo um movimento de continuidade e afirmação de valores culturais negros.

O samba terminou não promovendo economicamente os negros brasileiros, como classe social, como o pensamento e o desejo de alguns, quando tiveram a intenção de penetrar na classe dominante.

Atualmente algumas pessoas, envolvidas na luta pela preservação da cultura negra, estão denunciando estas distorções. Vários sambistas, conhecidos nacionalmente, como Paulinho da Viola, João Nogueira, Neli Lopes e outros, estão reagindo às receitas estatísticas dos exploradores e não aos interesses dessa preservação.

Condeia ao criar o Grêmio Recreativo de Arte Negra Quilombo, no Rio de Janeiro, teve como objetivo a preservação de várias manifestações da cultura negra, em fase de extinção, e contra a grande fase armada em torno das escolas de samba, pelas grandes instituições econômicas, através de agências de turismo e da indústria do disco e outros que visam apenas à exploração econômica do samba.

Maria das Graças

EDITORIAL

RAÇA neste número dedica-se a homenagear Solano Trindade no seu 2º aniversário de morte, juntamente com as comemorações anuais do Dia de Lemnã, e como resistência cultural fizemos um apelo sobre a origem do samba.

Nas seções fixas informamos notícias e eventos referentes ao mês.

Faz 8 anos que o poeta negro Solano Trindade morreu. Foi em 20 de fevereiro de 1974, em uma clínica de Santa Tereza, no Rio de Janeiro. Morreu depois de um longo período de doença, que começou em 1969. Tinha 88 anos. Estava rodeado apenas pelos amigos mais próximos e pela filha Raquel Trindade (a pintora Kambinda), que procura continuar a obra do pai, dirigindo o Teatro Popular Solano Trindade, no Emau.

Solano Trindade nasceu no Recife, no bairro São José, no dia 24 de julho de 1908. Durante toda a sua vida procurou denunciar os problemas sociais que observava e viveu. Lutou sempre em defesa dos valores populares de nossa cultura.

A poesia negra de Solano Trindade surgiu com o aparecimento dos movimentos negros organizados (como a Frente Negra, fundada em 1930, em São Paulo). Em 1934, participou do I e II Congressos Afro-Brasileiros, em Recife e Salvador. Em 1936, fundou a Frente Negra Pernambucana e o Centro Cultural Afro-Brasileiro, com vários artistas da época. Esse Centro Cultural tinha como objetivo a divulgação dos trabalhos dos poetas e pintores negros. Servia o seguinte: "Não fazemos luta de raças, porém, analisamos os nossos irmãos negros que não na raça superior e nem inferior, e o que faz distinguir uns dos outros é o desenvolvimento cultural. São anseios legítimos, e que ninguém de boa fé poderá recusar cooperar-se".

Em 1936, Solano publicou seu primeiro livro Poemas Negros. Participou do II Congresso de Escritores e fundou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro. Depois juntou-se a Haroldo Costa para formar o Teatro Folclórico Brasileiro.

Seu interesse e denúncias ao problema negro levou-o à prisão

em 1944, quando foram apreendidos quase 400 exemplares de seu segundo livro Poemas de uma vida simples, publicado nesse ano. Nesse livro está incluído o seu famoso poema "Tem Gente com Fome".

Em 1959, fundou, com sua mulher Maria Margarida e o sociólogo Edison Carneiro, o Teatro Popular Brasileiro. Seu elenco era formado por domésticas, comerciários, estudantes e comerciantes. Eram espetáculos de batuques, funfuns, sabinianas, jangas, maculelôs, congôlas, cambumbos, cocos, capoeiras, maracatus, sambas, canjombis, etc. Esses espetáculos foram mostrados na Europa, em teatros e estádios populares.

Lançou seu terceiro livro em 1960, Deia sempre do poeta, e seu quarto livro em 1962, Cantarei ao meu povo, que foi reeditado em 1981, num alguns poemas inéditos, que estavam em poder de sua filha Raquel. Segundo Nestor de Almeida "nenhum outro preto no Brasil cantou a raça com tamanho sentimento nem tamanha angústia. Solano Trindade é o maior poeta que a poesia negra possui".

Solano Trindade foi um lutador, em favor da independência cultural do negro em nosso país. Tudo o que fazia, como: organizar bailes, editar revista, promover espetáculos e conferências, visando à valorização do negro. Atividade que através da poesia poderia transmitir e conseguir a maior atenção e o maior reconhecimento social.

Seu orgulho maior era o de ser chamado de poeta negro, poeta do povo, poeta popular. Ele se orgulhava do seu tempo, de sua poesia, de seus amigos. Se o chamavam de "poeta negro", num tom depreciativo, ele dizia: "isso me dá uma consciência exata do meu papel de poeta na defesa das tradições culturais do meu povo, na luta por um mundo melhor".

Solano Trindade, o poeta negro, mais um grande homem extinto, simplesmente por ter lutado contra a opressão e a favor da valorização da cultura e do povo negro.

TEM GENTE COM FOME

Trem sujo da Leopoldina correndo correndo perreca dizer tem gente com fome tem gente com fome tem gente com fome

Poeta

Estação da Caxias de novo a dizer de novo a comer tem gente com fome tem gente com fome tem gente com fome

Vigário Geral Lucas Cordeiro Brás de Pina Penha Circular Cláudio Ramos Bom Sucesso Carlos Chagas

Trigrem, Mauá trem sujo da Leopoldina correndo correndo perreca dizer tem gente com fome tem gente com fome

Tantas caras tristes querendo chegar em algum destino em algum lugar

Trem sujo da Leopoldina correndo correndo perreca dizer

tem gente com fome tem gente com fome tem gente com fome

Só nas estações quando vai parando lentamente começa a dizer se tem gente com fome dá de comer se tem gente com fome dá de comer se tem gente com fome dá de comer

Mas o frio de ar todo autoritário manda o trem calar Pssssssssssss

Solano Trindade

A MÃE D'ÁGUA

Existe muita diversificação quanto a data de comemoração do Dia de Lemnã. Para alguns, como no Rio de Janeiro, sua data é 31 de dezembro, para outros, como no Rio Grande do Sul, é o dia 5 de fevereiro, e ainda mais, como em Fortaleza e Santos, tem sido lembrado a 15 de agosto. Dentro de tudo isto, o válido, e comemorado sempre à beira-mar, por todos quantos citamos acima, havendo exceção de costas, já que de acordo com o canjombiê, de onde ele é oriundo, seu dia é sempre 2 de fevereiro, e recebe a sua homenagem em homenagem ao maior do canjombiê e do negro no Brasil.

Tudo isto coloca, mas a uma vez, muito bem definida a influência do negro nos costumes e cultura de nosso país, pois Lemnã já vem da África, um de nossos berços.

Lemnã, no Brasil, é uma divindade associada às águas sagradas, por isso seu culto no mar, especificamente na Bahia. É a mãe dos Onixás. Na opinião negra

seu templo tem nas terras dos Eboas, em Obokute, terra da hoje Iugêria, sendo a fonte das águas do rio Ogum (que não tem a ver com o onix = o onix do mar em África e Olokun).

Lemnã viveu um filho, Orunji. Ao crescer, Orunji (o Ari) apaixonou-se pela mãe, até o extremo de rapá-la e fecundá-la. Procurando fugir do filho, Lemnã saiu morta, seu corpo cresceu de maneira informe, até o rompimento do ventre, de onde nasceram os demais onixás.

É simbolizada pelas pedras marinhas e conchas, tendo seu dia aos sábados, dia dos Eboas, ou também mesmo dia, no Brasil, de Ogum, que representa na Bahia a terra das águas doces, dos rios.

No canjombiê o filho de Lemnã quando "vira" via contos tradicionais ou de cristais, a partir de Lemnã e é do de muito grande valor, com adere, tamariê, pedras e tal, ou algo parecido, recebe sacrifícios de carneiros e porcos, e gosta de dançar, vestido de azul, usando um toque de metal branco e uma espada nas mãos, imitando as onças do mar.

O costume de toda a festa é o chamado "presente" entregue a Lemnã. Por ser vodica, suas oferendas são feitas sempre sob a forma de jobs, fitas, espelhos, moedas, além de suas comidas típicas, entregues pelas mães (filhas de santo), e objetos pessoais jogados ao mar por adeptos da religião, que devem, todos, a Sra. mulher bonita, pai e mãe e o pai do mundo.

Tudo isto acontece ao som das atabaques e cantos aos onixás, mas sem a presença dos mesmos (afonias). Daí, como diz a tradição que se o mar trouber de volta as ofertas é porque Lemnã não as aceitou, vamos todos pedir cura que isto não tenha acontecido, e consequentemente o ano seja bom.

Jorge Barcellos

Figura 45 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF

RAÇA

EVENTOS

8 de março – Dia Internacional da Mulher.

O grupo Brasília Mulher promoveu a exibição do filme *Mar de rosas*, de Ana Carolina, que mostra a história de uma família em processo de dissolução, enfocado a monotonia, a ansiedade, a dependência, o desespero, a tragédia. O filme foi seguido de um debate. Houve também uma exposição de trabalhos fotográficos em preto e branco e uma lei-

tura do texto "Feminismo: por que e para quê?"

16 de março a 17 de maio – Exposição de Artesanato Religioso Afro-Brasileiro, no Museu de Folclore Edson Carneiro, RJ, cujo acervo está constituído da Coleção Orixás, desse Museu, do Instituto Nacional do Folclore-Funarte, e com objetos artesanais em metal doados a este instituto pelo SESI, procedentes de

um dos artesãos-ferramenteiros mais importantes de Salvador, o Minito, dos mais conhecidos nos terreiros de can domblé da Bahia. A mostra focaliza dez orixás – Exu, Ogum, Oxosse, Ossãe, Logum-Edê, Xangô, Ewá, Iemanjá, Nanã-Burucu e Oxalufã, além dos 21 objetos que compoem um expressivo conjunto de peças de uso comum nos terreiros.

NOTÍCIAS

Independência de Gana

Gana foi o primeiro país da África Negra a tornar-se independente.

Anteriormente tinha o nome de Costa do Ouro, dado pelos colonizadores. Os portugueses foram os primeiros a chegar, invadindo o antigo reino africano de Gahonata, no século XV; depois, foram os holandeses, no século XVII, que dizimaram quase toda a população, e os sobreviventes foram vendidos como escravos para as plantações de cana-de-açúcar das Antilhas. Em 1874, a Inglaterra começou a dominar a colônia, depois de ter comprado os estabelecimentos holandeses, em virtude de ter sido abolido o infame tráfico de escravos negros.

Apesar da diversidade de grupos étnicos, das diferenças religiosas e da oposi-

ção econômica e política entre o norte (feudalismo) e o sul (classe média progressista), o nacionalismo desenvolveu-se muito cedo em Gana.

Em 1949 foi organizado o Partido da Convenção do Povo (CPP), dirigido por Kwame N'Krumah, líder máximo do povo de Gana e precursor do pan-africanismo e do nacionalismo africano. N'Krumah foi primeiro-ministro da colônia em 1952. Em 1957, no ano da Independência, obteve grande vitória, prometendo então defender a causa anticolonialista do continente e iniciando um processo de transformações internas baseado na "industrialização básica, revolução agrária e educação socialista".

Mas, em 1966, conspiradores pró-bri-

tânicos conseguem derrubá-lo. Kwame N'Krumah morre no exílio, em Bucareste, em 1972.

Em 1979, há uma mudança no estado de coisas. O capitão progressista Jerry Rawlings derruba o governo corrupto e convoca eleições, e o Partido Nacional Popular, que se dizia seguidor de N'Krumah, triunfou com ampla maioria, ganhando Hilla Hilmann, que uma vez no poder não pôs em prática os princípios econômicos do seu suposto inspirador. E assim provocando uma crise política e econômica, fazendo com que o capitão da Força Aérea Jerry Rawlings retornasse ao poder na madrugada de 31 de dezembro de 1981.

MNU

– "O MNU é um movimento político que possui uma direção em diversos níveis, cuja atuação se fundamenta no método democrático, legitimado pela discussão com o conjunto dos militantes."

– "Enquanto movimento autônomo, objetiva viabilizar as necessidades políticas, sociais, econômicas e culturais da comunidade negra, buscando alianças concretas com os outros setores oprimidos."

– "O Movimento Negro Unificado comporta diversas correntes que se comprometem com os documentos básicos, a li-

nhá política e as prioridades estabelecidas pelos conjuntos do movimento."

– "O MNU busca viabilizar a solidariedade junto aos movimentos negros e progressistas."

CONGRESSO

O III Congresso Nacional do MNU vai ser realizado nos dias 9, 10 e 11 de abril, em Belo Horizonte, MG, com a participação de cerca de 100 representantes de sete estados onde a entidade possui delegações.

Os principais pontos a serem debatidos durante o Congresso são os seguintes: o desemprego, a violência policial, a questão da mulher, a política de trabalho do Movimento, a reestruturação do Regimento Interno, a preparação para o III Congresso de Culturas Negras nas Américas (a ser realizado em agosto, em São Paulo) e finalmente estabelecer um cronograma de lutas e ações e avaliar o desempenho do Movimento, no ano passado.

MNU/DF – SCS – Ed. Arnaldo Villares, 7º andar.

RAÇA

ANO I – Nº 3-março/82

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU/DF)

Cr\$ 10,00

**8 DE MARÇO
DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

Maria Jas Graças

O dia 8 de março foi proposto, como o Dia Internacional da Mulher, por Clara Eisner Zetkin (batalhadora na organização do movimento feminista internacional proletário), durante a Conferência Internacional das Mulheres, realizada em Copenhague, em 1910, em homenagem às operárias têxteis que, em 1857, em Nova Iorque, desencadearam a primeira greve, conduzida unicamente por mulheres. Elas foram duramente reprimidas. Ao invés de aceitarem as reivindicações das operárias, os patrões atearam fogo na fábrica, morrendo muitas operárias queimadas.

Para Clara Zetkin, o dia 8 de março deveria ser celebrado como uma grande jornada internacional da mulher. E assim é desde 1910. Os movimentos feministas, em todo o mundo, procuram comemorá-lo de maneira total: fazem conferências, promovem debates, lançam manifestos, fazem reivindicações e denúncias.

O movimento feminista no Brasil começou a ser fortalecido a partir de 1975 – Ano Internacional da Mulher. Existem vários grupos feministas atualmente, que realizam conferências, congressos e outros tipos de manifestações. Suas principais reivindicações são: trabalho igual, salário igual; instalação de creches nos locais de trabalho e moradia; o combate à violência física e sexual.

Desde a organização do Movimento Negro, no Brasil, as mulheres negras procuram se organizar dentro de seu problema específico. A mulher negra é, dentre todas, a mais discriminada: racial, sexual e socialmente.

Atualmente, vários grupos de mulheres negras estão se formando no Brasil, com o objetivo de aprofundar as discussões sobre problemas específicos da mulher, em geral, e da mulher negra, em particular, e preparação para uma maior participação nas lutas gerais do povo brasileiro.

A necessidade da formação de grupos de mulheres negras deve-se ao fato de que nos grupos feministas, em geral, não existe discussão sobre a discriminação que a mulher negra sofre. Não se coloca a disputa desigual que existe entre a mulher branca e a mulher negra, ficando esta, tanto profissional (p. ex. "boa aparência") quanto individualmente, sempre em situação inferior.

Um dos grandes problemas que a mulher negra enfrenta, assim como o homem negro – em termos políticos, econômicos e culturais – é quanto a sua participação na sociedade brasileira.

Nesses grupos deve-se discutir a importância do trabalho doméstico, onde existe um grande número de mulheres,

principalmente de mulheres negras, e a importância da formação de Associações de Empregadas Domésticas, onde se poderiam fazer essas discussões.

Portanto, é importante e necessária a organização de grupos de mulheres negras, pois nesses grupos, nós, mulheres negras, iremos levar a nossa discussão, colocando nossos problemas e importância de nossa presença no Movimento Negro, onde iremos lutar, com os homens negros, pela maior valorização da cultura negra, pela reavaliação do papel do negro na História do Brasil, pela extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos, bem como todo o povo brasileiro.

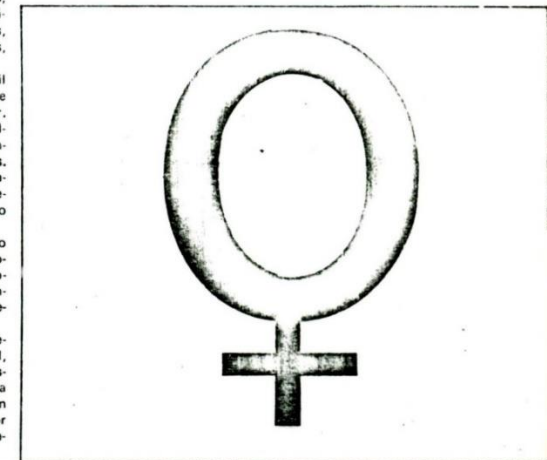


Figura 46 – Boletim Raça produzido pelo MNU-DF

RAÇA

EDITORIAL

Apesar do atraso de um mês o RAÇA nº 3 está aí! Como é difícil colocar na rua um veículo de comunicação!

O interessante é que essa dificuldade vem reforçar toda a nossa luta e o desejo de não parar.

Estamos esperando mais colaboração do leitor. Críticas, propostas e auxílio.

O interesse e a credibilidade já se fazem presentes através de artigos enviados numa boa. Amigos de serviço, amigos de papo, amigos simpatizantes do MNU e

por aí a fora. Vamos crescer o cordão.

Agradecemos o recebimento do Voz do Negro, informativo do Grupo União e Consciência Negra, de Goiás. Está muito bom. De parabéns.

O MNU/DF está querendo e necessitando de entrar num pique maior. Participe das reuniões ou mesmo entrem em contato com a gente para criarmos condições de mexer com o negro brasileiro. É importante não permitirmos que o potencial se disperse.

COLABORE NA
DISTRIBUIÇÃO
DO RAÇA.

**21 DE MARÇO
DIA INTERNACIONAL PARA A
ELIMINAÇÃO DA
DISCRIMINAÇÃO RACIAL**

No dia 21 de março de 1960, em Shaperville, na África do Sul, houve uma manifestação pacífica contra a Lei dos Passes (documento obrigatório aos negros, onde continha o percurso que podiam circular, isto é, do trabalho para casa e vice-versa. Se por acaso uma das pessoas fosse detida fora do percurso autorizado ou sem o documento era duramente punida). Isto é um dos muitos absurdos a que os negros na África do Sul estão submetidos. É o regime do apartheid. É um sistema que escraviza o povo negro sul-africano, dentro de sua pátria, de forma desumana.

Essa manifestação pacífica foi duramente reprimida pelos policiais sul-africanos. Foi um verdadeiro massacre. Morreram pessoas e saíram feridas mais de 200.

Esse trágico acontecimento aumentou a preocupação em todo o mundo, principalmente em relação ao aumento das tragédias provocadas pelo regime racista da África do Sul.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em homenagem aos mortos na manifestação, instituiu o dia 21 de março como o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial.

Nesse dia em todo o mundo são realizadas manifestações, as quais denunciam o regime racista da África do Sul.

São mais de 22 milhões de africanos vítimas das leis do apartheid. O apartheid é um sistema que permite à classe dominante — a branca —, dominar econômica, política e psicologicamente os negros e os não-brancos (asiáticos). Ultimamente pretende-se privar os negros da

sua nacionalidade "sul-africana", obrigando-os a adotar os "bantustões" — territórios reservados aos negros, onde governam as autoridades tribais, aliadas às sul-africanas. Esses "bantustões" são utilizados para manter a população negra longe dos centros da população branca.

A população negra é obrigada a se sujeitar a todas essas formas desumanas de opressão, simplesmente porque não encontra formas de sobrevivência em sua "reserva".

Todas as formas de resistência da população negra são violentamente reprimidas, mas nem por isso diminui a luta interna.

Temos certeza de que o povo da África do Sul vencerá.

RAÇA RAÇA RAÇA RAÇA RAÇA RAÇA RAÇA RAÇA RAÇA

RAÇA

GUERRA DO PARAGUAI

Faz 112 anos que a Guerra do Paraguai terminou. Durou 5 anos, terminando no dia 1º de março de 1870, em Cerro Corá, com a morte de Francisco Solano López. A guerra, além de exterminar a população paraguaia, diminuiu em 60% a população negra do Brasil.

A Guerra do Paraguai serviu principalmente aos interesses imperialistas da Inglaterra, mas também foi de grande valia aos interesses da classe dominante do Brasil. O País estava em vias de acabar com o sistema escravista que estava impedindo seu progresso, já que o desenvolvimento industrial exigia o trabalho livre, assalariado, e a conseqüente formação de proletariado que pudesse consu-

mir a produção.

Mas essa "libertação" faria com que o Brasil se tornasse "um país preto", já que a grande maioria de seus habitantes eram negros. A guerra contra o Paraguai terminou sendo uma solução, já que durante esse período a população era de 2,5 milhões de negros no Brasil, em 1860, e, em 1872, de 1,5 milhão.

Essa diferença de 1 milhão de negros "desaparecidos" se deve a várias causas, todas elas relacionadas com a Guerra do Paraguai: — houve aumento da mortalidade dos escravos negros que ficaram, já que o trabalho foi aumentado; estes receberam menos cuidados, pois o País estava em crise; morriam também nas suble-

vações, resistindo ao arrebanhamento; morriam vítimas de moléstias contagiosas, antes e durante a viagem; a taxa de natalidade tornou-se praticamente nula.

A Guerra do Paraguai foi utilizada para um dos maiores genocídios contra a população negra brasileira e para arrasar o valoroso povo paraguaio, que até hoje não conseguiu se recuperar.

Os negros brasileiros foram levados a acreditar que quando voltassem da guerra seriam livres. Na guerra matavam para não serem mortos. Matavam em nome de um país que sempre o rejeitou. O Negro da Senzala à Guerra do Paraguai Júlio José Chiavenatto

IMPrensa NEGRA

A imprensa visa a se dirigir à população negra informando, e o debate dos problemas do negro deve ser uma constante, por ser um veículo mobilizador da massa negra.

Mesmo sendo irregular, não é de hoje que existe imprensa negra no Brasil. Muito embora os jornais negros não tenham alcançado projeção nacional, alguns deles preencheram uma função histórica, coerentes com a época que estavam em circulação.

Por isso — RAÇA — pretende sobreviver, e para tal é necessária

a colaboração e a crítica de todos, debatendo para que as soluções possam ser encontradas.

LEIA, ASSINE E DIVULGUE

REVISTA DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

Endereço: Rua Almirante Marques Leão, 518 — Bela Vista (SP).

JORNAL TIÇÃO

Endereço: Rua Domingos Crescêncio, 408/101 — Porto Alegre (RS).

JORNENEGRO

Endereço: Rua Maria José, 450 — Bela Vista — São Paulo (SP)

PICHAIM

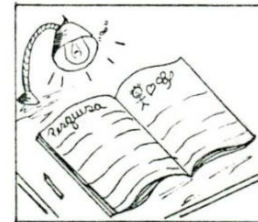
Endereço: Caixa Postal, 779 — CEP 12.200 — São José dos Campos (SP).

JORNAL DE ANGOLA

Endereço: Rua Rainha Gunga, 1.824 — Caixa Postal, 1.312 — Luanda — Angola.

DERÉ BÓ

Endereço: Rua Tibuíçã, 61 — Ponte Pequena — São Paulo (SP).



É AQUELE TRABALHO DE PESQUISA E ANÁLISE QUE VOCÊ REALIZOU OU ESTÁ REALIZANDO. GOSTARIA QUE OUTRAS PESSOAS TOMASSEM CONHECIMENTO?

